

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

FELIPE BENITES TRAMASOLI

ARQUEOLOGIA EM SUSPENSÃO:
UMA CRÍTICA À CULTURA MATERIAL

Porto Alegre
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

FELIPE BENITES TRAMASOLI

ARQUEOLOGIA EM SUSPENSÃO:
UMA CRÍTICA À CULTURA MATERIAL

PORTO ALEGRE
2024

FELIPE BENITES TRAMASOLI

**ARQUEOLOGIA EM SUSPENSÃO:
UMA CRÍTICA À CULTURA MATERIAL**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Linha de pesquisa: Cultura e Etnicidade

Orientador: Dr. Charles Monteiro

Porto Alegre
2024

Ficha Catalográfica

T771a Tramasoli, Felipe Benites

Arqueologia em suspensão : uma crítica à Cultura Material /
Felipe Benites Tramasoli. – 2024.

220 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História,
PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Charles Monteiro.

1. Ontologia. 2. Epistemologia. 3. Cultura Material. 4. Realismo. 5.
Idealismo. I. Monteiro, Charles. II. Título.

FELIPE BENITES TRAMASOLI

**ARQUEOLOGIA EM SUSPENSÃO:
UMA CRÍTICA À CULTURA MATERIAL**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Linha de pesquisa: Cultura e Etnicidade

Aprovado em 25 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Charles Monteiro
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
(Orientador)

Dra. Adriana Fraga da Silva
Universidade Federal do Rio Grande

Dr. Guilherme Galhegos Felipe
Universidade Federal de Santa Maria

Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert
Universidade de Passo Fundo

Porto Alegre
2024

AGRADECIMENTOS

Há um conceito presente na filosofia africana que, de forma geral, representa o anseio por uma ética que valorize aquilo que nos torna humanos: nós. E, longe de esvaziar o sujeito, trata-se do reconhecimento de uma diferença que é relacional, não antagônica, entre um indivíduo e uma coletividade e da relação de interdependência que existe entre todos e que escapa à nossa vontade. *Ubuntu* é a palavra. Aqui, portanto, expresso o meu reconhecimento às diversas pessoas que tiveram, em maior ou menor medida, impacto nesse meu *devoir*.

Ao meu orientador ao longo de quatro anos, prof. Klaus Hilbert; ao meu orientador na reta final da tese, prof. Charles Monteiro; aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS com quem tive a honra de conviver; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de pesquisa; à Alexandra Elbakyan e a toda comunidade acadêmica que colabora para promover o acesso universal à produção científica; a todas as pessoas que se dedicam a pensar a Arqueologia no sul global; aos colegas da Comarca de São Leopoldo, sobretudo, aos da 3ª Vara Criminal; aos colegas do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul; aos meus amigos; à minha família e, especialmente, à Raissa:

*E eu, que vejo além de um palmo,
por mim, tu, Ubuntu, algo almo. [...]
Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
Tudo, tudo, absolutamente tudo que nós tem é
Tudo que nós tem é isso: uns aos outros
Tudo o que nós tem é uns aos outros, tudo
Principia, Emicida (2019)*

Muito obrigado!

*Vou mostrando como sou
E vou sendo como posso
Jogando meu corpo no mundo
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto
E passo aos olhos nus
Ou vestidos de lunetas
Passado, presente
Participo sendo o mistério do planeta
O tríptico mistério do "stop"
Que eu passo por e sendo ele
No que fica em cada um
No que sigo o meu caminho
E no ar que fez que assistiu
Abra um parênteses, não esqueça
Que independente disso
Eu não passo de um malandro
De um moleque do Brasil
Que peço e dou esmolas
Mas ando e penso sempre com mais de um
Por isso ninguém vê minha sacola
Mistério do Planeta, Novos Baianos (1972)*

RESUMO

TRAMASOLI, Felipe Benites. **Arqueologia em suspensão**: uma crítica à Cultura Material. 2024. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2024.

A relação entre a Arqueologia e a Modernidade representa um campo de pesquisa em expansão, com o objetivo de compreender a configuração do pensamento arqueológico. Alinhada a essa perspectiva, a tese realiza uma análise crítica do conceito de Cultura Material, reconhecendo sua posição central e naturalizada no discurso arqueológico. Nesse contexto, a atenção contemporânea aos objetos nas ciências humanas e sociais é percebida como uma oportunidade para uma reflexão mais profunda sobre a natureza da Arqueologia, mas também para integrar a Arqueologia a essas discussões. A crítica à Cultura Material surge ao identificá-la como uma derivação intrínseca da dicotomia Cultura/Natureza. Essas estruturas, fundamentadas em um idealismo epistemológico, refletem uma racionalização característica da modernidade, frequentemente adotando posturas hierarquizantes a partir de dualismos e moldando dinâmicas sociais cotidianas. Nesse cenário, a Arqueologia parece assumir uma postura paradoxal, definindo-se como uma ciência que investiga o material, localizado no polo inferior de sua relação, e reconhecendo-o, por conseguinte, como um meio, um fenômeno vetorial e residual do que verdadeiramente importa: a Cultura. A proposta de uma abordagem realista ganha destaque nessa tese, buscando proporcionar uma compreensão mais abrangente do objeto da Arqueologia e confrontar as estruturas dicotômicas presentes na disciplina, particularmente no que diz respeito à Cultura Material.

Palavras-chaves: Ontologia, Epistemologia, Cultura Material, Realismo, Idealismo.

RESUMEN

TRAMASOLI, Felipe Benites. **Arqueologia em suspensão**: uma crítica à Cultura Material. 2024. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2024.

La relación entre la Arqueología y la Modernidad representa un campo de investigación en expansión con el objetivo de comprender la configuración del pensamiento arqueológico. Alineada con esta perspectiva, la tesis realiza un análisis crítico del concepto de Cultura Material, reconociendo su posición central y naturalizada en el discurso arqueológico. En este contexto, la atención contemporánea a los objetos en las ciencias humanas y sociales se percibe como una oportunidad para una reflexión más profunda sobre la naturaleza de la Arqueología, pero también para integrarla en estos debates. La crítica a la Cultura Material surge al identificarla como una derivación intrínseca de la dicotomía Cultura/Naturaleza. Estas estructuras, fundamentadas en un idealismo epistemológico, reflejan una racionalización característica de la modernidad, adoptando con frecuencia posturas jerárquicas basadas en dualismos y dando forma a las dinámicas sociales cotidianas. En este escenario, la Arqueología parece asumir una postura paradójica, definiéndose como una ciencia que investiga el material, situado en el polo inferior de su relación y reconociéndolo, en consecuencia, como un medio, un fenómeno vectorial y residual de lo que realmente importa: la Cultura. La propuesta de un enfoque realista destaca en esta tesis, buscando proporcionar una comprensión más completa del objeto de la Arqueología y confrontar las estructuras dicotómicas presentes en la disciplina, especialmente en lo que respecta a la Cultura Material.

Palabras clave: Ontología, Epistemología, Cultura Material, Realismo, Idealismo.

ABSTRACT

TRAMASOLI, Felipe Benites. **Arqueologia em suspensão**: uma crítica à Cultura Material. 2024. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2024.

The relationship between Archaeology and Modernity represents an expanding field of research aimed at understanding the configuration of archaeological thought. Aligned with this perspective, the thesis undertakes a critical analysis of the concept of Material Culture, recognizing its central and naturalized position in archaeological discourse. In this context, contemporary attention to objects in the humanities and social sciences is perceived as an opportunity for a deeper reflection on the nature of Archaeology and for integrating Archaeology into these discussions. The critique of Material Culture arises when identifying it as an intrinsic derivation of the Culture/Nature dichotomy. These structures, grounded in epistemological idealism, reflect a characteristic rationalization of modernity, often adopting hierarchizing stances based on dualisms and shaping everyday social dynamics. In this scenario, Archaeology seems to adopt a paradoxical stance, defining itself as a science that investigates the material, located in the lower pole of its relationship, and recognizing it, consequently, as a means, a vectorial and residual phenomenon of what truly matters: Culture. The proposal of a realistic approach stands out in this thesis, seeking to provide a more comprehensive understanding of the object of Archaeology and to confront the dichotomous structures present in the discipline, particularly concerning Material Culture.

Keywords: Ontology, Epistemology, Material Culture, Realism, Idealism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ARTE CRIADA PARA A CAPA DA PLAYLIST <i>ARQUEOLOGIA EM SUSPENSÃO</i> , DISPONÍVEL NO SPOTIFY, ACESSADO EM 11/01/2024. FONTE: ELABORADO POR MIM.....	26
FIGURA 2 – REGISTRO DA ÚNICA OPORTUNIDADE EM QUE ENCONTREI UMA SEÇÃO DE ARQUEOLOGIA EM UMA LIVRARIA. A SABER, A LIVRARIA CULTURA, QUE FICAVA À RUA SENADOR DANTAS, NO RIO DE JANEIRO, RJ. FOTO: MINHA AUTORIA, 2013.	38
FIGURA 3 - À ESQUERDA, REPRESENTAÇÃO DAS <i>PALAVRAS COM HISTÓRIA</i> FORMANDO UMA LINHA SEQUENCIAL. À DIREITA, REPRESENTAÇÃO DAS <i>PALAVRAS COM MEMÓRIA</i> , UM EMARANHADO DE SENTIDOS. O CONCEITO, ASSIM, SERIA UMA ESPÉCIE DE SOMATÓRIO – O EMARANHADO – DO QUAL EMANAM SENTIDOS EM POTENCIAL UNIDOS POR UMA LINHA QUE DÁ COERÊNCIA. FONTE: ELABORADO POR MIM.....	55
FIGURA 4 – PARÂMETROS DE REPETIÇÃO DO DISCURSO ARQUEOLÓGICO E SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS ASSOCIADOS. FONTE: ELABORADO POR MIM.....	58
FIGURA 5 – PROPOSTA DE IAN HODDER – A PARTIR DE SUAS IMPRESSÕES E DOS DE MAIS AUTORES DO VOLUME – DE COMO SE RELACIONAM ALGUMAS ABORDAGENS DA ARQUEOLOGIA. ACRESCENTEI O ELEMENTO CULTURA MATERIAL COMO O ELEMENTO QUE, A MEU VER, <i>ASSOMBRA</i> AS PESQUISAS. FONTE: (HODDER, 2012B, P. 7, EDITADO POR MIM).	104
FIGURA 6 – REPRESENTAÇÃO DE COMO A ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA, A PARTIR DO QUE FOI DITO ATÉ ENTÃO, SE FUNDAMENTAM. FONTE: ELABORADO POR MIM.	116

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – QUANTIFICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES LEVANTADAS PARA ESSA PESQUISA. FONTE: ELABORADO POR MIM.	63
TABELA 2 – QUANTIFICAÇÃO DE TESES LEVANTADAS PARA ESSA PESQUISA. FONTE: ELABORADO POR MIM.	63
TABELA 3 – QUANTIFICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES E DE TESES LEVANTADAS PARA ESSA PESQUISA. FONTE: ELABORADO POR MIM.	64
TABELA 4 – VALORES ATRIBUÍDOS ÀS PESQUISAS E SEUS RESPECTIVOS CÓDIGOS. FONTE: ELABORADO POR MIM.	68
TABELA 5 – QUANTIDADE DE T&D POR ANO DE ACORDO COM O VALOR ATRIBUÍDO. FONTE: ELABORADO POR MIM.	69

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PREDOMINÂNCIA DO CONCEITO DE CULTURA MATERIAL COMO CONCEITO CENTRAL DO DISCURSO. FONTE: ELABORADO POR MIM.....	69
GRÁFICO 2 - TENDÊNCIA POR ANO EM NÚMEROS ABSOLUTOS. FONTE: ELABORADO POR MIM.....	70
GRÁFICO 3 - REPRESENTATIVIDADE DAS TENDÊNCIAS POR ANO. FONTE: ELABORADO POR MIM.....	71
GRÁFICO 4 - REPRODUÇÕES DE EPISÓDIOS DO <i>PODCAST</i> , POR SEMANA, ENTRE 16 DE ABRIL DE 2022 E 10 DE JANEIRO DE 2024. FONTE: SPOTIFY FOR PODCASTERS.	128
GRÁFICO 5 - DADOS SOBRE LOCALIDADE E PLATAFORMA DE REPRODUÇÕES DO <i>PODCAST</i> , POR SEMANA, ENTRE 16 DE ABRIL DE 2022 E 10 DE JANEIRO DE 2024. FONTE: SPOTIFY FOR PODCASTERS.....	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANT	<i>Actor-Network-Theory</i> [Teoria-Ator-Rede]
CM	Cultura Material
CM-HC	Cultura Material com ênfase no Histórico Culturalismo
CM-P	Cultura Material com ênfase no Processualismo
CM-PP	Cultura Material com ênfase no Pós-Processualismo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IES	Instituição de Ensino Superior
MARS	Museu Antropológico do Rio Grande do Sul
NA	Não se Aplica
N-CM	Não Cultura Material
ND	Texto não Disponível
OOO	<i>Oriented-Object Ontology</i> [Ontologia Orientada aos Objetos]
PPG	Programa de Pós-Graduação
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Sedac	Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul
T&D	Teses e dissertações
TJRS	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	VI
RESUMEN	VII
ABSTRACT	VIII
LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE TABELAS	X
LISTA DE GRÁFICOS	XI
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XII
CAPÍTULO 1. O INÍCIO É UM MEIO PARA O FIM	16
1.1 SOBRE PRODUZIR UMA TESE	17
1.2 SOBRE A PESQUISA	21
1.2.1 EIS A PROBLEMÁTICA.....	21
1.2.2 HIPÓTESES.....	23
1.2.3 OBJETIVOS GERAIS	23
1.2.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
1.2.5 QUESTÕES METODOLÓGICAS	24
1.2.6 PARA LER E PARA OUVIR.....	25
1.3 ESTRUTURA DA TESE	26
CAPÍTULO 2. UM HOMEM ANTIQUADO EM BUSCA DE SUA ALMA	28
2.1 SOBRE ESTAR ATENTO	31
2.1.1 À FALSA NATURALIDADE DAS PALAVRAS.....	31
2.1.2 AOS USOS SOCIAIS DA CIÊNCIA	33
2.1.3 À GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO.....	36
2.2 ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE O QUE SIGNIFICA CONHECER	42
2.2.1 TRATANDO ESPECIFICAMENTE DO TAL PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO	50
2.3 SOBRE O MEU OBJETO DE ESTUDO	51
2.3.1 MEMÓRIA-PALAVRA.....	52
2.3.2 OS CONCEITOS CENTRAIS DO DISCURSO ARQUEOLÓGICO.....	55
2.3.3 A CULTURA MATERIAL ENQUANTO MEU PROBLEMA DE PESQUISA.....	58

CAPÍTULO 3. ARQUEOLOGIA EM SUSPENSÃO	60
3.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	60
3.1.1 DO UNIVERSO E DA SELEÇÃO AMOSTRAL	61
3.1.2 DA ESTRATÉGIA DE BUSCA E DA SISTEMATIZAÇÃO	64
3.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	68
3.2.1 TOTALIDADE DA AMOSTRA E CULTURA MATERIAL AGLUTINADA.....	68
3.2.2 TOTALIDADE DA AMOSTRA E CULTURA MATERIAL POLISSÊMICA.....	70
3.2.3 SOBRE AS DISSONÂNCIAS.....	71
CAPÍTULO 4. AINDA É CONVENIENTE FALARMOS EM CULTURA MATERIAL?	79
4.1 A CULTURA MATERIAL COMO PROBLEMA CENTRAL DA ARQUEOLOGIA.....	80
4.1.1 CULTURA COMO EXPRESSÃO DO NACIONALISMO	82
4.1.2 CULTURA COMO EXPRESSÃO DO COLONIALISMO	84
4.1.3 CULTURA(S) COMO EXPRESSÃO DE IDENTIDADE.....	86
4.2 ESTARIA A ARQUEOLOGIA PARADA NA SAÍDA DA CAVERNA?	88
4.2.1 A SIMETRIA E AS COISAS COMO AGENTES	91
4.2.2 A ONTOLOGIA RELACIONAL E A CRIAÇÃO DE NOVOS MUNDOS	93
4.2.3 O EMARANHAMENTO ENTRE CORPOS E COISAS	95
4.3 SE UMA ÁRVORE CAIR NO MEIO DE UMA FLORESTA, MAS SEM NINGUÉM POR PERTO PARA OUVI-LA, ELA PRODUZ ALGUM SOM?	96
4.3.1 DESFAZENDO UM IMBRÓGLIO	100
4.3.2 RESPONDENDO À PERGUNTA	100
4.4 ARQUEOLOGIA É, NATURALMENTE, O QUE OS ARQUEÓLOGOS PENSAM SOBRE O QUE FAZEM E O QUE FAZEM SOBRE O QUE PENSAM	102
4.4.1 O TERMO CULTURA MATERIAL COMO PROCESSO DE REINVENÇÃO <i>AD AETERNUM</i>	102
4.4.2 A CULTURA COMO A QUALIDADE DO <i>ÜBER-ENTE</i>	104
4.4.3 NOTAS SOBRE MAIS UMA DICOTOMIA IDEALISTA: A RAZÃO CONTRA A EMOÇÃO.....	106
4.4.4 POR UMA CONVERGÊNCIA	108
4.4.5 UMA PERSPECTIVA REALISTA SOBRE O QUE SEJA A ARQUEOLOGIA	109
CAPÍTULO 5. É O FIM (DA TESE AO MENOS)	118
5.1 NOTAS SOBRE OS “DUALISMOS MODERNOS”	118

5.1.1	A DICOTOMIA CULTURA/NATUREZA COMO O BASTIÃO DO PROJETO LIBERAL.....	120
5.1.2	PROCESSUALISMO E PÓS-PROCESSUALISMO: SOBRE MUDAR PARA CONTINUARMOS OS MESMOS	122
5.2	MATERIALIDADE	123
5.3	UM FIM À TORRE DE MARFIM OU COMO SOCIALIZAR UMA TESE SOBRE O PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO? ..	125
5.3.1	SÉRIE DE PODCASTS ARQUEOLOGIA EM SUSPENSÃO.....	126
5.4	SOBRE AS PEDRAS NO CAMINHO.....	128
6.	REFERÊNCIAS	130
7.	APÊNDICES.....	143
7.1	APÊNDICE I – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DAS TESES E DAS DISSERTAÇÕES.	144
7.2	APÊNDICE II – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS SOBRE FORMAÇÃO E MOBILIDADE	169
7.3	APÊNDICE III – ROTEIRO DO EPISÓDIO <i>ARQUEOLOGIA É ARQUEOLOGIA É ARQUEOLOGIA – PARTE 1</i>	188
7.4	APÊNDICE IV – ROTEIRO DO EPISÓDIO <i>ARQUEOLOGIA É ARQUEOLOGIA É ARQUEOLOGIA – PARTE 2</i>	204

CAPÍTULO 1.

O INÍCIO É UM MEIO PARA O FIM

*Do buraco do escárnio
Gente tosca, ignorante
Ódio branco inoperante
Analfabeto funcional
Viram na besta assassina
Um criminoso ultrajante
O mau representante
Da mentira, dor e caos
Alerta! Alerta Antifa!
Alerta Antifascista!
Alerta Antifascista, Ratos de Porão (2022)*

Esta tese foi pensada, elaborada, executada e finalizada. Este é o produto de uma pesquisa que durou pouco mais de cinco anos – sendo um ano de matrícula trancada – a qual foi conduzida enquanto era preciso trabalhar num ritmo exaustivo, que incluiu muitas viagens de ônibus e de trem, além de enfrentarmos uma pandemia e um governo que se negava a promover a vacinação pelo caminho. Digo isso, pois, geralmente, mascaram-se as condições pelas quais as coisas foram produzidas, gerando uma certa romantização de todo o processo e desconsiderando, muitas vezes, a promoção da saúde mental. Frustrações, medos, anseios, falhas são coisas que existem e que podem aparecer por diversas vezes ao longo do caminho. Aqui, eu as abraço e faço com que elas sejam reconhecidas também como parte constitutiva deste trabalho.

Assim, o que quero dizer é que a introdução que estás começando a ler é o meu último esforço. Ela representa o fôlego final de uma jornada extremamente tortuosa, mas, ainda sim, gratificante. E não poderia ser diferente, uma vez que, mesmo diante de todas as ameaças a que somos submetidos pela vida no capitalismo tardio, conseguimos sobreviver. Quer dizer, não deixemos nos enganar pela presunção de um tempo linear reforçado pela estrutura narrativa neste suporte. Esta tese não é apenas uma tese, mas a síntese de toda uma jornada.

1.1 SOBRE PRODUIR UMA TESE

Estas páginas são fruto de um esforço individual, contando com amplo suporte coletivo, de questionar o caminho que escolhi para mim. No entanto, não se trata apenas de uma mera indagação sem propósito, mas sim de uma busca movida pela inquietação. Desde os primeiros semestres do curso de Bacharelado em Arqueologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), eu e meus colegas fomos instigados pelo corpo docente do curso a pôr em xeque os elementos mais estruturantes – até mesmo dogmáticos – da disciplina. Não sei se por nos tratarmos todos, tanto docentes quanto discentes, de certa forma, neófitos, pois falamos da primeira turma de Arqueologia do curso, ou pela atipicidade de uma turma com média de idade relativamente alta para uma turma inicial de graduação¹ ou por quaisquer outras razões possíveis.

Neste ponto, restam-me especulações sobre a causa, mas há certeza do ambiente de inquietação, tanto em aula, quanto nos laboratórios e nos corredores. É certo que diversas dessas exaltações, pensando retroativamente, aparentemente não tinham lastro e esmoreceram, acabando por sedimentar tais entendimentos. No entanto, uma série de outras questões que surgiram lá acabaram tendo seu desconforto reforçado com o meu trânsito pela vida profissional-acadêmica – e de vários colegas, acredito. Esta tese, portanto, é fruto daquela semente.

Lembro de algumas questões principais que sempre martelam nessa cabeça toda vez que eu começo a pôr palavras em alguma página em branco: existe teoria *da* ou *na* arqueologia?; o que é o tal *pensamento arqueológico*?; qual a nossa relação com a história e com a antropologia?; por que estamos, aparentemente, condenados a problematizar nosso objeto de pesquisa, notadamente o sensível, de forma derivativa? Foi pensando nisso que elaborei meu projeto de pesquisa e o apresentei ao prof. Klaus Peter Kristian Hilbert, que me acolheu como seu orientando, tendo então ingressado no doutorado, em 2019, no Programa de Pós-Graduação (PPG) em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio

¹ Lembro que o processo seletivo para a primeira turma da Arqueologia da FURG foi feito no inverno, juntamente com outros poucos cursos, sendo que tradicionalmente – e ainda hoje –, as seleções são feitas no verão. Essa atipicidade, aparentemente, foi uma das causas que fez com que diversas pessoas que normalmente não prestariam o vestibular usual o fizessem naquele momento. Isso vale tanto para colegas que decidiram retornar aos estudos, como para aqueles que optaram por trocar de curso, como foi o meu caso, visto que eu estava no quarto semestre do curso de Licenciatura em Letras – Português/Inglês – quando ingressei na Arqueologia.

Grande do Sul (PUCRS) e obtido uma bolsa de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)². Mas, de lá para cá, muita coisa aconteceu.

Para além de um primeiro de janeiro tenebroso, o ano de 2019 representa a intensificação do vilipêndio contra as ciências, que vinha sendo retomado desde o Golpe de 2016³, a partir de discursos condenatórios que, em última instância, materializaram-se na limitação do fomento a essas atividades a partir do contingenciamento orçamentário de agências ou, de forma mais direta, do corte de bolsas de pesquisa (ALVES, 2019; COSTA, 2019). Quer dizer, eu mal havia ingressado no doutorado e o clima de insegurança sobre a disponibilidade e a manutenção de bolsas de pesquisa já pairava no ar de forma intensificada.

Não obstante o clima de suspeição colocado pelo Estado brasileiro às ciências humanas e sociais, que se agravou no período do mandatário entre 2019 e 2022, a pandemia de COVID-19 – doença causada pelo vírus SARS-CoV-2 – fez com que até mesmo as ciências da saúde, a estatística e diversos outros campos considerados mais objetivos fossem alvo de ilações, que claramente buscavam deslegitimar uma análise séria da realidade brasileira⁴ – algo que é bem mais comum de se observar quando o assunto é desmatamento⁵. No entanto, consegui uma bolsa de pesquisa do CNPq – embora o clima de ameaça de perda de bolsas de pesquisa pelos diversos programas de pós-graduação tenha se mantido ao longo dos próximos anos –, o que me permitiu dedicar meu primeiro ano inteiramente a cursar as disciplinas necessárias e começar o levantamento bibliográfico, além de realizar duas entrevistas⁶ – atividade que estava prevista inicialmente no meu projeto de pesquisa.

Enfim, eis que chega a pandemia. Acredito que seja desnecessário pormenorizar os impactos causados pelo isolamento, no entanto, no que diz respeito a essa pesquisa, este

² Processo número 140354/2019-0 – GM/GD – Cotas do Programa de Pós-Graduação.

³ Digo *retomado* pois ressoo aqui a observação de Darcy Ribeiro de que “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é projeto” que intitula artigo na Carta Capital (2017) cujo conteúdo ilustra bem este período.

⁴ Dois casos emblemáticos que ilustram bem essa afirmação: a alegação de que os dados da pandemia estariam “inflados e manipulados” (OLIVEIRA, 2020) e a relutância na obtenção de uma vacina enquanto se investia em uma medicação sem eficácia alguma (MARIZ, 2021).

⁵ Nesse sentido, impossível não lembrar de episódio recente envolvendo um general do exército que, quando ministro, disse que se “você somar os percentuais que já anunciaram até hoje de desmatamento na Amazônia, a Amazônia já seria um deserto” (CARMO, 2019).

⁶ As entrevistas foram realizadas com os arqueólogos Alberto Tavares Duarte de Oliveira e José Alberione dos Reis.

evento teve uma repercussão importantíssima e que é digna de observar. Como mencionei no final do parágrafo anterior, a realização de entrevistas fazia parte das atividades que propus. Essa etapa era entendida como um contraponto aos dados obtidos a partir do levantamento bibliográfico que será esmiuçado na continuidade, o elemento sincrônico que complementaria a diacronia de anos de produção acadêmica. E as duas experiências de entrevistas que tive em 2019 só reforçaram a premissa que trouxe em meu projeto de pesquisa, de que a realização das entrevistas de forma presencial, ou seja, em “situações de contato”, é oportuna para “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante (DUARTE, 2004, p. 216). Os diálogos que tive com os entrevistados em 2019 foram extremamente produtivos, tanto para ajudar a sedimentar algumas questões, quanto para elucidar outras ou mesmo para observar algo que me era alheio. E estes momentos sempre surgiram da interação *tête-à-tête*, pois mais do que as imagens acústicas, que os significados, a conversa se dava para muito além das palavras, mas pelo encontro das expressões, das pausas. Desta forma, resguardado em casa durante o período da pandemia, quanto mais tempo em isolamento, mais tolhida ficava a minha possibilidade de realizar as entrevistas que desejava.

Enquanto isso, aproveitei o tempo recluso para ler e começar a sistematizar os dados das dissertações e das teses levantadas como objeto desta pesquisa e produzi dois episódios de podcast introdutórios sobre a disciplina⁷. De qualquer forma, foram dois anos de trabalho muito intenso, que fizeram, inclusive, que eu percebesse que era preciso reduzir o escopo inicial da pesquisa de abordar três conceitos e focar apenas naquele entendido como o mais central, Cultura Material, conforme será abordado oportunamente aqui.

No fim, a possibilidade de realizar entrevistas se esgotou por completo quando fui nomeado para ser Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), em janeiro de 2022. No começo daquele ano, eu estava me preparando para a possibilidade iminente de retomar atividades presenciais e, logo, realizar as entrevistas, quando recebi a notícia da nomeação e resolvi aceitar. Com isso, por se tratar de cargo de nível médio, tive que renunciar à bolsa de pesquisa, fazendo com que eu fosse obrigado a devolver todo o valor da taxa de bancada que havia recebido e que estava guardando para

⁷ Estes itens serão devidamente abordados no decorrer das páginas desta tese.

viajar e realizar as entrevistas – cerca de R\$ 14.184,00⁸. Além disso, não disporia mais do tempo para me deslocar e realizar as entrevistas, além de ter que começar a pagar as mensalidades da PUCRS, razão pela qual, nesse mesmo momento, solicitei o trancamento da matrícula.

Assim, ao longo do ano de 2022, pouco pude me dedicar à tese. Não apenas por estar com a matrícula trancada e trabalhando, mas por morar em Porto Alegre e ter que me deslocar todos os dias até a Comarca de São Leopoldo, onde fui lotado. Era um deslocamento diário que envolvia ônibus e trem, tanto na ida, quanto na volta, somando cerca de três horas diárias de traslado. Rotina exaustiva que acabou sendo drasticamente alterada em julho de 2022, quando fui nomeado em outro cargo, de arqueólogo do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS)⁹, instituição da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac), com sede em Porto Alegre e há 40 minutos da minha residência. Com mais tempo e agora atuando na área, tive mais disposição para começar a retomar, mesmo que tangencialmente, questões que envolviam a pesquisa e estava pronto para o final do trancamento da matrícula.

No entanto, logo no começo de 2023, recebo a notícia do desligamento do meu orientador, prof. Klaus Hilbert, a quem tenho imensa estima e respeito pelo trabalho e que julgava ser parte fundamental deste empreendimento na condição que ocupava. Mesmo que o PPG em História da PUCRS dispusesse de outros professores extremamente qualificados para suprir o espaço formal em aberto, o sentimento de estar desassistido não dissiparia, pois a razão pela qual escolhi esta instituição foi, justamente, pela possibilidade de que o professor Klaus, arqueólogo, cuja competência e trajetória acadêmica fala por si só, pudesse me orientar, ainda mais dado a sua área de atuação ser totalmente condizente com o meu propósito de pesquisa. Neste sentido, confesso que este evento foi um fator importante que contribuiu para desestimular muito a ânsia que eu acumulei em poder finalizar esta pesquisa no começo do último ano.

De qualquer forma, dei prosseguimento aos trâmites necessários e entrei em contato com o prof. Charles Monteiro para assumir o posto de orientador na reta final da pesquisa,

⁸ Conforme Relatório Técnico e Prestação de Contas submetido ao CNPq e aprovado, sob o número de protocolo 4713769484886429.

⁹ Para saber mais sobre a instituição, acessar o site oficial: mars.rs.gov.br.

que, gentilmente, aceitou o pedido, e conduziu a orientação deste empreendimento na sua etapa final. E cá estamos nós.

1.2 SOBRE A PESQUISA

Tendo exposto um breve contexto sobre as circunstâncias que envolveram a produção desta tese, cabe, agora, efetivamente começarmos a discutir a produção em si. Neste tópico, portanto, passarei a elencar diversos aspectos que julgo fundamentais para se entender a pesquisa. Apresento, inicialmente, a problemática que fundamenta o empreendimento; a seguir, apresento as hipóteses que trago comigo; adiante, apresento tanto o objetivo geral, quanto os objetivos específicos; e, por fim, apresento a estrutura da tese.

1.2.1 Eis a Problemática

A estreita relação entre Arqueologia e Modernidade já foi muito bem exposta e explorada por diversos autores, especialmente por Julian Thomas (2004). Portanto, não configura ineditismo apontar as diversas formas pela qual a disciplina está ligada à condição moderna. No entanto, a proposição aqui neste trabalho reside no reconhecimento, inicialmente, dessa relação, pois é a partir dela que a problemática será delineada.

O entendimento que quero apresentar aqui é o de que a sensação do recorrente estado de crise que a Arqueologia viveria (Cf. SHANKS e TILLEY, 1987; BRUNEAU e BALUT, 1997; CHAPMAN e WYLIE, 2016 para citar alguns) está intimamente ligada a algumas condições modernas que fundamentaram a disciplina e que, paradoxalmente, são incompatíveis com o seu propósito, pois a ciência que por mais de uma centena de anos vem sistematicamente se dedicando a estudar a vida material está fadada à frustração enquanto seguir compulsoriamente enraizada nos modos de entendimento tradicionais da modernidade.

Mas é bom esclarecer inicialmente que a proposição desta pesquisa não é a de sugerir mais um novo começo, ou de executar um processo de reengenharia, pois não se considera profícuo

simplesmente rejeitar o pensamento moderno e a arqueologia que se alimentou dele. Nós vimos que a própria modernidade, repetidamente, buscou superar problemas a partir de novos começos, rejeitando tudo o que aconteceu antes e começando novamente com novos alicerces. [...] A resposta não pode ser tão simples, pois sem a modernidade não haveria arqueologia alguma. As tradições existentes da disciplina não precisam ser colocadas de lado [...]. Ao invés disso, nós devemos buscar transformar a arqueologia do século XXI enriquecendo-a com ideias e modos de agir novos e complementares. (THOMAS, 2004, p. 223-224)¹⁰

Ou como Gnecco e González-Ruibal colocam respectivamente:

como Arturo Escobar (1998: 39) declarou sobre sua crítica do desenvolvimento, ‘O propósito da análise é contribuir para a liberação do campo discursivo para que então a tarefa de imaginar alternativas possa começar.’ A liberação do campo discursivo arqueológico começam por pensar historicamente, ou seja, por historicizar os principais conceitos da disciplina, seu mais estáveis núcleos metafísicos e ontológicos. (GNECCO, 2016, p. 73)

olhar de maneira crítica a arqueologia e a modernidade envolve um movimento duplo: primeiro, uma minuciosa crítica (de suas temporalidades, políticas e práticas, das preconcepções do que a arqueologia é, dentro e fora da disciplina) e, então, a requisição do que é valioso nela. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016, p. 3)

Especificamente aqui, então, coloco como questão central do empreendimento problematizar o nosso entendimento “sobre as coisas materiais”, que ainda “[permanece] distintamente moderno” (THOMAS, 2004, p. 3-4). Algo que deve ser historicizado e abordado de forma crítica com o intuito de oferecer um entendimento mais oportuno ao pensamento arqueológico, afinal

É argumentável que enquanto a arqueologia tenha feito avanços metodológicos e teóricos consideráveis a fim de endereçar o passado, nós, geralmente, não apreciamos as condições sob as quais nós mesmos operamos no presente. [...] Isso, por sua vez, significa que nossa compreensão do passado continua a ser prejudicada pelo que Gadamer chama de ‘a tirania dos preconceitos ocultos’ (1975:239). (*Ibidem*, p.1)

¹⁰ Todas as traduções de citações em língua estrangeira foram feitas por mim.

Cabe antecipar e destacar que a proposta de abordar a relação entre a Arqueologia e a modernidade, embora esteja focada nesta tese em apenas um elemento, se dará a partir de um prisma tripartite. Uma abordagem que em nada incorre na negação da relação intrincada existente entre os três elementos constituintes do que se convencionou chamar de *pensamento arqueológico*¹¹ nesta pesquisa. Na verdade, o entendimento aqui é de que a reitera, pois representa o reconhecimento do papel fundamental que assumem nas formações discursivas desse mesmo pensamento. Nota-se, portanto, que o endereçamento da questão focado em um ponto distinto se trata do mero *desemaranhamento* do discurso arqueológico enquanto um recurso analítico.

1.2.2 Hipóteses

Evidentemente, esta tese considera algumas hipóteses que são resultado da experiência e dos entendimentos acerca da realidade acumulados ao longo da minha trajetória na Arqueologia, sendo elas:

- A Arqueologia brasileira ainda está fortemente enraizada nos modos tradicionais de entendimento da modernidade;
- A centralidade – e a decorrente naturalização – do conceito *Cultura Material* representa um impedimento a formulações mais pertinentes ao pensamento arqueológico;
- Devido à natureza do seu objeto de pesquisa, a rejeição de um modelo Idealista e adoção de uma perspectiva realista é mais pertinente para se pensar o mundo *arqueologicamente*.

1.2.3 Objetivos gerais

O objetivo principal da pesquisa defendida aqui é o de investigar a Arqueologia. A proposta é a de problematizar o conceito de Cultura Material em virtude da centralidade que ocupa no discurso elaborado pelo pensamento arqueológico e dos seus pressupostos

¹¹ Uma melhor caracterização do entendimento dessa expressão nesta pesquisa é apresentado no item 2.2.1 *Tratando especificamente do tal pensamento arqueológico*, página 50.

notadamente *modernos* nos termos trazidos por Thomas e que se julga não serem esgotantes, mas limitantes ao potencial problematizador que a nossa relação com o mundo material representa. Também é objetivo deste trabalho desfrutar do momento propício para uma aproximação às discussões correntes nas ciências sociais e culturais, de modo que se explore a potencialidade única que uma perspectiva arqueológica possa oferecer. Ainda, promover a discussão de aspectos teóricos da disciplina no contexto da Arqueologia brasileira, pois, como observou Criado-Boado, a “teoria global” carece de “ser ativamente revisada através de uma perspectiva local” (CRIADO-BOADO, 2001, p. 127).

1.2.4 Objetivos específicos

- Determinar de que maneira o *pensamento arqueológico* está estruturado;
- Analisar a aderência do conceito *Cultura Material* na produção acadêmica brasileira;
- Historicizar brevemente e analisar o conceito *Cultura Material*, central à formação discursiva da Arqueologia;
- Promover a extroversão da pesquisa.

1.2.5 Questões metodológicas

Tendo exposto as condições nas quais produzo e os pressupostos que norteiam meu esforço, cabe então a mim determinar de que maneira pretendo atingir meus objetivos específicos de historicizar e analisar tal conceito. Para além da investigação bibliográfica de proposições que envolvam os conceitos objetos desse estudo, manifesta em artigos, livros e outros suportes, o que considero ser a atividade fundamental a ser desenvolvida por essa pesquisa, inerente e presente ao longo desta tese, também fazem parte deste esforço outras etapas que visam, não só incrementar esta pesquisa, mas também georreferenciar, pois trata-se de uma reflexão sobre a Arqueologia a partir da realidade brasileira – a minha e de meus colegas.

Por essa questão, por exemplo, entende-se ser pertinente para esta pesquisa analisar o que nós andamos falando sobre Cultura Material nos últimos anos. Mais especificamente, o que quero dizer, é que, de forma complementar aos dados trazidos decorrentes do

levantamento bibliográfico, que busca evidências da naturalização ou não do conceito de Cultura Material, faço uma análise do discurso arqueológico, que se entende quanto um discurso científico, estabelecendo o contexto no qual é produzido, tanto social, quanto instrumental, além de evidenciar a estrutura semântica que o compõe e, de igual forma, do conceito objeto central desta pesquisa: Cultura Material. À parte as questões hermenêuticas, que se justificam por si só, uma discussão mais elaborada sobre o tratamento dos dados empíricos – a produção bibliográfica em arqueologia – será detalhada no momento oportuno.

1.2.6 Para ler e para ouvir

Antes de prosseguir para a apresentação da estrutura da tese, gostaria ainda de fazer algumas observações. Inicialmente, explicitar que estou ciente da defesa da utilização de pronomes neutros, de forma a promover a inclusão, especialmente de pessoas não-binárias, além de ser um instrumento para fomentar debates outros que envolvam a perpetuação e reprodução de valores – nem sempre velados. Portanto, nesta tese, embora seja recorrente a utilização do marcador de gênero masculino no texto, gostaria de deixar explícito que o faço na medida em que entendo que este texto possui autoria – eu, um homem hétero cis e branco. Sendo assim, na condição de quem escreve, tomei a liberdade de adotar o gênero masculino, ao qual me identifico, como a referência para as generalizações. De qualquer forma, em alguns casos, será possível observar a utilização de substantivos neutros, que foi um esforço consciente meu de tentar neutralizar essa marcação de gênero, mas que nem sempre pode aparecer.

Ainda, no decorrer do texto, será possível notar a utilização de versos de música, de poesia, além de prosas como ferramenta de ilustração. Faço esse alerta por dois motivos. O primeiro deles, diz respeito a um certo receio que parte da academia parece ter em utilizar tais recursos, sendo contra, alegando uma falta de objetividade e um desvio no caráter estéril que o discurso deveria ter. Sobre isso, gostaria de deixar claro que não poderia discordar mais. Penso que todo recurso, seja ele de que natureza for, quando bem empregado, é uma possibilidade inestimável que não deve deixar de ser usada, especialmente, aqui, no intuito de complementar as ideias que são apresentadas. No meu caso, aqui, trago música, romance, poesia, enfim. Assim sendo, entendi estar diante de mim uma enorme oportunidade de

socializar as referências que encontraria na internet e, por isso, acabei criando uma lista de reprodução no Spotify com as obras utilizadas aqui e estavam à disposição, estando dispostas segundo a ordem que aparecem aqui no texto. Bom proveito!



Figura 1 - Arte criada para a capa da playlist *Arqueologia em Suspensão*, disponível no Spotify, acessado em 11/01/2024. Fonte: Elaborado por mim.

1.3 ESTRUTURA DA TESE

Tendo apresentado os elementos que fundamentam esta tese, cabe agora estipular de que modo ela foi estruturada. Além deste capítulo introdutório, outros quatro capítulos a compõem. No Capítulo 2 – *Um homem antiquado em busca de sua alma* – faço as primeiras considerações sobre a circunstância da produção do conhecimento científico, bem como uma análise sobre o seu produto, o conhecimento, para então me debruçar sobre o conhecimento arqueológico em específico, sua estrutura fundamental e seus conceitos centrais. No Capítulo 3 – *Arqueologia em Suspensão* – apresento o resultado da consulta às mais de 400 teses e dissertações analisadas nesta pesquisa, considerando o modo pelo qual o conceito de Cultura Material é abordado, com a finalidade de estabelecer se é possível ou não sustentar a hipótese de que tal conceito encontra-se naturalizado. Já no Capítulo 4 – *Ainda é conveniente falarmos em Cultura Material?* – problematizo tal conceito, oferecendo

um breve contexto histórico sobre a sua concepção, algumas considerações sobre a dualidade que ele implica e a minha crítica a partir de uma abordagem realista. Encerro, então, com o Capítulo 5 – *É o fim (da tese ao menos)* –, onde faço uma brevíssima síntese e as minhas considerações sobre tudo o que foi dito aqui, além de apresentar o que propus como atividade de extroversão.

CAPÍTULO 2.

UM HOMEM ANTIQUADO EM BUSCA DE SUA ALMA

*Quando digo “meu Deus”,
afirmo a propriedade.
Há mil deuses pessoais
em nichos da cidade.
Quando digo “meu Deus”,
crio cumplicidade.
Mais fraco, sou mais forte
do que a desirmandade.
Quando digo “meu Deus”,
grito minha orfandade.
O rei que me ofereço
rouba-me a liberdade.
Quando digo “meu Deus”,
choro minha ansiedade.
Não sei que fazer dele.*

O Deus de Cada Homem, Carlos Drummond de Andrade (2012, p. 65)

Albert Einstein diz que quando fala em cientistas, não se refere àqueles que meramente sabem “manejar instrumentos e métodos julgados científicos”, mas que pensa “somente naqueles cujo *espírito* se revela *verdadeiramente científico*” (2011, p. 198, grifo meu). Quanto ao tom geral da sua proposição, não resta dúvida, estou plenamente de acordo, pois penso que reproduzir quase que mecanicamente um processo para gerar um produto não passa de uma condição alienante, que meramente tangencia o que entendo ser o propósito da ciência. Mas talvez devêssemos também considerar, justamente, o vocabulário utilizado por Einstein ao propor em que termos se manifesta aquilo que é verdadeiramente científico: no *espírito*.

À parte as questões que antagonizam ciência e religião, parece existir uma essência fundamental entre essas duas dimensões da vida que, de certa forma, oferece a oportunidade que tal confronto seja possível. A meu ver, ambas são formas de dar conta de explicar uma determinada realidade, mesmo que nenhuma delas seja capaz de cumprir esse objetivo sem nos livrar da dúvida, sendo que a primeira parece nos pedir que a ignoremos; a segunda,

para que a abracemos. Talvez por isso mesmo o próprio Einstein imagine que exista uma pressuposição de fé por parte do empreendimento científico (2011, p. 198).

Dito isso, o entendimento do *espírito* aqui não deve estar limitado àquele contraste ao corpo, à massa incorpórea que seria a nossa verdadeira essência e capaz de sobreviver à morte, mas a partir de um sentido metafísico mais amplo, que se refere à consciência, a um princípio. Por isso, arriscaria dizer que o espírito científico, assim como o ser humano moderno (JUNG, 1955), surge como um espírito *desalmado*, pois a modernidade coloca a humanidade no centro, num lugar antes ocupado por uma deidade agora morta (NIETZSCHE, 2001, p. 147). Um deslocamento que propiciou a exigência de que o que antes devia ser revelado – posto que era oferecido por um terceiro a nós –, agora deve ser observado, experimentado, vivenciado em primeira mão. Como diz Jung, o ser humano moderno “abomina os postulados dogmáticos assumidos sobre a fé e as religiões baseadas neles”, pois ele “quer saber - experimentar por si mesmo” (1955, p. 207). Tal é o caso que, como argumenta Stephen Hawking, se a humanidade acabar por desenvolver uma teoria satisfatória, sobretudo se formos capazes de “saber o porquê de nós e o universo existirmos [consequentemente] será o triunfo supremo da razão humana – pois, então, conheceremos a mente de Deus” (2015, p. 229).

Nesse contexto, a atividade científica, portanto, não deixa de ser uma espécie de tentativa nossa de suprir um vazio deixado pela ausência de algo transcendental, que aqui, vou trazer da seguinte forma: a verdade, sendo o conhecimento o modo pelo qual a alcançamos. Mas podemos assumir que de nada nos adianta conhecer se não tivermos o desejo de dar um fim a esse conhecimento. Não faz sentido numa perspectiva ética, nem evolutiva; é uma falta de compromisso social, é desperdício de energia.

Assim, pode-se dizer que é com esse intuito que esta pesquisa aqui surge, pois, em certa medida, trata-se de um esforço imbuído de reflexividade, que vejo como uma das principais características do tal *espírito científico*. E aqui, falo de uma reflexão que assume uma dimensão pessoal, já que se trata de um esforço individual meu que, pode-se dizer, representa a minha busca pela minha alma científica, mas também, de igual forma, um esforço que assume uma dimensão que – como deveria ser – extrapola a mim mesmo. Afinal, eu entendo que a reflexividade deva ser a mais fundamental característica desse espírito, mas que não deve ser entendida de forma limitada, como uma reflexividade *para fora*, digamos, sobre o mundo, mas, também, *para dentro*, sobre nós mesmos enquanto

cientistas. E quando dou tal centralidade a essa ideia, faço pois não consigo deixar de enxergá-la quando pensamos no desenrolar da ciência, já que o que acabamos por notar

são ciclos de inovação seguidos do que Max Weber costumava chamar de “rotinização” (*Veralltäglichung*) e Thomas Kuhn designou de “ciência normal”. Na Europa, esses ciclos são visíveis desde o século XII, quando as novas instituições chamadas universidades substituíram os mosteiros como centros do saber, até o presente. Os grupos criativos, marginais e informais de um período regularmente se tornam as organizações formais, dominantes e conservadoras da próxima geração ou da seguinte. (BURKE, 2003, p. 51)

Agora, falando especificamente da Arqueologia, entendo que nós enquanto comunidade científica estejamos passando por um desses momentos, embora, deva-se dizer, seja exagero qualificá-lo como algo próximo a *revolucionário*. O que nós aparentamos viver é um momento conturbado, onde os nossos principais conceitos, embora longe de liquefeitos, já não parecem ser mais tão sólidos. O que não deve ser extrapolado de forma a pensar que estou sugerindo que algumas ideias nossas são antiquadas, indignas ou qualquer outro termo semanticamente negativo. Apenas estou afirmando que vejo este momento como turbulento, e que por sua natureza, configura-se como uma época potencialmente transformadora para a Arqueologia. Mais especificamente, trata-se daqueles momentos em que a efervescência de ideias, não só pode, como deve ser analisada de forma a nos oferecer o maior ganho possível. Desta forma que nessa pesquisa me propus a pensar um dos principais conceitos do discurso arqueológico a partir do que chamei de três parâmetros de repetição desse discurso, algo que será mais bem explicitado no item Sobre o meu objeto.

Feita essa exposição inicial, cabe expor que neste capítulo decidi tratar de três aspectos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Inicialmente, com o intuito de trazer à tona questões geralmente ocultadas, mas que exercem forte impacto na produção do conhecimento científico – mesmo que possamos eventualmente considerá-las indiretas –, reflito sobre a *nossa relação com a discursividade verbal*, sobre *os usos do conhecimento que produzimos*, bem como sobre *a geopolítica dessa produção* que nos atinge, especialmente, enquanto *arqueólogos brasileiros*. Seguindo o capítulo, começo a discutir questões epistemológicas pertinentes a essa pesquisa. Especificamente, discorro sobre o que deve ser entendido como *conhecimento* aqui e, mais especificamente, *conhecimento*

científico para, então, adentrar o tal *pensamento arqueológico* e expor os seus *conceitos centrais*, sendo um deles o meu objeto de estudo.

2.1 SOBRE ESTAR ATENTO

Penso ser importante começar com ressalvas. Não por tentar me isentar das opiniões vindouras, mas pelo contrário, para assumi-las na sua integralidade ao reconhecer as circunstâncias nas quais foram gestadas. Afinal, reconheço que, por mais que este trabalho seja resultado de um grande empenho, trata-se de mais um que visa contribuir com o debate. Ainda, penso ser importante explicitar que essas páginas também são a síntese de um esforço contingenciado por diversos fatores: compromissos acadêmicos, prazos de diversas naturezas, um certo enfoque característico de toda pesquisa, acesso a bibliografias e a pessoas, os recorrentes ataques a direitos adquiridos promovidos por parte da classe política, o projeto estatal de desvalorização da ciência – em especial das sociais –, uma pandemia, as contingências da minha vida pessoal, a manutenção da minha saúde mental. Desta forma, é impossível assumir que me proponho com essa pesquisa a esgotar o assunto que é meu objeto aqui. Muito menos que a visão que trago aqui seja a única possível.

Nesse mesmo sentido, penso ser igualmente importante trazer o quanto antes três questões que julgo fundamentais, levando em conta o objeto de estudo aqui, de forma que fiquemos todos igualmente cientes, para além da minha vontade pessoal em problematizá-lo, das razões pelas quais entendo que esse trabalho se justifica. A primeira delas diz respeito à ferramenta pela qual operamos; a segunda, ao contexto em que nos inserimos; e a terceira, às circunstâncias que constroem a todos nós enquanto arqueólogos brasileiros.

2.1.1 À falsa naturalidade das palavras

Assumo ser imperativo que todo cientista – seja do social ou não – precise viver eternamente de olhos abertos em direção ao chão que lhe sustenta. Afinal, nós estamos alicerçados sobre uma epistemologia que não é estanque. As nossas *certezas* estão sempre potencialmente sujeitas à erosão provocada pelo vento das dúvidas, que surgem naquele presente quando “a mente, o corpo é diferente” (BELCHIOR, 1976b). E isso é passível de

ser considerado até mesmo para os nossos conceitos mais caros, mais centrais e consolidados. Uma afirmação que, de modo algum, sugere nos jogar num outro extremo e propor que toda ideia é assumida como naturalmente frágil. Nem um pouco. Apenas está se afirmando aqui que nenhuma concepção deve ser tratada como um truísmo; que todo elemento epistemológico pode ser sujeito a criticismo; que, portanto, deve se manter pelos méritos das propostas que o sustentam.

Dito isso e antecipando uma dúvida que o leitor possa vir a ter do que foi dito, pergunto: como nós podemos julgar os méritos de uma proposição? A minha sugestão aqui é a de que toda ciência inicialmente se caracteriza por ser um campo de disputa de ideias¹². Nós elaboramos discursos e os fazemos circular pelos devidos meios. Nesse trânsito, reflexões vem e vão e, com isso, potencialmente se modificam.

É verdade que este processo pode ser entendido como lento diante da vida lá fora, mas é o tempo que a academia desenvolveu para si mesma. Aliás, levando em conta o anacronismo que o contraste entre a vida dos laboratórios e das ruas nos traz aos olhos, penso estar aí mais um fator que acentua a necessidade de mantermos essa sensação de inquietude ante ideias que se cristalizam a ponto de serem qualificadas como axiomas. Afinal, as sociedades derivam no tempo, os valores mudam e, muitas vezes, nesse movimento, adaptamos as nossas concepções de mundo e, com isso, o modo pelo qual enxergamos a realidade na qual estamos inseridos.

Nesse sentido, o meu esforço com essa pesquisa representa, meramente, a realização de um trabalho negativo em direção a ideias naturalizadas, de gerar uma inquietação “diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares” (FOUCAULT, 2016, p. 26), de

sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas. (*Ibidem*, p.31)

¹² Estou ciente dos outros aspectos que envolvem a formação de tal campo, algo que será mencionado no decorrer do capítulo. Aqui, no entanto, carece apenas destacar esse ponto para a defesa da minha sugestão.

E um outro fator complicador dessa questão é, não apenas a tendência de naturalizarmos conceitos, mas, também, de naturalizarmos a própria discursividade característica do modo pelo qual circulamos as ideias como uma representação fiel da realidade a que nos dedicamos a estudar. Afinal, a linguagem é uma mera ferramenta de representação, mas que de forma dissimulada nos faz esquecer a sua natureza. Estamos tão acostumados a nos referirmos a sentimentos, a cheiros, a objetos a partir da sua substantivação, por exemplo, que esquecemos que, nem o calor do sol, nem o gosto da bergamota são os seus signos. Realmente, não tenho problemas em admitir que, especialmente em um ambiente acadêmico, não há como fugir da linguagem verbal enquanto uma ferramenta de representação. Mas, por essa mesma razão, devemos sempre nos lembrar de que ela é traiçoeira, pois, só representa o mundo na medida em que o *desnatura* (CERTAU, 2012, p. 51) e que o faz de forma traiçoeira, afinal como nos alerta Merleau-Ponty, a linguagem faz-se “esquecer ao conseguir exprimir” (2012, p. 37).

Portanto, ciente das adversidades que conceitos e substantivações, por exemplo, trazem consigo enquanto um modo de representação, é preciso estar atento ao fato de que a linguagem, que nós usamos como meio de comunicação e de produção do conhecimento, não é digna por si só de representar uma determinada realidade. Por essa razão, devemos estar sempre cientes das imperfeições do instrumental pelo qual operamos a articulação de nossas ideias e, também, dispostos a incrementá-lo quando for necessário.

2.1.2 Aos usos sociais da ciência

Algo que também desejo deixar bem evidente aqui é que não desconsidero o contexto no qual operamos. Pelo contrário, penso ser extremamente importante estarmos cientes das condições nas quais as decisões que tomamos ocorrem, reconhecer que elas existem e que são influenciadas pelos entendimentos que nós construímos, e que acabamos consolidando nas nossas epistemologias. Mas com essa afirmação, não é meu objetivo aqui julgar ou colocar em xeque as ações que nós tomamos enquanto representantes de instituições, afinal, não enxergo tal situação como inerentemente boa ou má. Nesse sentido, estou plenamente ciente das contradições e das ambiguidades a que estamos sujeitos enquanto pessoas que habitam um mundo que “vai girando / cada vez mais veloz”, onde “a gente espera do mundo / e o mundo espera de nós / um pouco mais de paciência” (LENINE, 2004). Aliás,

reduzir essas ações à lógica maniqueísta de disputas é um desserviço para a promoção de espaços mais dignos às nossas práticas e mais respeitosos com os nossos colegas. O que busco aqui é apontar que a necessidade de problematização de conceitos e de ideias, sempre que for pertinente fazê-la, é agravada pela conjuntura social em que operamos enquanto pesquisadores e cidadãos.

Afinal, entendo que, embora nós costumemos assumir que as nossas concepções sobre temas relacionados à nossa *expertise* estejam restritas a um certo espectro, variando conforme o tempo e o espaço, não obstante, elas não se limitam a afetar apenas o campo epistemológico *stricto sensu*. Quer dizer, as ideias que nós temos sobre as nossas epistemologias as extravasam, ou, como coloca Wolff, transbordam para além delas, inclusive para a própria esfera do saber (2012, p. 10). Isso significa sugerir que as ideias que nós substanciamos ao produzirmos conhecimento acabam fundamentando um *regime de certeza* que alicerça diversas posições e decisões que nós – e outros agentes quando tratam de temas pertinentes à Arqueologia por exemplo – tomamos enquanto representantes de instituições¹³. E este *regime de certeza* é instituído diante de uma dinâmica acadêmica onde *as ideias voam enquanto a bibliografia se arrasta*¹⁴. Ou seja, o que estou assumindo aqui é que enquanto o ambiente de debate de ideias é menos rígido – ou mais fluído, mais dinâmico, caso prefiram – e se sustenta na dúvida, as decisões que nós costumamos tomar institucionalmente são substanciadas por ideias já fortemente reafirmadas, mas que podem já não ser – pelo menos absolutamente – tidas como verdadeiras, válidas, ou, ainda mesmo, as únicas capaz de oferecer uma explicação/interpretação de uma certa circunstância.

Assim, os entendimentos que tendem a transbordar para as outras esferas, são aqueles reiterados pelas prensas. E o fazem em diversos sentidos. Em direção à legislatura, na medida em que substanciam a formulação de leis e outras normas que regram, entre outras coisas, nossa atividade profissional. Cito, por exemplo, a lei que dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos (BRASIL, 1961) e, mais recentemente, a que

¹³ Acho interessante apontar que esse é outro aspecto em que a linguagem *desnatura*. As instituições existem, é verdade. Mas não são seres cientes que agem de acordo com seus princípios. As decisões institucionais são tomadas por indivíduos a partir de conglomerados humanos hierarquizados. Pessoas que pensam e que agem.

¹⁴ Faço alusão ao romance de Marcos Bagno, *A Língua de Eulália: novela sociolinguística*, mais especificamente quando a personagem Irene, incomodada com a expressão latina *verba volant, scripta manent* [as palavras faladas voam, as escritas permanecem], diz: “a língua falada, a língua que sai pela boca, é muito mais rápida, ágil e esperta do que a língua escrita, a língua que sai pela mão. Por isso eu até criei o meu próprio ditado: ‘A língua voa, a mão se arrasta’” (2006, p. 80).

regulamenta a profissão de arqueólogo (BRASIL, 2018). Transbordam para a esfera pública, enquanto justificativa para programas de governo e para outras ações específicas, tanto de órgãos públicos quanto de entidades civis, como por exemplo, àquelas voltadas para programas que envolvam o tema do *patrimônio arqueológico* ou *cultural*. Pensemos, por exemplo, como uma política voltada para o *patrimônio imaterial* só foi implementada em 2000 a partir do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (BRASIL, 2000) e a União só estabeleceu a chancela das *paisagens culturais* no penúltimo ano da primeira década do corrente século (BRASIL, 2009). Também transbordam para dentro da própria esfera acadêmica institucional, que não é imparcial ao seu contexto (BOURDIEU, 2004, p. 22-23), na medida em que potencialmente delimita e normatiza quais as condições necessárias para a produção do conhecimento, quais as possibilidades investigativas – como através dos processos seletivos dos Programas de Pós-Graduação (PPG), da cessão de bolsas de pesquisas, da criação de espaços de discussão, como eventos, e da seleção de trabalhos para circulação de ideias nesses locais. Cito como exemplo um recente evento organizado por discentes, cuja motivação teria sido, dentre outras coisas, “o não reconhecimento da legitimidade de muitas de nossas linhas de pesquisa, calcado em um ponto de vista arqueológico tradicional, [que] também nos limitam nos espaços de divulgação do conhecimento acadêmico, sendo mais um exemplo de práticas excludentes” (GOULART, COSTA e SILVA, 2020, p. 5).

Todas essas atitudes são substanciadas pelos entendimentos que nós produzimos. Dessa forma, ao estarmos cientes do contexto em que operamos, do modo pelo qual as nossas decisões, assim como a de outros agentes que buscam respaldo no conhecimento que nós ajudamos a construir, não podemos desconsiderar que a discussão de conceitos, sempre que oportuna, é fundamental para que esse *regime de certeza* seja o mais pertinente possível, logo, possibilitando decisões mais qualificadas e que tragam um maior benefício social. Portanto, o que busco aqui é apenas evidenciar as condições nas quais as decisões que tomamos ocorrem, reconhecer que elas existem e que são influenciadas pelos entendimentos que nós construímos, e que acabamos consolidando nas nossas epistemologias.

2.1.3 À geopolítica do conhecimento

Quando Reis pergunta em sua tese de doutorado se existe teoria na Arqueologia brasileira (2003, p. 5), evidentemente que estava usando de um recurso retórico. O seu objetivo com isso era explicitar a constatação empírica de que a Arqueologia brasileira ainda resistia fortemente a abordar explicitamente suas posições teóricas, que ficavam “ocultadas em um proposital mascaramento de inexistência” (*Ibidem*, p.11), enquanto acabavam reforçando um profundo adensamento dos aspectos metodológicos das pesquisas. Reis enxerga como possíveis razões que tenham contribuído para a conformação desse cenário de aparente desinteresse dos arqueólogos pela teoria, além da influência do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), uma interdisciplinaridade teatral e a manceba arqueologia acadêmica brasileira (*Ibidem*, p. 144-147).

Penso ainda ser importante adicionar a essa enumeração a particularidade de se fazer ciência na *borda do mundo* acadêmico. Afinal, conforme Barreto já apontava anos antes de Reis, as ideias processualistas (da década de 1960), por exemplo,

também chegaram [ao Brasil], mas não sem o **característico atraso dos países periféricos** e da resistência das gerações mais antigas. Sem traduções para o português e com a falta de treinamento em antropologia, a aplicação de conceitos e de metodológicas é, geralmente, simplista, empobrecida e, de novo, deslocada dentro de um contexto brasileiro. (1998, p. 578, grifo meu)

Situação que foi reforçada pelo relato de Lima a respeito de uma situação particular, quando nos diz

ser importante lembrar que [Norman] Yoffee esteve no Brasil, mais precisamente em Porto Alegre, na reunião da SAB de 1995, justamente quando ganhava notável fôlego a arqueologia darwiniana nos Estados Unidos. E nós perdemos a oportunidade de interrogá-lo a respeito, pela simples razão de que ignorávamos completamente o que estava se passando. [...] Mas, àquela altura, nós estávamos ocupados demais tentando emergir da nossa crônica letargia teórica, abrindo os olhos para o pós-processualismo mais de uma década após a sua instalação, **lenta e tardiamente como de hábito** (2006, p. 134, grifo meu)

Especificamente sobre o tal atraso em acompanhar as discussões que vem de fora, acho pertinente observar essa questão que envolve a dificuldade de acesso a fontes, especialmente as estrangeiras. Pois, não se trata meramente de não dispormos delas em português – o que

já um grande empecilho por si só –, mas de não dispormos, nem ao menos, de acesso a obras em suas línguas originais, de termos dificuldade simplesmente de pôr as mãos nesses livros.

Quanto a esse ponto, acho muito ilustrativo outro relato de Lima, quando nos diz que no começo da década de 1980

em conversa com uma colega de uma área afim, ela me contou que estava viajando para um congresso nos Estados Unidos e gentilmente se ofereceu para trazer livros que eu porventura necessitasse. Aqueles eram tempos duros, difíceis, o acesso à bibliografia arqueológica estrangeira era praticamente nenhum e estávamos muito longe das facilidades de hoje. Absolutamente ávida por novas perspectivas, aceitei de pronto a generosa oferta, juntei alguns poucos dólares e disse a ela: “traga o que você encontrar de melhor”. (2006, p. 126)

É bem verdade que a maioria dos relatos trazidos aqui e que dão conta desta condição a qual a comunidade arqueológica se submete retratam um ambiente anterior ao ano de 2006 (BARRETO, 1998; REIS, 2003; LIMA, 2006), no entanto, o intervalo de pouco mais de dez anos que separam aquele cenário do momento em que esta pesquisa é conduzida não representa a superação dessas adversidades.

Podemos considerar que, sim, houve o desenrolar de uma tentativa de superação das limitações que estamos sujeitos. Mas, por exemplo, ainda possuímos grande dificuldade em termos acesso à bibliografia da área. A oferta de livros no mercado brasileiro é escassa (Figura 2) e geralmente, se desejamos estar em dia quanto às discussões teóricas mais correntes, precisamos importar livros em dólar estado-unidense, acessá-las indiretamente a partir de artigos elaborados por aqueles que tiveram o acesso primário – geralmente pelas mãos das pessoas que realizam as orientações –, ou então temos que recorrer à ajuda de pessoas como Alexandra Elbakyan¹⁵.

¹⁵ Cientista da computação cazaque, criadora do site Sci-Hub.

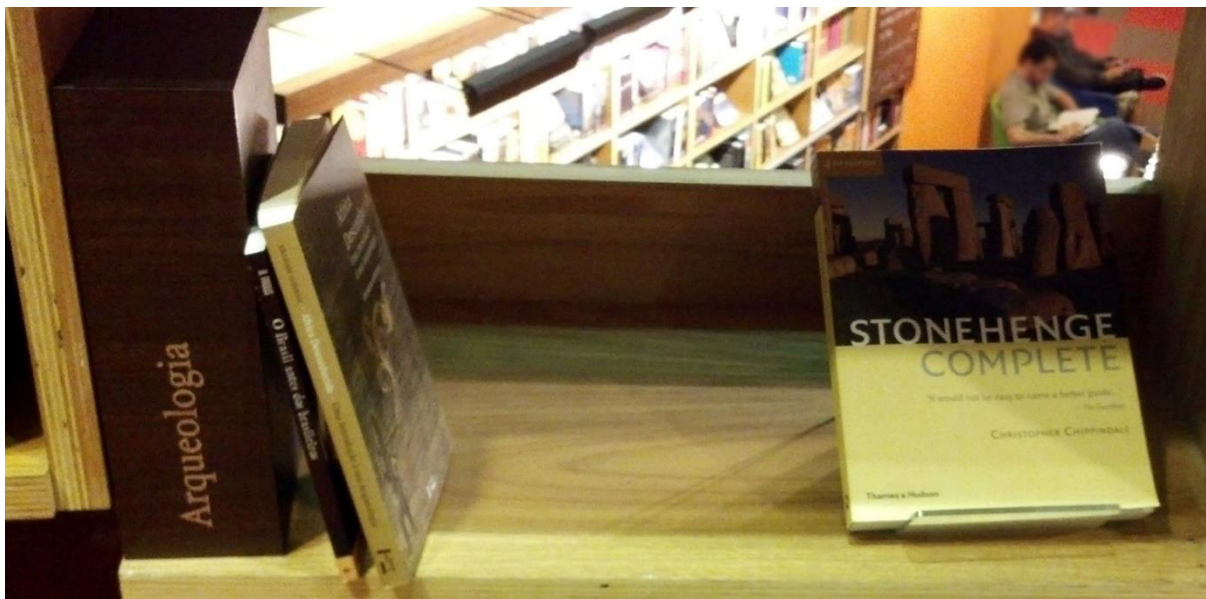


Figura 2 – Registro da única oportunidade em que encontrei uma seção de Arqueologia em uma livraria. A saber, a Livraria Cultura, que ficava à Rua Senador Dantas, no Rio de Janeiro, RJ. Foto: minha autoria, 2013.

É importante notar, diante disso, que, a massificação¹⁶ do acesso à internet nas últimas décadas e a sua consolidação como um espaço para circulação de ideias, embora um grande avanço, não representa uma superação das barreiras impostas pela distância entre os *centros produtores* e as *periferias consumidoras*, que é muito mais complexa e está estruturada para além da mera contagem de quilômetros entre nós e eles.

O que tudo o que foi posto até aqui me sugere é que nós, enquanto arqueólogos e brasileiros, parecemos estar sujeitos a uma perifericidade dupla. Explico a duplicidade. Primeiro, como já pretendi ter demonstrado, enquanto acadêmicos brasileiros, estamos submetidos a uma perifericidade tradicional, visto que estamos inseridos em um

neoimperialismo ou neocolonialismo acadêmico uma vez que o controle monopolista e a influência sobre a natureza e sobre o fluxo do conhecimento social exercidos pelo Ocidente permanece intacto mesmo que a independência política tenha sido conquistada. Por Ocidente me refiro especificamente ao que podemos chamar de potências científicas contemporâneas, que são os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França. São definidos como países que (1) geram uma grande quantidade de pesquisas científicas na forma de artigos em periódicos, livros e diversas publicações científicas; (2) possuem um alcance global das ideias e das

¹⁶ Talvez massificação seja um exagero, afinal, o mero acesso à internet, não só de qualidade, ainda é muito difícil em diversas partes do mundo. O fato é que, em 2000, cerca de 7% da população mundial tinha acesso à internet e, em 2021, este percentual chegou a 63% aproximadamente (BANCO MUNDIAL, 2020).

informações contidas nesses trabalhos; (3) possuem a habilidade de influenciar as ciências sociais de países devido ao consumo de trabalhos originados nas potências; e (4) comandam uma grande dose de reconhecimento, respeito e prestígio, tanto em casa quanto no estrangeiro. (ALATAS, 2003, p. 602)

Esta conjuntura – ou como Alatas coloca, o *continuum centro-periferia* (*Ibidem*, 603-604) – nos impõe uma condição original de consumidores, uma noção naturalizada, que se arrasta desde o século XIX até os dias atuais, fazendo, por exemplo, com que citeamos uma série de cânones, por vezes sem o devido escrutínio, quando abordamos temas relacionados a nossa realidade, e não necessariamente

porque eles conhecem algo mais profundo e poderoso sobre nossas sociedades. Eles não sabem nada sobre nossas sociedades. Nós os citamos repetidas vezes porque suas ideias e abordagens tornaram-se os paradigmas mais importantes nas instituições de conhecimento da metrópole – e porque nossas instituições de conhecimento são estruturadas para receber instruções da metrópole. (CONNEL, 2012, p. 10)

Este caso não se trata, como é possível notar, de uma exclusividade daqueles contidos no ambiente arqueológico, mas se estende a todo e qualquer acadêmico que se insira na borda do sistema. Trata-se do diagnóstico já exemplificados por Barreto (1998) e por Lima (2006) anteriormente.

O que me parece, no entanto, é que ser um arqueólogo neste contexto é um agravante. Por isso, a periferalidade dupla, pois a Arqueologia, ela mesma, parece estar situada à periferia das problematizações das ciências sociais. Pois, inicialmente, no âmbito das discussões pertinentes a essa área, tem assumido, tradicionalmente, uma posição marginal, uma vez que, nas palavras de Gillespie,

as mudanças na teoria pareciam surgir primeiro na antropologia sociocultural (e/ou linguística) [e] por um longo período os arqueólogos sentiram ter uma relação de dependência com a etnologia por teoria. Entretanto, os arqueólogos eram muito lentos em acompanhar seus colegas antropólogos, exibindo um **'lag paradigmático'** (Leone 1972) **crônico** que, geralmente, resultava em um período de desconexão e a sucessiva sensação de que os arqueólogos estavam sempre atrás da curva. (2008, p. 90, grifo meu)

Essa sensação de estarmos sempre atrasados nas discussões parece ter se mantido devido ao fato de muitos arqueólogos *antropológicos* terem criado a perspectiva de que a

teoria deveria vir, justamente, da Antropologia, enquanto a Arqueologia deveria aplicá-la e fornecer os dados àquela (GOSDEN, 1999, p. 5). Mas o que se conta é que isso parece ter terminado no final do último século, ou, melhor, ficado menos evidente quando o movimento conhecido como Pós-processual

abraçou a teoria social essencialmente da mesma forma que qualquer antropólogo. A antropologia (ou partes dela) se afastou das análises abstratas do estruturalismo desenvolvidas por Leach e outros, em direção à cultura material, ao corpo, à arte, à tecnologia e à paisagem. [...] O resultado dessas movimentações é uma unidade sem precedência entre algumas partes da arqueologia e da antropologia. (*Ibidem*, p. 7-8)

É claro, isso é mais válido para o contexto daquela Arqueologia imbricada com a Antropologia. No entanto, se faço esse enfoque nessa relação, não é porque ignore outros contextos, notadamente aqueles em que a Arqueologia se articula à História. Mas por que, nesses últimos, parece haver uma certa despreocupação com elaborações teóricas, já que, por vezes, se tem que os “fatos arqueológicos” vem antes da interpretação teórica (OLIVIER, 2019).

Agora, voltando à questão da nossa aproximação com os debates correntes, é interessante destacar que isso não representa necessariamente que tenhamos ganhado pertinência ante as outras ciências. Apenas que estamos atentos às últimas tendências.

Aparentemente, escavação, estratigrafia ou ruínas são coisas que só se tornam importantes em um nível transdisciplinar quando as pessoas de fora da arqueologia prestam atenção nelas e, de alguma forma, as desmaterializam. [Enquanto isso,] temos tentado encaixar nosso material nos parâmetros concebidos por sociólogos, antropólogos, ou historiadores, que tem, por sua vez, demonstrado pouco interesse no que nós, arqueólogos, temos a dizer usando essas categorias emprestadas. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016, p. 1-2)

Ou seja, dentro do grande esquema da geopolítica interdisciplinar, ainda estamos posicionados enquanto meros consumidores de teoria. Extremamente atualizados, é verdade, mas ainda sim consumidores.

Diante do que foi brevemente exposto aqui, o que gostaria de chamar atenção ao concluir este tópico é quanto à necessidade de estarmos atentos a essa geopolítica. Precisamos reconhecê-la antes de combatê-la. É preciso, portanto, entendermos que nos colocar a par do que nossos colegas de outras áreas vinham discutindo é um grande avanço,

sem dúvida. No entanto, torna-se um avanço malogrado se continuarmos a sermos meros consumidores.

O entendimento aqui é o de que o nosso objeto e as nossas problematizações exigem uma adequação, ao menos, dos conceitos que nós adotamos. Não se trata de advogar pelo rompimento com as outras disciplinas, muito menos promover o nosso isolamento absoluto. Pelo contrário, reconheço que todas as ciências coexistem e vou além: a interdisciplinaridade não é uma ferramenta metodológica, uma opção que se dispõe aos pesquisadores como costuma se imaginar. A interdisciplinaridade é uma condição inerente da produção do conhecimento. Afinal, ninguém faz puramente Física, nem Geografia, nem História, nem Antropologia.

Nesse sentido, talvez a própria Arqueologia seja um excelente expoente desse caráter indelével que toda atividade científica exige. Da mesma forma essa interação entre as ciências não significa que devemos desconsiderar as peculiaridades inerentes a nossa prática e, quando nós teorizamos – porque, sim, é óbvio que nós fazemos –, devemos ter em mente essas particularidades que fazem com que o nosso pensamento seja qualificado como *arqueológico* antes de outra coisa.

Ainda, nesse sentido, é importante nos inserirmos nos debates, não meramente enquanto *arqueólogos*, mas, principalmente, enquanto *arqueólogos brasileiros*, ou seja, precisamos promover a discussão de aspectos teóricos da disciplina também no contexto da Arqueologia brasileira, pois, retomando a observação de Criado-Boado, eles podem e devem ser revisados “através de uma perspectiva local” (2001, p. 127). E essa carência deriva do fato de que, por exemplo, nós enquanto arqueólogos não devemos adotar sem escrutínio as ponderações que vem de outras áreas, também não devemos, enquanto arqueólogos brasileiros, adotar as ponderações dos estrangeiros, simplesmente, pelo seu status de produtor de conhecimento.

Primeiro porque elas podem até ser pertinentes nos seus contextos de origem, mas isso não é garantia de que será igualmente pertinente quando transpostas *para cá*. Segundo, elas ainda podem nem ao menos ser interessantes. O que eu estou dizendo com isso, não é que devemos parar de ler o pessoal do *Norte Global* ou recusar de antemão suas considerações. Pelo contrário, que leiamos tudo aquilo o que nos interessar, independentemente de onde for. Mas que façamos isso para que possamos, nós mesmos, elaborar as nossas próprias ideias. Ou então para que possamos utilizar aquelas que nos forem úteis devido à sua

pertinência e recusar aquelas desinteressantes, mesmo que façam parte de uma nova onda que toma conta das publicações. Quem tem a ganhar com isso não são apenas os acadêmicos aqui da *borda do mundo*, mas a Arqueologia e o conhecimento científico em geral.

Faço essas observações todas pois gostaria de esclarecer em que termos essa tese se coloca. Ela representa uma soma ao esforço consciente de quebrar a perifericidade dupla a que estamos sujeitos. Trata-se de uma pesquisa arqueológica, mas na qual o leitor não encontrará perfis estratigráficos, nem análises morfológicas, muito menos mapas georreferenciados, pois nesta pesquisa, não escavarei o solo, não coletarei fragmentos, muito menos farei prospecções. Bom, talvez alguém possa argumentar que farei tais coisas metaforicamente, como é recorrente na história da disciplina (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016, p. 1-2), mas gostaria de negar tal possibilidade, justamente pelo histórico que envolve a fetichização do discurso arqueológico enquanto mera ferramenta ilustrativa a outras áreas. Não, a minha única proposta aqui é a de problematizar o pensamento arqueológico e isso também é fazer Arqueologia.

Assim, tendo exposto aqueles principais aspectos traiçoeiros que fazem parte da nossa prática e acabamos por naturalizar, creio ser oportuno afunilar a discussão em direção ao meu objeto de estudo, os conceitos. No entanto, antes, faz-se necessário que eu estabeleça em que termos *conhecimento* é entendido aqui neste trabalho. A partir disso, eu poderei então discorrer brevemente sobre o que configura o pensamento arqueológico, minha grande área de estudo, e seus parâmetros de repetição que caracterizam os principais conceitos do discurso arqueológico.

2.2 ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE O QUE SIGNIFICA CONHECER

O fato de que nós, enquanto seres sensíveis, possuímos experiências relativamente diferentes nas mesmas circunstâncias – como por exemplo, um vestido ser motivo de discórdia entre aqueles que enxergam uma peça branca e dourada e os que a percebem como azul e preta – tem nos levado a perguntarmos desde a Antiguidade: existe verdade para além do modo pelo qual as coisas aparentam para nós? Afinal, não é porque eu – um rio-grandino, ou seja, uma pessoa criada em uma península com cerca de 30km² localizada no extremo-sul do Brasil – me sinto extremamente confortável no inverno gaúcho que meus

colegas que cresceram próximo ao equador devam sentir igual familiaridade com o frio. Seguindo esse raciocínio, não é estranha a constatação de que o frio (ou o calor), por exemplo, não é uma qualidade intrínseca da atmosfera, *o ar não está frio*, nós que, potencialmente, o sentimos assim.

Portanto, a conclusão a que tendemos a chegar é a de que, certamente, não existe uma verdade absoluta da forma como costumamos conceber, uma vez que as coisas que nós conhecemos são condicionadas pelos nossos sentidos. E o desencadeamento de constatações dessa natureza tende a ser a aceção de que a nossa condição de seres subjetivos torna impossível atestarmos que alguma suposição seja verdadeira nestes termos, na medida em que parece se assumir que tudo o que existe não passa de uma asserção relativa que deriva da nossa inserção numa conjectura específica. Com isso, nada parece nos restar que não validar o axioma de Protágoras: uma pessoa é a medida de todas as coisas, “da existência das que existem e da não existência das que não existem” (PLATÃO, 1973, p. 32).

Mas a ausência de opções é, na verdade, mera ilusão que parece decorrer da necessidade que temos de enraizar toda existência numa experiência singular visto que estamos, cada um de nós, limitados a nossa própria. Assim, não parece estranho que ir de encontro a esta perspectiva possa sugerir uma desqualificação das experiências individuais, muitas vezes se transformando em acusações de desvio moral, que pretendem denunciar tendências cientificistas em discursos que se escoram em categorias como *absoluto* e *objetivo* em detrimento de *relativo* e *subjetivo*.

Bom, a minha perspectiva aqui é de que o problema é muito mais complexo do que geralmente se apresenta e que tratar a questão a partir de um dos extremos em que tem se estruturado é um erro. Categorias como absoluto/relativo ou objetivo/subjetivo devem ser assumidas nestas páginas como meras ferramentas epistemológicas, não como condições nas quais as coisas que se apresentam para fora delas, na vida cotidiana.

Feita essa observação, é oportuno seguir a discussão em torno do axioma de Protágoras, pois ele suscita duas questões muito recorrentes na busca da sociedade dita ocidental por estipular o que significa conhecer. Primeira, o que estamos dizendo quando assumimos que uma asserção é *verdadeira*? Em outras palavras, qual a qualidade daquilo que chamamos de *verdade*? Segunda, é evidente que, enquanto seres sensíveis, o mundo se apresenta para nós a partir da experiência oportunizada pelo nosso corpo. No entanto, pensando nessa relação, em que medida ter uma sensação de algo define este algo a ponto de esgotá-lo? Em outras

palavras, em que medida está o objeto da nossa sensação condicionado a ela? Começo pela última questão e faço a partir das reflexões de Sócrates sobre a máxima elaborada por Protágoras.

De modo geral, agrada-me sua doutrina, de que tudo o que aparece para alguém, existe para essa pessoa. **Só o começo de sua proposição é que me surpreende, por ele não dizer logo no início de sua obra, A Verdade, que a medida de todas as coisas é o porco ou o cinocéfalo ou qualquer outro animal mais esquisito ainda, porém capaz de sensações.** Seria o melhor exórdio para um discurso a um tempo brilhante e desdenhoso, com mostrar-nos que, se o admiramos como a uma divindade por causa de sua sabedoria, em matéria de discernimento ele não bate nem os girinos, quanto mais um ser humano. Como diremos, Teodoro? Se a verdade para cada indivíduo é o que ele alcança pela sensação; se as impressões de alguém não encontram melhor juiz senão ele mesmo, e se ninguém tem autoridade para dizer se as opiniões de outra pessoa são verdadeiras ou falsas, formando, ao revés disso, cada um de nós, sozinho, suas opiniões, que em todo caso serão justas e verdadeiras: **de que jeito, amigo, Protágoras terá sido sábio, a ponto de passar por digno de ensinar os outros e de receber salários astronômicos, e por que razão teremos nós de ser ignorantes e de frequentar suas aulas, se cada um for a medida de sua própria sabedoria?** (PLATÃO, 1973, p. 46, grifo meu)

Me parece que o trecho acima é bem elucidativo a respeito do grande problema que uma abordagem hiperrelativista tende a assumir: na ânsia de nos livrar do peso dos absolutos, condicionamos o mundo à nossa experiência individual e, como somos muitos, acabamos legitimando a possibilidade da existência de diversos mundos alternativos igualmente válidos e potencialmente excludentes. Mas isso supõe que se tenha como verdadeira a noção de que conhecer é ter a sensação de algo, que toda sensação é o que compõe o que chamamos de realidade. E, ao fazermos isso, acabamos por deixar *cada um de nós sozinho*.

Assim, antes de prosseguir, considerando os tempos em que estamos vivendo, quando recentemente o termo pós-verdade tem ganhado mais proeminência nas nossas discussões cotidianas¹⁷, cabe nos perguntarmos: a quem serve a realidade pautada em uma experiência

¹⁷O termo foi eleito como Palavra do Ano 2016 pelo Dicionário Oxford, sendo uma das razões o fato de que pós-verdade “deixou de ser um termo periférico para se tornar um pilar de comentários políticos, sendo

exclusiva? Justamente a todo e qualquer projeto de cunho autoritário e messiânico, que se supõe ser o provedor de sentido e de solidez a uma realidade assumida como líquida. Um cenário descrito em outras palavras num texto de 1943, mas que muito dialoga com os últimos anos, por George Orwell:

Sei que está em voga dizer que, de qualquer modo, grande parte da história registrada não passa de mentiras. Estou disposto a aceitar que a história quase sempre é inexata e tendenciosa, mas o que distingue a nossa época é o abandono da ideia de que é possível escrever a história com veracidade. [...] Um historiador britânico e um alemão poderiam discordar de maneira acirrada sobre muitos pontos, mas ainda continuaria a existir esse corpo de, por assim dizer, fatos neutros, os quais nem um nem outro colocariam em dúvida. É exatamente essa base comum de concordância, com a implicação de que os seres humanos pertencem todos à mesma espécie animal, que acaba sendo destruída pelo totalitarismo. De fato, a teoria nazista nega especificamente a existência de algo denominado “a verdade”. Não existe, por exemplo, algo que se chama “ciência”. Há apenas a “ciência alemã”, a “ciência judaica” etc. O objetivo implícito dessa linha de pensamento é um mundo de pesadelo no qual o Líder ou algum grupo dominante controla não só o futuro como também o passado. Se o Líder afirma que tal evento “nunca aconteceu” – bem, então nunca aconteceu. Se ele diz que dois mais dois são cinco – então dois mais dois são cinco. Essa perspectiva me apavora bem mais do que qualquer bomba – e, depois da nossa experiência dos últimos anos, não me parece que esta seja uma afirmação frívola. (2020, p. 101-103)

Dito isso, é preciso enfatizar aqui que, além de manifestar uma certa preocupação com a nossa situação política corrente¹⁸, minha intenção com essas críticas não é a de nos jogar no outro extremo, num absolutismo selado. Este é um interesse do qual estou livre, até porque entendo ser uma suposição, além de igualmente perigosa, irrazoável, pois encaminha a questão sobre o conhecimento a partir de um viés estritamente transcendental como as tradições atribuídas a Sócrates e a Descartes fazem¹⁹ por exemplo. Mas acredito que a melhor maneira de explorar este tópico seja trilhando tal caminho dicotômico, afinal, desde

frequentemente usado por importantes publicações sem a necessidade de esclarecimento ou de definição em suas manchetes” (OXFORD LANGUAGES, 2016).

¹⁸ Me refiro aqui, especificamente, aos quatro anos de terror que o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) representa.

¹⁹ No caso, me refiro à presença de uma transcendentalidade que garante o conhecimento verdadeiro. Para Sócrates, o Bem; para Descartes, Deus.

a Antiguidade até o século XXI é recorrente a discussão na epistemologia sobre quem detêm a primazia: a experiência ou o conhecimento apriorístico, inato? E embora não seja meu objetivo aqui me delongar nessa disputa, para cumprir o meu propósito com este item, faz-se necessário que eu trate desta questão, mas articulada a partir do ponto em que me é útil.

Para chegarmos ao entendimento de conhecimento que penso ser mais oportuno a esta pesquisa, é preciso tratarmos da questão por um viés bem fundamental. Tem-se na tradição epistemológica que toda forma de conhecimento é, inicialmente, uma *crença* que se qualifica como *verdadeira* por ser *justificada*. Em outras palavras, uma asserção fomentada por uma atitude proposicional de verdade é justificada por um suporte qualquer e adquire assim a qualidade de verdade.

Nesse sentido, conhecimento equivale ao sucesso da verificação de uma crença²⁰. Portanto, quando dizemos que *houve escravidão no Brasil* e elevamos esta afirmação à categoria de conhecimento, o que estamos dizendo é que acreditamos nessa premissa e que esta premissa é verdadeira na medida em que a justificamos com alguma espécie de suporte, geralmente combinados, reiterando-se: relatos de pessoas escravizadas, legislação da época, inventários ou mesmo elementos na paisagem que estão diante de nós, como é o caso do Cais do Valongo.

Mas se conhecer é verificar, carece, portanto, do envolvimento de terceiros. Afinal, não há conversão de crença em conhecimento se ela permanece restrita à pessoa cuja medida corresponde. É nesse sentido que penso ser extremamente necessário reconhecer que o conhecimento possui um caráter social. No entanto, não basta que sejamos meramente capazes de compartilhar uma crença. Afinal, estaríamos apenas estendendo o axioma de Protágoras para *duas ou mais pessoas são a medida de toda as coisas*. Conhecer implica um segundo passo: há algo *a priori* para ser conhecido. Em outras palavras, faço menção à

²⁰ Estou ciente das críticas de Gettier sobre esta definição de conhecimento (GETTIER, 1963). Agora, o que ele se propõe é a determinar em que medida é possível que alguém conheça uma proposição. Dito isso, vejo algumas diferenças com o tipo de entendimento de conhecimento que busco definir aqui, um esforço que entendo ser mais *descritivo* do que *normativo*. Primeiro, é inviável, na perspectiva que trago aqui, que possamos adjetivar como conhecimento proposições que tratem de questões que não aconteceram ainda, como ele faz em seu Caso I. Assumir que isso é possível estabelece ser plausível um critério absoluto de verdade que nos joga num determinismo. Segundo, o contexto lhe é indiferente. Ainda no seu Caso I, Gettier reforça seu enfoque na proposição quando trata da afirmação “(e) O homem que conseguirá o emprego possui dez moedas em seu bolso” (*Ibidem*, p.122). Aqui, há uma preponderância do formalismo em detrimento das elucidações que o contexto poderia nos oferecer, já que “o homem” em questão é Jones e não Smith. Dessa forma, para Gettier, dizer *o homem que conseguirá o emprego*, não é a mesma coisa que dizer *Jones conseguirá o emprego*.

Teoria da Correspondência, que estabelece a condição primordial para que uma coisa seja verdadeira: corresponder à realidade. Sendo assim, o que estou sugerindo é que o conhecimento deve ser entendido como uma correspondência socializada que vinga entre uma abstração e uma determinada realidade. E, mais especificamente, que o conhecimento científico é apenas uma forma bem peculiar pela qual parte da humanidade processa essa relação, afinal, existe uma comunidade acadêmica que institucionaliza o conhecimento a partir da revisão por pares.

E o que temos hoje é que essa comunidade científica parece – apenas parece – ter sanado essa disputa entre objetividade e subjetividade que se arrasta desde a Antiguidade, e que se ramifica em diversas outras dicotomias. Nos termos propostos por Latour, isso teria ocorrido quando os modernos, especialmente a partir da constituição de duas zonas ontológicas distintas, uma humana e outra não-humana, “purificam” o mundo (2009, p. 15-17). Teríamos nós então desatado o complicado nó entre objetividade/subjetividade que gerava o problema²¹, exemplificado por ele nos objetos de Boyle e nos sujeitos de Hobbes, como nos diz a seguir.

Boyle criou um discurso político de onde a política deve estar excluída, enquanto Hobbes imaginou uma política científica da qual a ciência experimental deve estar excluída. Em outras palavras, eles inventaram nosso mundo moderno, um mundo *no qual a representação das coisas através do laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos através do contrato social.* (*Ibidem*, p.33, grifo no original)

²¹ O que não quer dizer que esta dicotomia deixou de ser um problema, digamos, filosófico. O que ela proporcionou, sim, foi uma espécie de higienização do fazer acadêmico, uma desvinculação entre objetividade e subjetividade nas práticas científicas. Uma premissa assumida ao longo dos últimos séculos que parece impossível de se sustentar quando a reaproximamos com a prática científica, como ilustra Bertand Russel, a partir da física, quando nos diz que “começamos a partir do ‘realismo ingênuo’, i.e., a doutrina de que as coisas são o que parecem ser. Nós pensamos que a grama é verde, que as pedras são duras e que a neve é fria. Mas a física nos garante que o verde da grama, que a dureza das pedras e que o frio da neve não são o verde, a dureza e o frio que nós sabemos pela nossa experiência, mas algo muito diferente. O observador, quando está a observar uma pedra, está na verdade, se a física deve ser creditada, as impressões da pedra sobre ele próprio. **Portanto, a ciência parece estar em guerra consigo mesma: quando se considera extremamente objetiva, coloca-se a si mesma na subjetividade contra a própria vontade.** O realismo ingênuo conduz à física, e a física, se verdadeira, mostra que o realismo ingênuo é falso. Portanto, o realismo ingênuo, se verdadeiro, é falso; portanto, é falso. E portanto, o behaviorista, quando pensa estar registrando observações sobre o mundo externo, está registrando observações sobre o que está a acontecer em si na verdade” (RUSSELL, 1956, p. 15, grifo meu).

Uma consequência que ainda vivemos hoje dessa separação é a falácia de que só é possível conhecer, ou mais especificamente, apenas é *científico* aquele conhecimento indubitável que assume altos ares de formalismo, como Boyle e seu laboratório.

Portanto, tangencialmente a isso, se supõe que estabelecer como conhecimento qualquer asserção que envolva uma variável tão complexa e pouco previsível como a *humana* é uma espécie de conhecimento *acientífico*, como se isso significasse um conhecimento *menor*. Afinal de contas, agora que nós separamos os dois mundos e a subjetividade pode ser excluída do processo, uma realidade absolutamente objetiva, que pode ser traduzida como indubitável, é plenamente alcançável.

Em contrapartida, há ainda uma implicação política e moral que parece se amparar na ideia de que atribuir qualquer espécie de objetividade a problematizações que envolvam o caráter humano significa defender alguma espécie de determinismo, de nos tomar o livre-arbítrio e de ignorar processos contingentes como o histórico, por exemplo. Bom, quem pensa que fazer ciência é necessariamente produzir um conhecimento verdadeiro de caráter transcendental, então, parafraseando Bruno Latour, jamais foi cientista. E quem se insere dentro de um ambiente acadêmico, mas nega o caráter científico do conhecimento que produz por conta de suas mazelas, apenas está tentando se isentar de responsabilidades que não deseja assumir para si.

Dito isso, a meu ver, o peso qualitativo de verdade que costumamos atribuir a um conhecimento repousa sobre um objetivo *ad aeternum* do empreendimento científico, tal qual o horizonte é para Eduardo Galeano (2001, p. 230), pois nós precisamos de um chão sólido para pisar. Afinal, não por acaso, fazer ciência também é estar errado. Aliás, eu sugiro que a ciência mais erra do que acerta e que nem ao menos isso é capaz de fazer com que um empreendimento seja menos científico ou menos válido. Pois, muitas vezes nós estabelecemos que existe um fenômeno e elaboramos uma explicação que condiz com o que observamos, reproduzimos suas condições e obtemos os mesmos resultados.

Mas isso até descobrirmos que, na verdade, nossas suposições estavam fundamentadas em mero correlacionismo como a ideia de geração espontânea (abiogênese), e, até mesmo, num estúpido preconceito, como a frenologia. Agora, isto significa que aquelas suposições que eram assumidas como verdadeiras e agora são tidas como falsas eram menos científicas? De forma alguma. E a nossa ânsia em desqualificá-las como tal, muitas vezes, diz muito mais respeito a um indigno esforço de caracterizar o empreendimento científico como

moralmente neutro ao estabelecer que não eram científicos o suficiente. No fim, trata-se apenas de tentativas de higienizar a ciência e de não a assumir na sua completude, com as suas contradições e suas falhas, isentando-nos dos nossos ônus.

Tendo dito isso, volto à questão dos laboratórios, da objetividade. Penso ser um desserviço para a sociedade deslegitimar um modo de conhecer em detrimento do outro apenas pelo seu potencial de replicabilidade. Afinal, eventos únicos ou mesmo de baixa ocorrência possuem tanto potencial quanto quaisquer outros para serem entendidos como relevantes o suficiente, de modo que seja de interesse da sociedade conhecer as circunstâncias em que ocorrem, suas implicações e que medidas devemos tomar para evitar possíveis recorrências ou mesmo sanar devidos estragos causados por eles. Ser capaz de – ao menos tentar – compreender a realidade complexa na qual estamos inseridos e não o fazer, ao invés disso, desqualificar esses esforços que adicionam uma variável como a subjetividade, é um erro crasso que só serve a perspectivas tecnocratas, que são a verdadeira manifestação da irracionalidade, uma vez que *a vida é complexa*. Mas nós tendemos a dar as costas a essa complexidade com tranquilidade, pois a purificamos em nome da ordem: o que nós permitimos existir somos nós, humanos, subjetivos, e eles, não-humanos, objetivos. E é meu propósito aqui é ir de encontro a essa concepção hegemônica.

Dessa forma, entendo ser pertinente fazer a distinção entre duas situações que corriqueiramente ocorrem e que acabam por caracterizar as ditas ciências *de verdade* e as *pseudociências* humanas. Uma distinção que muitas vezes é feita com o intuito de desqualificar o processo de produção do conhecimento elaborado pelo último em detrimento do primeiro. A diferença entre uma ciência dita *de verdade* e uma outra que *quer ser ciência*. E faço isso partindo da ideia de que objetividade/subjetividade e as suas ramificações não correspondem a uma dicotomia, mas um espectro, onde os extremos são ilusórios, transitando a vida entre eles. Sendo ainda importante fazer isso sem esquecer da Teoria da Correspondência, pois o conhecimento que nós produzimos, em qualquer que seja a situação, sempre pressupõe que está respaldado por algo que corresponde ao que chamamos de realidade.

Com isso, acho importante frisar que o meu ponto é o seguinte: se alguma proposição é verificável e reproduzível em condições idênticas, pode ser ciência; se alguma proposição é verificável, mas não necessariamente reproduzível em condições idênticas, pode ser ciência também. Ambas são formas sistemáticas de produzir conhecimento sobre uma dada

realidade. Um *conhecimento*, uma vez que as nossas proposições são crenças que assumimos como verdadeiras por serem justificadas, que é *científico*, pois a justificação é garantida por um consenso institucional formado por pares acerca de uma determinada realidade.

2.2.1 Tratando especificamente do tal pensamento arqueológico

Tendo estabelecido o que deve ser entendido por conhecimento científico, é hora de eu começar a afunilar a questão em direção ao meu propósito nesta pesquisa, tratar do conhecimento produzido por uma área em específico: a Arqueologia. E acho pertinente fazer isso a partir do discurso que essa ciência elabora para abordar essa realidade, afinal, como já foi dito anteriormente, o modo pelo qual nós fazemos esse conhecimento circular é a partir da discursividade.

Portanto, a minha sugestão é de que essa ideia de *pensamento arqueológico* deva ser entendida aqui como o discurso que é sistematicamente aplicado por nós para explicarmos e interpretarmos o nosso objeto de estudo. Isso significa englobar toda uma gama de teorias, suposições, conceitos que nos permitem operar enquanto membros de uma comunidade acadêmica.

Nesse sentido, cabe salientar que o modo pelo qual esse *pensamento arqueológico* se estruturou foi – e ainda é – influenciado pelas ditas premissas modernas, uma questão já excepcionalmente demonstrada por Julian Thomas no começo do corrente século (2004). Portanto, não incorre em novidade tal afirmação, ou mesmo parece pertinente julgá-la passível de contestação a esse ponto. Nós somos o que somos.

De certa forma, isso significa aceitar que, ao passo em os últimos séculos possam representar um certo *progresso* para os campos de atuação dedicados à produção do conhecimento – fomos para o espaço, encontramos a cura para diversas doenças, rastreamos a dispersão da nossa espécie pelo planeta –, significa também que nós somos herdeiros das ambiguidades e das contradições que a influência do pensamento dito moderno exerce sobre nós. Sim, poderíamos dizer, entre outras coisas, que nós na Arqueologia também nos escoramos sobre aquelas mesmas premissas que Latour acusa de serem irrealizáveis, paradoxais, ao ponto de nunca termos sido o que pensamos que somos (2009).

Mas diante do que coloquei até agora, não deve causar surpresa se alguém se perguntar: qual o problema com tais ambiguidades se a aplicação dessas premissas modernas parecem ter gerado resultados positivos e com eficácia? Bom, cabe esclarecer que a questão não é necessariamente a de rechaçar toda influência dessas premissas modernas, afinal, ao negarmos tudo, já que somos fruto dessa árvore, não estaríamos também negando a nós mesmos? E dessa forma, não seriam nossos esforços considerados ineficazes desde o princípio? É importante que eu frise isso, já que não se trata de seguir por esse caminho, de rechaçar. Pelo contrário, eu diria que o que faço aqui é um movimento de aceitação, que permite o reconhecimento das condições nas quais nós produzimos conhecimento para, aí sim, fazer uma análise crítica do estado das coisas, de forma a promover um incremento ao modo pelo qual operamos, com o intuito de termos uma Arqueologia mais pertinente.

Assim, consoante a Thomas, acredito que “nós podemos buscar transformar a arqueologia do século XXI ao a enriquecermos com ideias novas e complementares e com novos modos de trabalharmos” (THOMAS, 2004, p. 224). E a forma pela qual farei isso é a partir da análise do nosso campo discursivo, que se justifica na medida em que entendo, no mesmo sentido trazido por Cristóbal Gnecco, ser primordial liberá-lo, algo que deve começar com a historicização dos “principais conceitos da disciplina, seus mais estáveis núcleos metafísicos e ontológicos” (2016, p. 73). Com isso, é possível desenvolvermos um movimento duplo, como coloca González-Ruibal, de crítica e de requisição do que nos é valioso (2016, p. 3).

Mas, mais especificamente, isto significa o que neste trabalho? Que na impossibilidade de se abordar a totalidade do que assumo aqui como *pensamento arqueológico*, se faz necessário estabelecer um foco. No caso, o meu objetivo aqui é o de focar no conceito central, dos três que julgo serem constitutivos de todo conhecimento produzido a partir desse campo discursivo, sendo eles: Cultura Material, Tempo e Memória.

2.3 SOBRE O MEU OBJETO DE ESTUDO

Cabe, no entanto, antes de prosseguir, que eu discorra um pouco sobre o que vem a ser um conceito para estas páginas, ou seja, de caracterizar a sua natureza. Afinal, como venho afirmando, o meu objetivo aqui é o de pesquisar esse pensamento que, em última instância, assume uma forma discursiva *verbal* de modo que seja possível transitar por nossas

cabeças. E, com isso, é inevitável que acabemos utilizando as palavras como meio, como o substrato fundamental desse pensamento. Assim, portanto, nascem os conceitos.

Mas, infelizmente, *materialidade, dicotomia, funcionalismo, sincretismo, etnicidade, perspectivismo, modernidade*, entre outros, ao passo em que consolidam e contextualizam ideias a partir de um determinado prisma, tendem a formar muros, que separam um determinado pensamento científico de outra forma de pensar, mesmo de outros pensamentos científicos. E isso parece ser uma consequência previsível da visão atomista de ciência típica cartesiana que é difundida no meio acadêmico e que acaba criando ilhas de especialidades. A sina de tornarmo-nos todos soberanos dos nossos próprios domínios, mas reinando sobre grãos que não tem pertinência para além de cada um dos nossos umbigos.

É preciso, pois – esta é a defesa aqui –, que os conceitos sejam desmistificados. Eles não devem servir de salvaguarda a uma posição institucional, muito menos promover a dissociação entre a comunidade interessada e o saber científico. Os conceitos não são o espaço entre nós, mas o chão que nos liga.

2.3.1 Memória-palavra

Desta forma, penso ser produtivo me adiantar e trazer a sugestão de Robert Dunnell de que conceitos, no final das contas, são “palavras e nada mais” (2006, p. 52). É verdade, como o autor complementa, trata-se de palavras com “definições intensivas explícitas que permitem a estruturação do mundo para uma forma específica de investigação, e servem adicionalmente para comunicar as operações realizadas como parte da investigação” (*Ibidem*, p. 52). Mas de qualquer forma, palavras.

Entretanto, para os meus propósitos aqui – e na minha percepção de uma maneira geral –, embora útil num primeiro momento por ajudar a desmistificar um pouco o imbróglio muitas vezes causado pela simples menção ao termo *conceito*, essa complementação trazida por Dunnell é insatisfatória diante dos meus propósitos e deve ser expandida. Afinal, a imagem que ela se limita a evocar é a de que um conceito é uma palavra cujo sentido é explícito, ou seja, livre de subentendidos, e que fornece lógica a uma racionalidade específica.

No entanto, os conceitos possuem um complicador a mais, já que, enquanto palavras, eles devem ser entendidos aqui como uma categoria específica de palavras *com história* que

estão articuladas a determinados contextos (KOSELLECK, 1992). Ou seja, pode-se afirmar que toda palavra é um conceito em potencial, mas que só vinga como tal quando seu sentido é fruto de um processo histórico de repetição em um determinado contexto, onde a diacronia está contida pela sincronia (*Ibidem*, p. 141).

Em outras palavras, significa dizer que o sentido dos conceitos, por mais que deva ser *intensivo e explícito*, visto que essa é uma exigência da comunicação científica, é fruto também de um constante processo de repetição que potencialmente o ressignifica. É verdade, com isso, novos conceitos podem – ou até mesmo devem – surgir a qualquer momento, oportunizados pelas diferentes circunstâncias às quais se aplicam. No entanto, penso ser impossível ignorar que, ao passo em que novas articulações conceituais sejam absolutamente possíveis, há sempre uma linha de coerência que subjaz derivações de ideias e que torna, assim, possível pensar essa diacronia-sincrônica.

Quanto a essa sugestão, cabe uma reflexão. Quando menciono a possibilidade de que novos conceitos devam ser gerados sempre, me refiro à sugestão de Kosseleck de que

todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado/expressado uma única vez [pois] sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única [, dessa forma, o] que portanto é uma *societas civilis* depende do momento em que o termo é empregado, se no primeiro ou quarto século depois de Cristo. Isto significa assumir sua variação temporal, por isso mesmo histórica. (*Ibidem*, p. 138, grifos no original)

Podemos dizer, com isso, que o autor traz um tom heraclitiano para a conversa, já que a unicidade dos conceitos derivam das circunstâncias igualmente únicas às quais eles se referem, mas que em nada impede determinar uma constância na sua derivação. Aliás, sobre essa questão e seguindo uma linha muito semelhante, acho interessante trazer brevemente a perspectiva de Lacan sobre o modo pelo qual Freud entendia que constituíamos o mundo de forma significativa, sendo que a

primeira apreensão da realidade pelo sujeito é o julgamento da existência, que consiste em dizer - Isso não é meu sonho ou minha alucinação ou minha representação, mas um objeto. Trata-se - É Freud quem fala aqui, não eu - de um pôr à prova do exterior pelo interior, da constituição da realidade do sujeito na redescoberta do objeto. O objeto é reencontrado numa busca, aliás não se encontra jamais o mesmo objeto. Essa constituição da realidade, tão essencial para a explicação de todos os mecanismos de repetição, inscreve-se na base de uma

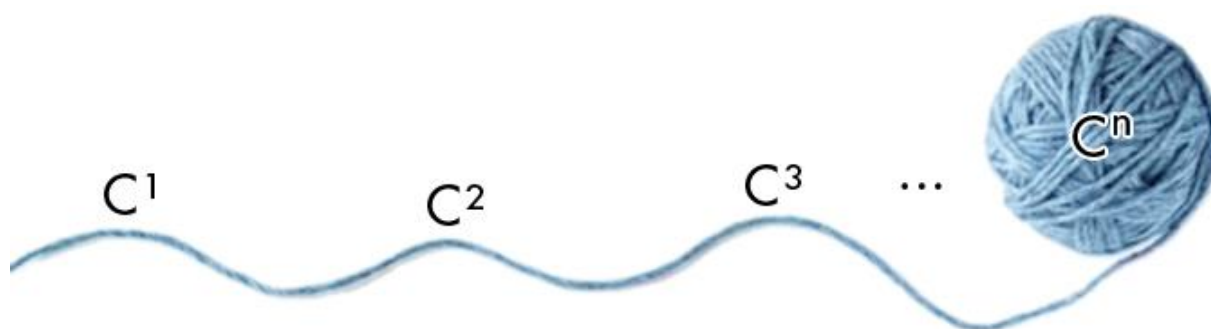
primeira bipartição, a qual recobre curiosamente certos mitos primitivos, que evocam alguma coisa de primordialmente manco que foi introduzido no acesso do sujeito à realidade humana. (LACAN, 1988, p. 174)

Portanto, antes de estranharmos tal afirmação, de que um conceito, por exemplo, assume uma dimensão histórica na mesma medida em que manifesta particularidades que o tornam único em determinado contexto, devemos considerar, por exemplo, qual o papel da repetição neste processo: o de prover um nexos, o de estabelecer uma semelhança, até mesmo constância, entre unicidades efêmeras.

Talvez isso seja mais fácil de visualizar se considerarmos a própria mecânica do discurso científico. Uma tese como esta, por exemplo, é um esforço de aproximadamente quatro anos de pesquisa, que, em última instância, acaba por aglutinar as reflexões do pesquisador, a bibliografia pertinente, os dados levantados e diversos outros fatores em um ponto no espaço-tempo. Este discurso, portanto, extravasa as amarras temporais que a sua publicação sugere, sendo ele, pois, a síntese de um processo diacrônico condensado na sincronia. E, nesse ínterim, os conceitos que fundamentaram o raciocínio e que possibilitaram as articulações lógicas do empreendimento, são reafirmados, mesmo que ainda potencialmente transformados, com o produto do trabalho. Nesse sentido, talvez mais do que uma *palavra com história*, possamos tratar o conceito como uma *palavra com memória*, ou *memória-palavra*.

Antes de desenvolver melhor a segunda sugestão, é preciso dizer o porquê da corrente objeção à primeira: se mantermos a associação da natureza do conceito à noção de história²², podemos pressupor a construção de uma linha derivativa de sentidos sequenciais, que não parece ainda fazer jus à ideia que estou propondo. A perspectiva que trago é a de que a construção de sentido de um conceito, embora possa ser entendida de forma histórica, que é vista aqui muito mais como uma atitude analítica nossa diante de um determinado fenômeno, se dá a partir de uma sincronia onde todos esses sentidos em potencial pesam para a sua reprodução. A perspectiva histórica é uma linha; a memória é um novelo.

²² Com essa referência, não busco estabelecer uma relação com a ciência histórica, mas com a ideia de história enquanto uma sucessão de eventos ordenados em uma sequência lógica temporal, como são as narrativas.



$\Sigma C = \text{conceito}$

Figura 3 - À esquerda, representação das *palavras com história* formando uma linha sequencial. À direita, representação das *palavras com memória*, um emaranhado de sentidos. O conceito, assim, seria uma espécie de somatório – o emaranhado – do qual emanam sentidos em potencial unidos por uma linha que dá coerência. Fonte: Elaborado por mim.

Seguindo o raciocínio, o prisma que proponho nos possibilita enxergar melhor quais os aspectos que dão efetiva coerência a essa memória de sentidos, que acaba sendo, enfim, os critérios que circunscrevem os significados numa mesma área lógica. Falo especificamente aqui da tal *linha de coerência* que mencionei anteriormente, dos critérios que determinam a repetição e que acabam por oferecer o parâmetro constante de um determinado conceito. Sigo, então, para o meu objeto de estudo específico, aproveitando essa oportunidade para esclarecer melhor este último ponto.

2.3.2 Os conceitos centrais do discurso arqueológico

Nesta pesquisa, considera-se que toda racionalidade da disciplina está estruturada sobre três aspectos fundamentais, cuja repetição é essencial, sendo o primeiro deles: *existe uma realidade sensível da qual podemos extrair informações*. E tão fundamental é essa premissa que a negação dela é a própria negação da Arqueologia (THOMAS, 2004, p. 13). Afinal, é tal conceito que permite que tenhamos um objeto de estudo para começar a problematizar a realidade. Um segundo aspecto que podemos ressaltar é o que dá sentido, o que estrutura os diversos produtos da nossa mirada sobre essa realidade acessível: a ideia de que *as mudanças e/ou efeitos do nosso objeto de estudo são perceptíveis através do tempo e que, portanto, são passíveis de serem entendidas a partir da mesma lógica que guia o nosso entendimento dele*. Por fim, um terceiro e último aspecto que acho importante frisar assume

um caráter mais político que os demais: *nossa atividade possui valor social*, portanto, não se trata de um esforço com fins em si mesmo, já que assumimos que o produto do nosso trabalho apresenta relevância pública.

Primeiramente, pensemos como o objeto da Arqueologia tem se consolidado nos últimos séculos a partir do princípio dicotômico mente/corpo (THOMAS, 2004, p. 131-2), que extrapola para outras dicotomias como cultural/natural, cultural/material. No entanto, podemos definir com segurança que foi o conceito de Cultura Material que acabou se consolidando, especialmente ao longo do século XX, como o principal termo que designa o nosso objeto de estudo, mesmo que possamos atribuir diferentes acepções a ele dependendo da corrente teórica (LIMA, 2011). Quanto a ele, o que podemos observar, especialmente nas últimas duas décadas, é um crescente interesse da comunidade arqueológica em problematizar esse conceito (KNAPPETT, 2014, p. 4702), não só em vista das potencialidades oferecidas pelo recente interesse das outras disciplinas sobre o papel das coisas na vida social, mas, também, pela possibilidade da elaboração de um entendimento mais claro e oportuno aos propósitos da própria Arqueologia (LUCAS, 2004; OLSEN, 2013; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016).

Já o elemento estruturante desse objeto, da mesma forma, tem se consolidado na ideia de tempo linear, assumido aqui como *histórico*, de modo que temos nos “preocupado com a temporalidade e com a noção de que as mudanças na sociedade, na cultura e nas coisas vivas estão espalhadas pelo tempo”, pois é o que providencia a “estrutura lógica na qual a diferença pode ser ordenada” (THOMAS, 2004, p. 224). Dessa forma, o nosso raciocínio acaba se assemelhando muito a um plano cartesiano onde é possível mapear a dispersão de culturas ou a evolução humana pelo tempo a partir do mundo sensível. No entanto, a noção de tempo tem se mostrado mais complexa do que um suporte para o arranjo de uma sucessão de coisas, surgindo de diversas relações entre entidades carregadas de temporalidades diferentes que se mesclam num presente, assumindo, por exemplo, um grande potencial mnemônico que carece de maior atenção por parte dos arqueólogos (OLIVIER, 2003; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; HARRISON e SCHOFIELD, 2010; OLSEN *et al.*, 2012).

Quanto à finalidade do nosso trabalho, cabe mencionar que se por um lado a dedicação da Arqueologia tenha contribuído para a deslegitimação da narrativa bíblica sobre as origens da humanidade (TRIGGER, 2011, p. 71-106), é preciso também destacar o contexto no qual

a Arqueologia se formou: o mesmo da formação dos Estados-Nações. Portanto, não por acaso, nosso ofício acabou sendo apropriado pelos Estados modernos como um fiador dos registros históricos a serem celebrados (CHOAY, 2001). E cabe adicionar que, embora essa tendência tenha sido latente até o último quartel do século passado – no sentido de que concorria com outras finalidades, como a construção de uma narrativa sobre a dispersão da humanidade e dos diferentes grupos sociais pelo globo –, o aumento das pesquisas arqueológicas relacionadas ao processo do licenciamento ambiental na transição dos séculos já assume uma hegemonia, que parece se consolidar no século XXI, ao ponto em que hoje podemos considerar, por exemplo, que essa é a realidade da Arqueologia hoje no Brasil²³. No entanto, nas últimas décadas, vários colegas têm destacado o potencial mnemônico da vida material antes de qualquer abstração histórica (MESKELL, 2004, pp. 62-66; OLIVIER, 2003:209).

Nesse sentido, a conscientização do papel da Arqueologia na produção da memória possui o potencial de, não só oferecer um melhor entendimento das várias formas pelas quais nós nos relacionamos com essas categorias (HOLTORF e FAIRCLOUGH, 2016), como também para o reconhecimento do papel legítimo – e, por que não, dever? – dos arqueólogos, ao lado de outros profissionais como historiadores e antropólogos, na democratização da memória social (LE GOFF, 2000, p. 58) e na discussão de políticas públicas relacionadas à noção de Patrimônio utilizada pelo Estado e articulada à memória material.

Feita essa breve análise da estrutura do discurso arqueológico, cabe reforçar que é evidente que não se espera que toda e o qualquer manifestação sua deva operar a partir dos mesmos conceitos que eu trago aqui. Aliás, a *natureza maleável*, digamos assim, dos conceitos já foi exposta e propriamente defendida. O que se supõe, no entanto, é que a estrutura mencionada acima representa os principais parâmetros de repetição desse discurso

²³ Alguns indícios dessa situação podem ser observados quando da organização de encontros para debater a prática arqueológica que se relaciona com obras de engenharia, a *arqueologia de contrato*. Citemos, por exemplo, dois eventos promovidos pela SAB, um “encontro ‘Arqueologia no Meio Empresarial’, de iniciativa da Coordenação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (Gestão 1999/2001), com o apoio do IGPA/UCG”, e um “simpósio especial (com a participação de sete integrantes) sob o título ‘Arqueologia de contrato no Brasil: problemas, aplicações e perspectivas’, ocorrido durante o XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizado entre 23 e 29 de setembro de 2021 no Rio de Janeiro, além do ‘II Encontro do Núcleo Regional da SAB/Sul’, entre os dias 16 e 18 de maio de 2001, congregando os profissionais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sob o tema ‘Arqueologia de contrato’” (MONTICELLI, 2005, p. 236-237).

e que os conceitos que trago são aqueles que entendo como mais hegemônicos, recorrentes, tradicionais, resilientes, considerando o pensamento arqueológico corrente. Em suma, o que acabamos por perceber, tendo em vista essa exposição e a minha defesa da centralidade dos conceitos Cultura Material, Tempo e Memória (ou Patrimônio) é o que segue.

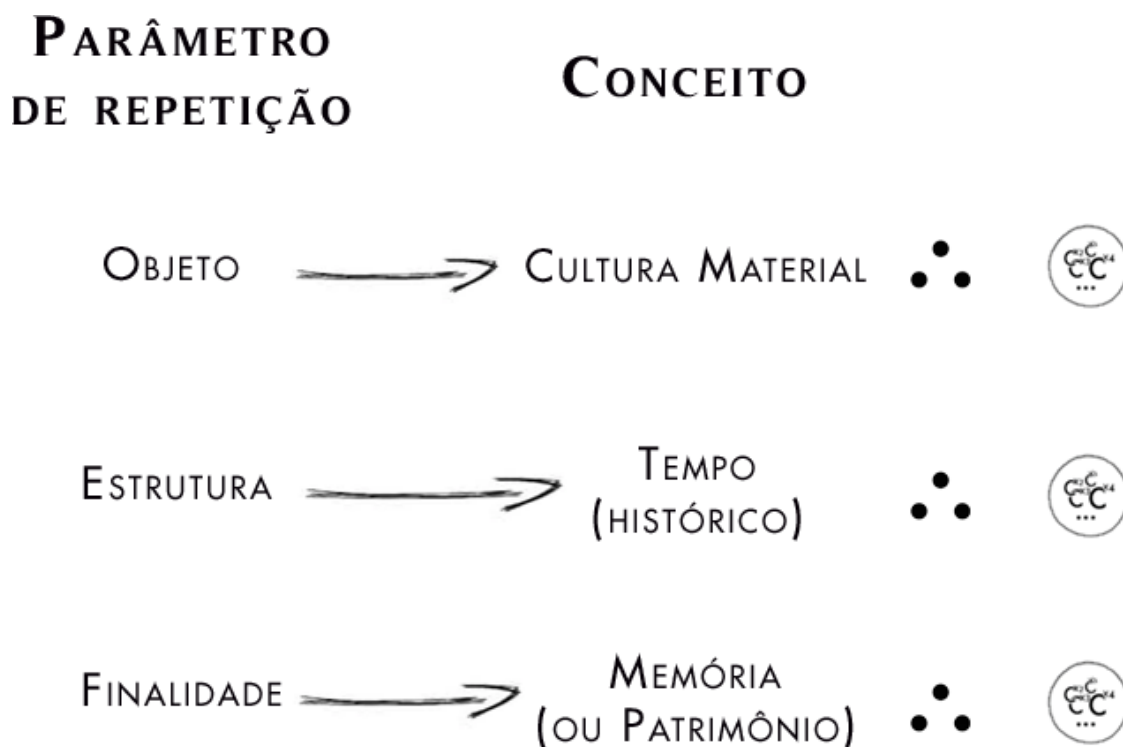


Figura 4 – Parâmetros de repetição do discurso arqueológico e seus principais conceitos associados. Fonte: Elaborado por mim.

2.3.3 A Cultura Material enquanto meu problema de pesquisa

É nesse sentido que elenquei o conceito de Cultura Material enquanto meu problema de pesquisa. Um entendimento que julgo estar naturalizado, embora o termo *Cultura Material* não seja sinônimo perfeito de *objeto de estudo da arqueologia*, mas apenas uma perspectiva de dar conta de explicar o nosso *sensível*.

Faço este alerta, pois, é preciso deixar claro que, ao contrário do que possa se pensar, o mero escrutínio do conceito Cultura Material em nada representa a negação do nosso objeto de pesquisa, o que, conforme já exposto, poderia representar a negação da própria disciplina. Pelo contrário, o que se tem é que o conceito é passível de ser contestado – no

seu mérito – uma vez que essa correspondência é circunstancial, sendo a Cultura Material apenas reflexo de uma epistemologia moderna que é calcada no princípio dicotômico mente/corpo já mencionado aqui.

Agora, se há a sensação de uma iminência de perigo de negação da Arqueologia pelo simples deslocamento de tal conceito ao posto de inquirido, acredito ser porque a racionalidade *moderna* está tão naturalizada que é comum, inclusive, encontrarmos equivalência direta entre qualquer substantivação de algo sensível e Cultura Material. Nesse sentido, antes de começar a apontar em que medida minha crítica ao mérito, é preciso estabelecer em que nível tal naturalização encontra-se na academia brasileira.

CAPÍTULO 3.

ARQUEOLOGIA EM SUSPENSÃO

A história do homem e da Terra tinha assim uma intensidade que lhe não podiam dar nem a imaginação nem a ciência, porque a ciência é mais lenta e a imaginação mais vaga, enquanto o que eu ali via era a condensação viva de todos os tempos. Para descrevê-la seria preciso fixar o relâmpago.
Memórias póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis (2018, p. 19)

Como mencionei ao final do capítulo anterior, parto do pressuposto de que 1) Cultura Material é o conceito dominante que visa explicar o nosso objeto de pesquisa e de que 2) essa dominância naturalizou no discurso arqueológico a ideia de que todo algo sensível só é elegível enquanto objeto da Arqueologia se for entendido enquanto Cultura Material. Justamente, são essas duas questões que subsidiam a minha problemática – explicitada na introdução desta tese – e que, portanto, para o devido prosseguimento da minha argumentação, carecem de confirmação. Para tanto, optei como método de constatação a verificação dessas hipóteses a partir de uma revisão sistemática da literatura arqueológica produzida no Brasil, que será discutida a seguir com a apresentação, na sequência, da sistematização dos dados obtidos e, por fim, minha consideração acerca do que foi levantado.

3.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

A fim de suprir a demanda resultante das premissas levantadas, acabei elegendo a revisão sistemática da literatura arqueológica como a ferramenta mais oportuna para tanto, uma vez que se entende ser o método mais promissor a

realização de estudos que [permitem] levantamentos, balanços, mapeamentos, análises, críticas, buscando colocar em evidência os temas e assuntos focalizados, as abordagens metodológicas, procedimentos e análises, os aportes teóricos metodológicos [...] Com efeito, esses estudos favorecem examinar as contribuições das pesquisas, na perspectiva da definição da área, do campo e das disciplinas que

o constituem, avaliação do acumulado da área, apontando as necessidades de melhoria do estatuto teórico metodológico, e mesmo as tendências de investigação. Nessa perspectiva, os estudos que têm por finalidade **a realização desta revisão permitem a compreensão do movimento da área, sua configuração, propensões teóricas metodológicas, análise crítica indicando tendências, recorrências e lacunas.** (VOSGERAU e ROMANOWSKI, 2014, p. 167, grifo meu)

Cabe, no entanto, definir em que termos essa revisão se deu, quer dizer, quais os critérios constringentes – uma vez que se entende ser impossível realizar uma revisão sistemática da totalidade da literatura arqueológica, não apenas pela indisponibilidade de tempo, mas por questões de eficiência e de eficácia de igual forma – e norteadores – visto que se julga fundamental o estabelecimento de critérios lógicos *a priori* – de tal empreitada.

3.1.1 Do universo e da seleção amostral

A primeira questão e mais cômoda de sanar foi, justamente, definir qual seria o universo da minha análise. Visto que esta pesquisa versa sobre o pensamento arqueológico conforme já caracterizado, é lógico supor que toda discursividade produzida em uma comunidade científica que articule os três elementos estruturantes, conforme explicitado no item 2.3, deve possuir pertinência neste quesito.

No entanto, tal qual o Universo propriamente dito que é composto por principalmente três coisas e está em constante expansão²⁴, assim entendo o meu universo amostral e, da minha posição no pálido ponto azul, assumo ser impossível e, até certo ponto, diante das adversidades às quais toda e qualquer pessoa que embarca numa carreira científica no Brasil está sujeita, contraproducente almejar dar conta dessa totalidade. Portanto, estando claro qual o meu universo e a necessidade de se buscar um recorte, objetivou-se estipular critérios o mais objetivos possíveis, de forma a evitar inclinações pessoais – de qualquer natureza – que eu pudesse ter, e, assim, realizar a seleção amostral.

²⁴ Como disse Brian Schmidt, Nobel de Física em 2011 pela descoberta da energia escura, “Em 2022, o que sabemos sobre o Universo? [...] Sabemos que está se expandindo. Que tem de 13 a 14 bilhões de anos de idade. Que é *composto principalmente por três coisas*: energia escura [70%], matéria escura [25%] e matéria comum [5%]” (*apud* ARANTES, 2022).

Dessa forma, o primeiro critério que estabeleci foi o *temporal*. De imediato, considerou-se como data limite para o meu universo o ano inicial dessa pesquisa, a saber, 2019, de tal forma que não foi incluída qualquer outra pesquisa defendida cuja execução concorra com a produção desta tese. O entendimento é de que é preciso estipular um limite a fim de evitar uma incessante necessidade de atualização – visto que pesquisas não deixarão de ser produzidas pelos discentes dos programas – e nada mais coerente do que o limite temporal representado pelo momento em que a problemática e as hipóteses foram apresentadas. Quer dizer, uma vez sendo 2019 o ano em que a problemática, as hipóteses e os objetivos foram elaborados, é óbvio que se trata de uma análise do estado das coisas até então, mesmo que os resultados ainda sejam pertinentes – o que se supõe ser verdade, visto a morosidade do discurso acadêmico – ao estado das coisas quando da finalização da pesquisa.

O segundo critério de constrição do universo foi o *institucional*. Como defendido, esse discurso está inserido em um tecido social muito específico, uma comunidade científica, que, em última instância, se manifesta a partir da institucionalidade, sendo o *locus* mais fundamental as Instituições de Ensino Superior – IES. No entanto, a mesma lógica da impossibilidade de se abarcar a totalidade do discurso arqueológico se aplica aqui, inclusive, com o agravante de que, notadamente, a Arqueologia é uma ciência que transita com certa facilidade por diversos outros campos, não sendo improvável encontrarmos produções que possam se enquadrar nessa categoria e que tenham sido desenvolvidas em espaços institucionais que não são tão recorrentemente associados à Arqueologia, como a Antropologia e a História (Cf. FOSSARI, 2004; RICKEN, 2015; GALHARDO, 2019).

Assim, de forma a manter a perspectiva da objetividade e de oferecer um critério cujo delineamento seja claro, elaborei a seguinte solução: considerar apenas aqueles ambientes institucionais cuja produção resultante possa ser necessariamente submetida à expectativa de satisfação dos critérios que estabeleci para definir o que foi convencionado chamar pensamento arqueológico. Em outras palavras, produções que *devem* ter seus discursos estruturados a partir daqueles três parâmetros de repetição mencionados. A partir disso, considerou-se improvável que uma pesquisa que resulte numa titulação em Arqueologia ou com habilitação/área de concentração em Arqueologia e que não possa ser considerada dentro do que chamei de *pensamento arqueológico*.

Portanto, buscou-se então Teses e Dissertações (T&D) defendidas em PPG em Arqueologia – Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Piauí

(UFPI), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Sergipe (UFS), Universidade de São Paulo (USP) – ou em PPG de outras áreas, mas com habilitação/área de concentração em Arqueologia e que se colocasse enquanto produções nessa linha – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pelotas (UFPe), Universidade Federal do Pará (UFPA) – no país.

Com isso, as fronteiras iniciais da minha seleção amostral foram delineadas. Comecei então um terceiro passo, de refinamento. Visitando repositórios institucionais ou em eventuais contatos diretos com as secretarias dos PPG quando encontrava poucas produções disponíveis, comecei a coletar T&D desses programas, fazendo um levantamento do quantitativo de forma retroativa. Nos anos de 2015 e de 2016, obtive 66 produções em cada, e no ano de 2011, 29 produções. Respectivamente, os maiores e o menor índice. De qualquer forma, retroagindo de 2018 até o ano de 2011, já havia coletado 316 dissertações e 100 teses, somando um total de 416 produções para compor minha seleção, um número que julguei satisfatório, encerrando assim, o enfoque cronológico ao período de oito anos anteriores ao começo desta pesquisa e contemplando todos os anos disponíveis correspondentes à década de 2010.

DISSERTAÇÕES										
Instituição	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	%
UFMG	2	2	0	0	1	6	1	1	13	4%
UFPA	0	4	5	4	3	4	2	1	23	7%
UFPE	7	8	7	4	7	10	1	0	44	14%
UFPe	0	0	0	4	3	8	7	0	22	7%
UFPI	0	0	0	2	2	3	5	3	15	5%
UFRJ	3	7	4	7	8	10	7	4	50	16%
UFS	0	0	13	6	10	5	4	8	46	15%
USP	12	16	8	16	16	7	14	14	103	33%
Total	24	37	37	43	50	53	41	31	316	100%

Tabela 1 – Quantificação de dissertações levantadas para essa pesquisa. Fonte: Elaborado por mim.

TESES										
Instituição	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	%
UFMG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
UFPA	0	0	0	1	1	1	1	0	4	4%
UFPE	0	0	3	0	4	2	1	0	10	10%
UFPe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
UFPI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
UFRJ	0	0	0	0	4	2	1	3	10	10%
UFS	0	0	0	0	0	0	2	4	6	6%
USP	5	10	7	11	7	8	11	11	70	70%
Total	5	10	10	12	16	13	16	18	100	100%

Tabela 2 – Quantificação de teses levantadas para essa pesquisa. Fonte: Elaborado por mim.

DISSERTAÇÕES & TESES										
Instituição	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	%
UFMG	2	2	0	0	1	6	1	1	13	3%
UFPA	0	4	5	5	4	5	3	1	27	6%
UFPE	7	8	10	4	11	12	2	0	54	13%
UFPEl	0	0	0	4	3	8	7	0	22	5%
UFPI	0	0	0	2	2	3	5	3	15	4%
UFRJ	3	7	4	7	12	12	8	7	60	14%
UFS	0	0	13	6	10	5	6	12	52	13%
USP	17	26	15	27	23	15	25	25	173	42%
Total	29	47	47	55	66	66	57	49	416	100%

Tabela 3 – Quantificação de dissertações e de teses levantadas para essa pesquisa. Fonte: Elaborado por mim.

3.1.2 Da estratégia de busca e da sistematização

Portanto, estamos falando, no total, de 416 produções ao longo do período em questão, que foram obtidas a partir dos respectivos repositórios institucionais ou, também, por contato direto com as secretarias dos PPG. Assim, antes de partir para a análise do entendimento dos conceitos, foi preciso sistematizar as informações que as pesquisas ofereciam de partida. Para cada tese ou dissertação, foi feito um registro com os seguintes campos²⁵:

- Instituição (do PPG);
- Ano (de defesa);
- Tipo (se Tese ou Dissertação);
- Autoria;
- Título (da pesquisa reduzido);
- Região (a qual a problemática está inserida);
- Orientação;
- Co-Orientação (se houver);
- Palavras-Chave (até 10 registros, no caso de mais, a 10ª em diante foram registradas no campo “10ªP-C”).

Cabe observar que, ao fazer os registros, em especial das palavras-chave, optei por manter a grafia utilizada pelos pesquisadores por entender que é preciso respeitar a maneira

²⁵ A lista das produções com tais dados está disponível no *Apêndice I – Sistematização dos dados das teses e das dissertações*.

deliberada pela qual a pessoa responsável pela pesquisa quis classificar seu trabalho, mesmo que isso signifique que eventualmente diferentes autores possam ter se referido de diferentes formas a uma mesma questão.

Ainda, tendo em mão estas produções, criaram-se alguns bancos de dados a partir dos dados fornecidos nas próprias teses e dissertações, bem como nos currículos *lattes* daqueles pesquisadores que possuíam um. Com isso, foi possível elaborar um perfil dos pesquisadores – destacando, especialmente, qual a sua formação básica –, bem como um perfil dos PPG – destacando, especialmente, a mobilidade dos seus egressos, por exemplo. Para este último dado, foi considerada a movimentação entre o grau anterior e o próximo (por exemplo, da graduação para o mestrado) e atribuído um valor a essa transição: 0 - quando se trata da mesma instituição; 0,25 – quando se trata do mesmo estado, mas instituição diferente; 0,5 – quando se trata de instituição em outro estado da mesma região que a anterior; 0,75 – quando se trata de instituição em estado de região diferente da anterior; 1 – quando se trata de instituição em outro país. Para tanto, apenas foram consideradas as movimentações entre os PPG analisados aqui, exceto para aqueles que vem do exterior e, no caso de mais de uma movimentação, foi feita a média simples entre as duas. Quando foi detectada movimentação mas em instituição fora das analisadas aqui, foi indicada com “~” a antecedendo e, no caso de não ter sido detectada movimentação, aplicou-se o valor “não se aplica”²⁶. Trata-se de dados que aparentam tangenciar o objetivo da pesquisa, mas cuja busca aconteceu por, potencialmente, fornecerem um contexto para a elaboração de considerações finais acerca da análise envolvendo a produção das pesquisas, posto que foi destacado aqui a importância de entendermos a ciência a partir da sua comunidade científica, quer dizer, ver essas relações como um ecossistema que potencialmente restringe ou possibilita as elaborações individuais.

Tendo levantado os dados do meu corpus amostral, estabeleceu-se, então, com base na relevância para os objetivos desta etapa, a unidade de análise deste empreendimento, quer dizer, a presença ou não do conceito de Cultura Material no aporte teórico da pesquisa fins de verificar a hipótese levantada inicialmente de que tal entendimento é predominante e central na produção discursiva da área. O valor desta unidade analítica foi obtido a partir da

²⁶ A sistematização destes dados está disponível no *Apêndice II – Sistematização dos dados sobre formação e mobilidade*.

leitura da produção, em especial dos resumos e das palavras-chaves e, de forma complementar, dos capítulos teóricos – caso houvesse –, buscando identificar, inicialmente, uma contestação ao conceito de Cultura Material ou se é usado tal arcabouço teórico. Sendo positiva esta última, objetivou-se identificar em que espectro sua aplicação se dá, uma vez que o próprio conceito é polissêmico. No caso, é importante destacar que o espectro em questão diz respeito a determinação de uma tendência para alguma corrente explicativa/interpretativa, sendo elas e seus principais elementos, ou seja, seus correspondentes campos semânticos conforme ilustrado abaixo.

- Ênfase Histórico-Culturalista:

difusionismo
 tradições arqueológicas
história cultural
variabilidade artefactual
fronteiras culturais
longa duração
 artefato fóssil/guia

- Ênfase Processualista:

adaptação extra-somática
 explicação em detrimento de interpretação
 etnoarqueologia (enquanto um padrão de referência) registro arqueológico
mudança e persistência cultural
tecnofuncionalismo
 cognição
 visão sistêmica

- Ênfase Pós-Processualista:

agência
 simbolismo
 sensorialidade
 intencionalidade
 etnoarqueologia (enquanto arqueologia do presente)
 interpretação em detrimento de explicação
 reflexividade (dimensão política da arqueologia)
 análise contextual
 contingência
 colonialismo
 ideologia

Atribuiu-se, assim, a cada pesquisa, um código com base na ênfase indicada, conforme tabela abaixo, sendo que, no caso de pesquisas que se enquadrem em mais uma de uma ênfase, atribuiu-se o valor geral de Cultura Material - CM. No caso daquelas cuja ênfase fosse possível observar a partir do campo semântico exposto acima, foi atribuída a devida identificação: Cultura Material com ênfase no Histórico Culturalismo – CM-HC –, Cultura Material com ênfase no Processualismo – CM-P –, e Cultura Material com ênfase no Pós-Processualismo – CM-PP.

Para aqueles que contestem explicitamente a dicotomia representada pela noção de Cultura Material, atribuiu-se o valor Não Cultura Material – N-CM. Já para aquelas pesquisas que acabam versando sobre arqueologia, mas, pode-se dizer, utilizam um discurso marginal²⁷, estabeleceu-se o valor Não se Aplica – NA. Por fim, para pesquisas que foram encontradas nos repositórios, mas cujo texto não estivesse disponível, atribuiu-se o valor Texto Não Disponível – ND²⁸.

²⁷ O que quer se dizer com isso: pesquisas que versem sobre arqueologia a partir de um arcabouço conceitual fora da estrutura discursiva defendida nesta tese.

²⁸ Esse valor se justifica uma vez que se optou por não se desconsiderar trabalhos que foram encontrados nos repositórios mas que, por qualquer razão, não tivessem seus textos disponíveis na íntegra. Entende-se que a indisponibilidade do acesso ao conteúdo na íntegra via meios institucionais é um dado importante que dá conta de demonstrar o grau de acessibilidade/publicidade entre uma determinada pesquisa e as comunidades potencialmente interessadas.

Valor	Código
Cultura Material	CM
Histórico Culturalismo	CM-HC
Processualismo	CM-P
Pós-Processualismo	CM-PP
Não Cultura Material	N-CM
Não se aplica	NA
Texto não disponível	ND

Tabela 4 – Valores atribuídos às pesquisas e seus respectivos códigos. Fonte: Elaborado por mim.

3.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Tendo definido a seleção amostral, bem como a estratégia de busca e de sistematização, vamos aos dados obtidos.

3.2.1 Totalidade da amostra e Cultura Material aglutinada

Inicialmente, com o intuito de perceber o peso da noção de Cultura Material nas produções analisadas de forma mais explícita, consideramos todas as ênfases aglutinadas (CM, CM-HC, CM-P e CM-PP), fazendo distinção apenas entre aqueles valores desviantes. Com isso, das 416 T&D analisadas, 408 (98,08%) tem a noção de Cultura Material como conceito central do discurso, 4 delas (0,96%) contestam explicitamente tal conceito, 2 delas (0,48%) possuem o valor NA e outras 2 (0,48%) possuem o valor ND.

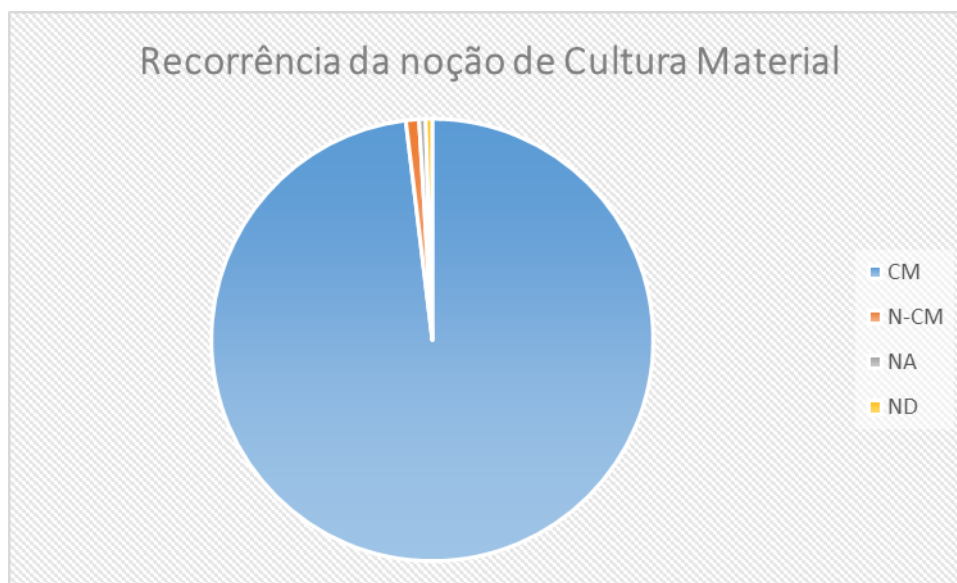


Gráfico 1 - Representação gráfica da predominância do conceito de Cultura Material como conceito central do discurso. Fonte: Elaborado por mim.

Nota-se que, das pesquisas desviantes, metade delas (4, quatro) caracterizam-se por negar ou ao menos contestar a centralidade do conceito de Cultura Material e, em momento mais oportuno, estas pesquisas serão melhor abordadas. No momento, é importante considerarmos em que contexto essa dissonância começa a aparecer. Conforme é possível observar na tabela abaixo, mesmo que de forma ainda tímida, essa parece ser uma tendência recente, começando em 2015 com uma pesquisa, havendo uma segunda recorrência no ano seguinte e, em 2017, outras duas recorrências. Mesmo que no ano de 2018 nenhuma pesquisa tenha sido identificada nesse parâmetro, ainda sim, considera-se um dado, em certa medida, surpreendente.

POR ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CM	29	47	47	54	64	65	54	48
N-CM	0	0	0	0	1	1	2	0
NA	0	0	0	0	1	0	1	0
ND	0	0	0	1	0	0	0	1
TOTAL	29	47	47	55	66	66	57	49

Tabela 5 – Quantidade de T&D por ano de acordo com o valor atribuído. Fonte: Elaborado por mim.

3.2.2 Totalidade da amostra e Cultura Material polissêmica

Agora, considerando e destacando a polissemia do conceito, é possível observar a tendência ao longo do período da predominância de duas perspectivas nas produções analisadas. A tendência Pós-Processual (CM-PP) mantém hegemonia ao longo de todo o período, com destaque para o ano de 2016, com 44 (67%) produções, ante 19 (29%) que apresentam a tendência Processual em segundo lugar. Uma representatividade que pode ser observada nos gráficos abaixo.

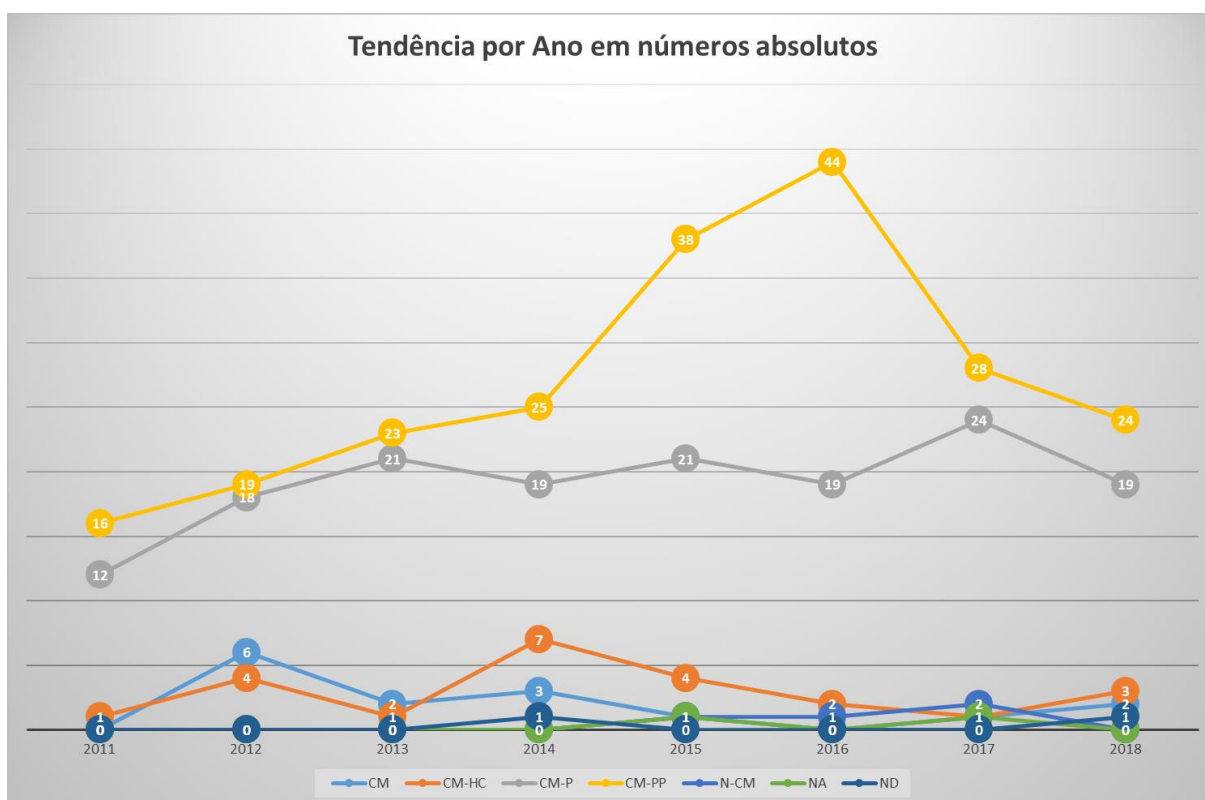


Gráfico 2 - Tendência por Ano em números absolutos. Fonte: Elaborado por mim.

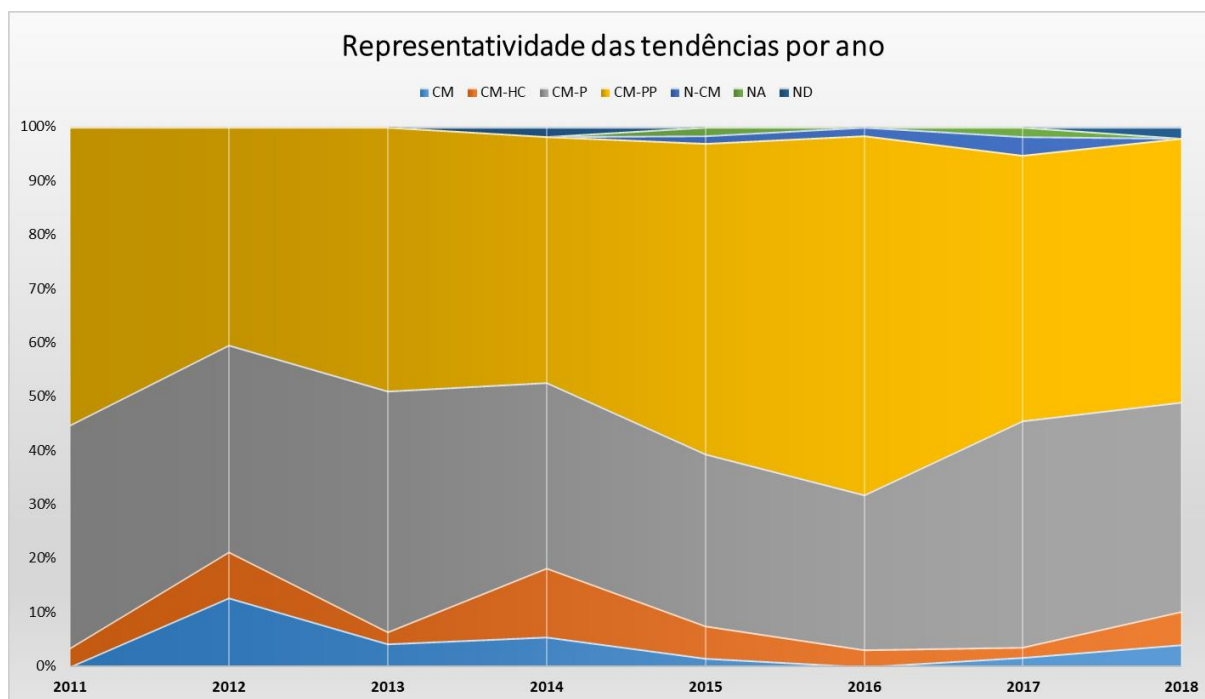


Gráfico 3 - Representatividade das tendências por ano. Fonte: Elaborado por mim.

De forma geral, parece-nos que a predominância das tendências processuais e pós-processuais ante as demais não é algo que possa ser considerado surpreendente. No entanto, a discrepância, aparentemente repentina, entre essas duas ênfase nos anos de 2015 e 2016, sim.

3.2.3 Sobre as dissonâncias

Outro fator que tentei observar, é se havia alguma espécie de tendência se manifestando no que diz respeito a abordagens que buscassem escapar da Cultura Material como um elemento central no discurso das pesquisas. Surpreendentemente, este dado, por exemplo, demonstra uma equivalência absoluta entre mestrado e doutorado, embora a minha expectativa inicial fosse a de que veríamos mais contestações, caso elas acontecessem, nas teses, dada a sua premissa de ser um trabalho mais profundo e original.

De qualquer forma, ainda sobre essa questão, interessante destacar que as duas produções classificadas como N-CM em dissertações, são trabalhos de pessoas que cursaram graduação em Arqueologia, o que poderia, em certa medida, justificar a identificação desta

tendência nesta etapa²⁹. As outras duas produções, que se enquadram igualmente nesta ênfase, são duas teses defendidas em 2017 e na USP³⁰. Novamente, aqui, temos uma constância, no caso, o ano e a IES. No entanto, tentou-se observar se havia, entre estas duas produções, a mesma orientação, algo que não se confirmou. No entanto, uma delas, a de número 277, possui como coorientadora a mesma pessoa que orientou o trabalho número 005, uma dissertação de mestrado.

No fim das contas, diante da escassez de dados - como é evidenciado aqui pela presença mínima de registros N-CM -, torna-se uma tarefa desafiadora reconhecer algo que possamos qualificar como uma tendência ou estabelecer padrões mais firmemente estabelecidos. Assim, parece razoável presumir que as discrepâncias observadas possam representar, em vez de uma tendência autêntica, meras flutuações normais. De qualquer forma, ao contrário do que poderia se esperar, tais dados, acredito, corroboram a premissa desta pesquisa de que o conceito de Cultura Material, não somente pela massiva representatividade deste apresentada nos tópicos anteriores, mas, ainda, pelos dados trazidos aqui: a sua contestação parece ser episódica, circunstancial e, diria, muito em virtude de incômodos pessoais, localizados.

De qualquer forma, é muito importante que tratemos agora, então, dos discursos desviantes que foram identificados ao longo da leitura das teses e das dissertações. Penso ser um movimento importante, mesmo que tais produções não tenham tido essa questão como central às pesquisas, mas cuja contestação parecia ser vital para o desenvolvimento das suas problemáticas. Quer dizer, a contestação do conceito de Cultura Material era uma condição necessária para sua execução, demonstrando sua incapacidade de esgotar, atuando até mesmo como um limitador das problematizações possíveis à Arqueologia. Assim, vamos apresentar brevemente cada uma das produções seguindo, não necessariamente uma ordem cronológica, mas a ordenação presente no Apêndice I – Sistematização dos dados das teses e das dissertações.

²⁹ As produções de número *UFMG 005* e *UFRJ 039* constantes no *Apêndice I – Sistematização dos dados das teses e das dissertações*. Registro aqui que a produção 170 diz respeito à minha dissertação de mestrado.

³⁰ As produções de número *USP 028* e *USP 034* constantes no *Apêndice I – Sistematização dos dados das teses e das dissertações*.

A primeira produção diz respeito ao item *UFMG 005*, onde o autor busca estabelecer uma superação às contingências impostas, especialmente, pela dualidade implicada pelo conceito, a fim de que possa desenvolver sua problemática com a devida pertinência.

Como primeira proposição, assumo o abandono do conceito de cultura material como meio de análise por excelência da Arqueologia. Ainda que se possa argumentar que seu peso já estabelecido dentro da disciplina, **acredito que pelas razões já apresentadas o termo implique invariavelmente nos conceitos que procuro superar. A própria construção composta do termo – separando cultura e matéria – é por demais carregada do ideário dualista.** (ROSA, 2016, p. 23, grifo meu)

A proposição se justifica, pois é necessário que seja suplantada, não meramente a dicotomia, mas a hierarquização que ela implica, visto que o que se busca é entender, primeiramente, a documentação cartográfica como uma materialização das *mediações* entre humanos e não-humanos de um espaço ermo como a Antártida. Não se fala, portanto, de mera representação de um material vazio, oco, filtrado pela lente da cultura, quer dizer, de um polo ativo que atua sobre um polo passivo. Estamos falando de uma dinâmica mais equânime, no sentido de o que se tem como premissa é a relação entre os entes, mais especificamente, entre os humanos e o ambiente antártico, cuja mediação se materializa na documentação cartográfica.

Dessa forma, não proponho aqui uma Arqueologia da Cartografia, e sim uma Arqueologia da materialização do mundo mediada através das produções cartográficas. Longe de ser puramente semântica, articulo essa distinção no sentido de que os mapas e seu contexto social e técnico de produção são meu objeto de análise ao invés da cartografia propriamente dita. Minha análise é centrada em uma série de vivências passadas ao longo de vários séculos, materialmente estabelecidas e articuladas, e suas consequências na exploração e ocupação do continente antártico. Dessa maneira, acredito que não apenas meu enfoque em particular se torna mais claro, mas também a demarcação da própria posição do mapa enquanto um objeto arqueologicamente estudável em sua própria especificidade e não apenas como fonte auxiliar, é discernível com maior facilidade. Ao “escavar” esses mapas, me volto para as vivências que eles articularam, o ato de representar e viver essas paisagens por uma mediação através da cartografia. Assim, os mapas são meu meio de acesso a esses processos, e não um fim em si mesmo. (*Ibidem*, p. 33)

A segunda produção, item *UFRJ 039*, de minha autoria, assume um tom muito semelhante ao trazido pela anterior. De igual forma, a principal questão trazida enquanto crítica e justificativa para a insuficiência do conceito de Cultura Material é a limitação imposta pela dualidade que representa.

Trata-se de uma Arqueologia que refuta a ideia de que as coisas são “residuais ou epifenomenais ao ‘social’ e ao ‘cultural’” (OLSEN, 2012, p. 211), senão que parte deles. Isto significa, retomando o que foi dito até agora, considerar que o mundo ao nosso redor existe sem distinção ontológica à nossa existência. Estamos no mundo como a árvore, as nuvens, o sol, a colher e a pedra estão. [...] Neste sentido, não existe mundo intocado, somente uma dimensão onde nós não existimos – e como não é o caso aqui (pelo menos eu estou aqui para provar) – o próprio fato de existir garante que o mundo é obrigatoriamente tocado por nós, na medida em que nossa presença pressupõe uma relação com ele. Nestes termos, aquelas ideias de Natureza – a intocada – e de Cultura – o ferrete – diluem-se. Não existe mais uma barreira ontológica que coloca de um lado o que é humano; de outro, o que não é. Portanto, assumir que existe uma entidade etérea que atribui um caráter cultural às coisas do lado-de-lá já não é mais possível. **Com isso, quero dizer que não me resta outra alternativa que não a de rechaçar o conceito de cultura material, pois ele representa, justamente, o que quero combater.** (TRAMASOLI, 2015, p. 57-58, grifo meu)

O objetivo em se desvencilhar da Cultura Material, aqui, é possibilitar entender as ruínas, não como mera abstração condicionada à ingerência humana, mas como dependentes de uma série de interações entre entes, na maioria das vezes apenas não-humanos, cuja principal característica é, justamente, a ausência do elemento humano.

Primeiro, uma coisa qualquer, digamos, uma ponte de pedra que está abandonada há incontáveis anos, com vários pontos cobertos de limo e com componentes estruturais faltando, tornando impossível a travessia através dela, remete-nos a uma condição posterior à da ideia de uma ponte – uma estrutura construída que interliga duas porções de terra sobre a água e que permite, assim, a travessia de um lado para o outro. À ponte em ruínas, não se presume atribuir a funcionalidade pretendida de uma ponte, nem o seu aspecto esperado.

Embora a ponte seja um artefato, tenha sido construída com um propósito, com uma intenção, um fim, a ação de outros fatores não-humanos sobre a dimensão material do artefato acabam ocasionando a sua degradação, que, por sua vez, culmina no que chamamos de ruína. Portanto, presume-se que compete aos agentes humanos a execução de atividades com o intuito de garantir a manutenção

de artefatos que, por sua vez, são ruínas em potencial. É nesse sentido que existe, tangencialmente, uma sensação de passagem de tempo, de distanciamento quando nos deparamos com elas. Uma ruína, aparentemente, acaba sendo sinônimo de ausência, de antiguidade. Nesse sentido, elas tendem a ser corpos estranhos no nosso mundo. (TRAMASOLI, 2015, p. 64)

Já a terceira produção, item *USP 028*, busca entender a pólis enquanto um todo maior composto por diversos entes, humanos e não-humanos, sendo o espaço vivido, podemos dizer, o resultado da mediação entre eles. Não se trata, portanto, de mera impressão de vontades e de sentidos, mas da construção de um espaço a partir das relações ente-ente.

A pólis enquanto coisa material (HODDER, 2012) desconstruída em cada um dos seus entes (coisas que a compõe) permitirá identificar os elementos de sua materialidade distribuída em um arranjo espacial que possuía um atributo de permeabilidade no contexto de consumo das elites mediterrânicas e, por isso, teria sido apropriada em maior incidência por populações não-gregas, deixando como legado uma extensa área geográfica habitada por diversas etnias e culturas, porém marcada pela prevalência física de cidades que apresentam uma geograficidade grega.

[...] Na obra *Entangled: An Archaeology of the Relationships between Humans and Things*, Ian Hodder (2012) propõe uma abordagem arqueológica que privilegie a compreensão das coisas per se em seus aspectos de entidade, em suas relações de interdependência com outras coisas e interdependência com o contexto social, a compreensão dos seus usos – funcionais e não-funcionais –, **como as coisas são afetadas pelos seres humanos e como as pessoas são afetadas por elas, suas relações com as diferentes temporalidades**, e ainda sua existência como não coisas, ou seja, quando atuam como ‘pano de fundo’ para comportamentos; alerta também para o fato de que, ao tomarmos as coisas como concebidas, não reconhecemos que elas não são inertes e que atuam de modo diverso e instável sobre diferentes gerações, uma vez que sua existência pode ser maior do que a experiência humana individual, permitindo que as temporalidades nelas encerradas atuem sobre os grupos humanos. Coisas reúnem fluxos e relações de várias configurações e níveis e possuem fluxos em sua própria ‘coisidade’ (2012, *passim*). (CUSTODIO, 2017, p. 23;48, grifo meu)

Acredito que tal concepção é fundamental para que seja possível admitir um caráter intergeracional dessa mediação do espaço, a partir, especialmente, da temporalidade dos entes não-humanos. De forma semelhante ao primeiro trabalho, a construção da paisagem

pode ser entendida como o resultado de uma *mediação* derivada do emaranhamento a que estamos submetidos.

Munidos do escopo que abarca as tendências de estudos que focalizam a área Mediterrânea, a abordagem propugnada por Hodder (2012) e o conceito de emaranhamento de Stockhammer (2012) propomos pensar a cidade grega, aquela materializada sob as transformações vetorizadas pela emergência da pólis e seus atores sociais como uma 'coisa'. E seguindo na proposição de Hodder, pensar essa 'coisa' como sendo integrada por um conjunto de outras 'coisas': os espaços especializados, suas edificações monumentais marcando a paisagem, a infraestruturação urbanística e arquitetônica que lhe caracterizará gradualmente, a configuração da sua paisagem desde as primeiras etapas de ocupação do território por parte da comunidade até a sua forma 'final' atingida em meados do século VI, início do século V a.C. Pensemos nessas coisas sendo objeto de emaranhamento na área mediterrânea. (CUSTODIO, 2017, p. 51)

A quarta produção, item *USP 034*, por fim, busca evidenciar, a partir do caso das panelas de pedra-sabão, como as qualidades intrínsecas dos entes e o modo pelo qual eles afetam, por exemplo, uns aos outros, inclusive quimicamente, é um fator relevante para a sua percepção, valorização e derivação dentro de um sistema social mais amplo. E, evidentemente, que tal premissa não pode vigorar em um regime dualístico que submete uma existência à outra.

É extremamente importante compreender, no entanto, que não se trata de defender um determinismo das coisas ou uma objetificação generalizada no sentido "mais literal - sujeitos tornados em objetos" (MILLER, 2013, p.93), ou qualquer outra associação que leve a perceber os seres humanos como desprovidos de capacidades críticas e de ação. A agência e/ou agentividade humana, tal qual a das coisas, também é um princípio básico deste estudo. No entanto, ela não é atribuída (cf. Gell, 1998), mas inerente aos seres. A ideia é elevar a participação de outras coisas e entidades em equidade com outros atores, destacando que atores são "exatamente o que não é substituível" (LATOUR, 2005, p.152 apud OLSEN, 2013, p. 156) e que se manifestam e participam no andamento do mundo comum no estabelecimento de teias de relações. (SANTOS, 2017, p. 29-30)

Desta forma, é possível abrimo-nos à perspectiva de que os entes não-humanos possuem características intrínsecas que, ao contrário do que geralmente é suposto, potencialmente condicionam os modos de entendimento estabelecidos pelos agentes

humanos. Significa dizer que assumir uma perspectiva que estabeleça uma igualdade ontológica não diminui em nada a faculdade humana de abstração, apenas que essa abstração é sempre sobre algo e que esse algo tem alguma ingerência, restritiva ou não, sobre o sentido.

Um exemplo dos fluxos de materiais e permuta de propriedades que, na minha concepção, caracterizam os materiais, no caso das panelas, é seu envolvimento com o preparo de alimentos e com a culinária mineira. As panelas de pedra-sabão são comumente utilizadas para fazer arroz, feijão, angu, caldos, entre muitos outros pratos considerados típicos mineiros. É bastante comum ouvir que o preparo dos alimentos na panela de pedra "dá um gosto diferente na comida" e que têm propriedades de cura e prevenção de alguns malefícios, como a anemia e outros. Estudos indicam que durante a cocção de alimentos em panelas de pedra há um fluxo e transferência de ferro e outros elementos para a comida que, por sua vez, chega ao ser humano que a consome, auxiliando no combate da anemia (QUINTAES, 2006). **Materialidades, para esta pesquisa são, portanto, inerentes aos materiais e são esses fluxos e permutas de características, propriedades e qualidades entre os seres que compõe o coletivo, conforme o evento aqui relatado.** Essas propriedades e qualidades, por sua vez, estão relacionadas às subjetivações e às relações sociais-coletivas. Como no caso no qual o envolvimento das panelas de pedra-sabão com o sabor dos pratos coopera na instituição de significância identitária e patrimonial. (SANTOS, 2017, p. 30, grifo meu)

Tendo exposto os dados a respeito do modo pelo qual o conceito de Cultura Material é entendido na produção acadêmica brasileira da última década, é possível constatar que a premissa trazida nesta pesquisa é verdadeira: Cultura Material enquanto objeto do pensamento arqueológico é um conceito estabelecido e naturalizado. Estabelecido pela sua recorrência e naturalizado devido à ínfima quantidade de perspectivas desviantes. Mas, o que causa certa estranheza, no entanto, é que se tem visto nas últimas décadas muitas investidas nas discussões que dão conta do pensamento arqueológico em contestar o paradigma moderno, muito especialmente, as construções dicotômicas, e a impressão que se tem é que, nesse sentido, a discussão que envolve a dicotomia Cultura/Natureza tem sido preterida.

De qualquer forma, os trabalhos identificados aqui, apontam um caminho interessante sobre a potencialidade em desbravarmos por este caminho. Inicialmente, especialmente no

sentido trazido pelos trabalhos 005 e 170 de forma mais explícita, é fundamental que a questão dicotômica que subjaz o entendimento de Cultura Material seja objeto de maior escrutínio por parte de nós, arqueólogos brasileiros. Afinal, é tal estruturação que alicerça o entendimento do nosso objeto de pesquisa e que acaba substanciando todos os entendimentos derivados da sua aplicação, limitando, de partida, a formulação de problemáticas, bem como impossibilitando abordagens mais pertinentes à problemas recorrentes.

Nesse sentido, analisando os trabalhos desviantes, é possível observar que eles oferecem a perspectiva de entendermos como as paisagens são construídas, mas não meramente a partir da sujeição dos não-humanos à vontade de um ideário humano, mas, sim, por um processo de mediação entre os entes envolvidos e que adquire uma dimensão intergeracional. A paisagem, nesse sentido, mais do que algo moldado, é algo *mediado*, e, mais do que um retrato, é um filme sem fim. Assim, tanto a pólis, quanto a vasta gama de documentação cartográfica são indicativos do reconhecimento desta relação. Ainda, outra implicação importante trazida nos trabalhos, é que rejeitar aquela estrutura dicotômica nos coloca numa posição salutar para começarmos a considerar aquelas relações que vão para além da relação humano não-humano. Pensarmos, por exemplo, como a interação entre dois entes não-humanos afeta potencialmente a nossa relação com o fruto dessa relação, seja a comida que sai da panela de pedra-sabão ou pela edificação em ruína, com vegetação brotando, no meio da cidade.

De qualquer forma, o que é importante destacar, é que todos esses trabalhos, como já foi dito, trataram da questão tangencialmente, uma vez que não era ela o cerne da sua problemática, senão uma pedra no caminho, que precisava ser endereçada, para que o empreendimento em questão pudesse ser executado. Já, nestas páginas, a Cultura Material é o problema em questão.

CAPÍTULO 4.

AINDA É CONVENIENTE FALARMOS EM CULTURA MATERIAL?

*A espantosa realidade das coisas
 É a minha descoberta de todos os dias.
 Cada coisa é o que é,
 E é difícil explicar a alguém quanto isso me alegra,
 E quanto isso me basta.
 Basta existir para se ser completo.
 Tenho escrito bastantes poemas.
 Hei de escrever muitos mais, naturalmente.
 Cada poema meu diz isto,
 E todos os meus poemas são diferentes,
 Porque cada coisa que há é uma maneira de dizer isto.
 Às vezes ponho-me a olhar para uma pedra.
 Não me ponho a pensar se ela sente.
 Não me perco a chamar-lhe minha irmã.
 Mas gosto dela por ela ser uma pedra,
 Gosto dela porque ela não sente nada,
 Gosto dela porque ela não tem parentesco nenhum comigo.
 Outras vezes oiço passar o vento,
 E acho que só para ouvir passar o vento vale a pena ter nascido.
 Eu não sei o que é que os outros pensarão lendo isto;
 Mas acho que isto deve estar bem porque o penso sem esforço,
 Nem ideia de outras pessoas a ouvir-me pensar;
 Porque o penso sem pensamentos,
 Porque o digo como as minhas palavras o dizem.
 Uma vez chamaram-me poeta materialista,
 E eu admirei-me, porque não julgava
 Que se me pudesse chamar qualquer coisa.
 Eu nem sequer sou poeta: vejo.
 Se o que escrevo tem valor, não sou eu que o tenho:
 O valor está ali, nos meus versos.
 Tudo isso é absolutamente independente da minha vontade.*

Poemas inconjuntos, Alberto Caeiro (PESSOA, 2013, p. 104-105)

O título deste capítulo é propositalmente provocativo. Pois, embora possa sugerir se tratar de uma pergunta retórica cuja resposta seria obviamente *sim* – afinal, que arqueólogo cometeria o disparate, em sã consciência, de dessacralizar a Cultura Material? –, a minha

resposta para ela é *não*. É verdade, é um *não condicionado* e, justamente, são as condições em que essa negativa está fundada que substanciam estas páginas. Agora, tendo exposto a minha posição, sujeitando-me às rejeições que possam ser manifestadas pelo mero questionamento proposto, posso, então, explicar o porquê de começar por uma provocação.

Justamente, para, de assalto, salientar a minha sugestão de que o termo Cultura Material enquanto desígnio do objeto da Arqueologia – não determinado objeto, circunscrito por uma problemática que careça desse entendimento, mas todo objeto, sendo que não se presume possível existir Arqueologia se não existir Cultura Material como referência – está naturalizado. E é, portanto, meu objetivo aqui contestar este *status*.

Cabe agora apresentar de que maneira decidi estruturar a exposição do meu *não condicionado*, as ideias que sustentam a minha sugestão de que já não é mais conveniente tomarmos o conceito de Cultura Material como designação de “o” objeto da Arqueologia, em outras palavras, de entendermos a Arqueologia como, meramente, o estudo da Cultura Material. Para tanto, eu decidi começar apresentando um breve panorama sobre como a ideia de Cultura, ao longo do século XX, se inseriu e se consolidou no pensamento arqueológico enquanto o elemento central de investigação, que será assimilada como Cultura Material devido ao nosso apego a estudar o mundo sensível. A seguir, faço breves comentários sobre algumas das ideias que tem se colocado como contestação a essa dualidade para, então, aprofundá-las a partir da minha perspectiva de que não é possível desatar o nó sem contestarmos diretamente o idealismo que o sustenta. Encaminhando-me para o final, faço as minhas críticas quanto à naturalização de tal dicotomia e, ainda, apresento minhas sugestões de como solucionar tal problema, a partir de um entendimento da Arqueologia mais condizente com o nosso objeto. Sendo assim, ao invés de trazer análises morfológicas, perfis estratigráficos ou datações de carvões, ofereço estas páginas.

4.1 A *CULTURA* MATERIAL COMO PROBLEMA CENTRAL DA ARQUEOLOGIA

Sempre que vou abordar algum tema, especialmente os *espinhosos*, recordo daquele poema de Brecht: “Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. / Mas ninguém diz violentas / as margens que o comprimem” (1973, p. 71). Pois, discorrer sobre ideias significa, obrigatoriamente, fazer uma seleção, delimitar o escopo da construção. Afinal, é impossível

tratar da totalidade de um tema qualquer, visto que o tempo e o espaço são limitados, e, ainda que, vamos imaginar, não houvesse tais impedimentos, existiria pessoa com tamanho fôlego? Eu, certamente, cederia ao desgaste. Portanto, é assim que encaro as ideias aqui substanciadas em palavras, como um rio que construí; e as bordas dessas páginas, meus diversos prazos e outras tarefas a cumprir, como as minhas margens.

Dito isso, posso agora afirmar que estou ciente de que este processo, da construção de um discurso arqueológico fundamentado na ideia de Cultura, faz parte de uma conjuntura muito complexa, mas que eu vejo como estando intimamente ligada à formulação de noções que constroem um *Eu* – ou vários *Eus-europeus*, até mesmo *Eus-europeizados* – e de um *Outro* – ou vários *Outros-que-não-europeus*. Algo que, em última instância, manifesta-se em expressões nacionalistas, quando voltadas para si, para o Eu; e colonialistas, quando focadas no Outro. E essas duas miradas, *para dentro* e *para fora*, aqui, não são vistas como excludentes ou mesmo incompatíveis, mas como mutuamente dependentes.

Seguindo neste sentido, a constituição da Arqueologia enquanto campo do conhecimento está intimamente ligada à construção dessas categorias, num processo intrincado e retroalimentar de confirmação de si mesmo em relação a um outro diferente e menor – um *menor* semanticamente aberto para o negativo. E por mais que possamos atribuir uma polissemia ao conceito de Cultura, ainda assim, todos os entendimentos que ele possui estão estruturados sob a perspectiva humanista. Isso quer dizer que a abstração Cultura está sempre condicionada à ideia de um *algo que não é Cultura*, seja a Natureza, seja o mundo físico, assumindo-se, assim, como um dos temas que “serviram como princípios críticos de diferenciação” (FOUCAULT, 1984, p. 44) característicos do humanismo e que tem como objetivo final o deslocamento da figura da Humanidade para o centro da existência, “o subjectum primário e genuíno, [...] o ser sobre o qual todo e qualquer ser, em seu modo de ser e sua verdade, está fundado” (HEIDEGGER, 2002, p. 66-67).

Em outras palavras, a ideia de Cultura é mais uma ferramenta na construção da humanidade enquanto sujeito e do mundo enquanto objeto, onde, a partir do momento em que os humanos se voltam a si mesmos, a figura da Humanidade começa a aparecer no horizonte (THOMAS, 2004, p. 39). Portanto, inseridos nesses parâmetros, fica impossível endereçar a questão da Humanidade sem pensarmos em Cultura. E isso se dá tanto em termos êmicos, quanto éticos.

Quer dizer, estou assumindo aqui que a Cultura, enquanto um conceito antropológico, possui a função fundamental de explicar um *si-mesmo*. Ora voltados para um *nós*, gerando “positivos”, o que somos; ora voltados para um *não-nós*, gerando “negativos”, o que não somos, nos explicando pela diferença com um Outro³¹. É nesse sentido que os antropólogos têm inventado a Cultura (WAGNER, 2010) enquanto nós, arqueólogos, nos encarregamos de inventar a Cultura Material.

4.1.1 Cultura como expressão do nacionalismo

Seguindo o assunto, conforme nos diz Trigger, a

designação de conjuntos de material pré-histórico geográfica e temporalmente circunscritos como culturas ou civilizações, assim como sua identificação como remanescentes de grupos étnicos, parece ter ocorrido independentemente a diversos arqueólogos. No entendimento de Childe, (1935b:3), **o conceito de cultura arqueológica “impôs-se” a arqueólogos [mas também] está claro que isso ocorreu primeiramente na Europa central e adjacências, onde se verificava um interesse permanente em rastrear identidades étnicas através do registro arqueológico.** (TRIGGER, 2011, p. 159, grifo meu)

E essa *imposição* – ou seria naturalização? – parece ser uma pressão que vem desde o final do século XX, influenciada, não somente pelos recentes Estados-Nações que vinham se formando³², mas também pela disputa territorial que decorre da construção de uma nacionalidade. Trazendo uma perspectiva jurídica, de acordo com Maluf,

a humanidade compõe-se de um conjunto de grupos distintos, os quais se localizam em certas e determinadas regiões do globo terrestre. Fatores éticos, étnicos, históricos, geográficos, políticos, econômicos etc. determinam esses agrupamentos e lhes dão continuidade.

[...] Assim, a Nação é uma entidade de direito natural e histórico [sendo que o] **Estado é a Nação** encarada sob o ponto de vista de sua organização política, ou

³¹ Aliás, como exemplo de denúncias nesse sentido, sugiro a análise que Huggan (1994) faz a partir das obras *Los Pasos Perdidos* (1956), de Alejo Carpentier, *Le Devoir de Violence* (1968), de Yambo Ouologuem, e *Flying-Fox in a Freedom Tree* (1974), de Albert Wendt.

³² Pensemos, por exemplo, nas unificações da Itália e da Alemanha, que ocorreram tardiamente.

simplesmente, é a **Nação politicamente organizada**. (MALUF, 1995, p. 16;22, grifo meu).

Pensemos além: não meramente organizada, mas uma Nação que se presume soberana sobre o seu *território*, que pode ser historicamente justificado. Não à toa, a gênese da ideia de Cultura Material assimilada na Arqueologia, como explica Rebay-Salisbury, está associada à articulação exigida por tal contexto entre etnias e espaços ou entre nações e territórios, a partir das elocubrações de

F. Ratzel (1844–1904), um geógrafo, [que] explicou semelhanças na cultura material usando migrações, apesar da necessidade de transpor grandes distâncias (Hirschberg 1988, 392). Seus maiores interesses estão em explorar as relações mútuas entre espaço, natureza e homem, uma abordagem que ele chamou de *Anthropogeographie* (Geografia Humana). Ratzel se opôs explicitamente às teorias evolucionárias (Köb 1996, 37), acreditando que os primeiros estágios da humanidade foram substanciados com uma série de invenções que só poderiam se espalhar por meio da difusão. Distinguindo entre “*Kulturvölker*” (povos da cultura) e “*Naturvölker*” (povos da natureza), ele atribuiu a estes últimos capacidades mentais menores e níveis estagnados de desenvolvimento. Ratzel usou o termo *Kulturkreis* para descrever uma área na qual uma cultura foi disseminada, bem como para descrever a própria cultura (Leser 1963, 9). (2011, p. 42, grifo no original).

Não à toa, como nos traz Trigger, além de ter sido o primeiro arqueólogo, com a obra *Die Herkunft der Germane* [A Origem dos Alemães], de 1911, a definir e a empregar sistematicamente o conceito de “cultura arqueológica”, Gustaf Kossina teria declarado “a arqueologia **a mais nacional das ciências** e os antigos germanos o mais nobre tema de pesquisa” (TRIGGER, 2011, p. 160, grifo meu).

Neste sentido, definir a Cultura – este caráter diferenciador – em termos étnicos, não era meramente uma questão epistemológica, mas instrumental e a nível estratégico, de Estado, estivessem os arqueólogos conscientes ou não disso³³.

³³ Acho interessante frisar que minha intenção não é reduzir o pensamento de todos os arqueólogos a esta questão. Afinal, reconheço os diversos “avanços” epistemológicos que foram produzidos ao longo do último século especialmente. No entanto, meu propósito aqui é o de evidenciar o modo pelo qual este pensamento operava, na ótica que resolvi abordar aqui, a partir de um princípio crítico de diferenciação como já mencionei.

É nesse mesmo sentido que eu vejo o modo pelo qual a ideia de Cultura – embora ainda funcionando enquanto elemento de distinção – acabou sendo ressignificada quando a Arqueologia aportou do outro lado do oceano. Para tanto, vamos considerar aqui o contexto estado-unidense, que acabou se tornando um grande campo de influência dentro da geopolítica acadêmica, especialmente, para aqueles contextos semelhantes ao seu.

4.1.2 Cultura como expressão do colonialismo

Se até então a Arqueologia começa a se servir de uma noção de Cultura alimentada pela manifestação de etnias, para reforçar a construção de uma narrativa nacionalista, no contexto das Américas, esta não é uma narrativa que se aplicaria aos que se viam como herdeiros dos europeus. Afinal, a Nação estado-unidense, por exemplo, acaba não sendo equivalente aos povos que já habitavam o território norte-americano, mas aquela idealizada enquanto europeia – preferencialmente os não latinos – que começaram a invadir o continente americano a partir de 1492. Não à toa, a percepção hegemônica é a de que a fundação da primeira colônia britânica em Jamestown, em 1607, represente o início da história da Nação estado-unidense.

Nesse sentido, é preciso adotar uma leitura dessa diferenciação, não em termos étnicos, pois é preciso deslegitimar os povos nativos da soberania em potencial que eles possuem sobre o território de acordo com as teorias jurídicas. E talvez por isso também que aqui a distinção busque um alicerce abstrato, como uma certa linha evolutiva, e fuga da materialidade que o território evoca.

Assim, a Cultura precisa ser ressignificada em parâmetros mais universais, onde seja possível construir a distinção, não pelas diferenças peculiares de cada grupo, mas em grau. Quer dizer, não é questão de estabelecer quais as diferentes características de cada Cultura, como se todas operassem em um mesmo plano, mas construir uma derivação única, onde seja possível estabelecer povos em um estágio *mais avançado* e outros em um estágio *menos avançado*. E, para isso, era preciso recorrer à ciência da alteridade por excelência, como Phillips faz:

Parece-me que a arqueologia Americana se encontra em uma relação intimamente próxima e, no que diz respeito à teoria, dependente da Antropologia geral. Seu serviço à História, no sentido estrito, i.e. como registro de eventos do passado com

o interesse centrado nesses eventos, é extremamente limitado, pois, **para a América pré-Colombiana, não existe tal história.** [Portanto, a] arqueologia do Novo Mundo é antropologia ou não é nada. (PHILLIPS, 1955, p. 246-247, grifo meu)

Aqui eu entendo se o leitor considerar que a minha leitura em relação à posição de Phillips se dá tangencialmente à busca dele por uma cientificidade – que poderia ser oferecida pela Antropologia, já que ele a considera “mais ciência do que a História” (*Ibidem*, p. 247). Mas, cabe, então, que eu devolva a questão. Não seria a busca de Phillips e do subsequente movimento Processualista – gestado nos Estados Unidos – por uma cientificidade, por padrões, por leis gerais, por explicações antes de descrições, que se dá tangencialmente às exigências do princípio de diferenciação que a Cultura pressupõe na circunstância em que eles operam? Inclusive, posto desta forma, julgo não nos soar estranho o porquê da Arqueologia, em tal contexto, filiar-se institucionalmente à Antropologia, a *ciência do Outro*, que ocorre desde muito antes das queixas de Phillips em relação às abordagens *históricas* que predominam até então.

Na minha perspectiva, assim, a proposta é de que o que se busca – não necessariamente de forma consciente, maquiavélica (embora em alguns casos seja extremamente plausível) – é produzir um olhar sobre um *Outro-que-não-europeu* a partir da ótica de um *Eu-europeizado*. E, desta forma, construir e legitimar a identidade de um invasor diante de um povo nativo.

Afinal, se os invasores tivessem a percepção – ou quisessem, deliberadamente, construir uma – de que são herdeiros dos povos nativos da América do Norte, não é de se esperar que, ao invés de adotar uma categoria transcendental, como *humano*, fariam a partir de uma categoria distintiva? Ainda, não esperaríamos que o desejo seria o de que Arqueologia devesse seguir como uma ciência de caráter histórico, assim como acontece na Europa? Visto que, apesar de ter sido influenciada por formulações antropológicas sobre a Cultura, a Arqueologia no continente europeu tende muito mais a se inserir no espectro da História, pois é uma Arqueologia voltada para si. Em contrapartida, nos Estados Unidos e em contextos semelhantes, como se volta para um Outro, a tendência parece ser uma associação institucional à Antropologia (THIESEN e POUQUET, 2018, p. 16).

De qualquer forma, como o rio segue correndo, cabe prosseguir para a década de 1980, quando temos uma nova derivação semântica da noção de Cultura que adentra a Arqueologia e que acaba trazendo duas questões muito importantes de se observar.

4.1.3 Cultura(s) como expressão de identidade

A primeira delas diz respeito à superação da sensação de estarmos sempre atrasados nas discussões, já que, por exemplo, muitos arqueólogos “antropológicos” criaram a perspectiva de que a teoria deveria vir, justamente, da Antropologia, enquanto a Arqueologia deveria aplicá-la e fornecer os dados àquela (GOSDEN, 1999, p. 5). Mas isso parece ter terminado aqui, quando o movimento conhecido como Pós-processual

abraçou a teoria social essencialmente da mesma forma que qualquer antropólogo. A antropologia (ou partes dela) se afastou das análises abstratas do estruturalismo desenvolvidas por Leach e outros, em direção à cultura material, ao corpo, à arte, à tecnologia e à paisagem. [...] O resultado dessas movimentações é uma unidade sem precedência entre algumas partes da arqueologia e da antropologia (*Ibidem*, 1999, p. 7-8)

Embora uma certa polarização entre as ideias processuais e pós-processuais seja fomentada pelos dois lados, como nos diz Shanks (2008, p. 133), o movimento originado no Reino Unido, nada tem de revolucionário, podendo ser entendido como uma série de propostas complementares, que expandem a explicação processual.

Neste sentido, eu gostaria de destacar aqui que a Cultura como critério de diferenciação se mantém central ao pensamento arqueológico pós-1980, mas, agora, surge a perspectiva de que a sociedade, através da Cultura, podia ser vista como “um meio comunicativo”, justamente, a segunda questão que quero trazer. Não à toa, as primeiras propostas tinham como fundamento perspectivas simbólicas, buscando “interpretações sobre o sentido das coisas, das práticas funerárias pré-históricas, do design das habitações, das decorações cerâmicas” (SHANKS, 2008, p. 133).

Agora, eu me permito aqui extrapolar que entendimentos desse grau só puderam ser concebidos a partir do momento em que a sociedade, entendida como o todo, foi fragmentada nas suas partes menores, ou seja, nos indivíduos, sendo importante, nesse sentido, destacar o contexto político da época. Ao longo das décadas de 1960 e 1970,

especialmente no tal do *Norte*, explodiram diversos movimentos de descontentes com o *establishment*, como o que se convencionou chamar de contracultura, a segunda onda feminista, os movimentos anti-consumismo, antiguerra do Vietnã, o movimento dos direitos civis dos afro-americanos, o movimento Libertação Gay e, claro, o maio de 68 em Paris. Não à toa, essas contestações ao modelo processualista são fortemente influenciadas pela Antropologia francesa da década de 60, pelas denúncias da Antropologia Cultural de que a evolução cultural é etnocêntrica e insustentável e pelas premissas dos pós-modernistas. Aliás, ainda é interessante notar a relação entre o neoliberalismo, a individualidade e a subjetividade, especialmente no mundo anglófono, como faz Patterson (2005).

O que não quer dizer que, necessariamente, começou a se buscar esses membros nas sociedades, mas a se recusar a ideia de que as sociedades humanas são grupos homogêneos – tornando, assim, plausível a hipótese de que há comunicação internamente.

Os discursos arqueológicos relacionados à criação e ao funcionamento das sociedades nacionais perderam momentum e significância devido ao surgimento do multiculturalismo, que tem corroído os principais dogmas da sociedade moderna, especialmente o da construção de coletivos homogêneos (sociedades nacionais) em termos de cultura, linguagem e história. Nas últimas duas ou três décadas, o multiculturalismo colocou profundas mudanças em movimento, especialmente no que diz respeito à organização da sociedade, que agora supõe se tratar da coexistência de diversos constituintes - convencionalmente referidos como *diversidade cultural*. (GNECCO, 2015, p. 4, grifo no original)

E essa articulação da noção de uma *diversidade cultural* dentro de um sistema social, deve-se em grande parte à introdução da noção de agência³⁴ no pensamento arqueológico, que é explicada por Shanks da seguinte forma:

De forma geral, essa questão da agência tem sido costumeiramente caricaturada como uma busca pós-processual pelos indivíduos na pré-história. Absolutamente, não é essa a questão, mas, sim, sobre como nós devemos conceber uma sociedade de uma forma que permita que as pessoas que fazem parte dela atuem ativamente

³⁴ Estou ciente de que a noção de agência é problemática por si só – e nem estou entrando no mérito da agência dos objetos. Mas faço uso aqui do seu sentido mais simples: um *potencial de ação/transformação*, uma vez que “o nascimento da teoria da agência refletiu o desejo de contrapor modelos deterministas da ação humana ao reconhecer que as pessoas, propositalmente, agiam e alteravam o mundo externo através das suas ações” (DORNAN, 2002, p. 134). Algo que assumo aqui como característica fundamental ao pensamento “pós-processualista”, pois, mesmo quando não é adotada explicitamente, é presumida em todas as perspectivas que surgem em contraste aos modelos explicativos processualistas fortemente deterministas.

e de forma criativa na reprodução e na mudança da sua sociedade. (SHANKS, 2008, p. 135)

Com isso, podemos assumir que a noção de Cultura segue como princípio crítico de diferenciação. Entretanto, agora, é uma diferenciação que não se limita ao caráter étnico ou mesmo que se dê em diferentes graus de uma qualidade transcendental, mas, principalmente, pautada nas questões de identidade. É uma diferenciação contingencial, que pode ser circunscrita historicamente. Determinadas sociedades se organizam de determinadas formas em determinado período. E a transformação ou a manutenção desses arranjos é uma questão de disputas simbólicas. A Arqueologia, então, amplia as possibilidades de construção de novos *Eus* a partir da fragmentação da sociedade, que não é mais vista como algo coeso.

4.2 ESTARIA A ARQUEOLOGIA PARADA NA SAÍDA DA CAVERNA?

Com o que foi exposto até aqui, apenas me propus a demonstrar, de forma breve, como a Arqueologia incorporou a dualidade humanista – humano/natural – ao seu objeto de pesquisa ao longo do último século. Aceitando essa dicotomia como um princípio de diferenciação, construímos a nós mesmos pelo contraste, que assume diversas formas, além de evidenciarmos a primazia da Cultura sobre o material. Visto como nós temos condicionado nosso objeto de estudo a esse conceito, não parece absurdo nos perguntarmos: como pode a ciência que, desde sempre, se dedica a estudar a dimensão material do mundo – que engloba tanto aqueles elementos não-humanos quanto humanos – continuar preterindo as coisas em favor das ideias?

E esta questão é especificamente importante para nós, arqueólogos, pois mesmo que a teoria social em geral, a partir das últimas décadas do século passado, tenha buscado trazer as coisas de volta (TRENTMANN, 2009, p. 283), elas só parecem ir até aquelas, de certa forma, aprazíveis.

Dialogando com o autor supra sobre quais coisas são permitidas a serem incorporadas, Olsen nos diz:

filmes, biografias, exposições de arte, carne (e mente) humana, nanotecnologia, clonagem. Onde estão as coisas comuns com as quais normalmente lidamos? Onde estão as luzes da rua, o gesso de parede, os cadarços, os pneus de carro, os botões, os dormentes, as vassouras, os garfos, as pias, os assentos de banheiro e as marmitas? **Assim, as coisas podem ser bem-vindas de volta, mas devem ser limpas, inteiras e de preferência discursivas ou fotografadas; não deve haver muitas, por favor, e que pelo menos sejam fáceis de rotular e de se falar sobre.** (OLSEN, 2016, p. 292, grifo meu)

Enquanto isso, nós seguimos a nos dedicar às coisas mais banais, da mesma forma como temos feito há séculos. Uma insistência, inclusive, que já nos rendeu acusações de que seríamos os “*playboys* senis da ciência, de pés fincados em monturos de antiqualha”, como fez, em 1938, o antropólogo estado-unidense Ernest Hooton (*apud*, TRIGGER, 2011, p. 3, grifo no original), ou mesmo de que o que fazemos é “uma maneira cara de aprendermos o que já sabíamos”, como relatou James Deetz, enquanto um arqueólogo que trabalha com períodos que possuem registros escritos (1996, p. 32).

Inclusive, é oportuno lembrar a criação de um gênero interdisciplinar chamado de Estudos de Cultura Material, não obstante a consolidada – ou talvez nem tanto quanto gostaríamos – consolidação da Arqueologia na estrutura acadêmica enquanto uma ciência que estuda a cultura material.

Sobre isso, cabe trazer os comentários de Schiffer, ao apontar as “deficiências graves” desse esforço:

Em primeiro lugar, os Estudos de Cultura Material são amplamente marginalizados nas principais disciplinas das ciências sociais. Isso pode ser facilmente demonstrado pelo exame da literatura proeminente em psicologia, em sociologia e em antropologia. [Além disso], os Estudos de Cultura Material, frequentemente, sofrem de um problema mais grave: **eles simplesmente projetam a ontologia e as teorias convencionais a novos domínios empíricos, tratando as interações pessoas-artefato como secundárias ao processo cultural.** [Ainda, os Estudos de Cultura Material], para além da Etnoarqueologia, tendem a ser metodologicamente pouco sofisticados. Por exemplo, os investigadores raramente suportam suas generalizações em observações naturalísticas, sistemática e quantitativamente obtidas, das interações entre pessoas-artefatos. Ao invés de disso, existe uma dependência dos relatos recolhidos [e] as descrições dos próprios artefatos, quando fornecidas, são superficiais e incompletas. Essas deficiências metodológicas não são surpreendentes, visto que o estudo rigoroso de artefatos não está incluído na

formação de cientistas sociais (exceto arqueólogos). (SCHIFFER, 1999, p. 5-6, grifo meu)

Mas, retornando especificamente à questão que envolve o nosso favorecimento às ideias em detrimento às coisas na lida com essa dicotomia, talvez pela influência intelectual do final do século passado e sua ênfase discursiva, parece ter ficado mais evidente, e a nossa insistência em estudar um algo material clarifica que a Arqueologia é

uma disciplina fundada sobre um paradoxo, [afinal como pode existir] uma ciência social com o apego teimoso ao mundo material? A conclusão inevitável a que se chega é a seguinte: que **a arqueologia parece estar desconfortável e ambigualmente situada no contexto das ciências sociais e nas tradições do pensamento Ocidental em geral**. Suas tentativas de abordar a sociedade e o sujeito humano a partir de seus objetos materiais vai na contramão da filosofia moderna cujas energias estão voltadas para manter a separação entre o mundo das coisas e o mundo do pensamento. (SHEPHERD, 1998, p. 85, grifo meu)

Nós andamos pelo chão de granito e temos nossos caminhos pré-determinados pela limitação das paredes de concreto dos edifícios; colocamos sobre a mesa as flores mortas que, eventualmente, ficarão menos coloridas; estamos nos relacionando com o mundo cotidianamente de maneira inconspícua, mas quando pegamos o balde e encostamos a ponta da colher no solo, tudo isso se desmaterializa – *tudo que é sólido se desmancha em Cultura*.

Mas essa dicotomia que sustenta o modo como encaramos nosso objeto tem sido alvo de criticismo – tanto por parte de alguns arqueólogos, quanto por antropólogos, quanto por outros profissionais que operam na interface entre suas áreas e a Arqueologia –, especialmente nas últimas décadas. A intenção tem sido a de destacar o papel relevante que o mundo material exerce nas relações sociais que construímos e que mantemos em detrimento de um demasiado foco em aspectos imateriais, ou seja, na Cultura. Entretanto, o meu objetivo com este capítulo é o de poder endereçar diretamente as ideias que subjazem essa dicotomia: o peso do idealismo (especialmente o epistemológico) como premissa do pensamento humanista que nos separou do mundo em que vivemos. Este é o ponto a que gostaria de me dedicar no próximo tópico.

Antes – como um rio que corre num platô e se transforma em uma queda d'água antes de retornar ao seu leito –, eu gostaria de apontar três pontos que geram incômodo nas

abordagens mais recentes que buscam se contrapor a essa dicotomia³⁵. Distinções que vejo como fundamentais para delinear em que termos a minha posição, embora seja extremamente convergente, no sentido da crítica, difere um pouco e se apresenta como uma soma à discussão.

4.2.1 A simetria e as coisas como agentes

Primeiramente, acho importante dizer que o termo simetria, por si só, é problemático para a questão que trago aqui, pois pressupõe a naturalização de duas partes distintas que compõe um todo, afinal, simetria é uma relação de paridade entre dois termos. Mas se justamente o que Latour visa propor com a sua *Antropologia Simétrica* (2009, p. 101-104) é corrigir a assimetria dos modernos, antes de derrubar o muro e se desfazer dos termos, ele os reproduz.

De qualquer forma, na Arqueologia, são as implicações da subsequente *Actor-Network-Theory* [Teoria-Ator-Rede] (ANT), que visa superar tal impasse que parece prosperar enquanto uma suposta alternativa ao dualismo imposto pela Cultura/Natureza. Afinal, nada melhor para escapar dessas situações do que adotar uma outra estratégia, aqui no caso, como diz Harman, “o método de Latour de colocar todos os atores ‘físicos’ e ‘mentais’ no mesmo pé é a melhor maneira de acabar com a guerra de trincheiras entre naturalismo e idealismo” (2009, p. 108).

No entanto, uma contrapartida a essa equiparação – não diluição, visto que se mantém enquanto duas partes distintas – é a evidente extensão da capacidade de agir a todos os pontos de sua rede. Afinal, um ator, nos diz Latour,

não é a fonte de uma ação, mas o alvo móvel de uma vasta gama de entidades que se deslocam até ele [portanto] usar a palavra ‘ator’ significa que **nunca está claro quem ou o que está agindo quando nós agimos**, uma vez que o ator no palco nunca está sozinho na encenação. (2005, p. 46, grifo meu)

³⁵ Optei por não fazer uma apresentação dessas perspectivas já que são propostas correntes e amplamente difundidas, direta ou indiretamente, em artigos, teses e dissertações. Portanto, as considero de conhecimento geral.

Assim, inicialmente, a consequência mais direta no pensamento arqueológico parece ter sido a diluição da noção de agência, que foi fundamental para problematizarmos questões como o dinamismo de grupos sociais a partir da ação de indivíduos, para todos os entes do mundo. E Latour parece estar ciente dessa crítica, quando diz que, as coisas, além de determinar e de servir como pano de fundo para a ação humana,

podem autorizar, conceder, proporcionar, encorajar, permitir, sugerir, influenciar, bloquear, tornar possível, proibir e assim por diante. A ANT não é a afirmação vazia de que os objetos fazem coisas "ao invés" dos atores humanos: ela simplesmente diz que nenhuma ciência do social pode sequer começar, se a questão sobre quem e o que participa da ação não for explorada em primeiro lugar, mesmo que possa significar incorporar elementos nos quais, por falta de um termo melhor, chamaríamos de *não-humanos*. (LATOURE, 2005, p. 72, grifo no original)

Mas o ponto fraco do seu argumento parece recair, justamente, na demasiada ênfase que ele dá às relações, como contrapartida por não ter quebrado o muro anteriormente. Pois as suas suposições não deixam espaço para que nós possamos considerar

a realidade de uma coisa separada de suas relações, quer gostemos ou não. Posto que Latour é um relacionista absoluto em sua teoria de atores, ele não consegue olhar com afeição para esse ponto. Mas o grão da verdade no grito de um físico seria o de que um ator deve existir anteriormente, antes de mais nada, se outros atores quiserem negociar com ele (HARMAN, 2009, p. 111).

Com isso, resta perguntar: um martelo, uma cesta, um quebra-molas possuem capacidade de agir? Se nos limitarmos à visão de Latour, evidentemente que sim. Mas se expandirmos a questão como faz Harman acima e considerarmos que toda relação exige a existência de um ente, não seria lógico presumir que toda relação ente-ente pressupõe uma interação que, em certa medida, já condiciona nossa capacidade de ação pelas características intrínsecas dos envolvidos? Se sim, vale considerar ainda: é realmente proveitoso diluir a noção de agência, que já é complexa por si só, a toda interação? Eu penso que não.

4.2.2 A ontologia relacional e a criação de novos mundos

Eu enxergo essa abordagem como uma espécie de Teoria das Cordas³⁶ às avessas das ciências humanas, pois, ao contrário daquela da física, a ideia de uma *ontologia relacional* apresenta um caráter excludente, antes de reconciliador. Explico a partir de um exemplo que tem ganhado adeptos na Arqueologia.

Na sua discussão sobre o animismo, Tim Ingold (2013) parece nos colocar a seguinte questão: seria a existência a soma de vários pontos *ou* uma teia formada por linhas? O exclusivismo da sua proposta, reside, justamente, na conjunção alternativa *ou*, que, embora esteja textualmente ausente na referida obra (ao menos nesse contexto), aparece subentendida. Afinal, como o autor nos diz, a questão não é meramente sobre modos de entendimento, mas *modos de existência*, pois

não estamos lidando com uma crença *sobre* o mundo, mas com uma condição de *ser* no mundo. Isso poderia ser descrito como uma condição de estar vivo para o mundo, caracterizado por uma capacidade elevada de sentir e responder, na percepção e na ação, a um ambiente que está sempre em fluxo, que não permanece o mesmo de um momento para o outro. A animização, então, não é a projeção imaginativa de propriedades humanas nas coisas que elas percebem ao seu redor. Ao contrário, e esse é o meu segundo ponto, a animização é o potencial dinâmico e transformativo de todo um campo de relações dentro do qual os seres de todos os tipos, mais ou menos pessoa ou coisa, geram a existência um do outro de forma contínua e recíproca. A animização do mundo vivo, em suma, não é resultado de uma infusão de espírito na substância, ou de ação à materialidade, mas é ontologicamente anterior a essa diferenciação. (*Ibidem*, p. 12, grifo no original)

Aqui não se contesta, como será elaborado no decorrer deste capítulo, o caráter objetivo do animismo – como a manifestação de uma epistemologia objetiva –, mas de forma alguma, entende-se que a questão levantada pelo autor é de natureza ontológica (*Ibidem*, p. 17). No entanto, como um tradicional antropólogo³⁷, penso que Ingold peca ao supor que

³⁶ É uma teoria da física que, podemos dizer aqui, busca estabelecer uma coerência entre a Teoria Geral da Relatividade e a Mecânica Quântica.

³⁷ Não se trata de uma provocação, mas de um alerta: as pressuposições de um antropólogo não são as mesmas que as nossas. E, para ilustrar este ponto, talvez seja possível argumentar que há outros autores mais oportunos, algo que, de forma geral, não faço objeção. No entanto, a escolha de Ingold se deu especificamente por eu reconhecer seu “trânsito” e sua consequente influência no discurso arqueológico. A título de exemplo, trago uma crítica de Knappett sobre entendimentos advindos da Antropologia através daquele autor, e que acabam influenciando o pensamento arqueológico, como “o argumento de Ingold, de que a ‘materialidade’ se tornou

um conhecimento divergente do nosso sobre o mundo não possa ser entendido como objetivo. E suporto essa minha impressão nas diversas críticas que o autor tem feito à Etnografia.

Cito, por exemplo, uma específica em que ele diz que sempre que ouve

a frase “estudo de caso etnográfico”, inocentemente ensaiada como se fosse absolutamente sem problemas, estremeço em protesto. E quando as pessoas descritas nesse estudo são retratadas como se pertencessem ao etnógrafo em pessoa - como em ‘Balinês de Geertz’ - meu estremecimento se torna um grito! Nada é mais degradante para o espírito e propósito da investigação etnográfica. [...]

Observar não é, em si mesmo, objetificar. É entender o que as pessoas estão dizendo e fazendo, observar e ouvir e responder em sua própria prática. Ou seja, a observação é uma forma de participar atentamente e, por isso, uma forma de aprendizagem. Como antropólogos, é o que fazemos e o que sofremos. E nós fazemos isso e passamos por isso em reconhecimento do que devemos aos outros por nossa própria educação prática e moral. **A observação participante, em suma, não é uma técnica de coleta de dados, mas um compromisso ontológico. E esse compromisso é fundamental para a disciplina antropológica.** (INGOLD, 2017, p. 22-23, grifo meu)

Um conhecimento divergente que ele qualifica como *crença* – talvez por entender que nós necessariamente o qualificaríamos assim? No entanto, crer nos remete à fé, a acreditar, em oposição ao conhecimento, a saber. E aqui, o que estou dizendo, é que há uma diferença entre *crer em algo*, *conhecer algo* e este *algo existir*. Ainda, defendo que estas distinções não sejam excludentes, questão que será esmiuçada nas próximas páginas.

A meu ver, talvez antecipando uma possível desqualificação da suposição de que quem *pensa diferente de nós* necessariamente *crê* – pois *quem crê, não sabe* –, que incorre na ideia de que há apenas uma maneira certa de entender o mundo, Ingold acaba tomando a fundamentação ontológica como garantidora da validade de diferentes conhecimentos. Afinal, o problema imposto pela sugestão de que há apenas uma única maneira correta de

mais um obstáculo do que uma ajuda na compreensão dos materiais, pode se aplicar a (alguma) antropologia, mas nem tanto à arqueologia. Muitos arqueólogos não teriam problema em reconhecer a materialidade simplesmente como uma perspectiva relacional dos materiais, que nos obriga a pensar sobre suas propriedades, qualidades ou acessibilidade. *É quando a perspectiva antropológica começa a misturar ou fundir materialidade com mutualidade que uma diferença de perspectivas parece surgir*” (KNAPPETT, 2012, p. 191).

entender uma realidade é superado se assumirmos existir tantas realidades quantas explicações sobre elas. Cada cabeça, um mundo.

No entanto, o autor, com isso, acaba reforçando o mesmo idealismo epistemológico que fundamenta a dicotomia Cultura/Natureza. A existência se dá na medida em que a conhecemos, e, como as conhecemos de diversas formas, igualmente, existe uma profusão de mundos distintos. Uma confusão que pretendo sanar mais adiante.

4.2.3 O emaranhamento entre corpos e coisas

Na proposta de emaranhamento de Hodder, por mais que ele traga as coisas à vista, ele ainda está mais interessado na perspectiva humana, que continua a manter uma primazia. Por exemplo, quando o autor nos diz “vou usar a palavra ‘coisa’ [...] majoritariamente para me referir às entidades sólidas feitas pelos humanos” (HODDER, 2012a, p. 15), a primeira questão que saltou à minha frente foi: seria o corpo uma coisa?

Mas como um bom intelectual precavido, o que, aliás, sugere que ele está ciente de que isso é uma questão relevante, Hodder já havia nos antecipado a resposta.

Até agora, eu tenho falado sobre humanos e coisas. Mas seriam os humanos coisas também? Se as coisas são apenas agrupamentos temporários de matéria, energia e informação, deve ser possível também afirmar que os humanos são agrupamentos de processos bioquímicos, fluxos sanguíneos, nervos e células que temporariamente se fundiram em uma entidade que é completamente dependente e conectada ao ar, à água, à comida, e assim por diante. [...] **Mas se um humano é uma coisa, trata-se de uma coisa de um tipo particular**, uma que desenvolveu um sistema nervoso amplo e complexo, um corpo e uma mente completamente dependentes de outras coisas para existir [assim] eu justifico a separação de humanos em uma categoria particular de coisa pois eu estou interessado em como a dependência humana das coisas leva a um emaranhamento entre humanos e coisas que tem implicações no modo pelos quais nós evoluímos e no modo pelos quais nós vivemos em sociedade hoje. (*Ibidem*, p. 9-10, grifo meu)

Que um humano *é uma coisa particular*, todos nós sabemos. Mas, para ficar nos termos expostos pelo autor, também são particulares, por exemplo, *as coisas sólidas feitas pelos humanos*. Um fármaco, por exemplo, é um agrupamento de moléculas com o potencial de interagir com a fisiologia de outra *coisa*. Ou tão particulares quanto os humanos, são outros

seres vivos, como os tardígrados, que podem sobreviver a condições extremamente severas, até mesmo ao vácuo do espaço.

Portanto, embora a proposta de Hodder sobre como esse amontoado de coisas se relacionam num emaranhado seja extremamente interessante, a meu ver, ele tenta sanar o problema da dualidade Cultura/Material sem endereçar a questão profundamente. Ele o faz diplomaticamente, mantendo um distanciamento entre nós, nosso corpo, e as outras coisas. Mas ao passo em que, ainda, retoma muito das premissas já estabelecidas por Latour, essa separação do corpo humano como *uma coisa muito particular*, reitera a estrutura dicotômica hierarquizante.

Ainda, poderíamos fazer uma pequena observação: embora ele dê ênfase às entidades feitas pelos humanos, que ele chama de *coisas*, e que são seu escopo, gostaria apenas de ressaltar que, para além dessas, há uma enorme gama de entes que não foram feitos por nós e que, de igual forma, tem implicações nos modos pelo qual nos tornamos o que somos, bem como no modo pelo qual nos relacionamos uns com os outros, *além de serem muito particulares*. Afinal, penso cá com meus botões, o que seria de nós sem as estrelas?

Feitas as observações sobre algumas das tendências correntes pelas quais a Arqueologia tem abordado a questão do dualismo Cultura/Material, cabe então que eu, propriamente, comece a endereçar essa questão a partir do que a fundamenta. Meu propósito neste tópico é o de esclarecer alguns pontos que são cruciais para o desenvolvimento da minha crítica: a ideia de uma divisão – meramente instrumental – entre uma ontologia objetiva e subjetiva, e de uma epistemologia que se ramifica de igual forma. Para tanto, gostaria de estabelecer as diferenças entre essas categorias e, então, trabalhar sobre esse recorrente experimento filosófico que envolve a questão da árvore que cai. No entanto, antes, faz-se necessário oferecer um pouco de contexto à minha crítica.

4.3 SE UMA ÁRVORE CAIR NO MEIO DE UMA FLORESTA, MAS SEM NINGUÉM POR PERTO PARA OUVI-LA, ELA PRODUZ ALGUM SOM?

Não é incomum vermos associações de que o realismo pressupõe, necessariamente, que exista apenas uma descrição verdadeira e absoluta possível sobre o mundo, ou seja, que as impressões sobre o mundo são, necessariamente, ou verdadeiras ou falsas, que incorre em

assumir que, diante de perspectivas diferentes, é impossível admitir mais do que uma enquanto verdadeira obrigatoriamente. No entanto, como Harman coloca, embora essas asserções possam ser tidas como realismo, elas são apenas na medida em que o especificam, antes de o qualificarem, já que, por exemplo, “é fácil imaginar que exista um mundo independente da mente, ao mesmo tempo em que se sustenta que a mente é incapaz de modelar o mundo com qualquer sorte de precisão final ou mesmo parcial” (2011, p. 53).

Além disso, outra confusão que geralmente se faz é a de que uma perspectiva realista implica, necessariamente, na suposição de que o indivíduo humano possui um caráter fixo, ou seja, universal, transcendental. Quando, pelo contrário, é totalmente viável adotarmos uma perspectiva realista sem desconsiderar “que o sujeito humano emerge através de processos evolucionários contingentes e de que é completamente moldado por forças históricas e linguísticas” (*Ibidem*, p. 54).

No entanto, limitarmo-nos a propor que *o mundo existe por si só* é endereçar apenas parcialmente a perspectiva realista, pois se restringe a definir “a realidade apenas enquanto independente da mente”, quando é necessário enfatizar ainda que “todas as relações estão na mesma base ontológica que a relação humano-mundo”, e, aí sim, com isso, recusar a mais recorrente sugestão de que a “relação humano-mundo tem privilégio filosófico sobre todas as outras formas” (*Ibidem*, p. 57). Posição que, embora hoje pareça inquestionável³⁸, é bem recente na história do pensamento.

Como coloca Heidegger, o idealismo é uma construção que remonta há poucos séculos³⁹, uma vez que

³⁸ Como diz Harman, muito “raramente autores contemporâneos desafiam essa tese. Em geral, ela está contida no princípio de toda filosofia vanguardista que surge, como um elemento de fé pressuposto” (2011, p. 55).

³⁹ Esta afirmação pode soar estranha, pois, afinal, e o platonismo? Quanto a isso, cabem algumas observações. Primeiro, observemos a questão levantada por Rokstad de que se considerarmos como platonismo “‘o pensamento filosófico desenvolvido depois da morte do Platão histórico, (mas) inspirado por e baseado nas suas realizações’ [podemos entender que] se o Platonismo, considerado um 'ismo', entrou na História após a morte de Platão, ele dificilmente poderia ter sido platônico - pelo menos, não se você não é claramente ahistórico. E parece que podemos dizer isso mesmo sem entrar no que substancialmente define o platonismo e o que significa ser platônico” (ROKSTAD, 2011, p. 16). Segundo, dando um passo além e considerando o platonismo como aquela doutrina que estabelece que a realidade – o mundo material, o percebido – e o conhecimento – as formas, as ideias – pertencem a reinos distintos – que nós tomamos como um entendimento semelhante ao representado pela dicotomia natureza/cultura –, é digno notar que Platão expõe, no diálogo entre Parmênides e Sócrates, inquietação ante a presunção de tal separação em sua teoria das formas (ALLEN, 1997, p. 104-206). Portanto é interessante supor que esse incômodo pode ter sido carregado adiante e que a cisão absoluta entre mundo/ideia é mais fruto de uma interpretação do nosso tempo. Inclusive não seria absurdo cogitar a hipótese de que, com o redescobrimto de Platão e do neoplatonismo no Renascimento, tenhamos fomentado o desenvolvimento da filosofia Idealista.

a mentalidade da filosofia grega era orientada por um realismo crítico; os neoplatonistas, os filósofos da Idade Média e aqueles da era Moderna também pensavam todos realisticamente. Embora uma variada gama de perspectivas a respeito da caracterização do real pudesse ser observada, existe um absoluto consenso a respeito da asserção de algo trans-subjetivo. Não é até Berkeley que a posição do realismo se estremece. Com o seu *esse-percipi*, a identificação do Ser e ser-percebido, ele afirma a identidade do físico e do psíquico. A existência independente de um mundo material que transcendente à consciência foi nulificada. (HEIDEGGER, 1973, p. 64, grifo no original)

Entretanto, é importante destacar que as coisas não pararam por aí. Embora a proposta de Berkeley mencionada acima possa ser considerada como o idealismo fundacional, que é geralmente chamado de “‘metafísico’ ou idealismo ‘ontológico’ [que assume] algo mental (a mente, o espírito, a razão, a vontade) [como] o alicerce absoluto de toda realidade, ou mesmo exaustivo da realidade” (GUYER e HORSTMANN, 2020), há um segundo entendimento, chamado de

“formal” ou “idealismo epistemológico” [onde] embora a existência de algo independente da mente seja concebida, considera-se que tudo o que nós podemos *saber* sobre essa “realidade” independente-da-mente está tão permeado pelas atividades criativas, formativas ou construtivas da mente (de um tipo ou de outro), que todo conhecimento elaborado deve ser considerado, em certa medida, como uma forma de autoconhecimento”. (*Ibidem*, grifos no original)

Este segundo tipo é o que mais nos interessa aqui, pois, como Guyer e Horstmann atestam, foi ele que “se tornou a epistemologia padrão da filosofia moderna [embora] muito poucos filósofos estavam dispostos a se identificar como idealistas, mesmo idealistas meramente epistemológicos” (*Ibidem*). E o argumento aqui é o de que, da mesma forma, foi esse *idealismo epistemológico* que fundamentou o raciocínio por trás do nosso objeto de estudo, a Cultura Material, mesmo por aqueles que não se identificam como idealistas.

Com essa exposição, meu propósito é o de rechaçar a hipótese de que uma postura realista significa, necessariamente, recusar o contingente em detrimento de uma ênfase exacerbada no determinismo que se supõe ao se considerar que uma realidade objetiva exista. Ao mesmo tempo, contestar a hipótese de que a nossa relação com o mundo está submetida, necessariamente, às nossas faculdades e que, portanto, residiria aí a garantia dele.

Pelo contrário, todas as relações estão no mesmo plano ontológico, não existindo diferença que não seja relacional entre ente-ente.

Aqui, de certa forma, me aproximo à leitura que Stepanich (1991) faz de Heidegger⁴⁰ e tento fugir dos extremos, onde se assume que 1) ou a realidade, ela mesma, é inatingível, pois só existe enquanto nós a percebemos, ou mesmo nos termos em que nós a percebemos ou 2) a realidade é uma e, portanto, há uma única maneira correta de a conceber. Assumo que existe uma realidade, que independe de nós, mas que não significa que precisamos

desconsiderar as observações das ciências naturais para aceitarmos outras descrições da natureza. Pelo contrário, nós precisamos alargar nosso entendimento das possibilidades de se representar essa realidade. As diferentes práticas culturais expõem diferentes aspectos da realidade. [...] O entendimento difundido por cada uma delas é, certamente, diferente; mas essa diferença não sugere que uma esteja certa e a outra errada. Ambas podem estar certas [ou erradas] ao demonstrarem diferentes particularidades da realidade se manifestar. Ao dizermos que diferentes caracterizações da realidade podem, cada uma, estar certas, entretanto, não estamos sugerindo que essas várias descrições, de alguma forma, somam-se a uma compreensiva imagem do todo. Tal interpretação nos forçaria de volta à visão ingênua de que a realidade só admite uma única representação correta. **A natureza é capaz de se manifestar em uma multitude de formas, mas essas várias formas são independentes – e até mesmo incomensuráveis – umas das outras.** (*Ibidem*, p. 28, grifo meu)

Tendo feito esse breve contexto, é hora de eu fazer uso dos termos que mencionei no começo deste tópico para explicar melhor o meu entendimento e faço isso seguindo a sugestão de Searle (2015) sobre esses aspectos, cabendo, antes de mais nada, tornar clara a distinção que faço aqui entre epistemológico e ontológico.

⁴⁰ Que não deve ser extrapolada para a sugestão de que a minha reflexão se dê nos termos propostos por Heidegger, até porque, como Stepanich aponta, embora ele seja mais receptivo ao “idealismo, apenas o é na medida em que isso o possibilita atravessá-lo e ir além do debate entre realistas e idealistas” (STEPANICH, 1991, p. 23). Portanto, seria leviano da minha parte defender uma perspectiva realista e endossar o pensamento de Heidegger. No entanto, isso não impossibilita apontar uma convergência, como faço aqui.

4.3.1 Desfazendo um imbróglio

O primeiro diz respeito ao conhecimento; o segundo, à existência. Assim, uma asserção pode ser epistemologicamente objetiva quando se referir ao que, costumeiramente, chamamos de *fato*, por exemplo, *pessoas foram escravizadas no Brasil*, ainda, outras asserções podem ser epistemologicamente subjetivas, o que entendemos como *opinião*, por exemplo, *Beatles é melhor que Rolling Stones*.

De forma semelhante, as existências podem ser pensadas como ontologicamente objetivas, quando nos referimos, por exemplo, a diversos entes, como aquilo que chamamos de cadeira, de montanha, de livro, que independem de nós; ou ainda, como ontologicamente subjetivas, quando nos referimos às percepções, por exemplo, onde se exige a existência de um ente para que se satisfaça a condição de uma relação causal que, ultimamente, será experienciada por um humano ou um animal, como comer carboidratos nos dá a sensação de gosto doce (SEARLE, 2015, p. 16-17). Neste último caso, cabe observar, quando a sensação – ou seja, o elemento ontologicamente subjetivo – ocorre, mesmo diante da ausência do elemento ontologicamente objetivo – necessário para estabelecer relação causal da sensação –, de acordo com Searle, temos uma alucinação (*Ibidem*, p. 18-20).

Aliás, aproveito o *gancho* e gostaria de sugerir uma leitura nesse sentido, com o fim de auxiliar na ilustração e explorar o contraste entre as perspectivas realistas e idealistas, a partir de Belchior, quando ele canta: " A minha alucinação / é suportar o dia a dia / e meu delírio / é a experiência / com coisas reais" (BELCHIOR, 1976). Aqui, o eu-lírico, estando ele sujeito a uma perspectiva idealista, contrariamente ao último exemplo trazido por Searle, alucina, sofre um delírio, justamente, quando todas as condições ontológicas – a subjetiva e a objetiva – são satisfeitas. Afinal, o mundo não estaria realmente *lá fora*, portanto, percebê-lo seria equivalente a um desvio de ordem psicológica.

4.3.2 Respondendo à pergunta

Agora sim, finalmente, chega a hora de fazer a pergunta antecipada no título deste tópico: se uma árvore cair no meio de uma floresta, mas sem ninguém por perto para ouvi-la, ela produz algum som? Aqui, tomo a liberdade para, brevemente, dar diferentes respostas de acordo com cada uma das perspectivas que apresentei até aqui.

- 1) Na perspectiva do idealismo ontológico, a respostaria poderia se limitar a: *que árvore?* Afinal, se supomos que toda existência está, de antemão, absolutamente enraizada na percepção, haveria floresta? Haveria árvore? Não havendo nada disso, é impossível haver som⁴¹. Formulada desse jeito, a pergunta nem ao menos faria sentido.
- 2) Na perspectiva do idealismo epistemológico, poderíamos considerar que a árvore pode existir. Portanto, de imediato, a pergunta é válida. No entanto, o som que ela produziria *apenas* poderia ser entendido a partir da nossa percepção. Assim, posta como está, a resposta poderia ser: *a árvore não produz som algum, pois o som só existiria na medida em que tivéssemos a sensação. Existir som é ter uma sensação sonora.*
- 3) Na perspectiva que venho defendendo, a resposta é simples: *depende*. Primeiro, é preciso distinguirmos o que chamamos de *som*. Estamos falando de ondas sonoras, ondas mecânicas, que vibram em uma frequência de 20 a 20.000 hertz (Hz)? Ou estamos falando da sensação que temos quando essas ondas estimulam nossos tímpanos (considerando que não temos alguma deficiência auditiva que nos impeça de termos tal sensação)? Feito isso, agora sim podemos responder. Para o primeiro caso, a resposta é: *sim*, a árvore, independentemente da presença de um observador, produzirá som, ou melhor, ondas sonoras passíveis de serem captadas pelo nosso sistema auditivo em pleno funcionamento ou mesmo por um equipamento *muito particular*, como diria Ian Hodder, tal qual um gravador de áudio que esteja próximo. Ao cair, pois, a árvore vibrará, fazendo com que o ambiente ao redor, em especial a atmosfera, vibre na forma de ondas longitudinais formadas por áreas de alta e baixa pressão. Agora, para a segunda definição de som, a resposta é: *não*, pois, embora nós tenhamos a satisfação do elemento ontologicamente objetivo, a árvore que cai e vibra o seu entorno, que forma ondas sonoras, não temos a satisfação do elemento ontologicamente

⁴¹ Berkeley endereçou essa questão indiretamente, e, até mesmo por isso, comete-se o equívoco de atribuir essa pergunta a ele. Não sei ao certo a quem pertence esse exercício referente à árvore que cai, apenas que ele é recorrente. De qualquer forma, sobre árvores existirem, diz Berkeley que “as coisas são extintas e criadas novamente a todo momento. Os objetos do sentido existem apenas enquanto eles são percebidos: as árvores, portanto, estão no jardim, ou as cadeiras, no cômodo, apenas enquanto há alguém para percebê-las. Ao fechar meus olhos, todos os móveis na sala reduzem-se a nada, e, assim que abro os olhos de novo, eles são criados novamente” (1982, p. 39).

subjetivo, que carece da presença de um segundo ente, ou humano capaz de ouvir ou o instrumento capaz de gravar as ondas em algum suporte, para estabelecer a relação. Logo, não temos a sensação de som.

4.4 ARQUEOLOGIA É, NATURALMENTE, O QUE OS ARQUEÓLOGOS PENSAM SOBRE O QUE FAZEM E O QUE FAZEM SOBRE O QUE PENSAM

Nós, na academia, estamos sujeitos à discursividade como a nossa principal forma de interação. Nos comunicamos por dissertações, teses, artigos, relatórios. Mas isso, por si só, não quer dizer nada. O problema realmente se apresenta quando nós não percebemos que, como qualquer outra perspectiva totalizante, a linguagem é incapaz de dar conta de toda dimensão da vida, só conseguindo ser *total* na medida em que *reduz tudo* às suas limitações. Aqui, portanto, me dedico a apresentar três pontos em que vejo como problemática a manutenção da noção de Cultura Material como pertinente a designar o objeto da Arqueologia, antes de defender uma convergência.

4.4.1 O termo Cultura Material como processo de reinvenção *ad aeternum*

Semelhante à crítica desenvolvida por Said a respeito do modo pelo qual a ideia de Orientalismo é construída (1990, p. 80-81), trago a seguinte sugestão: nós, arqueólogos, de forma subjacente ao discurso que adotamos sobre o nosso objeto – a partir da premissa de se tratar de uma Cultura Material – o naturalizamos, enquadrando os entes do mundo em um esquema que os caracteriza como estranhos à essência Humana enquanto que, ao mesmo tempo, os incorporamos numa esquematização que nos assume como o ponto onde toda existência está enraizada, onde ela é garantida.

Dessa forma, a dimensão física do mundo acaba assumindo uma familiaridade conosco pois carrega em si indícios de uma Humanidade – signos, traços de processos adaptativos ou que reflete aspectos étnicos – ao mesmo tempo em que se afasta de nós, já que, não é humano, não é a Cultura em si. E, nesse processo, acabamos reproduzindo essa dualidade pela sua reafirmação.

Portanto, me pergunto: será que nesse sentido poderíamos caracterizar esse movimento como *mitológico* nos termos propostos por Barthes (2001)? Afinal, o mito é uma linguagem, fundada na insistência e na repetição, que tem como função

transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade [...] O que o mundo fornece ao mito é um real [...] e o que o mito restitui é uma imagem *natural* deste real. [...] A função do mito é evacuar o real: literalmente, o mito é um escoamento incessante, uma hemorragia, ou, se se prefere, uma evaporação; em suma, uma ausência sensível. [Mas ele] não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação. (*Ibidem*, p. 162-163, grifo no original)

Penso que sim. E nessa insistência em qualificar a Cultura Material como o objeto da Arqueologia, estamos, incessantemente, reinventando essa perspectiva Idealista ao mesmo tempo em que também estamos inventando a nós mesmos – arqueólogos – como essas figuras paradoxais que estudam um mundo material, mas não para entender esse material, posto que ele é meramente o meio que temos para acessarmos um outro mundo imaterial no qual ele estaria fundado.

Acho interessante, inclusive, a representação que Hodder (2012b) faz a partir do modo como ele entende – associado ao modo pelo qual os autores do volume também percebem – a relação entre as diferentes abordagens presentes naquela obra, que acaba obscurecendo, justamente, o que venho, insistentemente, criticando aqui: a naturalização do conceito de Cultura Material. Mesmo que, no corpo do texto, ele mencione que um “tema geral que ocorre com frequência neste volume é que a cultura material assume um papel central a desempenhar no que significa ser humano” (*Ibidem*, p. 11), seu esquema esconde a indicação da influência dessa dualidade, algo que eu busquei salientar (Figura 5).

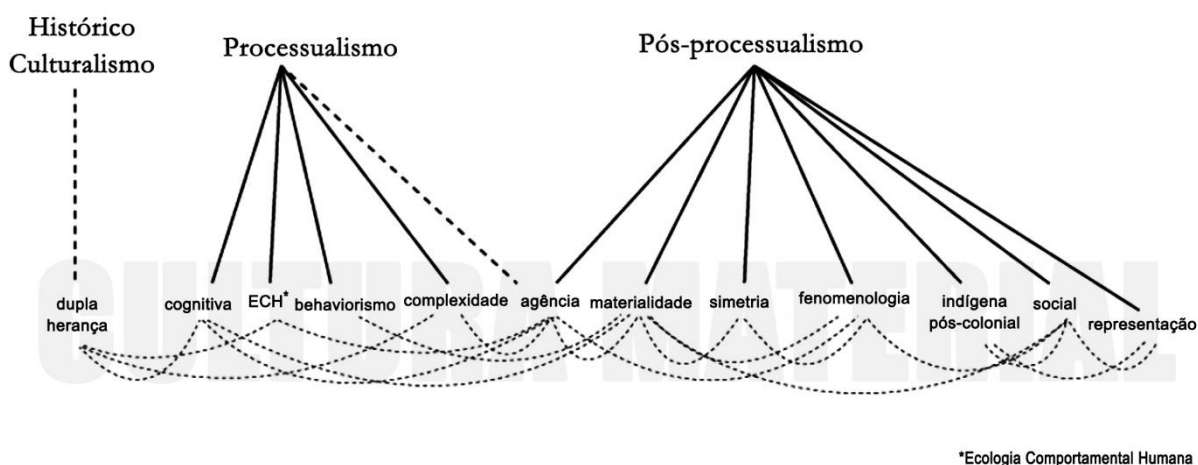


Figura 5 – Proposta de Ian Hodder – a partir de suas impressões e dos demais autores do volume – de como se relacionam algumas abordagens da Arqueologia. Acrescentei o elemento Cultura Material como o elemento que, a meu ver, *assombra* as pesquisas. Fonte: (HODDER, 2012b, p. 7, editado por mim).

4.4.2 A Cultura como a qualidade do *Über-ente*

Também me pergunto até que ponto a necessidade de se buscar impreterivelmente entender alguma espécie de humanidade limitada a um termo como Cultura não representa ainda uma insistência naquela noção aristotélica de que alguns humanos, notadamente os bárbaros, pode-se dizer, são menos humanos na medida em que assumem traços mais ‘naturais’, governados por paixões, tal qual seriam as crianças, e não, pelo pensamento, pela razão, como se supõe de um adulto?

Penso assim à sugestão de Gosden de que a sociedade medieval ressignificou os bárbaros aos quais Aristóteles se refere, mas à luz da mitologia cristã, e atribuindo essas qualidades aos pagãos, que viveriam em um estado primordial de pecado e, por isso, deveriam ser “cristianizados” (1999, p. 17-18). Por sua vez, essa interpretação parece ter sofrido uma nova ressignificação após a queda da hegemonia católica sobre a narrativa que dá conta de explicar a humanidade. A noção de selvagem – não desprovido de cultura substancialmente, pelo contrário, mas em grau –, relativamente ao civilizado, assume o novo posto inferior, enquanto o último representaria a expressão máxima, *madura*, do que vem a ser humano e que essa leitura se dá à base da noção de Cultura.

Ou, como nas palavras de Frazer,

o estudo da vida selvagem é uma parte muito importante da Antropologia Social. Pois, em comparação com o homem civilizado, o selvagem representa um estágio

estacionado, ou melhor, retardado do desenvolvimento social, [...] **um selvagem está para um homem civilizado assim como uma criança está para um adulto**

[...] O que queremos dizer é que sua cultura é rudimentar em comparação com a das nações civilizadas (FRAZER, 2005, p. 48-49, grifo meu).

O que estou querendo dizer com isso é que a aparente exclusividade do termo Cultura como categoria para explicar o que nos torna humanos passa a impressão de que somente é possível conceber uma Humanidade neste termos propostos pela Antropologia. Afinal, a Cultura é o que nos diferiria dos outros seres, e todas outras qualidades que nos poriam em proximidade a outros animais, como nossos sentidos, nossos instintos, nossos desejos inconscientes, são naturais, e, portanto, resquícios de traços animais que nos desqualificam enquanto humanos. Afinal, o gênero humano seria definido pela diferença, de ordem ontológica, sendo ela a Cultura.

E eu faço essa leitura tendo em mente a predominância da filosofia idealista em relação a maior parte do pensamento formulado nos últimos séculos como já afirmado. Afinal, a relação entre Cultura e Natureza se assemelha muito à lógica do idealismo epistemológico, onde a Natureza, o mundo físico, não é, necessariamente, negada, mas tem a sua existência rigorosamente condicionada à Cultura.

Assim, podemos notar ao longo do último século, o desenvolvimento de noções estruturadas sobre essa dualidade Cultura/Natureza que, embora se caracterizem pela polissemia, operam sempre a partir desse polo num regime de submissão do último ao primeiro. É assim, aliás, que vejo a posição de Sahlins como uma ilustração do que sugiro aqui, quando ele diz que a Cultura “não tem a menor possibilidade de desaparecer enquanto objeto principal da antropologia — tampouco, aliás, enquanto preocupação fundamental de todas as ciências humanas”⁴² (1997, p. 41).

⁴² Uso essa passagem de Sahlins, onde ele adota uma postura próxima ao idealismo epistemológico, apenas para ilustrar a minha crítica. Com isso, pretendo apenas delinear, a partir do exemplo, que esta é uma tendência do pensamento antropológico, o que não significa reduzir todo o pensamento de um pesquisador às minhas impressões de um movimento intelectual mais englobante. De qualquer forma, penso ser pertinente trazer aqui uma brevíssima exposição sobre a trajetória de Sahlins começando pelas observações de Kuper, uma vez que já fui acusado de desconhecer ou fazer pouco caso da trajetória e do engajamento político de Sahlins ao qualificá-lo como idealista a partir da mesma passagem, sendo o contexto o mesmo, quer dizer, estivesse discutindo questões epistemológicas. Aparentemente, “ousei” atacar um cânone. Enfim, diz Kuper: “O jovem Marshall Sahlins era uma promessa da escola neo-evolucionista. Seu artigo naquela conferência de 1963 em Cambridge, ‘On the sociology of primitive Exchange’, tornou-se um clássico do evolucionismo social. Mas então, em 1968, ele passou um ano sabático em Paris. Este foi um ano de agitação estudantil, uma época de slogans surrealistas e ensinamentos apaixonados e indisciplinados. Muitos jovens estavam se convertendo ao

Mas o meu entendimento aqui, falando da ótica de um arqueólogo, vai de encontro ao dele. Pois, embora eu entenda que, quanto à sugestão dela continuar enquanto temática nas nossas formulações, não há óbice algum, a Cultura *precisa* deixar de ser a preocupação fundamental da nossa disciplina, pois ela não é uma categoria ontológica.

Continuar aceitando essa ideia enquanto qualificadora de todo objeto de pesquisa da Arqueologia significa reproduzir a dualidade humanista sustentada pelo idealismo epistemológico, que é o grande obstáculo atualmente que nos impede de elaborarmos problemáticas mais condizentes com a maneira pela qual nos relacionamos com o mundo.

4.4.3 Notas sobre mais uma dicotomia Idealista: a razão contra a emoção

Semelhante àquele que forçosamente é obrigado a olhar pela saída da caverna – conforme narra Sócrates (PLATÃO, 2000, p. 320) –, o abandono da conceitualização corrente do nosso objeto de pesquisa pode sugerir que fiquemos cegos à luz das novas propostas que estão sendo encaminhadas nos últimos anos. Portanto, acho pertinente abordarmos tais ideias com o zelo de quem não quer ter seus olhos ofuscados pelo sol. Em outras palavras, com o criticismo e a clareza necessários para que uma recusa em aceitar epistemologias que desmaterializam nosso objeto não se tornem mero fetichismo⁴³, “uma ênfase apenas nos objetos [que inviabilizaria a] arqueologia como disciplina acadêmica” (LIMA, 2011, p. 22).

marxismo. O próprio Sahlins era marxista por anos. Agora, ele deu uma reviravolta, abandonou o materialismo dialético e abraçou o estruturalismo de Lévi-Strauss. Ele produziu interpretações estruturalistas dos mitos havaianos. Mais recentemente, **ele se tornou um determinista cultural** e se converteu às ideias de David Schneider sobre o parentesco” (KUPER, 2019, p. 16, grifo meu). Sobre este último momento apontado por Kuper, cabe destacar a análise de Shryock sobre a obra *What kinship is - and is not* (2013), de Sahlins, onde ele parece estar mais inclinado a um idealismo ontológico, conforme Shryock nos conta: “Sahlins faz uma afirmação simples. O parentesco é cultura, não biologia. Não se trata de uma mistura dos dois; nem dos dois ao mesmo tempo; mesmo quando as pessoas pensam e dizem que o parentesco tem a ver com substância compartilhadas, ele realmente não tem. [...] O nascimento, nessa concepção, é uma metáfora para o sistema de parentesco, mas o parentesco não é uma representação metafórica das relações fundamentadas na procriação humana. Para Sahlins, a metáfora tem apenas um sentido” (SHRYOCK, 2013, p. 271-272). Sobre este último aspecto, aproveito para lembrar da afirmação de Trigger de que um idealismo extremo “resulta num determinismo cultural que é tão irreal quanto o determinismo ecológico” (TRIGGER, 1998, p. 11).

⁴³ O “fetichismo” é possível ser atribuído pois, se existe uma dicotomia e focamos apenas num polo, estamos focando ou nas ideias ou nas coisas. Mas operar fora dessa dualidade sugere uma diluição desses extremos.

Assim, inicialmente, é importante destacarmos que a Arqueologia é uma ciência social. Com isso, o que deve ser entendido é que o nosso propósito maior, que acaba nos assimilando a outras áreas, é o de entender as sociedades – como surgiram, como se mantêm, como se organizam, como se transformam, enfim. Mas nós nos diferenciamos das outras áreas na medida em que temos, há séculos, nos dedicado a entender de que forma essa dinâmica ocorre, especificamente, fundamentando-nos no mundo sensível.

A partir desse arranjo, para o bem ou para o mal, temos validado derivações de grupos sociais, construído histórias, contestado narrativas hegemônicas, dado um entendimento mais amplo sobre o que nos torna humanos. E se tem algo que a nossa trajetória de dedicação deixa claro, é que as coisas – tanto aquelas que nós construímos, quanto aquelas que já estão lá – não são meramente um cenário para o desenrolar das nossas relações, mas parte delas. O mundo é parte da sociedade, tanto quanto nós somos. Uma árvore, um céu estrelado, um animal que corre pela rua ou uma pessoa passeando pelo parque, ninguém passa, um pelo outro, inalterado pela vida. O que não quer dizer que estamos todos sujeitos às mesmas capacidades. Não estamos, afinal, possuímos qualidades intrínsecas, cada um as suas. Mas também não significa dizer que essas capacidades nos alçam a uma posição de primazia ontológica, por exemplo.

Portanto, quando defendo que o conceito de Cultura Material não é digno de qualificar o objeto da Arqueologia *per se*, o faço na medida em que entendo que 1) estabelece uma primazia da nossa existência ante um mundo lá fora, que é inacessível, sendo meramente cognoscível; e, por consequência, que 2) reduz a vida à pretensa hegemonia que a linguagem, que a articulação simbólica, tem sobre a racionalidade (THOMAS, 2004, p. 35-37).

Mas, nem a nossa relação com o mundo se limita à metáfora textual, e nem os modos pelos quais nos relacionamos com ele são dignos de serem destituídos de lógica apenas por não serem redutíveis a signos. Se esses modos de existir e de nos relacionarmos com as coisas aparentam uma irracionalidade, só o fazem na medida em que “a linguagem não é o suficiente para torná-los concebíveis, e muitas pessoas não conseguem conceber nada sem o desencadeamento lógico das palavras” (LANGER, 1966, p. 8).

Assim, independentemente da nossa vontade de higienizar o mundo pelo contraste das letras nas folhas que circulam pelos ditos espaços de conhecimento, a vida segue sendo

aquele mistério que nos instiga. E é preciso que nós estejamos, não só dispostos, mas instrumentalizados para enfrentar o problema na sua completude.

4.4.4 Por uma convergência

Eu tenho a impressão de que é do tenho dito até aqui, da nossa posição paradoxal, que decorre a constatação, principalmente a partir do último quartel do século XX, de uma aparente falta de consenso, manifesta na propagação de diversas Arqueologias (LAMBERG-KARLOVSKY, 1989, p. 14), que fomentam e exacerbam um sentimento de diluição da disciplina. Quando nós acabamos qualificando nosso objeto de pesquisa a partir de premissas exteriores, em detrimento de entendimentos internos, nos tornamos meros objetos de predicação. Situação que nos isola, criando ilhas de especialidades que, em última instância, inviabiliza o diálogo e gera incoerência na área.

Até então, nós temos estruturado a convergência na disciplina a partir da centralidade que o conceito Cultura Material ocupa. Mas é uma convergência que acaba assumindo uma característica dissonante, no final das contas, por conta do caráter polissêmico da Cultura. Talvez, por isso mesmo, na mesma medida em que estamos fragmentados em “várias” Arqueologias, elas tem se agrupado a partir do caráter empirista que nós mantemos (MENESES, 1983, p. 123).

Quanto a este ponto, Hodder argumenta que

há uma suposição implícita nas discussões sobre a necessidade de unidade na disciplina de que a verdadeira maturidade, conforme vislumbrada nas ciências naturais, significa unidade. Mas, na verdade, Galison (1997) argumentou que **a física, por exemplo, está longe de ser um todo unificado**. (HODDER, 2012b, p. 4, grifo meu)

Eu concordo com o autor, um ambiente formado por perspectivas concorrentes é salutar e todos os campos do conhecimento se beneficiam do intercâmbio entre diferentes perspectivas. No entanto, o que se omite nesta comparação com a Física é que, embora não se busque uma unidade, se busca, sim, uma coerência. Nós podemos citar aqui o caso que envolve a elaboração de uma teoria que demonstre a compatibilidade entre a Relatividade Geral com a Mecânica Quântica.

Ainda, cabe aqui uma observação sobre a natureza dessa diversidade que se manifesta na Arqueologia. Como apontam Olsen *et. al.*, o que

não está explicitamente expresso ou que não é celebrado [é que essa diversidade] quase que exclusivamente se origina de outros domínios disciplinares onde as coisas possuem pouca relevância. [...] Certamente, não há nada de errado em estar familiarizado com abordagens filosóficas e das teorias sociais, pelo contrário, uma nova e irrestrita perspectiva transdisciplinar foi, certamente, necessária e revigorante, e, ainda, está de acordo com as nossas raízes lá no século XIX. Entretanto, contrário à simetria que caracterizou a interdisciplinaridade dos nossos antepassados, a nova vontade de olhar para as outras disciplinas, de alguma forma, nos fez perder de vista a nossa lealdade às coisas ao submetê-las a esses discursos. Teorias que ignoravam completamente as coisas foram parasiticamente adotadas sem o reconhecimento de como elas contribuíam para desqualificar nosso próprio objeto de estudo. (2012, p. 208, grifo meu)

Continuando o paralelismo entre Arqueologia e Física, é importante apontar nesse sentido que, embora tudo que faça sentido na Física o faça por via da matemática, nem tudo que faz sentido matemático é necessariamente uma verdade na Física. Não obstante a Física demanda experimentação, é necessário comprovar que formulações elaboradas nos cálculos correspondam à realidade observável (seja ela do grau que for). Senão, não estariam os físicos meramente fazendo matemática?

E, contrário ao que poderia se presumir, a minha intenção neste tópico é sugerir que sigamos no mesmo sentido dos colegas físicos: *buscar coerência*. Mas enquanto nós estivermos divididos, fundamentados num idealismo epistemológico, como o representado pela noção de Cultura Material, que ainda por cima é um conceito polissêmico, continuaremos a viver em Babel, encontrando refúgio apenas nas circunstâncias das nossas práticas.

4.4.5 Uma perspectiva realista sobre o que seja a Arqueologia

Diante do que foi exposto, gostaria de apontar aqui, a partir dos meus entendimentos sobre as questões que envolvem ontologia e epistemologia, de que modo enxergo a nossa disciplina. E acho interessante fazer isso a partir do modo pelo qual Eduardo Viveiros de

Castro (2002) propõe entender a Antropologia – uma perspectiva da qual estou de acordo e que, também, entendo ser absolutamente possível traduzir⁴⁴ no meu entendimento aqui. Antes de mais nada, para ele, a Antropologia é um poderoso *instrumento filosófico*, pois

o antropólogo associa o nativo a si mesmo, pensando que seu objeto faz as mesmas associações que ele — isto é, que o nativo pensa como ele. O problema é que o nativo certamente *pensa*, como o antropólogo; mas, muito provavelmente, ele não pensa *como* o antropólogo. O nativo é, sem dúvida, um objeto especial, um objeto pensante ou um sujeito. Mas se ele é objetivamente um sujeito, então o que ele pensa é um pensamento objetivo, a expressão de um mundo possível, ao mesmo título que o que pensa o antropólogo. Por isso, a diferença malinowskiana entre o que o nativo pensa (ou faz) e o que ele pensa que pensa (ou que faz) é uma diferença espúria. É justamente por ali, por essa bifurcação da natureza do outro, que pretende entrar o antropólogo (que faria o que pensa). A boa diferença, ou diferença real, é entre o que pensa (ou faz) o nativo e o que o antropólogo pensa que (e faz com o que) o nativo pensa, e são esses dois pensamentos (ou fazeres) que se confrontam. Tal confronto não precisa se resumir a uma mesma equivocidade de parte a parte — o equívoco nunca é o mesmo, as partes não o sendo; e de resto, quem definiria a adequada univocidade? —, mas tampouco precisa se contentar em ser um diálogo edificante. O confronto deve poder produzir a mútua implicação, a comum alteração dos discursos em jogo, pois não se trata de chegar ao consenso, mas ao conceito. (*Ibidem*, p. 119, grifo no original)

Traduzo: o que o antropólogo busca é, a partir da sua epistemologia objetiva, compreender a epistemologia, igualmente objetiva, do *nativo*, e retornar para a sua própria. E este processo não se trata de desqualificar uma epistemologia em detrimento de outra, visto que ambas são formas igualmente plausíveis de conhecer um mundo que, definitivamente, se faz presente, mesmo que seja entendido a partir de diferentes termos. Aceitar que é possível construir epistemologias objetivas, no plural, significa pressupor que, embora exista *um mundo objetivo*, existem *várias formas entendê-lo*, e que, essas formas não são necessariamente excludentes ou convergentes. Nesse sentido, seguindo a exposição de Viveiros de Castro, “é óbvio que o etnógrafo tem de acreditar (no sentido de confiar) em

⁴⁴ Deixando de lado a máxima *traduttore-traditore*, e assumindo que “a tradução pode ser lida como a introdução de um texto em outro contexto. A partir desse juízo borgiano, para nós, a tradução é uma operação alegórica, por natureza. A tradução introduz, pois, ao mesmo tempo, ela modifica o contexto, no silêncio do discurso entrelaçado entre armas e letras, como diria o Dom Quixote cervantino” (D'ANGELO, 2016, p. 165).

seu interlocutor: pois se este **não está a lhe dar uma opinião, mas a ensinar-lhe o que são os pecaris e os humanos**⁴⁵ (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 136, grifo meu).

É de uma forma semelhante que vejo a Arqueologia, como uma forma nossa, não só de tentar entender *o que é ser no mundo*, mas *como é ser no mundo*. Quais as implicações de existirmos em meio a uma miríade de entes? Como nós nos relacionamos uns com os outros de forma que não cabe nos limites da discursividade? Como nós inserimos a articulação simbólica nesse existir? Afinal, ao limitarmo-nos ao modo pelo qual as coisas estão postas, um barco

nunca é um barco; uma rena nunca é uma rena; um rio é sempre um rio “cósmico”. Isso não significa de forma alguma descartar o significado simbólico potencial das imagens. No entanto, **não pode ser plausível que - às vezes, pelo menos - era realmente o ser retratado que importava?** (OLSEN, 2010, p. 86, grifo meu)

E expando a questão: uma vez que toda subjetivação se dá a partir de um mundo sensível, que não determina ela, mas a restringe potencialmente – no sentido de que não possibilita um infinito de subjetivações, pois ele possui suas próprias qualidades intrínsecas –, será que não é plausível pensar que os modos pelos quais nós articulamos simbolicamente os entes podem estar, em maior ou menor grau, condicionados ao próprio referente⁴⁶?

Assim, para ilustrar o meu argumento, me aproximo da proposta trazida por Graham Harman na sua *Object-Oriented Ontology* [Ontologia Orientada aos Objetos] (OOO), embora meu enfoque seja em um ponto específico, não devendo extrapolar para outras questões como a ideia de que *tudo o que existe deve ser físico* é falsa (2017, p. 25-29), da qual, aliás, estou de acordo.

Portanto, estando eu tratando aqui especificamente de como a Arqueologia, de forma primordial deve estar instrumentalizada para problematizar a realidade, e defendendo que nosso *metiê* é, justamente, nossa relação com o mundo físico, vou me dar a licença de focar especificamente, no ponto central da filosofia do autor para este empreendimento:

⁴⁵ Lembrando que, como o autor diz, indagarmo-nos “se o antropólogo deve acreditar no nativo é um *category mistake* equivalente a indagar se o número dois é alto ou verde” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 134, grifo no original).

⁴⁶ Gostaria de acrescentar o seguinte: mesmo os signos linguísticos – especialmente os símbolos – possuem alto grau de arbitrariedade entre significante e significado, ainda sim é recorrente o fenômeno da onomatopeia, senão em todas, em diversas línguas.

Se alguém nos pergunta o que é alguma coisa, podemos responder com milhões de frases diferentes na tentativa de responder à pergunta deles. Mas, **em última instância, existem apenas duas maneiras de dizer a alguém o que é uma coisa: você pode dizer a eles do que é feito ou dizer a eles o que faz.** Essas são realmente as únicas duas formas de conhecimento que temos sobre as coisas, e na medida em que a raça humana murcharia ou pereceria sem grandes depósitos de conhecimento, isso pode parecer ser puramente algo bom. (HARMAN, 2017, p. 43, grifo meu)

Quer dizer, para Harman, ao explicarmos um objeto exclusivamente pelo que é, do que é composto, a partir das suas *qualidades primárias*, tomando-o exclusivamente enquanto uma *coisa*, estaríamos praticando uma espécie de reducionismo, para dentro, que ele chama de *undermining*; por sua vez, ao tentarmos explicarmos um objeto exclusivamente pela essência, como um subproduto de algo mais profundo e significativo, estaríamos praticando uma segunda espécie de reducionismo, para fora, que ele chama de *overmining*⁴⁷. E ambas seriam um problema – e aqui, a meu ver – se, enquanto um modelo de representação da realidade, a *esgotassem*, como se não houvesse modos de entendimento que escapassem a essas duas formas tradicionais de conhecimento.

O ponto central, e aqui, deve-se enfatizar, é que existem outras formas de entender a realidade, complementares eu diria, de entender o mundo e que não podem ser facilmente *traduzidas* pela linguagem das formas de conhecer supramencionada e que, talvez por isso, sejam constantemente deslegitimadas ante as demais. E falando especificamente aqui da experiências estética, de ser um corpo jogado no mundo, acredito que estamos nos referindo à forma de entendimento mais basal e imediata que podemos ter – afinal, como nos diz Criolo, “cada maloqueiro tem um saber empírico” (CRIOLO, 2014) – e, daí, a sua importância.

O problema é que, às vezes, nós humanos nos convencemos de que o conhecimento é o único tipo de atividade cognitiva que vale a pena buscar. Dessa forma, **atribuímos um alto valor ao conhecimento (o que uma coisa é) e à habilidade prática (o que uma coisa faz), enquanto ignoramos atividades cognitivas que não se traduzem facilmente em termos literais e prosaicos.** Entre as exceções a esse domínio do conhecimento, a arte vem imediatamente à

⁴⁷ O autor ainda traz a possibilidade de uma explicação que se limite a buscar convergir ambas, que chama de *duomining* (HARMAN, 2017, p. 50).

mente, uma vez que o papel principal da arte não é comunicar conhecimento sobre seu tema. (HARMAN, 2017, p. 43-44, grifo meu)

Algo que eu, particularmente, já defendi em outra oportunidade, ainda no curso do desenvolvimento desta pesquisa: a necessidade de aproximarmos a arqueologia à arte como uma forma de escaparmos, mesmo que eventualmente e de forma complementar, às amarras das construções dicotômicas a que estamos sujeitos.

Além de valorizarmos outras formas de entender o mundo, que não o conhecimento tradicional, e que podem ser tão efetivas, talvez até mais, ao fazer isso, estamos reconhecendo a que vida cotidiana se articula a partir da experiência de estarmos no mundo, extravasa as nossas capacidades intelectuais de representarmos os entes, tanto pelo que são constituídos, quanto pelo que os subjaz, sendo este terceiro elemento, portanto, digno de atenção.

Uma aproximação a tal entendimento de Arte é benéfica à Arqueologia pois oferece uma alternativa para combatermos uma epistemologia enraizada nos entendimentos da modernidade. Ela combate a desmaterialização do mundo promovida pelo dualismo humanista e pela discursividade, uma vez que tal entendimento pressupõe uma experiência, que implica a irredutibilidade da nossa relação com o mundo englobante, reconhecendo a sua integridade, em detrimento da sua abstração, que é vertical e impositiva. Também combate a temporalidade linear pois as coisas, inevitavelmente, escapam da purificação temporal promovida por tal ideologia. [...]

Pois é preciso destacar que não se assume aqui que exprimir uma emoção – um sentimento – qualquer seja equivalente à sua descrição. As experiências são únicas e de outra ordem. O que a descrição acaba por fazer é reduzir a qualidade da experiência para as capacidades explicativas que os signos oferecem. Em certa medida, o que ocorre é uma descrição que só se efetiva no momento em que descaracteriza seu referencial. Nesse sentido que se defende a possibilidade de que a Arqueologia esteja apta a desenvolver maneiras de articularmos a materialidade à vida social de modo de uma maneira relevante e única. A nossa atividade deriva dessa condição necessário, de estarmos no mundo. Nós não estudamos as pessoas por detrás das coisas, tão pouco nos limitamos ao fetichismo dos fragmentos, nós nos dedicamos a estudar a vida social a partir do mundo sensível. (TRAMASOLI, 2020, p. 6-7)

De forma semelhante, ainda, conforme apontara González-Ruibal:

Como Buchli e Lucas (2001a, 25) nos lembram, a arqueologia do passado recente lida com o "inaudível", o "não constituído", aquilo que está fora do discurso. Ela lida com trauma, destruição e dor: guerra, emigração, regimes totalitários, engenharia social, desenvolvimento desumano, desastres industriais, falhas (pós)coloniais. **A arqueologia precisa empregar sua própria retórica, uma retórica que preserve a "coisidade" da coisa sem ficar presa em um discurso verbal e faça justiça à natureza perturbadora do registro com o qual trabalhamos.** Sontag (2003, 89) disse: "Narrativas podem nos fazer entender. Fotografias fazem algo diferente: elas nos assombram." A arqueologia da supermodernidade deveria ser capaz de nos assombrar (Shanks 1997b). Pelo menos, ela tem que evocar a presença do passado de uma maneira vívida. **Isso também significa uma retórica baseada menos na completude — o objetivo de muitas narrativas — e mais na aceitação da natureza inerentemente parcial, fragmentária e, portanto, estranha do registro arqueológico** (Lucas 2005, 127–29). Isso foi expresso de maneira apropriada por Eelco Runia (2006b, 309): "Presença não é o resultado de recheiar metaforicamente ausências com tudo o que se pode conseguir. Ela pode, no máximo, ser avivada ao apresentar metonimicamente ausências." A presença não é causada por histórias: "As coisas que ficam, ficam porque não se conectam a algo já presente na mente... elas simplesmente flutuam ao redor." Há muitos pontos de contato aqui com a arqueologia: metonímia, ausência, coisas à margem. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 251, grifo meu)

É claro, aqui talvez devamos discutir uma possível ressalva que possa surgir: esta proposição parece mais conveniente para aquela arqueologia que se dedica a trabalhar com períodos mais recentes, os quais podemos nos referir enquanto *passado recente* ou *contemporâneo*. Entretanto, penso que a existência deste possível resguardo é, antes de mais nada, evidência do potencial que existe na construção de uma *retórica* a partir de uma circunstância corrente, a partir da vida cotidiana.

Entendo, pois, que o estranhamento advém não da negação das circunstâncias da vida cotidiana a que estamos submetidos, mas da ausência destes elementos enquanto um fator integrador, quer dizer, do distanciamento, por exemplo, entre nós e os nossos ascendentes; entre sociedades com epistemologias distintas, deslocadas no espaço. Talvez, por isso, nos pareça mais oportuno problematizarmos tais circunstâncias, que podemos chamar de distintas, exclusivamente a partir da ótica da produção do conhecimento – do que foi

chamado de *undermining* e de *overmining* – afinal, havendo este *estranhamento*, o que nos cabe é descrever as partes e/ou supor o que subjaz o sensível.

No entanto, o entendimento aqui é o de que, problematizando questões sobre a ocupação pretérita de um território ou sobre a paisagem urbana de uma cidade nos dias atuais, toda Arqueologia é um empreendimento executado em uma circunstância presente (TRAMASOLI, 2017). Quer dizer, por mais que nós, especialmente a partir da narrativa histórica, construamos uma distância entre nós e o *registro arqueológico*, não obstante, nós e o *registro arqueológico* existimos contemporaneamente.

Assim, se é plausível que nosso objeto seja rearticulado a um modo de conhecimento que o distancia de nós, é de igual forma plausível que problematizemos o nosso objeto a partir da circunstância atual em que ele se encontra: diante de nós. E talvez, ainda, por essa incapacidade de articularmos nossos entendimentos para além dessa abstração que desconfigura a realidade em uma narrativa linear, especialmente no nosso caso, é que

o trabalho arqueológico tem sido absurdamente parcial ao escolher contar a história mais antiga, preferentemente aquela que diz respeito ao momento de clímax do sítio e desconsiderar as histórias mais recentes, daquelas pessoas que não nos importam e que, muitas vezes, lutamos para esquecer. (THIESEN, 2013, p. 222-225)

Em suma, acredito que seja possível sintetizar o que foi exposto até aqui na minha defesa por uma abordagem realista que busque entender a Arqueologia a partir do seguinte: 1) os entes são autônomos, nenhum está subjugado à existência do outro; 2) a nossa diferença é relacional; 3) o que significa dizer que existimos todos numa circunstância que podemos chamar de *contemporânea*; 4) as formas de conhecimento, as epistemologias, são dignas em si mesmas; 4) entender as formas de conhecimento como esgotantes da realidade é uma atitude reducionista; 5) nós utilizamos as formas de conhecimento como uma ferramenta de abstração da realidade, construindo narrativas históricas; 6) a assumpção do caráter excludente desta ferramenta inviabiliza uma problematização mais adequada do nosso objeto; 7) a arqueologia é um esforço de entender a sociedade a partir da nossa relação com o mundo sensível; 8) o nosso entendimento do mundo sensível escapa às limitações dos modos de conhecimento tradicionais.

Nesse sentido, eu entendo como extremamente feliz o apontamento de Meskell de que nossa *expertise* deveria ser, justamente, a de problematizar a memória – e, por consequência,

o esquecimento – uma vez que ela é entendida, não como uma qualidade dos objetos – a memória não é impressa nas coisas, da mesma forma que a Cultura não é –, mas como um fenômeno que pressupõe uma relação entre diversos entes como condição de existência (MESKELL, 2004, p. 62-66).

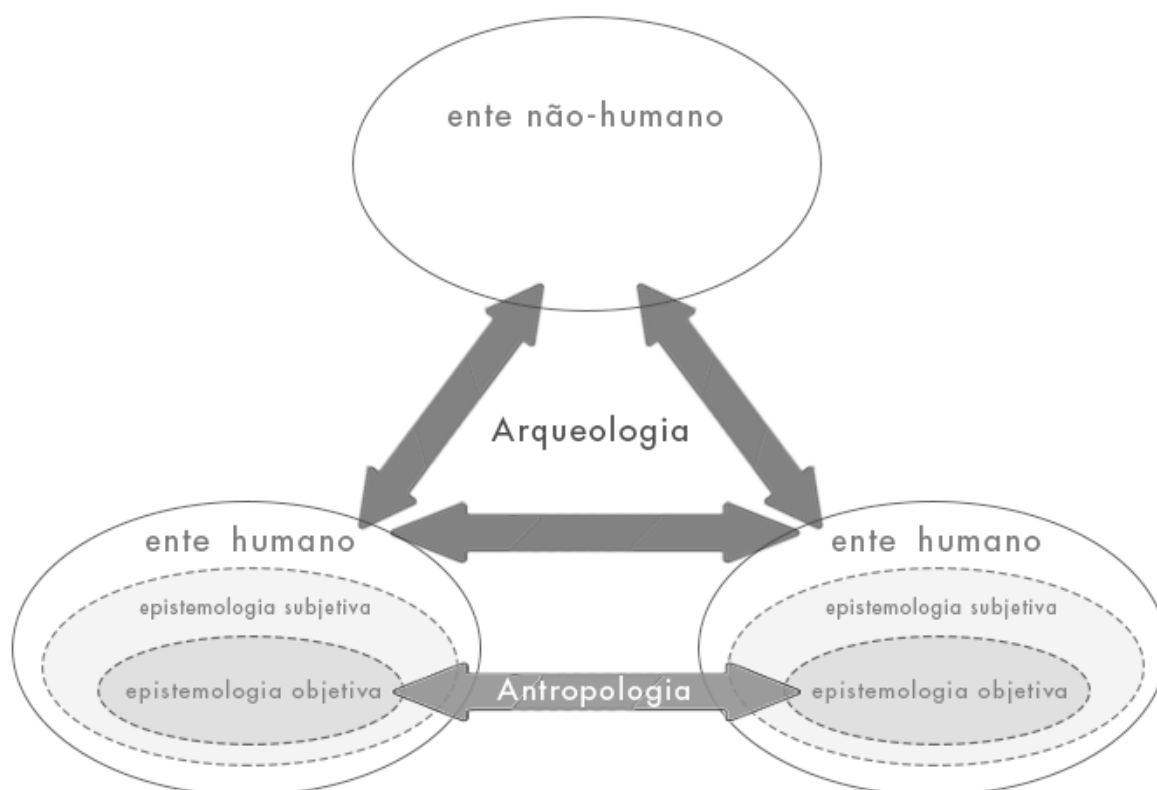


Figura 6 – Representação de como a Arqueologia e Antropologia, a partir do que foi dito até então, se fundamentam. Fonte: Elaborado por mim.

E o meu entendimento, a partir do que chamei aqui de uma perspectiva realista da Arqueologia, se dá diante do que foi dito até agora e da exposição de Luria sobre o papel complementar de todas as ciências, quando ele nos alerta que a

observação científica não é pura descrição de fatos separados. Sua meta principal é visualizar um evento a partir do maior número possível de perspectivas. O olho da ciência não sonda uma "coisa", um evento isolado de outras coisas ou eventos. Seu verdadeiro objeto é ver e entender a maneira pela qual uma determinada coisa ou objeto se relaciona a outras coisas e objetos. **Sempre admirei a observação de Lenin de que um copo, enquanto objeto científico, só pode ser entendido quando é visto a partir de várias perspectivas.** (LURIA, 1992, p. 182, grifo meu)

Em síntese, as ciências são uma forma sistemática de dar sentido ao mistério da nossa existência, a nossa, especificamente, é a de entender esse mistério a partir do nosso corpo jogado no mundo tendo como complementariedade todas as demais formas de produzir conhecimento.

Desenhado o cenário como está, isso significa que uma disciplina deva se limitar à sua especificidade? De forma alguma. Aliás, sempre que pertinente, arqueólogos devem explorar o que outras ciências, de forma auxiliar – não só a Antropologia, mas a História, a Botânica, a Física –, têm a nos oferecer para que possamos trabalhar a nossa problemática da maneira mais adequada. Agora, o que se está supondo aqui é que *todo empreendimento arqueológico repousa sobre questões que envolvam essa premissa ontológica*. E isso é o que primordialmente qualifica nosso esforço. Toda Arqueologia parte daí. E a nossa insistência secular em voltar a nossa atenção ao mundo sensível é prova disso.

Portanto, se continuarmos assumindo que a dualidade cultura/natureza não é meramente uma ferramenta analítica, mas o modo pelo qual o mundo se constitui; que nós, enquanto humanos, estamos presos na nossa consciência; que, por essa razão, só conseguimos enxergar o mundo daqui de dentro; que por isso a Cultura é a garantia do mundo; continuaremos a ignorar as diversas formas pelas quais os outros entes que habitam o mundo – inclusive, as formas pelas quais o nosso próprio corpo – afeta o modo pelo qual nos relacionamos conosco e com esse todo englobante que nos devora. Continuaremos, meramente, a promover uma prática paradoxal.

CAPÍTULO 5.

É O FIM (DA TESE AO MENOS)

He want it easy, he want it relaxed
Said I can do a lot of things, but I can't do that
Two steps forward, then three steps back
It won't be easy [...]
The end has no end, the end has no end
The end has no end, the end has no end
The End Has No End, The Strokes (2003)

Como demonstrei ao longo desta tese, é de fácil constatação a hegemonia do elemento *Cultura Material* como conceito central do discurso arqueológico produzido no Brasil. Uma inserção que se dá de tal maneira que não vejo óbice em declarar que tal conceito está naturalizado nessa racionalidade. Embora tenhamos encontrado algumas produções divergentes, são insipientes em número, além de tratarem do tema tangencialmente à problemática das produções, quer dizer, não trazendo dualidade que representa como o problema em si das produções, o que em nada configura demérito.

Dito isso, nestas últimas páginas, busco fazer uma síntese sobre o que foi argumentado por mim acerca do tema, além de tecer algumas considerações sobre pontos que não foram abordados anteriormente, por não julgar pertinente, uma vez que entendi que poderiam interferir na elaboração da discussão da proposta, mas que se fazem urgentes e necessárias. São questões que condensam tudo o que foi trazido. Por fim, faço uma breve consideração sobre as atividades de extroversão que executei de forma complementar à pesquisa em si, mas que julgo ser integral e tão importante quanto o esforço empregado para o desenvolvimento desta tese, além de comentar sobre as pedras no caminho da pesquisa.

5.1 NOTAS SOBRE OS “DUALISMOS MODERNOS”

Muito tem se discutido, especialmente nas últimas duas décadas, sobre a epistemologia moderna estruturada a partir de dicotomias. Na Arqueologia, em especial, um ponto que

tem chamado atenção recorrentemente é aquela que envolve a noção de tempo, a dicotomia passado/presente⁴⁸. Como disse González-Ruibal,

Muitos arqueólogos consideram agora que a dicotomia presente/passado não é sustentável: é um legado pesado da modernidade. **Para os arqueólogos, superar essa dicotomia é essencial:** a sobrevivência da disciplina depende disso, sua relevância no presente e no futuro. Apenas ao abolir essa dicotomia a arqueologia pode produzir poderosas metáforas e engajar-se produtivamente com comunidades vivas, especialmente naquelas onde os dualismos cartesianos nunca significaram nada (exceto como uma forma de violência simbólica). (2016, p. 22-23, grifo meu)

A totalidade desse pensamento dualístico é problemático, em especial por não se limitar a ser um recurso instrumental analítico, afinal, quando apenas o é? Tais articulações são um elemento fundante, constituinte da natureza das coisas, das ideias, ainda mais as hegemônicas, que sempre extravasam para a vida cotidiana, afetando, em maior ou menor medida, a toda uma coletividade.

Patricia Hill Collins traça de forma excepcional uma caracterização da mecânica pela qual essas dualidades, ao fim ao cabo, operam.

O pensamento dualístico do tipo ou isto ou aquilo – ou, como denomino aqui, o constructo da diferença dicotômica por oposição – pode tornar-se o eixo filosófico central em sistemas de opressão de raça, classe e gênero. **Uma característica fundamental dessa construção é a categorização das pessoas, coisas e ideias em termos de sua diferença umas com as outras.** Por exemplo, os termos em dicotomias tais como branco/preto, masculino/feminino, razão/emoção, fato/opinião e sujeito/objeto apenas ganham significado em termos de sua relação de diferença de sua contraparte em oposição. Outra característica fundamental desse constructo é que a diferença não é complementar no sentido de que as metades da dicotomia não se realçam entre si. Ao contrário, as metades dicotômicas são diferentes e inerentemente opostas umas às outras. Uma terceira e mais importante característica é que essas relações de oposição são intrinsecamente instáveis. Como raramente essas dualidades representam relações de igualdade na diferença, a relação inerentemente instável é resolvida ao subordinar-se uma metade de cada par à outra. Dessa forma, brancos dominam negros, homens dominam mulheres, razão é aclamada como superior à emoção

⁴⁸ Recentemente, inclusive, em livro publicado por Christopher Witmore e Graham Harman, *Objects Untimely* (Cf. HARMAN e WITMORE, 2023), os autores fazem uma discussão abordando essa questão do tempo na Arqueologia e articulando-a, justamente, com uma abordagem filosófica semelhante a que trouxe nesta tese.

em garantir a verdade, fatos superam opinião ao avaliar conhecimento e sujeitos dominam objetos. **A diferença de oposição dicotômica invariavelmente implica relações de superioridade e inferioridade, relações hierárquicas que se enredam com economias políticas de dominação e subordinação.** (COLLINS, 2016, p. 108-109, grifo meu)

Desta forma, meu ponto é que a manutenção da dicotomia Cultura/Natureza, enquanto um recurso epistemológico, não é equivocada apenas no nível ontológico como argumentei nesta tese. Quer dizer, essa separação, essa diferenciação fornece bases para a construção de diferença, de oposição, de subordinação num nível epistemológico, conceitual, sendo que, como mencionei no segundo capítulo⁴⁹, a academia e a ciência, seu produto, não são neutros ou descolados da sociedade – mais uma dicotomia falaciosa –, senão que nossos entendimentos extravasam de diversas formas, legitimando ações tomadas por pessoas.

5.1.1 A dicotomia Cultura/Natureza como o bastião do projeto liberal

Tomemos como exemplo o projeto liberal, não meramente o pensamento liberal em sua forma pura e abstrata, mas o liberalismo como uma ideologia que engaja humanos e não-humanos em relações políticas e sociais a partir de tais dicotomias, e façamos isso especialmente a partir daquela que é minha maior preocupação aqui: Cultura/Natureza.

Embora comumente, entenda-se que a filosofia liberal seja uma espécie de conjunto de crenças e de valores que enfatizam a liberdade, os direitos individuais e a limitação do autoridade do Estado na vida dos indivíduos⁵⁰, o processo de escravização, por exemplo, não foi algo que permaneceu

não obstante o sucesso das três revoluções liberais; **ao contrário, ela conhece o seu máximo desenvolvimento em virtude de tal sucesso**: “O total da população escrava nas Américas somava aproximadamente 300 mil no ano de 1700, chegou a quase 3 milhões no ano de 1800, até alcançar o pico de mais de 6 milhões nos anos '50 do século XIX” [Blackburn 1997, p.3]. O que contribui de forma decisiva

⁴⁹ 2.1.2 *Aos usos sociais da ciência*, página 29.

⁵⁰ Cabe lembrar, a título de exemplo, a influência dessa filosofia no estabelecimento dos chamados direitos humanos de primeira geração, muito em virtude da Independência dos Estados Unidos da América, 1787, e da Revolução Francesa, 1789.

para o crescimento deste instituto, sinônimo de poder absoluto do homem sobre o homem, é o mundo liberal. (LOSURDO, 2006, p. 53, grifo meu)

E isso somente é possível, quando poderia ser visto como paradoxal, uma vez que sistemas dicotômicos como Cultura/Natureza oferecem a possibilidade de hierarquização – uns são mais humanos, possuem uma Cultura superior aos demais –, quando não de oposição, que, nestes termos, significa *desumanizar*. Como diz o britânico John Stuart Mill, um dos maiores expoentes da ideologia liberal no século XIX, famoso por defender a liberdade dos indivíduos em buscar o seu próprio bem, pois inevitavelmente levaria ao bem de todos, e por defender o sufrágio feminino, “a liberdade **‘vale só para seres humanos na plenitude** das suas faculdades’, e ela não pode ser reivindicada por menores de idade ou pelas ‘sociedades atrasadas nas quais a própria raça pode ser considerada de menoridade’” (*apud* LOSURDO, 2006, p. 263, grifo meu). Quer dizer, somos “Todos iguais, todos iguais / Mas uns mais iguais que os outros” (ENGENHEIROS DO HAWAII, 1992).

De igual forma, outra das consequências dessa extrapolação é a autodeterminação dos Estados-Nação e o contexto belicoso que envolveu, especialmente, a determinação de fronteiras⁵¹, além da exploração e do genocídio das populações das Américas⁵², que ainda se mantém, podendo ser considerado, não como uma característica episódica. Este fenômeno, faço coro aos que defendem de tal forma, é melhor entendido como o início de um processo de extermínio que até hoje em dia mira os povos indígenas⁵³ e afrodiáspóricos⁵⁴, ou, como canta Elza Soares, regravando obra do grupo Farofa Carioca, “a carne mais barata do mercado é a carne negra” (ELZA SOARES, 2002).

Não à toa, penso, esta dicotomia tem servido como um dos *fronts* mais profícuos no empreendimento colonialista europeu enquanto parâmetro que justifica as maiores das atrocidades cometidas pelo ser humano, ao passo em que mantém uma aparente fachada de arautos da democracia, das liberdades individuais e dos direitos humanos à algumas nações. E, claro, de igual forma, é uma estrutura epistemológica que fornece as bases para outras relações de poder, que reverbera para os mais diferentes graus, reproduzindo tal

⁵¹ 4.1.1 *Cultura como expressão do nacionalismo*, página 74.

⁵² 4.1.2 *Cultura como expressão do colonialismo*, página 76.

⁵³ Cito de exemplo a recente investida de garimpeiros contra o povo Yanomami e a inação do governo Bolsonaro, que vitimou, principalmente, bebês e idosos por desnutrição (FELLET e PRAZERES, 2023).

⁵⁴ De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 83% dos mortos pela polícia no Brasil, em 2022, são negros (MALCHER, 2023).

diferenciação nos mais diversos níveis sociais e nas mais diversas esferas, inclusive, na acadêmica. Pensemos, por exemplo, como praticamente toda literatura fora do Rio de Janeiro, especialmente no século XIX ou, então, fora do eixo Rio-São Paulo no século XX, é tida como uma literatura *regionalista* (BARBOSA ARAÚJO, 2006, p. 113).

5.1.2 Processualismo e Pós-Processualismo: sobre mudar para continuarmos os mesmos

Nesse sentido, acho necessário que façamos uma consideração sobre o valor que geralmente se atribui a nossa dicotomia interna, Processualismo x Pós-Processualismo, conforme ficou evidente no item 3.2.2 desta tese – *Totalidade da amostra e Cultura Material polissêmica*⁵⁵.

O entendimento consolidado na academia brasileira é o de que tais vertentes são antagônicas, uma vez que, enquanto o primeiro possui um enfoque funcionalista, evolutivo, generalista, respaldado por dados objetivos, o segundo manifesta os princípios da Teoria Crítica, é histórica, particularista e fortemente arraigada na subjetividade (LIMA, 2002). Quer dizer, a abordagem Processual é um movimento que assume uma postura *explicativa*, posto não sermos treinados em *paleopsicologia* (BINFORD, 1965, p. 204); por outro lado, a abordagem Pós-Processual manifesta um enfoque na hermenêutica, fundamentando-se, em oposição, ao Processualismo, como Hodder explicara:

por enquanto, pode ser útil identificar alguns contrastes, apesar da simplificação excessiva envolvida. A primeira característica de uma perspectiva alternativa é que as pessoas são vistas como ativas. Elas negociam ativamente regras sociais, criando e transformando a estrutura social construída pelo indivíduo. **Esses vários contrastes (comportamento/ação social, reflexo/transformação, reação/construção, sociedade/indivíduo) baseiam-se na distinção passivo/ativo e estão intimamente ligados a outro contraste, o entre função e significado.** (HODDER, 1985, p. 1, grifo meu)

Agora, aqui, eu gostaria de trazer uma outra perspectiva sobre a questão: Processualismo e Pós-Processualismo são tão antagônicos quanto o lado oculto e o lado

⁵⁵ Ver página 62.

visível da Lua⁵⁶. Ou seja, na verdade, são complementares. Ambos estão estruturados sobre a mesma lógica dicotômica, criticada aqui.

A própria designação da ênfase mais recente, prefixionada com o “pós”, é um indicativo de que não se trata de uma oposição ou contrariedade entre duas partes, mas de uma derivação, uma fase posterior, um movimento subsequente ao Processualismo. E esta leitura é possível uma vez que se entende o seguinte: as dicotomias, os contrastes, função e significado, por exemplo, não são negações, mas mutuamente dependentes. Não há um enquanto não houver o outro.

Nesse sentido, assumir que existe uma oposição entre as duas perspectivas – aceitar uma enquanto se rejeita a outra – é puro reducionismo, artifício lógico que visa instrumentalizar uma perspectiva fragmentária da vida. E me parece ser um movimento típico e esperado de uma racionalidade que está presa à lógica das dicotomias modernas. Desta forma, “a verdadeira ameaça ao pensamento não é o relativismo, mas o idealismo, e, portanto, o melhor remédio para o que nos aflige não é o par verdade/conhecimento [...], mas a *realidade*” (HARMAN, 2017, p. 6, grifo no original). É nesse sentido que este movimento entre Histórico Culturalismo, Processualismo e Pós-Processualismo é uma necessidade do pensamento de se transformar para continuar o mesmo.

5.2 MATERIALIDADE

Enfim, finalizando minhas notas sobre as “dicotomias modernas”, gostaria de retomar a questão num tom propositivo. E começo fazendo isso considerando algumas implicações sobre o que foi dito até então, especialmente a partir da afirmação de Carl Knappet de que manter “o social [cultura] e o material separado pode prover clareza analítica, enquanto a junção dos dois, implícita no termo materialidade, é mais realista”⁵⁷ (KNAPPET, 2007, p. 22).

⁵⁶ Geralmente chamados de lado *escuro* e lado *claro* da Lua, na verdade, ambos acabam sendo iluminados. A questão é que nós só conseguimos observar em torno de 60% da superfície lunar, que acabamos chamando de lado *claro*, ficando os outros 40%, que não é possível observar a partir da superfície terrestre, oculto da nossa mirada, por isso, lado *escuro*.

⁵⁷ Para fins de argumento, entendendo que não haverá prejuízo significativo, e que será mais pertinente para a discussão que trouxe ao longo desta tese, vou tomar a partir daqui o “social” trazido por Knappet como “cultura”.

Primeiramente, clareza analítica e realidade não são questões antagônicas como a afirmação subentende. O que podemos convencionar chamar de clareza analítica, a meu ver, não deriva de um sistema de ideias apriorístico que é estável, com sentido completo, mas que ao ser confrontado com a realidade que julga querer explicar, demonstra o quão frágil é. Afinal, eventualmente, tais esforços acabam por gerar uma necessidade de tentar adequar a realidade à matriz explicativa, como um cortador de biscoitos que transforma uma massa amorfa em um boneco de gengibre.

Quer dizer, reduz a vida às limitações que o modelo interpretativo possui e, na tentativa de não o subjugar à realidade, é essa última que é subjugada ao primeiro. Portanto, negar a dicotomia Cultura/Natureza e o seu apêndice Cultura Material é, inicialmente, dar espaço para que a vida, que está fora das páginas dos artigos, possa existir e, conseqüentemente, gerarmos oportunidade para que ela seja problematizada de forma mais adequada.

Assim, penso que a noção de materialidade, até então, tem se oferecido como uma alternativa viável para caracterizarmos o nosso objeto de estudo. Mas penso em um movimento contrário ao trazido por Knappet acima.

Antes de entendermos a Materialidade como a junção da cultura e do material, abrindo-nos à possibilidade de que esses possam existir em separado, é fundamental que reconheçamos que a dependência é justamente oposta. Quando pensamos na caracterização do nosso objeto de estudo, *cultura* e *material* são formas analíticas incompletas, deficientes, fragmentárias, indignas de serem pensadas como categorias independentes, posto que, embora possam ser racionalizadas dessa forma, efetivamente, na vida cotidiana, não são.

Algumas implicações que vejo imediatamente é não estarmos mais compelidos à limitação de meramente explicarmos o material pela cultura – as coisas são meros símbolos, por exemplo –, nem a cultura pelo material – as coisas são adaptação extrassomática. É preciso e oportuno pensar em como tal materialidade se articula socialmente. Que o impacto de uma paisagem na vida cotidiana de uma cidade não é apenas o do discurso que ela suscita, muito menos a composição material das fachadas, mas que tais elementos são qualidades dessa paisagem (materialidade) e só podem ser entendidos de tal forma por serem dependentes, elementos constituintes de um terceiro – e apenas nessa condição, de parte, não de um todo em si mesmo. Razão pela qual o termo “simetria” me causa certo espanto. Não deveríamos tratar a substância fundamental no termo das suas partes que só são indissociáveis na abstração.

Por fim, o que espero com esta tese é poder contribuir para uma discussão que julgo extremamente necessária e cujo simples fato de existir é um mérito por si só. Encontrar, por exemplo, espaços em congressos ou mesmo publicações de pessoas brasileiras em periódicos brasileiros sobre temas dessa natureza é algo que ainda podemos considerar insuficiente. E, aqui, não me refiro a produções com enfoque em levantamento bibliográfico ou histórico, como um viés didático, mas produções analíticas e contestadoras sobre a nossa própria realidade enquanto arqueólogos brasileiros fazendo (e pensando) arqueologia no Brasil. Afinal, não é possível existir uma arqueologia não-europeizada se não houver reflexividade sobre si mesma. Caso contrário, seremos meros reprodutores da expressão conceitual colonial.

5.3 UM FIM À TORRE DE MARFIM OU COMO SOCIALIZAR UMA TESE SOBRE O PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO?

Uma questão que muito me aflige é como fazer com que as coisas que nós produzimos cheguem ao maior número de pessoas? Como fazer com que o nosso trabalho seja mais relevante, visto que é presumido aqui que, para além da qualidade, o alcance é outro fator importante para determinar a relevância? Tais preocupações se fundamentam no entendimento de que fazer ciência é, em última instância, um serviço público *lato sensu*. Quer dizer, não é mera atividade profissional *voltada* para uma comunidade específica, como geralmente é entendida, mas uma atividade profissional *gerada* por uma comunidade específica e que deve estar *voltada* para a totalidade da sociedade.

Um cenário que, acredito, seja fundamental reconhecermos e valorarmos o quanto antes. Afinal, na mesma medida em que a ciência se justifica enquanto uma atividade que vise gerar benefícios à sociedade – direto, indireto, imediato, a longo prazo, tanto faz –, é a sociedade que legitima o trabalho científico. Afinal, de que nos adianta passarmos séculos nos dedicando a estudar a relação dos seres humanos com o mundo em que estão inseridos se, no final das contas, esse conhecimento fica preso em si mesmo? Esse distanciamento acaba criando, além de uma perda de legitimidade da nossa parte perante a sociedade, um vácuo, que eventualmente será preenchido, fazendo, por exemplo, que sejamos confrontados com teorias conspiratórias que aleguem que estruturas monumentais com pirâmides, por exemplo, foram construídas por alienígenas ou, então, que vacinas não

funcionam. E então, chegado tal momento do confronto, ficamos nós inconsoláveis, presumindo que tal circunstância deriva de uma sociedade que desvaloriza a ciência, quando, na verdade, é o oposto: é fruto de uma comunidade científica que desvaloriza a sociedade em que está inserida.

Nesse sentido que, de modo geral, na minha vida acadêmica, tenho sempre tentado buscar pensar de que maneira o que estou propondo possa ser pensado para além do muro da academia; de que forma a minha problemática ou a minha *solucionática* podem ser traduzidas para que um número maior de pessoas seja beneficiado? E a questão aqui, devo deixar claro de antemão, não é a de sacrificar a qualidade do trabalho em prol de uma maior disseminação, mas a de torná-lo mais acessível. Até porque, nada substituirá, por exemplo, esta tese. As páginas, as palavras e a densidade presentes aqui são todas elas, em conjunto, o que compõe e o que caracterizam este esforço científico. Esta tese, nosso exemplo aqui, existe e existirá.

Agora, penso que ela em nada diminui a nossa responsabilidade ética de buscar um maior entendimento. Um entendimento que pode vir, não da mera *tradução*, que geralmente é entendida como uma *simplificação semântica*, que pode realizar um movimento contrário de desmobilizar ou mesmo de desinformar, e que é visto como uma justificativa para a inação. O entendimento, muitas vezes, pode vir da *tradução* enquanto um processo de rearranjo dos elementos originalmente abordados: um enfoque, uma troca de suporte, uma metáfora. Assim, como complemento à pesquisa, que ordinariamente estamos acostumados a executar, elaborei uma ação que foi entendida aqui como atividade de extroversão.

5.3.1 Série de podcasts Arqueologia em Suspensão

A ação pensada e executada foi a criação de um *podcast*. Inicialmente, a motivação foi a possibilidade técnica de se executar tal tarefa, posto que eu já estava aprendendo a mexer em softwares de edição de áudio por conta de um desejo antigo de fazer algo nesse sentido. Assim, imediatamente veio à mente essa possibilidade, que acabou se efetivando.

Quanto ao conteúdo, cogitou-se fazer algo mais extenso, mas o processo se revelou muito mais trabalhoso do que o esperado e, no momento em que essa ação era produzida, ainda não havia sido finalizada a leitura das T&D, razão pela qual resolvi simplificá-la. Desta forma, o produto desta etapa resultou na produção de dois episódios que se dedicaram a

estabelecer um histórico, fornecer um contexto sobre o que seria a Arqueologia. A decisão de elaborar um conteúdo nesse sentido se deu pela premissa de que, assim, poderia ser atingido um público distinto daquele que ordinariamente teria interesse em ler este tese e, ainda, na eventualidade de haver o interesse, seria a oportunidade de oferecer uma contextualização básica para que o maior proveito possível da leitura deste trabalho fosse possível.

O primeiro episódio, intitulado *Arqueologia é Arqueologia é Arqueologia – Parte 1*, tem duração de 46 minutos e 18 segundos e foi publicado em 12 de agosto de 2020. Além do conteúdo em si do episódio (o roteiro elaborado pode ser lido no Apêndice III – Roteiro do episódio *Arqueologia é Arqueologia é Arqueologia – Parte 1*), aproveitei a oportunidade para, durante o intervalo que foi criado, divulgar a pesquisa do colega John O'Donnell, aluno de mestrado do PPG em História da PUCRS, também orientado pelo Prof. Klaus Hilbert.

Já o segundo episódio, intitulado *Arqueologia é Arqueologia é Arqueologia – Parte 2*, tem duração de 49 minutos e 21 segundos, sendo publicado em 24 de setembro de 2020. O roteiro utilizado também está disponível nesta tese (ver o Apêndice IV – Roteiro do episódio *Arqueologia é Arqueologia é Arqueologia – Parte 2*), e, de igual forma, foi utilizada esta oportunidade para divulgar no intervalo o trabalho de outra colega, desta vez, aluna do doutorado do PPG em História da PUCRS, Ana Paula Gomes Bezerra, igualmente orientada pelo Prof. Klaus Hilbert.

Os episódios somam 244 reproduções – 130 para o episódio 1 e 114 para o episódio 2 – em todas as plataformas⁵⁸, sendo que estes números dizem respeito apenas aos anos de 2022, de 2023 e primeiras semanas de 2024, uma vez que a plataforma onde originalmente foram publicados, Anchor.fm, foi transformada em *Spotify for Podcasters*, o que fez com que se perdesse as estatísticas de 2020 e de 2021. Ainda, à exceção dos dias da publicações dos episódios, nenhuma divulgação foi feita por mim, sendo então, os dados disponíveis referentes a engajamento orgânico.

⁵⁸ Além do próprio Spotify que o hospeda hoje, os episódios estão disponíveis em Amazon Music, Apple Podcasts, Google Podcasts.

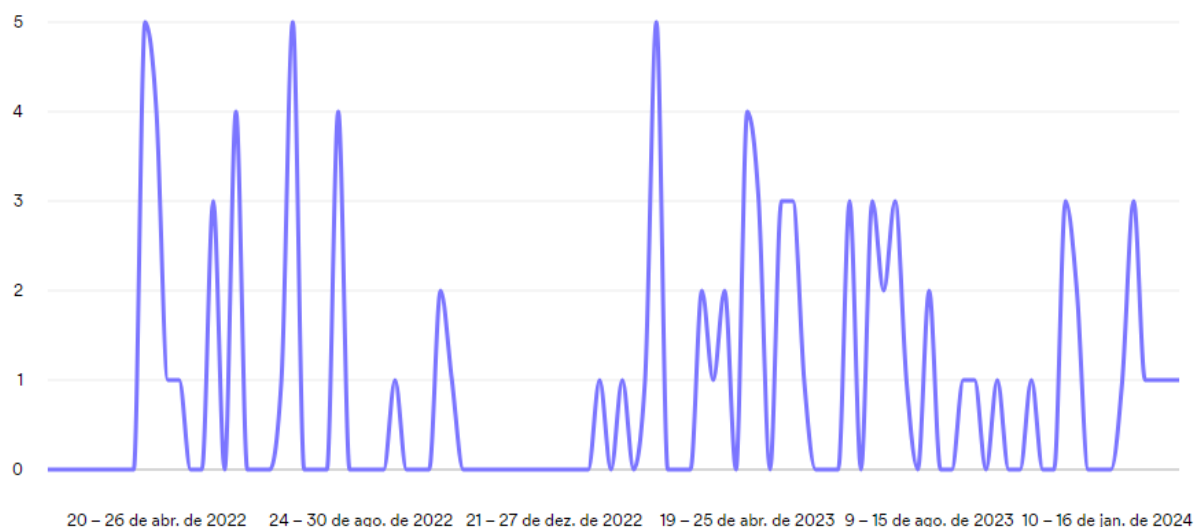


Gráfico 4 - Reproduções de episódios do *podcast*, por semana, entre 16 de abril de 2022 e 10 de janeiro de 2024. Fonte: Spotify for Podcasters.

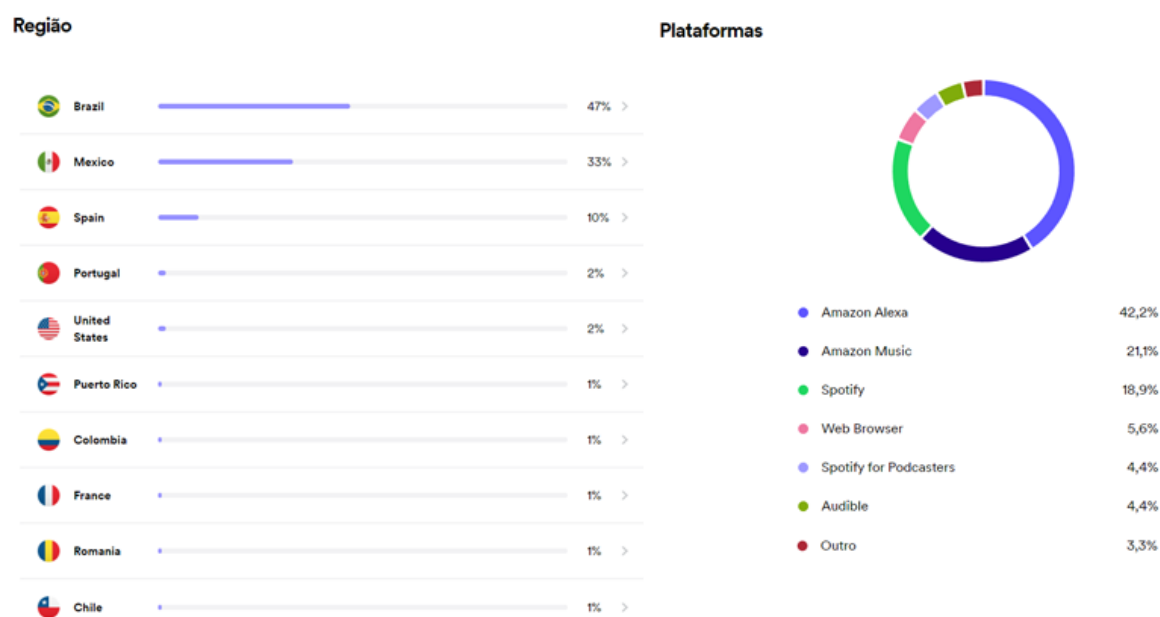


Gráfico 5 - Dados sobre localidade e plataforma de reproduções do *podcast*, por semana, entre 16 de abril de 2022 e 10 de janeiro de 2024. Fonte: Spotify for Podcasters.

5.4 SOBRE AS PEDRAS NO CAMINHO

Por fim, ao longo da execução desta pesquisa, inevitavelmente algumas questões foram surgindo às quais não pude deixar de estar ciente. Tantas outras, imagino, ficarão evidentes para mim em um futuro próximo (ou longínquo), e talvez já estejam bem claras para quem lê neste momento. No entanto, este tópico é dedicado a eu apontar aquela suposta

contradição que mais ficou evidente ao longo dessa pesquisa para mim, e que surgia com recorrência: é possível fazer uma crítica a partir do Sul?

Uma pergunta que eu acredito que responderia de formas diferentes, ao longo do caminho, dependendo de quem fosse o emissor. Digo isso pois parece haver uma certa dissonância quanto ao entendimento de crítica. Quer dizer, para algumas pessoas, criticar é rejeitar absolutamente tudo o que se busca combater, além de tudo aquilo que compartilhe da mesma origem, tal como a teoria do fruto contaminado. Para outras, é absolutamente compreensível que seja possível adotar uma abordagem crítica que vise o aprimoramento de um instrumental – mesmo que teórico – enviesado, equivocado ou prejudicial.

Para o primeiro caso, evidentemente que a resposta seria “não”. Afinal, não somente a própria Arqueologia é uma construção moderna, do Norte, que ainda é o local hegemônico de produção do conhecimento, desfrutando de alcance global, por diversas questões geopolíticas que já foram comentadas aqui, fazendo com que, muitas vezes, sufoque a produção de outros locais. Já, para o segundo, seria absolutamente plausível responder “sim”. Nesse caso, eu complementaria ainda que não apenas é possível, como é necessário, justamente considerando tais circunstâncias que criam e mantêm uma organização da produção do conhecimento que tensiona um todo a se submeter aos interesses e sua atenção, em especial, ao tal Norte.

Assim, ao fim da jornada, me coloco no segundo espectro. Afinal, fugir da circunstância de estarmos submetidos ao fruto contaminado é impossível, posto que fazemos *Arqueologia*, na *academia*, numa sociedade *liberal*. *Conscientes* ou não, nos sujeitamos a essa herança – que seja contaminada – que decorre da nossa prática, o que, evidentemente, não quer dizer que devemos nos conformar. Por isso, mais ainda, a crítica é necessária. Ou que operemos de fora.

6. REFERÊNCIAS

- ALATAS, S. F. **Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences**. *Current Anthropology*, v. 51, n. 6, p. 299-613, 2003.
- ALLEN, R. E. **Plato's Parmenides**. Revised edition. ed. New Haven and London: Yale University Press, 1997.
- ALVES, G. **Após corte no orçamento, CNPq deverá encolher em 2019**. GZH, 15 agosto 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/08/apos-corte-no-orcamento-cnpq-devera-encolher-em-2019-cjzd4t83b01x201qmc82y56ck.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- ANDRADE, C. D. D. **O Deus de Cada Homem**. In: _____ *As impurezas do branco*. São Paulo: Cia das Letras, 2012. p. 65.
- ARANTES, J. T. **'O que sabemos do Universo? Sabemos que está se expandindo cada vez mais rápido', diz Nobel de Física**. Agência FAPESP, 22 setembro 2022. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/o-que-sabemos-do-universo-sabemos-que-esta-se-expandindo-cada-vez-mais-rapido-diz-nobel-de-fisica/39644>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- ASSIS, M. D. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Edições Câmara. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.
- BAGNO, M. **A Língua de Eulália: novela sociolinguística**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BANCO MUNDIAL. **Individuals using the internet (% of population)**, 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- BARBOSA ARAÚJO, A. D. F. **O regionalismo como outro**. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 28, 2006. 113-124.
- BARRETO, C. **Brazilian archaeology from a Brazilian perspective**. *Antiquity*, v. 72, p. 573-581, 1998.
- BARTHES, R. **Mitologias**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

- BELCHIOR. **Alucinação**. Rio de Janeiro: PolyGram/Philips, 1976a. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/6lCcA1ugWuQPbCHXecSwc8?si=df20525506c741c3>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- BELCHIOR. **Velha Roupa Colorida**. Rio de Janeiro: PolyGram/Philips, 1976b. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/74Rb8GLoyNYnjDIAnpUuhG?si=009058e8aafb4b60>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- BERKELEY, G. **A treatise concerning the principles of human knowledge**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1982.
- BINFORD, L. **Archaeological Systematics and the Study of Culture Process**. *American Antiquity*, 21, n. 2, Oct. 1965. 203-210.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRASIL. **Lei N° 3.924, de 26 de julho de 1961, Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos**. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3924-26-julho-1961-353715-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 12 jan. 2024.
- BRASIL. **Portaria nº 127, de 13 de abril de 2009, Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, v. Seção 1, p. 17, 2009. 5 mai.
- BRASIL. **Lei N° 13.653, de 18 de abril de 2018, Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências**. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13653-18-abril-2018-786578-publicacaooriginal-155382-pl.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.

- BRECHT, B. **Poemas**. Tradução de Arnaldo Saraiva. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- BRUNEAU, P.; BALUT, P-Y. **Artistique et Archéologie**. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1997.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
- CARMO, M. **Índices de desmatamento na Amazônia são manipulados, diz ministro Augusto Heleno**. BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48834802>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- CARTA CAPITAL. **A crise da educação no Brasil não é uma crise: é projeto**. Carta Capital, 05 setembro 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-crise-da-educacao-no-brasil-nao-e-uma-crise-e-projeto>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- THE STROKES. **The End Has No End**. New York City: RCA, 2003. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/0dy6iXYIF0piirySAzCBwF?si=22b63867947a49b4>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- CERTAU, M. D. **A cultura no plural**. 7ª. ed. Campinas: Papius, 2012.
- CHAPMAN, R.; WYLIE, A. **Evidential reasoning in archaeology**. London: Bloomsbury, 2016.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.
- COLLINS, P. H. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Revista Sociedade e Estado, 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016. 99-127.
- CONNEL, R. **A iminente revolução da teoria social**. Rev. bras. Ci. Soc, v. 27, p. 09-20, 2012.
- COSTA, G. **Capes anuncia corte de 5.613 bolsas de pós-graduação para este ano**. Agência Brasil, 02 setembro 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-09/capes-anuncia-corte-de-5613-bolsas-de-pos-graduacao-para-este-ano>. Acesso em: 12 jan. 2024.

- CRIADO-BOADO, F. **Problems, functions and conditions of archaeological knowledge**. Journal of Social Archaeology, v. 1, n. 1, p. 126-146, 2001.
- CRIOLO. **Esquiva da Esgrima**. São Paulo: OLOKO RECORDS, 2014. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/4mWHKFzNyFby8YRMElhk9m?si=1773671870ce484f>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- CUSTODIO, C. T. **A pólis como "coisa": relações entre a materialidade da cidade, instituições e práticas aristocráticas no Mediterrâneo Ocidental Arcaico (1000 - 600 a.C.)**. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, 2017.
- D'ANGELO, B. **"Traduttore-traditore": #sóquenão. A intersemiose como desafio educativo das artes**. Cadernos de Tradução, v. 36, n. 3, p. 158-173, 2016.
- DEETZ, J. **In Small Things Forgotten: an archaeology of early American life**. Rev. and expanded. ed. New York: Anchor Books, 1996.
- DORNAN, J. L. **Agency and Archaeology: past, present, and future directions**. Journal of Archaeological Method and Theory, v. 9, n. 4, p. 303-329, 2002.
- DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, v. 24, p. 213-225, 2004.
- DUNNEL, R. C. **Classificação em Arqueologia**. Tradução de Astolfo G. M. Araujo. 2006. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- EINSTEIN, A. **Como vejo o mundo**. Saraiva de bolso. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- ELZA SOARES. **A Carne**. Rio de Janeiro: Maianga, 2002. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/5cjmge1utiQLGaPaRDjATo?si=2b0b9437c36d4968>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- EMICIDA. **Principia**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/1wTuMYmA3AJC7zKg6cuu19?si=26360c46c2484729>. Acesso em: 12 jan. 2024.

- FELLET, J.; PRAZERES, L. **Sob Bolsonaro, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%**. BBC News Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rpldo>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- FOSSARI, T. D. **A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Geografia). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- FOUCAULT, M. **What Is Enlightenment?** In: RABINOW, P. The Foucault Reader. New York: Pantheon Books, 1984. p. 32-50.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- FRAZER, J. G. **O Escopo da Antropologia Social**. In: CASTRO, C. Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 46-59.
- GALEANO, E. **Las palabras andantes**. 5^a. ed. Buenos Aires: Catálogos, 2001.
- GALHARDO, D. A. **Lugares do Passado: abordagens geográficas e arqueológicas para o estudo de sítios pré-históricos no noroeste paulista**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2019.
- GETTIER, E. **Is Justified True Belief Knowledge?** Analysis, v. 23, n. 6, p. 121-123, 1963.
- GILLESPIE, S. D. **Teaching Archaeology as Anthropology**. Archaeological Papers of the American Anthropological Association, v. 1, p. 87-97, 2008.
- GNECCO, C. **An Entanglement of Sorts: Archaeology, Ethics, Praxis, Multiculturalism**. In: GNECCO, C.; DOROTHY, L. Ethics and Archaeological Praxis. New York: Springer, 2015. p. 1-17.
- GNECCO, C. **Digging alternative archaeologies**. In: GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Reclaiming Archaeology. Beyond the tropes of modernity. New York: Routledge, 2016. p. 67-78.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. **Time to destroy: an archaeology of supermodernity**. Current Anthropology, v. 49(2), p. 247-279, 2008.

- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. **Reclaiming Archaeology**. In: GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Reclaiming Archaeology. Beyond the tropes of modernity. New York: Routledge, 2016. p. 1-29.
- RATOS DE PORÃO. **Alerta Antifascista**. São Paulo: Ratos de Porão, 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/3WDIWy1fEtTOSTluS67Any?si=107420bd8d8744df>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- GOSDEN, C. **Anthropology and Archaeology: a changing relationship**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- GOULART, F. O.; COSTA, V. A.; SILVA, Y. A. D. **Apresentação**. In: GOULART, F. O.; COSTA, V. A.; SILVA, Y. A. D. Caderno de Resumos do I Encontro de Pesquisa Arqueológicas Invisibilizadas. Rio Grande: Arche, 2020. p. 91. Disponível em: <https://encontropai.wixsite.com/epai2019/caderno-de-resumos>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- GUYER, P.; HORSTMANN, R.-P. **Idealism**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/idealism>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- HARMAN, G. **Prince of Networks: Bruno Latour and Metaphysics**. Melbourne: re.press, 2009.
- HARMAN, G. **Realism without Materialism**. SubStance, v. 40, n. 2, p. 52-72, 2011.
- HARMAN, G. **Object-Oriented Ontology: A New Theory of Everything**. Londres: Penguin Random House, 2017.
- HARMAN, G.; WITMORE, C. **Objects Untimely: Object-Oriented Philosophy and Archaeology**. Cambridge: Polity, 2023.
- HARRISON, R.; SCHOFIELD, J. **After Modernity: archaeological approaches to the contemporary past**. New York: Oxford University Press, 2010.
- ENGENHEIROS DO HAWAII. **Ninguém = Ninguém**. Rio de Janeiro: BMG, 1992. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/5liKrPRPWYjl97QSHBrikD?si=44c5688bdfc04ed6>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- HAWKING, S. W. **Uma breve história do tempo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

- HEIDEGGER, M. **The Problem of Reality in Modern Philosophy**. Journal of the British Society for Phenomenology, v. 4, n. 1, p. 64-71, 1973. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00071773.1973.11006294>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- HEIDEGGER, M. **The Age of World Picture**. In: YOUNG, J.; HAYNES, K. Off the Beaten Track. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 57-85.
- HODDER, I. **Postprocessual Archaeology**. Advances in Archaeological Method and Theory, 8, 1985. 1-26.
- HODDER, I. **Entangled: an archaeology of the relationships between humans and things**. Oxford: Willey Blackwell, 2012a.
- HODDER, I. **Introduction: Contemporary Theoretical Debate in Archaeology**. In: HODDER, I. Archaeological Theory Today. Cambridge: Polity Press, 2012b. p. 1-14.
- HOLTORF, C.; FAIRCLOUGH, G. **The New Heritage and re-shapings of the past**. In: GONZÁLEZ-RUIBAL Reclaiming Archaeology: beyond the tropes of modernity. New York: Routledge, 2016. p. 197-210.
- HUGGAN, G. **Anthropologists and Other Frauds**. Comparative Literature, v. 46, n. 2, p. 113-128, 1994.
- INGOLD, T. **Repensando o animado, reanimando o pensamento**. Espaço Ameríndio, v. 7, n. 2, p. 10-5, 2013.
- INGOLD, T. **Anthropology contra ethnography**. HAU: Journal of Ethnographic Theory, v. 7, n. 1, p. 21-26, 2017.
- JUNG, C. G. **The Spiritual Problem of Modern Man**. In: _____ Modern Man in Search of a Soul. New York: Harvest, 1955. p. 196-220.
- KNAPPET, C. **Materials with materiality?** Archaeological Dialogues, 14, 2007. 20-23.
- KNAPPETT, C. **Materiality**. In: HODDER, I. Archaeological Theory Today. Cambridge: Polity Press, 2012. p. 188-207.
- KNAPPETT, C. **Materiality in Archaeological Theory**. In: SMITH, C. Encyclopedia of Global Archaeology. New York: Springer, 2014. p. 4700-4708.

- KOSELLECK, R. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- KUPER, A. **Deconstructiong anthropology**. HAU: Journal of Ethnographic Theory, v. 9, n. 1, p. 10-22, 2019.
- LACAN, J. **O Seminário: livro 3, as psicoses**. 2ª edição revista. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- LAMBERG-KARLOVSKY, C. C. **Introduction**. In: LAMBERG-KARLOVSKY, C. C. Archaeological thought in America. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 1-16.
- LANGER, S. K. **The Cultural Importance of the Arts**. The Journal of Aesthetic Education, v. 1, n. 1, p. 5-12, 1966.
- LATOUR, B. **Reassembling the Social: an introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford Univeristy Press, 2005.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LE GOFF, J. **História e Memória - II Memória**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- LENINE. **Paciência**. São Paulo: Sony BMG, 2004. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/6gBlkT2u5P7UyZUYH8WnKz?si=b9e9866c7f3149fa>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- LIMA, T. A. **Os marcos teóricos da arqueologia, suas possibilidades e limites**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, XXVIII, n. 2, dezembro 2002. 7-23.
- LIMA, T. A. **Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana**. Revista de Arqueologia, v. 19, n. 1, p. 125-141, 2006. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/219>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- LIMA, T. A. **Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi Ciênc. hum., v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.
- LOSURDO, D. **Contra-História do Liberalismo**. São Paulo: Ideias&Letras, 2006.

- LUCAS, G. **Modern disturbances: on the ambiguities of archaeology.** Modernism/Modernity, v. 1, n. 11, p. 109-120, 2004.
- LURIA, A. R. **A construção da Mente.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 1992: ícone, 1992.
- MALCHER, Â. **83% dos mortos pela polícia são negros, aponta relatório.** Correio Braziliense, 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/07/5110389-83-dos-mortos-pela-policia-sao-negros-aponta-relatorio.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- MALUF, S. **Teoria Geral do Estado.** São Paulo: Saraiva, 1995.
- MARIZ, R. **Insistência na cloroquina e demora na compra de vacinas: os erros de Pazuella na Saúde.** O Globo, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/insistencia-na-cloroquina-demora-na-compra-de-vacinas-os-erros-de-pazuella-na-saude-1-25023485>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- MENESES, U. **Arqueologia industrial: Avaliação e Perspectivas.** In: _____ In Memoriam. São Paulo: [s.n.], 1983. p. 220-230.
- MERLEAU-PONTY, M. **A prosa do mundo.** São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- MESKELL, L. **Object Worlds in Ancient Egypt: material brographies past and present.** Oxford, New York: Berg, 2004.
- MONTICELLI, G. **Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos.** Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em História, 2005.
- NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NOVOS BAIANOS. **Mistério do Planeta.** Rio de Janeiro: Som Livre/Polysom, 1972. Disponível em <https://open.spotify.com/intl-pt/track/3TAMiM8XFmU9vFd333pgRh?si=a1b6492651704406>. Acesso em 12 jan. 2024.
- OLIVEIRA, T. L. **Quando as doenças viram números: as estatísticas da Covid-19.** Agência Fiocruz de Notícias, 2020. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/quando-doencas-viram-numeros-estatisticas-da-covid-19>. Acesso em: 12 jan. 2024.

- OLIVIER, L. **The past of the present. Archaeological memory and time.** Archaeological Dialogues, v. 10, n. 2, p. 201-213, 2003.
- OLIVIER, L. **Retour vers le Futur L'archéologie française, la Vieille Europe et l'Extrême-droite.** Les Nouvelles de l'Archéologie, p. 144-149, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nda/8171>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- OLSEN, B. **In defense of things: Archaeology and the ontology of objects.** Lanham: AltaMira Press, 2010.
- OLSEN, B. **Reclaiming Things: An Archaeology of Matter.** In: CARLILE, et al. How Matter Matters: objects, artifacts and materiality in organization studies. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 171-196.
- OLSEN, B. **The return of what?** In: GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Reclaiming archaeology. Beyond the tropes of modernity. New York: Routledge, 2016. p. 289-297.
- OLSEN, B.; SHANKS, M.; WEBMOOR, T.; WITMORE, C. **Archaeology: the discipline of things.** Berkeley: University of California Press, 2012.
- ORWELL, G. **Sobre a Verdade.** Tradução de Claudio Alves Marcondes. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- OXFORD LANGUAGES. **Word of the Year 2016.** 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- PATTERSON, T. C. **The Turn to Agency: Neoliberalism, Individuality, and Subjectivity in Late-Twentieth-Century Anglophone Archaeology.** Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society, v. 17, n. 3, p. 373-384, 2005.
- PESSOA, F. **Poemas completos de Alberto Caeiro.** São Paulo: Ática, 2013.
- PHILLIPS, P. **American archaeology and general anthropological theory.** Southwestern Journal of Anthropology, n. 11, p. 246-250, 1955.
- PLATÃO. **Diálogos: Teeteto - Crátilo.** Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1973.
- PLATÃO. **A República.** 3ª. ed. Belém: EDUFPA, 2000.

- REBAY-SALISBURY, K. **Thoughts in Circles: Kulturkreislehre as a Hidden Paradigm in Past and Present Archaeological Interpretations**. In: ROBERTS, B. W.; LINDEN, M. V. *Investigating Archaeological Cultures: Material Culture, Variability, and Transmission*. New York: Springer, 2011. p. 41-59.
- REIS, J. A. D. **Não pensa muito que dói: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira**. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.
- RICKEN, C. **Vestígios de peixes em sítios arqueológicos de caçadores-coletores do Rio Grande do Sul, Brasil**. Tese (Doutorado em Biologia Animal). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- ROKSTAD, K. **Was Plato a Platonist?** In: TYMIENIECKA, A. T. *Analecta Husserliana - The Yearbook of Phenomenological Research*. Dordrecht: Springer, v. CX, 2011. p. 15-22.
- ROSA, L. A. S. D. **Lembranças de um mundo vazio: Arqueologia da descoberta e ocupação inicial do continente Antártico**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- RUSSELL, B. **An inquiry into meaning and truth**. 5th impression. ed. London: George Allend and Unwin LTD, 1956.
- SAHLINS, M. **O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte 1)**. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.
- SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SANTOS, V. M. D. **Pedras artesãs: materialidade, tecnologias e mobilidades das painéis de pedra-sabão em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, 2017.

- SCHIFFER, M. **The material life of human beings: artifacts, behavior, and communication**. London: Routledge, 1999.
- SEARLE, J. **Seeing things as they are: a theory of perception**. New York: Oxford University Press, 2015.
- SHANKS, M. **Post-Processual Archaeology and After**. In: BENTLEY, R. A.; MASCHNER, H. D. G.; CHIPPINDALE, C. Handbook of archaeological theories. Lanham, Md, Plymouth: AltaMira Press, 2008. p. 133-144.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. **Re-constructing archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SHEPHERD, N. **Archaeology and post-colonialism in South Africa - the theory, practice and politics of archaeology after apartheid**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Departamento de Arqueologia. Cape Town: University of Cape Town, 1998.
- SHRYOCK, A. **It's this, not that. How Marshall Sahlins solves kinship**. HAU: Journal of Ethnographic Theory, v. 3, n. 2, p. 271-279, 2013.
- STEPANICH, L. **Heidegger: Between Idealism and Realism**. The Harvard Review of Philosophy, v. 1, n. 1, p. 20-28, 1991.
- THIESEN, B. V. **Antes da poeira baixar: reflexões sobre uma arqueologia do passado recente**. Memorare, 1, 2013. 222-226.
- THIESEN, B. V.; POUQUET, M. **Nem tempo, nem método. Nem História, nem Antropologia. O que é Arqueologia?** Tessituras, v. 6, n. 1, p. 13-33, 2018.
- THOMAS, J. **Archaeology and modernity**. London: Routledge, 2004.
- TRAMASOLI, F. B. **Arqueologia da Cidade Cinza: paisagem e discurso na cidade do Rio Grande**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional/UFRJ, 2015.
- TRAMASOLI, F. B. **"Haja hoje p/ tanto ontem": apontamentos sobre a Arqueologia e o contemporâneo**. Revista de Arqueologia, 30, 2017. 186-209.
- TRAMASOLI, F. B. **Quem faz Arqueologia abre uma janela**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, jan.-jun. 2020. 1-15.

- TRENTMANN, F. **Materiality in the Future of History: Things, Practices, and Politics.** Journal of British Studies, v. 48, p. 283-307, 2009.
- TRIGGER, B. **Archaeology and Epistemology: dialoguing across the Darwinian Chasm.** American Journal of Archaeology, v. 102, n. 1, p. 1-34, 1998.
- TRIGGER, B. **História do Pensamento Arqueológico.** 2ª. ed. São Paulo: Odysseus Editora, 2011.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **O nativo relativo.** Mana, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.
- VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas.** Revista de Diálogo Educacional, Curitiba, 13, n. 41, jan./abr. 2014. 165-189.
- WAGNER, R. **A presunção da cultura.** In: _____ A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010. p. 27-46.
- WOLFF, F. **Nossa Humanidade: de Aristóteles às neurociências.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

7. APÊNDICES

7.1 APÊNDICE I – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DAS TESES E DAS DISSERTAÇÕES.

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curto)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C	
UFMG	001	2018	Dissertação	NOLASCO, R	CM-PP	Pessoas, mamíferos marinhos e objetos	ANTÁRTICA	ZARANKIN, Andrés		Antártica	Arqueologia Simétrica	Foqueiros								
UFMG	002	2017	Dissertação	MYASHITA, F	CM-PP	Entre memórias, jogos e cultura material	RJ	SYMANSKI, Luiz Cláudio		Etnografia Arqueológica	Memória e materialidade	Arqueologia da Diáspora Africana	Campos dos Goytacaza							
UFMG	003	2016	Dissertação	LEITE, V	CM-PP	Flores e pinturas na paisagem	MG	HORTA, Andrei Isnardis		Registro rupestre	Arqueologia da paisagem	Cronoestilística	Análise geográfica	Bacia do rio Aracuaí						
UFMG	004	2016	Dissertação	OLIVEIRA, E A	CM-PP	Pintar, se (re)apropriar e se relacionar	MG	HORTA, Andrei Isnardis		Arqueologia pré-colonial	Diamantina	arte rupestre	alto curso do rio Pardo Pequeno							
UFMG	005	2016	Dissertação	ROSA, L	N-CM	Lembranças de um mundo vazio	ANTÁRTICA	ZARANKIN, Andrés		Arqueologia da modernidade	cartografia	Antártida								
UFMG	006	2016	Dissertação	SILVA, T	CM-P	Banquete lapidoso	PA	HORTA, Andrei Isnardis		Lítico	Bolsão	Porto de Santarém	Práticas de descarte	Ritual						
UFMG	007	2016	Dissertação	SUGUIMATSU, I	CM-PP	Atrás dos panos	RJ	SYMANSKI, Luiz Cláudio		arqueologia da diáspora	identidade	artefatos pessoais	vestuário	Campos dos Goytacazes						
UFMG	008	2016	Dissertação	VARELA, A	CM-PP	Arqueologia da paisagem de um patrimônio da humanidade	CABO VERDE	SYMANSKI, Luiz Cláudio		Cidade Velha	Arqueologia da Paisagem	Estruturas religiosas e militares								
UFMG	009	2015	Dissertação	RADICCHI, G	CM-PP	Os sapatos lobeiros-baleeiros	ANTÁRTICA	ZARANKIN, Andrés	SALERNO, Melissa Anabella	práticas de calçar	indústria lobeira-baleeira	Antártica								
UFMG	010	2012	Dissertação	ALMEIDA, A Q	CM-PP	Continuidades na mudança	MG	ZARANKIN, Andrés	GUIMARÃES, Carlos Magno	Caminho Novo	Estrada do Pararibuna	arqueologia da arquitetura	arqueologia da paisagem							
UFMG	011	2012	Dissertação	HISSA, S	CM-PP	Tempo e Arqueologia	ANTÁRTICA	ZARANKIN, Andrés		Antártica	arqueologia	século XIX	foqueiros	baleiros	marinheiros	experiência	tempo	percepção		
UFMG	012	2011	Dissertação	RODRIGUES, I	CM-PP	Fora das grandes aldeias	MG	PROUS, André Pierre		Sítio Vereda III	Lagoa Santa	Tradição Aratu-Sapucaí	Análise espacial	Tecnologia cerâmica						
UFMG	013	2011	Dissertação	SILVA, B S	CM-PP	Das ostras, só as pérolas	BIBLIOGRÁFICO	ZARANKIN, Andrés	RAMBELLI, Gilson	Teoria Arqueológica	Arqueologia pública	Arqueologia Subaquática								
UFPA	001	2018	Dissertação	AZULAI, L	CM-PP	Percepções sobre cultura material e sítio histórico urbano na cidade de Belém-PA	PA	COSTA, Diogo Menezes		Arqueologia urbana	Museu da UFPA	Coleção	Cultura Material	Patrimônio						
UFPA	002	2017	Tese	LOPES, R C S	CM-PP	Tempos, espaços e Cultura Material na Vial Santo Antônio do Prata, Pará	PA	SCHAAN, Denise Pahl		Amazônia	Instituição total	Arqueologia Histórica								
UFPA	003	2017	Dissertação	JUNIOR, E F	CM-PP	Sumitsubo	PA	ALMEIDA, Márcia Bezerra de		Imigrantes Japoneses	Casas	Cultura Material								
UFPA	004	2017	Dissertação	JUNIOR, E S	CM-PP	Objetos sobre vidro lascado em contexto de senzala na amazônia oriental brasileira	PA	COSTA, Diogo Menezes		objetos sobre vidro lascado	sítio Engenho do Murutucu	análise tecnofuncional								
UFPA	005	2016	Tese	FARIA, E S	CM-PP	Viagem etno-histórica e arqueológica ao médio xingu	PA	SCHAAN, Denise Pahl		arqueologia	história indígena	Xypaya	Kuruaya	memória	identidade					
UFPA	006	2016	Dissertação	AIROZA, M	CM-PP	Sítio arqueológico, turismo e comunidade local	PA	ALMEIDA, Márcia Bezerra de	ALENCAR, Edna Ferreira	Sítio Arqueológico	Comunidades Locais	Turismo	Vila de Joanes	Amazônia						

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C
UFPA	026	2012	Dissertação	MARTINS, C	CM-P	Arqueologia do baixo Tapajós	PA	SCHAAN, Denise Pahl		Arqueologia Amazônica	Baixo Tapajós	Cultura material	Tradição Inciso-Ponteadada	Contextos regionais					
UFPA	027	2012	Dissertação	MORAES, I	CM-PP	Do tempo dos pretos d'antes aos povos do Aproaga	PA	ALMEIDA, Márcia Bezerra de	MARQUES, Fernando Luiz Tavares	Povos do Aproaga	patrimônio arqueológico	territorialidade quilombola	arqueologia pública						
UFPE	001	2017	Tese	NOGUEIRA, M	CM-P	Ocupações pré-históricas a céu aberto no vale do Rio da Cobra - Carnaúba dos Dantas e Parelhos - RN.	RN	MARTIN, Gabriela	MAFRA, Fábio	Área arqueológica do Seridó	Padrão de assentamento	Sítios a céu aberto	Rio da Cobra	Rio Grande do Norte					
UFPE	002	2017	Dissertação	MOURA, I	CM-P	Práticas funerárias do sítio do Pilar, Bairro do Recife-PE	PE	SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da	CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de	Sítio do Pilar	Práticas Funerárias	Arqueologia Funerária	Perfil Funerário						
UFPE	003	2016	Tese	MATOS, M	CM-PP	Transformações tecnológicas das fortificações portuguesas da Capitania de Pernambuco, Brasil, nos séculos XVI e XVII	PE	MAIOR, Paulo Martin Souto	SOUZA, Carlos Celestino Rios e	Arqueologia	Arqueologia e história	Fortificações	Arqueometria	Arqueologia da Arquitetura					
UFPE	004	2016	Tese	MEDEIROS, E	CM-P	A representação gráfica do espaço tridimensional nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, Brasil	PI	PESSIS, Anne-Marie	Pinturas rupestres	Parque Nacional Serra da Capivara	Espaço tridimensional na pintura rupestre								
UFPE	005	2016	Dissertação	ALVES, R	CM-PP	Primeiras ocupações residenciais da Rua de São Jorge no Bairro do Recife	PE	RAMOS, Ana Catarina Peregrino Torres		Uso do espaço	Técnicas construtivas	Estruturas arquitetônicas históricas	Bairro do Pilar						
UFPE	006	2016	Dissertação	CORREIA, M	CM-P	Gravuras rupestres no Vale do Moxotó, Pernambuco-Brasil	PE	CISNEIROS, Daniela		Gravuras rupestres	Vale do Moxotó	Parque nacional do catim-bau	Pernambuco	Pré-história					
UFPE	007	2016	Dissertação	CRUZ, C	CM-PP	Parques históricos da Região Metropolitana do Recife	PE	CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de	MEDEIROS, Ricardo Pinto de	Patrimônio Arqueológico	Processos de Tombamento	Parques Históricos	Preservação	Pernambuco					
UFPE	008	2016	Dissertação	DUARTE, J	CM-P	Práticas mortuárias no Cemitério do Polo Pilar Bairro do Recife - PE	PE	RAMOS, Ana Catarina Peregrino Torres	Bairro do Recife	Espaços Cemiteriais	Práticas Mortuárias								
UFPE	009	2016	Dissertação	LIMA, R C	CM-P	A dimensão espacial nas cenas de agressão coletiva nas pinturas rupestres do Vale da Serra Branca, Parque Nacional Serra da Capivara - PI	PI	PESSIS, Anne-Marie	CISNEIROS, Daniela	Comunicação não verbal	Registro Rupestre	Cenas de Agressão	Espaço Gráfico						
UFPE	010	2016	Dissertação	MACEDO, A	CM-P	Estudo geoarqueológico dos níveis arenoso e de cascalheira cimentada por concreção carbonática do Sítio Lagoa Uri de Cima, Salgueiro-PE.	PE	FELICE, Gisele Daltrini	MÜTZENBERG, Demétrio da Silva	Geoarqueologia	nível de cascalheira cimentada	calcrete	nível arenoso	microescavação de detalhe e vestígios paleontológicos e arqueológicos					
UFPE	011	2016	Dissertação	MELO, I	CM-P	Processo de formação do registro arqueológico do habitacional	PE	RAMOS, Ana Catarina Peregrino Torres		Arqueologia urbana	Formação do registro arqueológico	Evolução Urbana	Bairro do Recife						

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C
						pilar, bairro do Recife - PE													
UFPE	012	2016	Dissertação	NOGUEIRA, N	CM-PP	As representações rupestres dos adornos de cabeça nos antropomorfos na área arqueológica do Seridó - RN	RN	CISNEIROS, Daniela	Adorno	Atributos Culturais	Pintura Rupestre								
UFPE	013	2016	Dissertação	SANTOS, A	CM-P	Estudo da diagênese óssea e experimento de datação direta dos sepultamentos do Sítio Arqueológico Pedra do Alexandre - RN	RN	SULLASI, Henry Socrates Lavallo	SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da	Pedra do Alexandre	diagênese	espectroscopia RPE	arqueometria						
UFPE	014	2016	Dissertação	SOUZA, T F	CM-PP	Pinturas rupestres e paisagem	PE	MÜTZENBERG, Demétrio da Silva	Arqueologia	Pré-história	Pinturas Rupestres	Brasil - Nordeste	Zoomorfos	Arqueologia da paisagem	Sistema de Informação Geográfica (SIG)				
UFPE	015	2015	Tese	AMARAL, A	CM-P	"Andanças" Tupi-guarani na Chapada do Araripe	NORDESTE	OLIVEIRA, Claudia	ALBUQUERQUE, Marcos	Mobilidade	Cerâmica Tupi-guarani	Chapada do Araripe							
UFPE	016	2015	Tese	BARTHEL, S	CM-PP	Vestígios do Art Déco na cidade do Recife (1919-1961)	PE	RAMOS, Ana Catarina Pe-regrino Torres	MEDEIROS, Ricardo Pinto de	Arqueologia social	Arqueologia da Arquitetura	Art Déco							
UFPE	017	2015	Tese	BERRA, J	CM-P	As pinturas rupestres pré-históricas de contorno aberto na Serra do Lajeado-TO	TO	PESSIS, Anne-Marie	CISNEIROS, Daniela	Arqueologia	Arte rupestre	Serra do Lajeado							
UFPE	018	2015	Tese	HAVRE, G	CM-P	Interações	BA	ETCHEVARNE, Carlos		Registro rupestre	complexidade	interações							
UFPE	019	2015	Dissertação	ALCANTARA, T	CM-PP	Vida e morte em clausura	SP	SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da		Arqueologia do Corpo	Recolhimento da Luz	Mulheres	Clausura						
UFPE	020	2015	Dissertação	ALENCAR, R	CM-P	Estudo osteoarqueológico das remodelações articulares nos adultos jovens inumados no Cemitério Pré-histórico da Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus, PE.	PE	SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da		Bioarqueologia	Paleopatologia	Osteoartrite	Pré-História	Região Nordeste	Furna do Estrago				
UFPE	021	2015	Dissertação	FREITAS, Y	CM-P	Azulejos portugueses dos séculos XVII e XVIII em Pernambuco	PE	MAIOR, Paulo Martin Souto	SULLASI, Henry Socrates Lavallo	Azulejo histórico	Patrimônio material	Patologias azulejares	Caracterização tecnológica						
UFPE	022	2015	Dissertação	JUNIOR, H	CM-P	Arqueologia marítima: a evolução da canoa monóxila em Pernambuco, Brasil (Séc. XVI - XX)	PE	SOUZA, Carlos Celestino Rios e		Arqueologia Marítima	Arqueologia Naval	História Naval	Arte Naval	Canoa monóxila	Datação				
UFPE	023	2015	Dissertação	MATOS, F	CM-PP	Os antropomorfos no registro rupestre do semiárido paraibano	PB	MÜTZENBERG, Demétrio da Silva		Registro rupestre	Cariri Ocidental paraibano	Tipos gráficos	Distribuição espacial						
UFPE	024	2015	Dissertação	ROCHA, A	CM-PP	Uma leitura arqueológica de estruturas arquitetônicas no Engenho Monjope	PE	ALLEN, Scott Joseph		Engenho de Açúcar	Senzala	Arqueologia da Arquitetura	Técnicas Construtivas	Sistemas Construtivos					

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C
UFPE	025	2015	Dissertação	SILVA, I	CM-P	Arqueologia da doença no cemitério histórico do Pilar-PE	PE	SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da	CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de	Arqueologia-histórica	Bioarqueologia	Cemitério do Pilar	Paleopatologia	Período holandês					
UFPE	026	2014	Dissertação	BARBOSA, M	CM-PP	Desvendando o naufrágio do vapor Bahia (1887)	PE	SOUZA, Carlos Celestino Rios e		Arqueologia Subaquática	vapor Bahia	vapor Pirapama	Naufrágio						
UFPE	027	2014	Dissertação	LUCAS, L	CM-P	Mudanças técnicas da transição pleistoceno-holoceno ao holoceno médio no interior do Nordeste: indústrias líticas da sequência arqueológica da toca do João Leite - PI	PI	LOURDEAU, Antoine		Tecnologia lítica	Transição Pleistoceno-Holoceno	Holoceno Médio	Parque Nacional Serra da Capivara						
UFPE	028	2014	Dissertação	SALDANHA, R	CM-P	Riacho das Relíquias	RN	BORGES, Lucila Ester Prado	CISNEIROS, Daniela	Material lítico	Sítio a céu aberto	Seridó							
UFPE	029	2014	Dissertação	SOUZA, G S	CM-P	A tecnologia dos grupos pré-históricos do Sítio Cipóal do Araticum (PA)	PA	OLIVEIRA, Cláudia Alves de	GUAPINDAIA, Vera	Arqueologia do Baixo Amazonas	cerâmica Konduri	cerâmica Pocó	tecnologia cerâmica						
UFPE	030	2013	Tese	BARBOSA, RJ	CM-P	Perfil gráfico das pinturas rupestres pré-históricas do Vale do Moxotó e Quadrante Nordeste da bacia hidrográfica do Pajéu	PE	PESSIS, Anne-Marie		pintura rupestre	perfil gráfico	Vale do Moxotó	Vale do Catimbau						
UFPE	031	2013	Tese	JÚNIOR, V S	CM-PP	Arqueologia da paisagem	RN	CORRÊA, Antonio Carlos de Barros	MUTZENBERG, Demétrio da Silva	Arqueologia da paisagem	Geoarqueologia	Padrões de Assentamentos	Enclave Arqueológico Granito Flores (EAGF)						
UFPE	032	2013	Tese	SENA, V	CM-P	Reconsiderando a materialidade no sítio arqueológico Macaguá I	RN	ALLEN, Scott Joseph		Materialidade	Contato	Interpretação Arqueológica							
UFPE	033	2013	Dissertação	CARDOSO, R	CM-PP	Arqueologia musealizada e cultura material	PE	OLIVEIRA, Cláudia Alves de	OLIVEIRA, Luciane Monteiro	Musealização da arqueologia	Arqueologia	Educação Patrimonial	Museus Recifenses						
UFPE	034	2013	Dissertação	FARIAS, A	CM-P	Diagênese óssea em ambiente semiárido brasileiro	RN	SULLASI, Henry Socrates Lavalle	SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da	Diagênese óssea	espectroscopia por infravermelho	microscopia por varredura	Formação do Registro Arqueológico						
UFPE	035	2013	Dissertação	FERREIRA, D	CM-PP	O turismo arqueológico em debate: diagnóstico do uso do patrimônio arqueológico no município de Carnaúba dos Dantas/ RN	RN	FERREIRA, Daniela Aparecida		Arqueologia	Arqueologia - Pesquisa	Turismo	Sítios arqueológicos - Carnaúba dos Dantas (RN)						
UFPE	036	2013	Dissertação	NOBRE, J	CM-P	Memória social e espacialidade de grupos ceramistas em Trairi, CE.	CE	MEDEIROS, Ricardo Pinto de	CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de	Memória social	Habitus	Espacialidade	Perfis Técnicos						
UFPE	037	2013	Dissertação	OLIVEIRA, S	CM-P	Figuras emblemáticas na área arqueológica da Serra da Capivara - São Raimundo Nonato - Piauí - Brasil	PI	CISNEIROS, Daniela		Arqueologia	Grafismos rupestres	Emblemático dorso-contradorso	Serra da Capivara						
UFPE	038	2013	Dissertação	REGO, H	CM-PP	As panelas de barro de Pernambuco	PE	ALLEN, Scott Joseph		Arqueologia Histórica	Panelas de Barro	Hábitos Alimentares							

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C	
						São Raimundo Nonato - PI														
UFPE	052	2011	Dissertação	PEDROZA, I	CM-P	O registro arqueológico de grupos caçadores-coletores em ambientes semiáridos	CE	CORRÊA, Antonio Carlos de Barros	MUTZENBERG, Demétrio da Silva	Registro Arqueológico	Geoarqueologia	Indústria Lítica	Grupos caçadores-coletores	Região dos Inhamuns-Ceará						
UFPE	053	2011	Dissertação	SILVA, L B	CM-PP	Arqueologia pública no seridó Potiguar	RN	RAMOS, Ana Catarina Peregrino Torres		Arqueologia Pública	Área Arqueológica do Seridó	Educação Patrimonial	Preservação Patrimonial							
UFPE	054	2011	Dissertação	SOUZA, L D	CM-P	Os grupos pré-históricos ceramistas da praia de Sabaguaba, Fortaleza/CE-Brasil	CE	OLIVEIRA, Cláudia Alves de	FAGUNDES, Marcelo	Sítios dunares	Tecnologia	Pescadores-coletores-ceramistas								
UFPEL	001	2017	Dissertação	D'ÁVILA, L	CM-P	Caminhos e Lugares	SC	MILHEIRA, Rafael Guedes	CORTELETTI, Rafael	Arqueologia Proto-Jê Meridional	Arqueologia Regional	Sistema de Assentamento	Mobilidade	Geoprocessamento						
UFPEL	002	2017	Dissertação	MACIEL, L	CM-PP	"Tem lamentos desses negros que foram enforcados aqui"	RS	RIBEIRO, Loredana		louça	cerâmica	Pelotas	Praça Cipriano Barcelos	arqueologia histórica						
UFPEL	003	2017	Dissertação	ROCHA, T	CM-PP	"Aquilo que é tirado da terra, às vezes pode matar"	MG	ALFONSO, Louise Prado		Decolonização da Arqueologia	Patrimônio Arqueológico	Comunidades	Arqueologia Pública	Arqueologia Etnográfica						
UFPEL	004	2017	Dissertação	SANHUDO, M	CM-P	Arquitetura invisível	RS	MILHEIRA, Rafael Guedes		Arqueogeofísica	cerritos	arquitetura	métodos elétricos							
UFPEL	005	2017	Dissertação	SILVA, B G	CM-P	Os sistemas de debitage e a produção de suportes predeterminados no Sítio Pré-histórico Areal	RS	SANCHES, Pedro Luis Machado	GLUCHY, Maria Farias	Tecnologia lítica	pré-história	sudoeste do Rio Grande do Sul	sistemas de debitage	suportes predeterminados	Holoceno	caçadores-coletores				
UFPEL	006	2017	Dissertação	SILVA, Li A	CM-P	O Holoceno médio na Serra Negra	MG	DIAS, Adriana Schmidt	FAGUNDES, Marcelo	Caçadores-coletores	Conjunto lítico	Serra Negra	Holoceno médio							
UFPEL	007	2017	Dissertação	SOUZA, T S	CM-PP	Preservação do patrimônio arqueológico de fronteira	URUGUAI	SALLÉS, Jaime Mujica		preservação	acervo arqueológico	diagnóstico	intervenção							
UFPEL	008	2016	Dissertação	ALMEIDA, A P	CM-PP	A ocupação Tupi no Médio Rio Doce/MG	MG	RIBEIRO, Loredana	PROUS, André	Tupi	Médio Rio Doce	colonialismo	lítico	espacialidade						
UFPEL	009	2016	Dissertação	CASCAIS, J	CM-PP	A gestão e conservação de artefatos arqueológicos metálicos	RS	CARLE, Cláudio Baptista	MILHEIRA, Rafael Guedes	Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel	gestão arqueológica	metais arqueológicos	conservação							
UFPEL	010	2016	Dissertação	DODE, S	CM-PP	A preservação de vestígios metálicos arqueológicos do século XIX provenientes de campos de batalha do sul do Brasil e Uruguai	AMÉRICA DO SUL	SALLÉS, Jaime Mujica		material arqueológico metálico	campos de batalha	conservação curativa	conservação preventiva							
UFPEL	011	2016	Dissertação	FILHO, A P	CM-P	Análise lítica e dispersão espacial dos materiais arqueológicos do Sítio Itanguá 02, Vale do Jequitinhonha - MG Átila Perillo Filho Pelotas	MG	RIBEIRO, Loredana	FAGUNDES, Marcelo	Alto Jequitinhonha	Lítico	Análise tecnológica	Itanguá 02							
UFPEL	012	2016	Dissertação	MIRANDA, S	CM-PP	Arqueologia da Cidade Velha, Cabo Verde	CABO VERDE	OLIVEIRA, Jorge Eremites de	FERREIRA, Lúcio Menezes	Cidade Velha	Arqueologia	Patrimônio arqueológico	Etnografia							

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C	
UFPEL	013	2016	Dissertação	MONTEIRO, V	CM-PP	Uma arqueologia das paisagens da escravidão na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1832-1850)	RS	FERREIRA, Lúcio Menezes		Arqueologia da Escravidão	Arqueologia da Paisagem	Arqueologia Documental	Escravidão	Pelotas (RS)	Período Monárquico					
UFPEL	014	2016	Dissertação	SANTOS, J	CM-P	Arqueologia Guarani e sistema de assentamento no extremo sul de Santa Catarina	SC	MILHEIRA, Rafael Guedes	CAMPOS, Juliano Bitencourt	Arqueologia Guarani	Litoral Sul-Catarinense	Sistema de Assentamento	Domínio do Ambiente	Contato Colonial						
UFPEL	015	2016	Dissertação	WOLFF, L	CM-PP	Seres materiais entre sons e afetos	RS	RIBEIRO, Loredana	NETO, Francisco Pereira	objetos rituais	relação humanos e não humanos	práticas afro-religiosas	arqueologia do presente							
UFPEL	016	2015	Dissertação	MACHADO, T	CM-PP	A conservação preventiva de acervos arqueológicos em metal	RS	SALLÉS, Jaime Mujica		acervos arqueológicos metálicos	conservação arqueológica	parâmetros ambientais	diagnóstico do ambiente das coleções	conservação preventiva						
UFPEL	017	2015	Dissertação	MATTOS, G	CM-PP	"Junto com nossos amigos aonde tem churrasco e chimarrão eu sou gaúcho de coração"	RS	OLIVEIRA, Jorge Eremites de	FERREIRA, Lúcio Menezes	Arqueologia	Comunidade Quilombola Fazenda Cachoeira	Etnoarqueologia	Rio Grande do Sul	Território						
UFPEL	018	2015	Dissertação	RODRIGUES, M	CM-PP	"A vida é um jogo para quem tem ancas"	RS	FERREIRA, Lúcio Menezes	RIETH, Flávia Maria Silva	Mulheres escravas	trabalho doméstico	afetividade	arqueologia da escravidão	arqueologia documental						
UFPEL	019	2014	Dissertação	LEAL, A	CM-PP	Arqueologia, museologia e conservação	RS	SALLÉS, Jaime Mujica		Gerenciamento de Dados	Documentação Museológica	Documentação Arqueológica	Documentação de procedimentos de Conservação e Restauro	Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica	Coleção Santa Bárbara					
UFPEL	020	2014	Dissertação	NUNES, D	CM-PP	Nos bares, cafés e restaurantes de Porto Alegre	RS	RIBEIRO, Loredana		arqueologia histórica	louças comerciais	modernidade	masculinidade							
UFPEL	021	2014	Dissertação	PEÇANHA, M	CM-P	Mapeamento arqueológico dos Cerritos da Lagoa do Fragata, Pelotas e Capão do Leão-RS	RS	MILHEIRA, Rafael Guedes		Arqueologia Cerritos	Mapeamento Arqueológico	Lagoa do Fragata	Preservação do patrimônio arqueológico							
UFPEL	022	2014	Dissertação	TEIXEIRA, P	CM-PP	A presença Guarani na região de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil	RS	SANCHES, Pedro Luis Machado	TEMPASS, Martín César	arqueologia	etnoarqueologia	Mbyá-Guarani	Pelotas-RS							
UFPI	001	2018	Dissertação	IGUATEMY, V	CM-PP	Paisagem social entre contextos	BA	NASCIMENTO, Ana Luísa Menezes Lage do		Patrimônio arqueológico	Paisagem social	Brejo da Brásida	Sento Sé-BA							
UFPI	002	2018	Dissertação	OLIVEIRA, A	CM-PP	A comida está servida! Um estudo das práticas alimentares na fazenda prazeres, Bertolínia - PI	PI	CARVALHO, Maria do Amparo Alves de	SOARES, Fernanda Codevilla	Arqueologia do Mundo Moderno	Alimentação	Louças	Fazenda Prazeres							
UFPI	003	2018	Dissertação	SILVA, H	ND	Análise químico-mineralógica de ocres e a busca por correlações arqueológicas com pigmentos de pinturas rupestres do sítio Pedra do Cantagalo I	PI	CAVALCANTE, Luís Carlos Duarte	FABRIS, José Domingos	Ocres	Pigmentos minerais	Óxido de ferro	Espectroscopia Mossbauer	Arqueometria						
UFPI	004	2017	Dissertação	AQUINO, R	CM-P	Entre o Sagrado e o Profano	PI	NASCIMENTO, Ana Luísa Menezes Lage do	ZARANKIN, Andrés	Penitenciária Tenente Zeca Rúben	Arqueologia	Fenomenologia husserliana, heideggeriana, pontyana								
UFPI	005	2017	Dissertação	BARRETO, A	CM-PP	O viver em arte rupestre	PI	NASCIMENTO, Ana Luísa Menezes Lage do		Arte rupestre	Antropomorfos Miniaturizados	Gênero	Serra da Capivara - PI							

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C
UFPI	006	2017	Dissertação	GUSMÃO, L	CM-PP	Nos rastros dos índios do sudeste do Piauí	PI	BORGES, Jôina Freitas		Arqueologia	História indígena	Vestígio histórico	Visibilidade						
UFPI	007	2017	Dissertação	SOUSA, L C	CM-PP	Arqueologia pública e sua práxis social	NOR-DESTE	CORREIA, Ângelo Alves	SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da	Arqueologia Pública	Capitalismo	Preservação	interação social						
UFPI	008	2017	Dissertação	SOUSA, M	CM-HC	Análise morfológica dos registros rupestres do complexo de sítios arqueológicos Poço da Onça, Piracuruca, Piauí	PI	MAGALHÃES, Sônia Maria Campelo		Grafismo rupestre	Morfologia	Simetria	Poço da Onça						
UFPI	009	2016	Dissertação	COUTINHO, H	CM-P	Geoarqueologia no litoral do Piauí	PI	CALIPPO, Flávio Rizzi		Geoarqueologia	Processos formativos	Litoral do Piauí	História Indígena						
UFPI	010	2016	Dissertação	MORAIS, J	CM-PP	"Aqui jazem" muitas histórias	PI	CARVALHO, Maria do Amparo Alves de		Cemitério	Patrimônio fúnebre	Arqueologia Histórica	Campo Maior - Piauí						
UFPI	011	2016	Dissertação	QUEIRÓS, A	CM-PP	Os grafismos rupestres da lagoa das pedras pintadas, alto santo, região do Jaguaribe, Ceará	CE	LAGE, Maria Conceição Soares Menezes	MAGALHÃES, Sônia Maria Campelo	Gravuras rupestres	Vale do Jaguaribe	arqueologia contextual							
UFPI	012	2015	Dissertação	BITENCOURT, A	CM-PP	(Con)vivendo com a pré-história	PI	LAGE, Maria Conceição Soares Menezes		Turismo arqueológico	Arte rupestre	Cocal de Teila - PI							
UFPI	013	2015	Dissertação	GONÇALVES, A	CM-P	Arqueologia no Quintal e os desafios da conservação de sítios arqueológicos no município de São José do Piauí	PI	CAVALCANTE, Luís Carlos Duarte	MAGALHÃES, Sônia Maria Campelo	Inscrições rupestres	Conservação de arte rupestre	Mito do tesouro	Conservação integrada						
UFPI	014	2014	Dissertação	RODRIGUES, P	CM-HC	Motivo rupestre como indicativo cronológico	PI	CORREIA, Ana Clélia Barradas	CAVALCANTE, Luís Carlos Duarte	Propulsor de dardos	Arte rupestre	Arqueologia pré-histórica							
UFPI	015	2014	Dissertação	SERRA, R	CM-PP	Musealização da Arqueologia	PI	SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da		Museus	Moedas Romanas	Colecionismo	Musealização da Arqueologia	Museu Dom Avelar Brandão Vi-lela	Dinastia Constantina				
UF RJ	001	2018	Tese	ANDRADE, M	CM-PP	Os olhares sobre o patrimônio arqueológico de Itaipu (Niterói/RJ)	RJ	OLIVEIRA, Maria Dulce Barcellos Gaspar de		Patrimônio arqueológico	Itaipu		Patrimônio Cultural						
UF RJ	002	2018	Tese	HISSA, S	CM-PP	O Petyn no cachimbo branco	BRASIL	LIMA, Tania Andrade		não apresenta									
UF RJ	003	2018	Tese	SILVA, Lu A	CM-PP	Os materiais de pesca fluído	RS	OLIVEIRA, Maria Dulce Barcellos Gaspar de		pesca	materiais	águas e relações							
UF RJ	004	2018	Dissertação	MAGALHÃES, A	CM	"arqueofotogrametria"	--NÃO INFORMA	OLIVEIRA, Maria Dulce Barcellos Gaspar de		Arqueologia	Fotogrametria	modelação 3D	V.A.N.T.						
UF RJ	005	2018	Dissertação	PINTO, N	CM-PP	Cultura e ritual no sambaqui de amorins	RJ	SCHEEL-YBERT, Rita		não apresenta									
UF RJ	006	2018	Dissertação	RABELO, L	CM-PP	A cultura material tupiguarani dos sítios arqueológicos de ararama (RJ)	RJ	SCHEEL-YBERT, Rita		Cultura	Cultura material	Tupinambá	Tupiguarani	Século XVI					

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C
UFRJ	007	2018	Dissertação	SILVA, A L	CM-PP	Ritual funerário no sambaqui de Amourins	RJ	OLIVEIRA, Maria Dulce Barcellos Gaspar de	LIRYO, Andersen	Sambaqui	Ritual Funerário	Estratigrafia	Atividades funerárias						
UFRJ	008	2017	Tese	GARCIA, A	CM-P	Reconhecendo diferentes fenômenos de Cerritos no Rio Grande do Sul	RS	OLIVEIRA, Maria Dulce Barcellos Gaspar de		Cerrito	Caçadores-coletores	Tecnologia Lítica	Umbu	Vieira					
UFRJ	009	2017	Dissertação	FARIA, L	CM-PP	As estrelas que se põem no Oeste	EGITO	CARVALHO, Claudia Rodrigues Ferreira de		não apresenta									
UFRJ	010	2017	Dissertação	LIMA, J	CM	Práticas de deposição na amazônia antiga	AP	GOMES, Denise Maria Cavalcante		Cerâmicas Jari e Koriabo	práticas de deposição	espacialidade	atividades domésticas e cerimoniais/funerárias	culto aos ancestrais					
UFRJ	011	2017	Dissertação	MINGATOS, G	CM-P	Caça ou Deixa Passar?	MG	OKUMURA, Maria Mercedes Martinez	KIPNIS, Renato	Teoria do Forrageamento Ótimo	Modelo de Dieta Ampliada	Caçadores-Coletores	Dieta	Zoarqueologia					
UFRJ	012	2017	Dissertação	NETO, F	CM-PP	Anverso e reverso, um jogo de símbolos	ISRAEL	CHEVITA-RESE, André Leonardo		Numismática	cultura material	Roma	Judeia	iconografia	interações				
UFRJ	013	2017	Dissertação	SILVA, J M	CM-PP	Levantamento do patrimônio arqueológico de Nova Iguaçu, Japequi, Queimados, Mesquita e Belford Roxo	RJ	CARVALHO, Claudia Rodrigues Ferreira de		Sítio arqueológico	Rio Iguaçu	Rio Santana	Tinguá e Mendanha						
UFRJ	014	2017	Dissertação	SILVA, L D	CM-P	Cestos enterrados no vale do Peruçu	MG	OKUMURA, Maria Mercedes Martinez		Fibras vegetais	Trançados vegetais	Sepultamentos	Arqueologia funerária	Depósitos vegetais					
UFRJ	015	2017	Dissertação	TAVARES, V	CM-PP	Arqueologia do Antigo Oriente Próximo no Brasil	SP	CARVALHO, Claudia Rodrigues Ferreira de		Museu de Arqueologia Bíblica	Arqueologia Bíblica	Colecionismo							
UFRJ	016	2016	Tese	COSTA, R	CM-PP	Palha e tala	BRASIL	LIMA, Tania Andrade		Tecnologia trançada	Cestaria indígena	Pré-história brasileira	Continuidades culturais	Conservação de artefatos perecíveis					
UFRJ	017	2016	Tese	LOPES, P	CM-P	Caracterização do modo de vida dos sambaquieiros que ocuparam o litoral paraense	PA	OLIVEIRA, Maria Dulce Barcellos Gaspar de		Sambaquis	Litoral Paraense	Pescador-coletor	Cerâmica						
UFRJ	018	2016	Dissertação	CARMO, R	CM-PP	Identidade e sexo	PERU	GOMES, Denise Maria Cavalcante		moche	iconografia	perspectivismo	corpo						
UFRJ	019	2016	Dissertação	COSTA, A F	CM-PP	A multifuncionalidade da cerâmica no sítio Ilha Dionísio, Alto Rio Madeira.	RO	GOMES, Denise Maria Cavalcante		Cerâmica	análise funcional	áreas de atividades	multifuncionalidade						
UFRJ	020	2016	Dissertação	DODE, M	CM-PP	Uma arqueologia das habitações coletivas do Rio de Janeiro (1880-1906)	RJ	LIMA, Tania Andrade		cortiços	habitações coletivas	Arqueologia da Arquitetura	modernidade	descontrole social					
UFRJ	021	2016	Dissertação	FARIA, E M	CM-PP	A divinização de Alexandre, o Grande	COLEÇÃO	CHEVITA-RESE, André Leonardo		divinização	Alexandre, o Grande	numismática	recepções						
UFRJ	022	2016	Dissertação	JÚNIOR, A	CM-PP	Corpo, vida e morte na Foz do rio Amazonas	AP	CARVALHO, Claudia Rodrigues Ferreira de		Foz do Amazonas	deposições funerárias/cerimoniais	osteobiografias	arqueotanatologia						
UFRJ	023	2016	Dissertação	KINSKIER, M	CM-P	Propriedades geométricas dos ossos longos	RJ	SALLES, Adilson Dias	LESSA, Andrea	Secção Transversa dos Ossos Longos	Robustez	Dimorfismo Sexual	Sambaquis	Atividades Ocupacionais					
UFRJ	024	2016	Dissertação	MUNIZ, T	CM-PP	Arqueologia Histórica no sítio aldeia (Santarém, PA)	PA	GOMES, Denise Maria Cavalcante		Arqueologia Histórica	Arqueologia Amazônia	Arqueologia da Etnicidade	Análise Cerâmica	Díaspóra					

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C
UFRJ	044	2014	Dissertação	FACURI, C	CM-HC	Oferendas aos Deuses	EGITO	BRANCA-GLION JUNIOR, Antonio		Religião egípcia	Estatuetas Votivas em Bronze	Coleção Egípcia Museu Nacional	Devoção Pessoal						
UFRJ	045	2014	Dissertação	HERINGER, P	CM	Museu como ferramenta de proteção a sítios arqueológicos	RJ	CARVALHO, Claudia Rodrigues Ferreira de		Arqueologia	Museologia	Museu de Arqueologia de Itaipu	Sítio Arqueológico Duna Grande	Patrimônio Cultural					
UFRJ	046	2014	Dissertação	SEEHAUSEN, P	CM-PP	Etnia e identidade nas estelas funerárias do egito romano	EGITO	BRANCA-GLION JUNIOR, Antonio		Egito Romano	Estelas Funerárias	Etnia	Emaramento Cultural	Identidade					
UFRJ	047	2013	Dissertação	PEREIRA, R	CM-PP	Espaço e cultura material em casas de candomblé no Rio de Janeiro	RJ	LIMA, Tania Andrade		Estudo de Cultura Material	Organização espacial	Espaços rituais e profanos							
UFRJ	048	2013	Dissertação	PINTO, L	CM-P	Além das Conchas	RJ	SHEEL-YBERT, Rita		Sambaquis	Processos Formativos	Zooarqueologia							
UFRJ	049	2013	Dissertação	RIBEIRO, A	CM-PP	Entre a teoria e a prática	PI	LIMA, Tania Andrade		Arqueologia Pública	Parque Nacional Serra da Capivara	Patrimônio Cultural							
UFRJ	050	2013	Dissertação	RIBEIRO, M	CM-P	Entre a Luminosidade e a Escuridão	RJ	LIMA, Tania Andrade		Arqueologia da Paisagem	Arqueologia da Arquitetura	História do Rio de Janeiro	Ideologia e Sociedade						
UFRJ	051	2012	Dissertação	CARVALHO, D	CM-PP	Peroleiras no Brasil	RJ	OLIVEIRA, Maria Dulce Barcellos Gaspar de	SOUZA, Marcos André Torres de	peroleiras	galeão Sacramento	Recôncavo da Baía de Guanabara	arqueometria						
UFRJ	052	2012	Dissertação	CASALLAS, J	CM-P	Constituição de uma coleção de referência arqueobotânica	COLEÇÃO	SHEEL-YBERT, Rita		fitólitos	Arqueobotânica	coleção de referência	Arqueologia						
UFRJ	053	2012	Dissertação	COELHO, A	CM	A negra fumaça	RJ	OLIVEIRA, Maria Dulce Barcellos Gaspar de	RAMOS, Renato Rodriguez Cabral	Arqueologia Histórica	Cultura Material	Escravidão							
UFRJ	054	2012	Dissertação	JUNIOR, N	CM-PP	O Arsenal de Marinha da Corte	RJ	LIMA, Tania Andrade		Arsenal de Marinha da Corte	Arsenal de Marinha Rio de Janeiro	Arqueologia da Paisagem							
UFRJ	055	2012	Dissertação	SCHERER, L	CM-P	Marcadores de estresse músculo-esquelético e mobilidade terrestre em grupos pré-coloniais líticos	SC	LESSA, Adriana	SALLES, Adilson	Paleoepidemiologia	Marcadores de Estresse Músculo-Esquelético (MEM)	Membros inferiores	Mobilidade Terrestre	Grupos Pré-Coloniais Litorâneos					
UFRJ	056	2012	Dissertação	SILVA, F M	CM-P	Paleoetnobotânica na Amazônia Central	AMAZÔNIA	SHEEL-YBERT, Rita	SHOCK, Myrtle Pearl	Paleoetnobotânica	Amazônia	Sementes							
UFRJ	057	2012	Dissertação	TAVARES, R	CM-PP	Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX	RJ	LIMA, Tania Andrade		Arqueologia da diáspora africana	Mercado de escravos do Valongo	Cemitério dos Pretos Novos							
UFRJ	058	2011	Dissertação	BANDEIRA, B	CM-P	Estudo das faianças portuguesas recuperadas nas escavações no Paço Imperial - Praça XV de Novembro	RJ	LIMA, Tania Andrade		faiança portuguesa	Paço Imperial	arqueologia urbana	análise distribucional	fórmula South					
UFRJ	059	2011	Dissertação	D'ALMEIDA, C	CM-PP	A Arqueologia para além dos limites antropocêntricos	--NÃO INFORMA	CARVALHO, Claudia Rodrigues Ferreira de		não apresenta									
UFRJ	060	2011	Dissertação	DEMINCIS, R	CM-HC	Desconstruindo Tradições	SUDESTE	OLIVEIRA, Maria Dulce Barcellos Gaspar de	LIMA, Antônio Carlos de Souza	Etnoarqueologia Social	Sociedades tribais remotas ou indígenas	fontes historiográficas	documentos arqueológicas	Contato colonial	Tradições tecnológicas	Paisagem regional			
UFS	061	2018	Tese	NUNES, V	CM-PP	Cultura material e território eclesiástico	SE	QUEIROZ, Alberico Nogueira de		Zooarqueologia	Zooiconografia	Cultura Material Católica	Território Eclesiástico						

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C	
UFS	002	2018	Tese	PINTO, K	CM-PP	"Quem anda na terra alheia, pisa o chão devagar"	AL	GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa		Comunidade	Arqueologia Urbana	Arqueologia Pública	Centro Histórico	Pós-Colonialismo						
UFS	003	2018	Tese	ROCHA, L	CM-P	Uma perspectiva sobre a indústria lítica da região central do Rio Grande do Norte	RN	MELLO, Paulo Jobim de Campos		Lítico	indústria lobeira-baleeira	tecnico-econômico	Rio Grande do Norte							
UFS	004	2018	Tese	VIANNA, V	CM-P	Dinâmicas culturais e ambientais na praia de Jericoacoara, Jijoca de Jericoacoara, Ceará-Brasil	CE	MARTINELLI, Suley Gleyde Amâncio	LUNA, Duely Cristina Albuquerque de	Processos de formação do registro arqueológico	sítios em ambientes de dunas	variabilidade artefactual em palimpsestos								
UFS	005	2018	Dissertação	ACUÑA, C	CM-PP	Ambientes funerários e a contribuição para novas leituras arqueológicas	CHILE	ALMEIDA, Fernando Ozorio de		materialismo histórico	arqueosemiótica	cabeças pirografadas (Lagenaria siciliaria)	materialidade visual	iconografia	identidades	gênero e ideologia	Deserto do Atacama			
UFS	006	2018	Dissertação	ALMEIDA, T	CM-PP	"O que ocultam as cabacas?"	SE	CARVALHO, Olívia Alexandre de		Ética	Remanescentes humanos	Museu de Arqueologia do Xingó	documentação	conservação						
UFS	007	2018	Dissertação	FERREIRA, C	CM-PP	A respeito dos mortos	PE	GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa		Arqueologia da Paisagem	Práticas Sociais	Sertão Central Pernambucano								
UFS	008	2018	Dissertação	JESUS, L	CM-PP	Arqueologia da paisagem caiçista no município de Parnamirim/PE	IRÃ	PELLINI, José Roberto		Arqueologia	Jardins	Irã	Pérsia	Narrativa	Sensos					
UFS	009	2018	Dissertação	KATER, T	CM-PP	Jardins persas	RO	ALMEIDA, Fernando Ozorio de		Lugares significativos e persistentes	Cerâmica arqueológica	Paisagem	História indígena							
UFS	010	2018	Dissertação	LOPES, R C A	CM-HC	O sítio Teotônio e as reminiscências de uma longa história indígena no Alto Rio Madeira	AM	ALMEIDA, Fernando Ozorio de		Arqueologia Amazônica	Tradição Polícroma da Amazônia	História Indígena de longa duração								
UFS	011	2018	Dissertação	SANTOS, R	CM-P	A tradição policroma da Amazônia no contexto do Médio Rio Solimões (AM)	BA	MARTINELLI, Suley Gleyde Amâncio	ETCHERVARNE, Carlos Alberto	Arte rupestre	Tradição geométrica	Grafismos geométricos	Noção de gramática							
UFS	012	2018	Dissertação	SANTOS, T	CM-PP	Os grafismos geométricos do complexo arqueológico Serra das Paridas, em Lençóis, Bahia	SE	BECKER, Evaldo		Arqueologia Pública	Estudos de Impacto Ambiental	Desenvolvimento Sustentável								
UFS	013	2017	Tese	FILHO, S	CM-P	Era no tempo do coronel... "eu não concordo muito com isso não!"	BA	MARTINELLI, Suley Gleyde Amâncio	QUEIROZ, Albérico Nogueira de	Complexo Rupestre Rio do Peixe	Tradição São Francisco	Temática Dominante	Coronel João Sá - BA	Nordeste do Brasil						
UFS	014	2017	Tese	SILVA, J	CM-P	Sítios gráficos e apropriação de espaços	SE	CARVALHO, Olívia Alexandre de	QUEIROZ, Albérico Nogueira de	Sítio Justino	Ambientes Funerários	Adornos	Contato							
UFS	015	2017	Dissertação	PAGNOSSI, N	CM-PP	Arqueologia da prataria Mapuche	CHILE	ALMEIDA, Fernando Ozorio de		Prataria Mapuche	arqueologia de gênero	etnoarqueologia								
UFS	016	2017	Dissertação	PÉREZ, N	CM-PP	Sensorialidad en instrumentos musicales prehispánicos de la cultura Tumaco del suroccidente colombiano	COLÔMBIA	PELLINI, José Roberto		Arqueologia sensorial	Arqueomusicologia	Scanner 3D	Sonoridades							
UFS	017	2017	Dissertação	SILVA, F N	CM-PP	A Arqueologia no licenciamento ambiental em Sergipe	SE	DURAN, Leandro Domingues		Aracaju	Arqueologia da paisagem	Arqueologia marítima	Arqueologia urbana							

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C
UFS	0188	2017	Dissertação	VIEIRA, B	CM-PP	Construção da paisagem araca-juana	PI	MELLO, Paulo Jobim de Campos	DURAN, Leandro Domingues	Fazenda São Victor	Arqueologia Pública	Colaborativida- dade	Escravidão						
UFS	019	2016	Dissertação	ARAÚJO, G	CM-PP	Diário de uma península	BA	PELLINI, José Roberto		Arqueologia da Paisagem	Arqueologia Sensorial	Península de Marauá	Fenomenologia						
UFS	0220	2016	Dissertação	FONTES, M	CM-P	Aplicabilidades e contribuições da Paleogenética à Arqueologia	PE	CARVALHO, Olívia Alexandre de		Paleopatologia	Arqueogenética	Antropologia Biológica	Bioarqueologia						
UFS	021	2016	Dissertação	NASCIMENTO, G	CM-PP	A cor na arte rupestre do sítio Lagoa da Velha (Morro do Chapéu, Bahia)	BA	PELLINI, José Roberto		Pintura rupestre	Cores	Paisagem	Fenomenologia	Sensos					
UFS	0222	2016	Dissertação	OLIVEIRA, J	CM-PP	Os habitantes do rio e as missões religiosas no sertão pernambucano	PE	DURAN, Leandro Domingues		Arqueologia missioneira	paisagem fluvial	rio São Francisco							
UFS	0223	2016	Dissertação	ROCHA, D	CM-PP	Entre os morros e as figuras	MA	PELLINI, José Roberto		Gravuras Rupestres	Arqueologia da Paisagem	Documentação 3D	Maranhão						
UFS	0224	2015	Dissertação	CARDOSO, C	CM-PP	A aplicação de resina consolidante e a arqueofauna nas práticas funerárias do sítio arqueológico Justino, Canindé de São Francisco, Sergipe, Brasil	SE	QUEIROZ, Alberico Nogueira de	KLÖKLER, Daniela Magalhães	Arqueofauna	Ave	Contexto Funerário	Enterramentos	Furão					
UFS	0225	2015	Dissertação	COSTA, A G	CM-P	Contextos e práticas funerárias no Baixo Tapajós	PA	CARVALHO, Olívia Alexandre de	MORAES, Claide de Paula	Contextos Funerários	Sepultamentos em Urnas	Arqueotana- tologia	Sítio Paraná de Arau- é-pá	Baixo Tapajós					
UFS	0226	2015	Dissertação	COUTINHO, J	CM-PP	Arqueologia dos gestos na indústria lítica do sítio Colônia Miranda	SE	MELLO, Paulo Jobim de Campos		Colônia Mi- randa	arqueologia dos gestos	Sergipe	antropologia das téc- nicas						
UFS	0227	2015	Dissertação	GHIGGI, V	CM-PP	A linguagem simbólica nas pinturas parietais da Fazenda Mundo Novo - Sergipe	SE	SANTOS, Je- nilton Fer- reira		Arte Rupestre	Arqueologia Contextual	Semiótica	Signo	Arqueologia					
UFS	0228	2015	Dissertação	GUSMÃO, D	CM-PP	Sítios arqueológicos de naufrágios da Baía de Todos os Santos, Salvador-BA	BA	RAMBELLI, Gilson		Arqueologia de Ambientes Aquáticos	Sítios Arqueoló- gicos de Naufrá- gios	Gestão do Pa- trimônio Cul- tural Subaqua- tático	Clipper Blackadder						
UFS	0229	2015	Dissertação	QUEIROZ, L	CM-PP	Água fria é no pote do Cariri cearense	CE	GUIMARAES, Márcia Barbosa da Costa		Etnoarqueologia	Agência	Tecnologia Cerâmica							
UFS	0330	2015	Dissertação	REIS, A	CM-P	Implicações da tafonomia no estudo bioarqueológico de indivíduos provenientes do sítio Justino, Canindé-SE	SE	CARVALHO, Olívia Alexandre de	MARTINELLI, Suely Gleyde Amancio	Tafonomia	Preservação Óssea	Arqueotana- tologia							
UFS	0331	2015	Dissertação	ROSA, R	CM-PP	Sergipe no contexto da Segunda Guerra Mundial (1942)	SE	RAMBELLI, Gilson		Arqueologia de Ambientes Aquáticos	Arqueologia His- tórica	Segunda Guerra Mun- dial	Sergipe						
UFS	0332	2015	Dissertação	SANTOS, H	CM-PP	Patrimônio arqueológico musealizado em Sergipe	SE	MENDONÇA, Elizabete de Castro		Patrimônio Arqueológico	Gestão de Coe- lões	Documentação Museoló- gica	Disseminação de In- formação	Museus da Uni- versidade Fede- ral de Sergipe					
UFS	0333	2015	Dissertação	SANTOS, M	CM-PP	Palimpsestos do sítio Ruínas do Teatro	SE	GUIMARAES, Márcia Barbosa da Costa		Sedimentação Urbana	Modernidade	Dinâmica So- cial	Ruínas do Teatro	Fundição Munk					

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TENDÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C
UFS	034	2014	Dissertação	GOULART, L	CM-P	Tecnotipos instrumentais	BIBLIOGRÁFICO	RAMBELLI, Gilson		Teoria e Método em Arqueologia	Processos de formação em Arqueologia	Arqueologia em Ambientes Aquáticos							
UFS	035	2014	Dissertação	JÚNIOR, V J	CM-P	Processos de formação arqueológicos de sítios de naufrágios	SE	MELLO, Paulo Jobim de Campos		Instrumentos Líticos	Análise Tecnofuncional	Tecnotipos	Esquemas de Funcionamento						
UFS	036	2014	Dissertação	SILVA, R C	CM-PP	Nem tudo que reluz é vidro	BA	GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa		Arqueologia Histórica	Mudança Social	Consumo	Artefatos vitreos						
UFS	037	2014	Dissertação	SIMÕES, F	CM	Arqueologia da paisagem nas dunas holocênicas	SE	GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa		Sítios Dunares	Arqueologia Litorânea	Litoral de Sergipe							
UFS	038	2014	Dissertação	VASCONCELOS, M	CM-PP	Artefatos em ferro de origem terrestre	RS	MENDONÇA, Elizabete de Castro	SALLÉS, Jaime Mujica	Conservação arqueológica	Artefatos em ferro	Sítio Charqueada Santa Bárbara							
UFS	039	2014	Dissertação	VERAS, N	CM-PP	Práticas de saúde e modernidade na cidade de Paranaíba, Piauí (1850 a 1930)	PI	GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa		Consumo	Pharmacia do Povo	Práticas Sociais	Vidros e Frascos de Medicamentos						
UFS	040	2013	Dissertação	COSTA, M	CM-PP	Arqueologia de ambientes aquáticos no Egito	EGITO	RAMBELLI, Gilson	QUEIROZ, Albérico Nogueira de	Arqueologia em Ambientes Aquáticos	Arqueologia Egípcia	Oásis							
UFS	041	2013	Dissertação	COSTA, T	CM-PP	A Arqueologia como instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico	SE	CAVALCANTI-BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa		Pesquisa arqueológica	preexistência arquitetônica	restauração arquitetônica	"Quarteirão dos Trapiches"	Programa Monumenta	Laranjeiras/SE				
UFS	042	2013	Dissertação	DIAS, J	CM-PP	Ares, águas e lugares	BA	CAVALCANTI-BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa	ETCHERVARNE, Carlos Alberto	Arqueologia Urbana	História Urbana	Salubridade	Canalizações de esgoto	Salvador					
UFS	043	2013	Dissertação	FILHO, S	CM-HC	Nas águas do velho Chico	BA	MARTINELLI, Suley Gleyde Amâncio		Pintura rupestre	Temática dominante	Subtradição Sobradinho	Sobradinho - BA	Sento Sé - BA					
UFS	044	2013	Dissertação	FREIRE, L	CM-PP	Pintura rupestre	NORDESTE	RAMBELLI, Gilson		Arqueologia de ambientes aquáticos	Patrimônio Cultural Subaquático	Multivocalidade	Baixo rio São Francisco						
UFS	045	2013	Dissertação	NOVAES, L	CM-PP	A morte visível e a vida invisível	BA	GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa		Arqueologia da Religião	Paisagem Sagrada	Enseada de Água de Meninos	Exu						
UFS	046	2013	Dissertação	PINTO, K	CM-PP	Arqueologia e conformação de identidades das comunidades indígenas do Nordeste	AL	MELLO, Paulo Jobim de Campos	ZARANKIN, Andrés	Arqueologia Pública	Arqueologia Relacional	Multivocalidade	Índios do Nordeste						
UFS	047	2013	Dissertação	PORTO, O	CM-PP	Arqueologia marítima / subaquática da 2ª Guerra Mundial	NORDESTE	RAMBELLI, Gilson		Arqueologia das Guerras Mundiais	Arqueologia Histórica	Arqueologia marítima	Arqueologia de Naufrágios						
UFS	048	2013	Dissertação	RAMALHO, J	CM-P	O artesanato da pedra lascada no sítio Cajueiro, Correntina-BA	BA	MELLO, Paulo Jobim de Campos		Tecnologia Lítica	Cadeia Operatória	Tecno-Funcional	Pré-História do Planalto Central - Brasil						
UFS	049	2013	Dissertação	SANTANA, A	CM	Datação por radiocarbono-AMS do Sítio Arqueológico Justino, Camindé de São Francisco, Sergipe	SE	ROSA, Maria de Lourdes da Silva	QUEIROZ, Albérico Nogueira de	Sítio Arqueológico Justino	14C	MAS							
UFS	050	2013	Dissertação	SANTANA, E	CM-P	Enterros desviantes no registro arqueológico	NORDESTE	CARVALHO, Olívia Alexandre de		Práticas Funerárias	Sepultamentos Humanos	Deposições Atípicas	Traumas	Violência					

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C	
UFS	051	2013	Dissertação	SILVA, J	CM-P	O corpo e os adereços	--NÃO INFORMA	CARVALHO, Olívia Alexandre de		Sítio Justino	Ritual Funerário	Sepultamentos Humanos	Adornos	Contas						
UFS	052	2013	Dissertação	SOUZA, V	CM-P	Particularidades e similaridades do registro Rupestre da fazenda mundo novo em Canindé de São Francisco - SE	SE	MARTINELLI, Suely Gleyde Amâncio		Pré-história	Grafismos Rupestres	Xingó	Sergipe	Fazenda Mundo Novo						
USP	001	2018	Tese	BACO, H	CM-PP	A cerâmica pintada Guarani	SP	FACCIO, Neide Barroca		Desenho Cerâmico Guarani	Estrutura	Interpretação Arqueológica	Operações de Sime- tria							
USP	002	2018	Tese	CARVALHO, P	CM-PP	Visibilidade do negro	MT	SILVA, Fabíola Andréa		Diápora africana	Remanescente de quilombo	Arqueologia do abandono	Arqueologia colaborativa	Visibilidade						
USP	003	2018	Tese	HORA, J	CM	A cerâmica de figuras negras tasienses no contexto arqueológico	GRÉCIA	KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau		Tasos	Cerâmica de figuras negras tasienses	contexto arqueológico	Ártemis	feminino						
USP	004	2018	Tese	JUNIOR, F	CM-P	A história indígena profunda do sambaqui Monte Castelo	AMAZÔNIA	NEVES, Eduardo Góes		Sambaquis da Amazônia	Primeiras Cerâmicas	Geoarqueologia	Construção de Paisagens	História Indígena						
USP	005	2018	Tese	MONACO, V	CM-PP	Redes de interação entre gregos e não gregos	SICÍLIA GREGA	FLORENZANO, Maria Beatriz Borba		frúion	contato e redes	paisagem e identidade	organização do espaço	percepção do sistema monetário						
USP	006	2018	Tese	NETO, C	CM-HC	A fase Bacabal e seus correlatos arqueológicos no sudoeste da Amazônia	AMAZÔNIA	NEVES, Eduardo Góes		não apresenta										
USP	007	2018	Tese	PEREIRA, D	CM-P	Arqueologia da paisagem aplicada ao estudo dos sítios arqueológicos na bacia do rio Turvo-Grande	SP	FACCIO, Neide Barroca		Arqueologia da paisagem	Contexto arqueológico regional	Bacia do rio Turvo-Grande	Sistema Regional de Povoamento	Norte do estado de São Paulo						
USP	008	2018	Tese	PEREZ, G	CM-P	Arqueologia paulista e o marcador cerâmico como delimitador de fronteira étnica	SP	AFONSO, Marisa Coutinho	MOTA, Lúcio Tadeu	Arqueologia Paulista	Tradição Tupi-guarani	Tradição Itararé-Taquara	SIG	Fronteira Cultural						
USP	009	2018	Tese	SALLUM, M	CM-PP	Colonialismo e ocupação tupiniquim no litoral sul de São Paulo	SP	SILVA, Fabíola Andréa	SILLIMAN, Stephen W	Hibridismo	Arqueologia do colonialismo	Arqueologia Tupi	Material colonial	Identidade indígena						
USP	010	2018	Tese	SILVA, J L	CM-P	Arqueologia e semiótica do espaço dos templos de Judá em seu contexto levantino	ISRAEL	KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau		arqueologia e semiótica do espaço	Levante	Idade do Ferro	templos	Judá						
USP	011	2018	Tese	TAMANHA, E	CM-P	Um panorama comparativo da Amazônia no ano 1000	AMAZÔNIA	NEVES, Eduardo Góes		Arqueologia Amazônica	Banco de Dados Georreferenciado	Análise Espacial	Cronologia das Ocupações	Tradições Cerâmicas						
USP	012	2018	Dissertação	BARROS, A	CM-P	Caçadores-coletores do médio vale do Paranabi, Minas Gerais	MG	ALVES, Márcia Angelina		Caçadores-coletores	Tecnologia lítica	Cadeia Operatória	Sistema Tecnológico	Médio vale do Paranaíba						
USP	013	2018	Dissertação	BARTQUINI, B	CM-PP	A flora nos vasos de linha fina Moche: marcadores ambientais e localizadores	PERU	MURRIETA, Rui Sérgio Sereni		Moche	iconografia	paisagem	localizadores	ecótopos						
USP	014	2018	Dissertação	CARDOSO, J	CM-P	O sítio costeiro Galheta IV: uma perspectiva zooarqueológica	SC	FIGUTI, Levy		Arqueologia Costeira	Zooarqueologia	Galheta IV	Sambaquis	Jê						

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curto)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C	
USP	015	2018	Dissertação	CHIM, E	CM-P	Zoarqueologia da Lapa Grande de Taquaraçu	MG	WESOLOWSKI, Veronica		Zoarqueologia	Método em Arqueologia	Holoceno Inicial	Lagoa Santa	Lapa Grande de Taquaraçu						
USP	016	2018	Dissertação	CROSSA, A	CM-P	Aprovisionamento de matérias-primas líticas pelos caçadores-coletores da região de Dourado, SP	SP	FIGUTI, Levy	ARAUJO, Asolfo Gomes de Mello	Aprovisionamento de matérias-primas líticas	Geoarqueologia	Arqueomineologia	Povoamento inicial do Brasil	Dourado	Sítio Bastos					
USP	017	2018	Dissertação	FURQUIM, L	CM-P	Arqueobotânica e mudanças socioeconômicas durante o Holoceno Médio no sudoeste da Amazônia	AMAZÔNIA	NEVES, Eduardo Góes	SHOCK, Myrtle Pearl	Arqueologia Amazônica	Período Formativo	Determinismo Agrícola	Arqueobotânica							
USP	018	2018	Dissertação	KOZLOWSKI, I, H	CM-P	Modelagem preditiva e ocupação jê meridional na encosta catarinense	SC	DEBLASIS, Paulo		Jê Meridional	Enconsta Catarinense	Mata Atlântica	Modelagem Preditiva	Sistemas de Informação Geográfica						
USP	019	2018	Dissertação	LIMA, R A	CM-P	As colunas de Héraclides/Melqart no final da Idade de Bronze	PENÍNSULA IBÉRICA	KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau		Gádír	Tartésicos	Fenícios	urbanidade	Paisagem	SIG					
USP	020	2018	Dissertação	MANGUEIRA, R	CM-P	Cartas arqueológicas para a cidade de São Paulo	SP	PORTO, Vagner Carvalho	ARAUJO, Asolfo Gomes de Mello	Arqueologia Urbana	Modelo de Pontencial Arqueológico	Cidade de São Paulo								
USP	021	2018	Dissertação	PERISATO, F	CM-PP	Elêusis no Império Romano	GRÉCIA	KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau		Mistérios de Elêusis	Grécia romana	Arqueologia da Paisagem								
USP	022	2018	Dissertação	RICCI, O	CM-P	Microartefatos e análise geoarqueológica	SP	ARAUJO, Asolfo Gomes de Mello		Microartefatos	Geoarqueologia	Pré-história	Sítios paleoíndios							
USP	023	2018	Dissertação	SILVA, B L	CM-P	Sistema de assentamento proto-jê meridional no Alto Rio Canoas	SC	DEBLASIS, Paulo		Jê Meridional	Sistema de Assentamento	Tradição Taquara-Itararé	GIS	Arqueologia Regional						
USP	024	2018	Dissertação	SILVA, J A	CM-HC	Contatos entre populações andinas e amazônicas do Período Tardio (1000d.C.-1532d.C.)	PERU	SUÑER, Marcia Maria Arcuri		Arqueologia	Coelções Cerâmicas	Andes	Alta Amazônia	Peru						
USP	025	2018	Dissertação	SILVA, K	CM-P	Análise micromorfológica do processo de formação do sítio arqueológico sol de Campinas do Acre - AC	AC	VILLAGRAN, Ximena S		Micromorfologia do solo	Amazônia	estruturas monticulares								
USP	026	2017	Tese	CAROMANO, C	CM-P	Botando lenha na fogueira	AMAZÔNIA	MURRIETA, Rui Sérgio Sereni		Fogo como Cultura Material	Arqueologia do Fogo	Arqueologia Amazônica	Asurini do Rio Xingu							
USP	027	2017	Tese	CASCON, L	CM-PP	Indo à raiz da questão	AMAZÔNIA	MURRIETA, Rui Sérgio Sereni		Asurimi do Xingu	Roça	Plantas Cultivadas	Microetnobotânica	Etnoarqueologia						
USP	028	2017	Tese	CUSTODIO, C	N-CM	A pólis como 'coisa'	MEDITERRÂNEO	HIRATA, Elaine Farias Veloso		pólis	apólis	análise espacial	planejamento urbano	redes						
USP	029	2017	Tese	DELFORGE, A	CM-P	O sítio arqueológico Cerâmica Preta	MG	ALVES, Márcia Angelina		Arqueologia Comportamental	Arqueologia Experimental	cerâmica arqueológica	tradições ceramistas brasileiras	redução	queima de cerâmica em fogueira rasa	simbologia da tecnologia cerâmica	semiologia da queima			
USP	030	2017	Tese	GARCIA, L	CM-PP	Paisagens do médio-baixo Xingu	AMAZÔNIA	SILVA, Fabíola Andréa		arqueologia na T.I. Koatinemo	paisagem	história indígenas no médio-baixo Xingu								
USP	031	2017	Tese	JACOME, C	CM-PP	Dos Waiwai aos Pócco	AMAZÔNIA	ARAUJO, Asolfo Gomes de Mello		Arqueologia	Povos Indígenas	Paisagem	Cerâmica Arqueológica	Bacia do rio Trombetas	Amazônia	Brasil	Guianas			

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curto)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C	
USP	032	2017	Tese	MAGESTE, L	CM-P	Cronologia e Variabilidade	SUDESTE	ARAUJO, Astolfo Gomes Mello		Arqueologia Brasileira	Tupiguarani	Transmissão Cultural	Zona da Mata mineira	Complexo Lagunar de Araruama						
USP	033	2017	Tese	MARTIRE, A	NA	Ciberarqueologia em Vipsasca	PORTUGAL	FLEMING, Maria Isabel D'Agostino		Ciberarqueologia	Realidade Virtual	Mineração	Simulação	Arqueologia Romana						
USP	034	2017	Tese	SANTOS, V	N-CM	Pedras artesanais	MG	BRUNO, Maria Cristina Oliveira	ZARANKIN, Andrés	Materialidade	Painéis de pedra-sabão	Artesãos	Arqueologia	História de Minas Gerais						
USP	035	2017	Tese	SILVA, B S	CM-PP	Descobrimdo a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública	RS	VASCONCELOS, Camilo de Mello		não apresenta										
USP	036	2017	Tese	TOLEDO, G	CM-PP	Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica	BIBLIOGRÁFICO	BRUNO, Maria Cristina Oliveira		Musealização da Arqueologia	Conservação arqueológica	Patrimônio arqueológico	Preservação							
USP	037	2017	Dissertação	BRANDÃO, L	CM-PP	Musealização da arqueologia	--NÃO INFORMA	BRUNO, Maria Cristina Oliveira		Arqueologia	Patrimônio	Musealização da Arqueologia	Sociomuseologia	Ecomuseu Sítio do Físico						
USP	038	2017	Dissertação	CATANIO, I	CM-PP	A casa focéia	MEDITERRÂNEO	FLORENZANO, Maria Beatriz Borba		casa	identidade	apoikia	focues	Mediterrâneo Ocidental						
USP	039	2017	Dissertação	CORREA, L	CM-P	As indústrias líticas do Holoceno no interior paulista	SP	ARAUJO, Astolfo Gomes Mello		lítico	caçador-coletor	São Paulo	Holoceno							
USP	040	2017	Dissertação	CRIS-TANTE, M	CM-P	Práticas funerárias de grupos de línguas tupi-guarani	BRASIL	AFONSO, Marisa Coutinho		grupos Tupi-nambá e Guarani	contextos funerários	cerâmica	remanescentes humanos							
USP	041	2017	Dissertação	FELI-ZARDO, A	CM-P	Abrigo Maximiano	--NÃO INFORMA	ARAUJO, Astolfo Gomes Mello		não apresenta										
USP	042	2017	Dissertação	GARCIA, D	CM-P	Processos formativos de um sítio costeiro	SP	AFONSO, Marisa Coutinho		Sambaquis	Indústrias Líticas	Processos Formativos								
USP	043	2017	Dissertação	GIUSTO, M	CM-P	Os sambaquieiros e os outros	SC	WESOLOWSKI, Veronica		Bioarqueologia	Sambaqui	Estilo de vida	Estresse Fisiológico Sistêmico							
USP	044	2017	Dissertação	LEAL, S	CM-P	Uso da cartografia e da geomorfologia na construção de mapas de potencial arqueológico	SP	ARAUJO, Astolfo Gomes Mello		Sítios pré-coloniais	Vale do Paraíba	Geoarqueologia	Pindamonhangaba	Modelos preditivos						
USP	045	2017	Dissertação	MOTA, D	CM-P	O material da cultura	PA	SILVA, Fabíola Andréa	RIZZUTTO, Marcia	Tecnologia	Cerâmica	Amazônia	Arqueometria	Características de Performance						
USP	046	2017	Dissertação	PEIXOTO, R	CM-PP	Técnica urbana ortogonal e teoria da poesia oral	ITÁLIA	FLORENZANO, Maria Beatriz Borba		Hipodamo de Mileto	Mégara Hibleia	técnica ortogonal	poesia oral							
USP	047	2017	Dissertação	SILVA, E N	CM-PP	Objetos e imagens no Marajó antigo	PA	KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau		Fase marajoara	tangas	iconografia								
USP	048	2017	Dissertação	SILVA, L R	CM-PP	A'ANGA ETE MA-imagens verdadeiras do passado	SP	AFONSO, Marisa Coutinho		cerâmica Tupi	iconografia	estilos regionais								
USP	049	2017	Dissertação	STABILE, R	CM-P	Ossos do ofício	SP	WESOLOWSKI, Veronica		marcadores de estresse ocupacional	marcadores de comprometimento articular	osteotrozes	estresse mecânico	modo de vida	sambaquis	pescadores-coletores				
USP	050	2017	Dissertação	VANIN, M	CM-P	Corinto e Siracusa	MEDITERRÂNEO	HIRATA, Elaine Farias Veloso		Arqueologia Social	Arqueologia Espacial	Corinto	Siracusa	Estado	Proto-Estado	Urbanização	Comunidade Política	Poltéia	Espaço Construído	
USP	051	2016	Tese	ACHA, M	CM-PP	Um estudo etnoarqueológico sobre o pastoreio em Santa Maria, Argentina	ARGENTINA	SILVA, Fabíola Andréa		Pastoreio	Mobilidade	Paisagem	Noroeste Argentino	Etnoarqueologia						

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C
USP	070	2015	Tese	PY-DANIEL, A	CM-P	Os contextos funerários na arqueologia da calha do rio Amazonas	AMAZÔNIA	FIGUTI, Levy		não apresenta									
USP	071	2015	Tese	SILVA, R P	CM-PP	A interação cultural entre Judaísmo e Helenismo a partir da organização do espaço	ÁSIA OCIDENTAL	HIRATA, Elaine Farias Veloso		arqueologia clássica	judaísmo	sinagoga	religião	encontro cultural					
USP	072	2015	Tese	SUNER, R	CM-P	Arqueologia Tupi no Médio Ji-Paraná (RO)	RO	NEVES, Eduardo Góes		Arqueologia da Amazônia	Arqueologia do médio rio Ji-Paraná	Sudoeste Amazônico	Arqueologia Tupi	Características de Performance					
USP	073	2015	Dissertação	BELLETTI, J	CM-HC	Arqueologia do Lago Tefé e a expansão policroma	AM	NEVES, Eduardo Góes		Tradição Polícroma	Fase Tefé	Lago Tefé	Variabilidade Arqueológica	Cerâmica					
USP	074	2015	Dissertação	DAMIN, P	CM-P	Identificação e mapeamento de antigas áreas de moradia quilombolas	SP	ARAUJO, Astolfo Gomes Mello		Quilombos do Vale do Ribeira/SP	Arqueologia Histórica	Ecologia Histórica	Arqueologia da Paisagem	Unidades domésticas campesinas					
USP	075	2015	Dissertação	FLORES, R	NA	Uso de recursos vegetais em Lapa Grande de Taguaçu	MG	ARAUJO, Astolfo Gomes Mello	CECCANTINI, Gregório Cardoso Tápías	Amido	Lagoa Santa	sangue	semente	Taguaçu					
USP	076	2015	Dissertação	HACKBART, P	CM-PP	Repatriamento e afirmação político-identitária de comunidades indígenas em Aripu...	MT	VASCONCELOS, Camilo de Mello		Repatriamento	Gestão do Patrimônio	Cinta Larga	Arara do Rio Branco	Mato Grosso					
USP	077	2015	Dissertação	HATTORI, M	CM-PP	Arqueologia em áreas de conflito	BRASIL	VASCONCELOS, Camilo de Mello		Conflitos	Cemitérios rurais	Arqueologia de contrato	patrimônio cultural	licenciamento ambiental					
USP	078	2015	Dissertação	MAGALHÃES, W	CM-P	Estudo arqueométrico dos sítios arqueológicos Inhazinha e Rodrigues Furtado	MG	ALVES, Márcia Angelina		Arqueologia	Arqueometria	Cerâmica	Fornos	Cayapó					
USP	079	2015	Dissertação	MONGELÓ, G	CM-PP	O formativo e os modos de produção	RO	NEVES, Eduardo Góes		arqueologia amazônica	Teotônio	Fase Massanaga	Período Formativo	pré-cerâmico					
USP	080	2015	Dissertação	OPPITZ, G	CM-P	Coisas que mudam	SC	DEBLASIS, Paulo		isótopos estáveis	Práticas mortuárias	Mudança	Sítios conchíferos	Litoral catarinense					
USP	081	2015	Dissertação	PENNA, T	CM-P	Por uma arqueologia marginal	SC	DEBLASIS, Paulo		Georadar	GPR	GNSS-RTK	Sensoriamento Remoto	Sambaquis					
USP	082	2015	Dissertação	PERROTTA, R	CM-HC	Caracterização da indústria cerâmica do sítio Bianco (Itapeva-SP)	SP	ARAUJO, Astolfo Gomes Mello		arqueologia Tupi	cerâmica Tupi-guarani	Vale do Parapanema	Oeste Paulista	Itapeva					
USP	083	2015	Dissertação	RASTEIRO, R	CM-HC	Arqueologia dos Jê da Bacia do Rio Grande	SUDESTE	AFONSO, Marisa Coutinho		Grupos Jê	História Indígena	Bacia do Rio Grande							
USP	084	2015	Dissertação	SANTOS, J G	CM-HC	Cronologia e mudança cultural na RDS Amanã (Amazonas)	AM	NEVES, Eduardo Góes		Fase Caiambé	Tradição Borda Incisa	RDS Amanã							
USP	085	2015	Dissertação	SILVA, M A	CM-PP	Memórias e histórias no sudoeste amazônico	RO	VASCONCELOS, Camilo de Mello		arqueologia amazônica	patrimônio arqueológico	história oral	educação em museus	memória					
USP	086	2015	Dissertação	SILVA, M E	CM-P	Sítio Limeira, Guarapari / ES	ES	ALVES, Márcia Angelina		Arqueologia da paisagem	paleoambiente	indústria lítica	paleoambiente	datação por C14	Guarapari-ES				
USP	087	2015	Dissertação	SOARES, D	CM-PP	Xamanismo e cosmovisão andina	PERU	SUNER, Marcia Maria Arcuri		Arqueologia	Andes	Mochica	Iconografia	Xamanismo					
USP	088	2015	Dissertação	TRINDADE, T	CM-P	Geoglifos, zanjas ou earthworks?	RO	NEVES, Eduardo Góes		geoglifos	zanjas circundantes	estruturas de terra antropogênicas	arqueologia amazônica	SIG					

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C	
USP	089	2014	Tese	BESPALEZ, E	CM-HC	As formações territoriais na terra indígena Lalima, Miranda/MS	MS	SILVA, Fabíola Andréa		Arqueologia	Etnoarqueologia	História Indígena	Terra Indígena Lalima/Miranda/MS/Pantanal	Fase Jacadigo/Tradição Pantanal						
USP	090	2014	Tese	CARBONERA, M	CM-HC	A ocupação pré-colonial do alto Rio Uruguai, SC	SC	ALVES, Márcia Angelina	LOPONTE, Daniel Marcello	Alto rio Uruguai	Cerâmica	Contatos culturais	Guarani	Itararé-taquara						
USP	091	2014	Tese	CORRÊA, A	CM-HC	Pindorama de mboia e takaré	BRASIL	SILVA, Fabíola Andréa		Arqueologia Brasileira	Arqueologia Tupi	Cerâmicas Tupi	Tronco Linguístico Tupi	Linguística Histórica	Etnoistória	História de Longa Duração				
USP	092	2014	Tese	FUZINATO, D	ND	Múmias e cupins	SP	MORAIS, José Luiz de	MEN-DONÇA, Maria Cristina Nunes de	arqueologia funerária	antropologia forense	cupins	múmias	Mosteiro da Luz						
USP	093	2014	Tese	GUEDES, C	CM-P	A semântica dos signos na arte rupestre	BRASIL	FIGUTI, Levy		Arte rupestre	sinais	comportamentos simbólicos	cognição	dispositivos rupestres						
USP	094	2014	Tese	HERING, C	CM-P	Um código pictórico em comum	CENTRO-NORTE AMERICA	ARCURI, Marcia M		código pictórico	arqueologia cognitiva	arqueologia do Sudoeste	expressões simbólicas em arqueologia	cosmografia						
USP	095	2014	Tese	KOOLE, E	CM-P	Entre as tradições planálticas e meridionais	MG	DEBLASIS, Paulo		Paleoíndio	abrigo natural	lítico	ponta de projétil	alto rio São Francisco						
USP	096	2014	Tese	LIMA, L	CM-PP	A Arqueologia e os indígenas na escola	PR	FUNARI, Pedro Paulo de Abreu		Arqueologia Pública	Educação Patrimonial	Estudos de público	Escola							
USP	097	2014	Tese	SALVIO, V	CM-PP	Os conjuntos gráficos pré-históricos do centro e norte mineiros	MG	AFONSO, Marisa Coutinho		Minas Gerais	estilo	associação temática	tradição							
USP	098	2014	Tese	SIMÕES, C	CM-P	O panorama da ocupação sambaquieira no arquipélago de Ilhabela, SP	SP	DEBLASIS, Paulo		Paisagem	Litoral	Ilhabela	Sambaquis	Jê						
USP	099	2014	Tese	ZUSE, S	CM-HC	Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no Alto rio Madeira, Rondônia	RO	ALVES, Márcia Angelina		variabilidade artefactual	alto rio Madeira	história indígena	diversidade cultural							
USP	100	2014	Dissertação	ALBERTO, L	CM-PP	Registros rupestres de São Paulo	SP	BRUNO, Maria Cristina Oliveira		Musealização da Arqueologia	Registros Rupestres	Catologação								
USP	101	2014	Dissertação	ALMEIDA, J	CM-PP	Um deus a céu aberto	GRÉCIA	FLORENZANO, Maria Beatriz Borba		Diônisos	Teatro Grego	Arquitetura Teatral	Pólis	Paisagem						
USP	102	2014	Dissertação	AMARANTE, C	CM-PP	Refletindo sobre musealização	SP	CURY, Mariá Xavier		musealização da arqueologia	arqueologia marítima	arqueologia pública	estudos de recepção em museu	museu em arqueologia						
USP	103	2014	Dissertação	CAMPOS, A	CM-PP	Arqueologia e Educação	SP	HIRATA, Elaine Farias Veloso		Arqueologia	Educação	Patrimônio	Engenho São Jorge dos Erasmos	Museu						
USP	104	2014	Dissertação	CAVALLINI, M	CM-P	As gravuras rupestres da bacia do baixo rio Urubu	AM	ALVES, Márcia Angelina		gravuras rupestres	arqueologia amazônica	rio Urubu	contextualização da arte rupestre	datação relativa						
USP	105	2014	Dissertação	CHAVES, M	CM-PP	Legado e patrimônio	ÁFRICA	SALUM, Maria Heloisa Leuba		África	Arqueologia	Cultura material	Museus	África central	Nigéria					
USP	106	2014	Dissertação	FIGUEIREDO, M	CM-PP	Política e religião no Tahuantinsuyu Inca	PERU	FLEMING, Maria Isabel D'Agostino		Inca	Cerâmica	Iconografia Religiosa	Religião	Política						
USP	107	2014	Dissertação	GASPAR, M	CM-P	A cerâmica arqueológica na terra indígena Kaiabi (MT/PA)	BRASIL	SILVA, Fabíola Andréa		Kaiabi	Tecnologia	Cerâmica	Características de Performance	Estilo Tecnológico						
USP	108	2014	Dissertação	GREGORI, A	CM-PP	Comunicação visual na antiguidade cristã	IMPÉRIO ROMANO	FLEMING, Maria Isabel D'Agostino		Cristianismo	Iconografia	Arqueologia da Imagem	Arte Paleocristã	Cristianização do Império Romano						

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C	
USP	109	2014	Dissertação	LIMA, M	CM-HC	O rio Unini na Arqueologia do baixo rio Negro, Amazonas	AM	NEVES, Eduardo Góes		Arqueologia dos rios Negro e Unini	Cerâmicas Pocó-Açutuba/Borda In-cisa	Unidades de Conservação								
USP	110	2014	Dissertação	LOPES, M	CM-P	Ocupação Tupinambá no vale do Paraíba Paulista	SP	AFONSO, Marisa Coutinho		arqueologia Tupi	cerâmica Tupi-guarani	Tupinambá	Vale do Paraíba Paulista	paisagem vale-paraibana						
USP	111	2014	Dissertação	MARTIN, V	CM-PP	Os sentidos da monumentalidade em sítios gregos da Idade do Ferro Inicial	GRÉCIA	HIRATA, Elaine Farias Veloso		Arquitetura	Monumentalidade	Arqueologia da Paisagem	Casas de Chefe	Grécia Balcânica						
USP	112	2014	Dissertação	MENDES, D	CM-P	Tecnologia lítica no Médio Parana-panema	SP	VILHENA-VIALOU, Águeda		não apresenta										
USP	113	2014	Dissertação	SILVA, V	CM-PP	Os velhos caminhos de Congonhas numa perspectiva de educação patrimonial	--NÃO INFORMA	ALVES, Márcia Angelina		não apresenta										
USP	114	2014	Dissertação	SOUZA, J C	CM-P	Cognição e cultura no mundo material	BRASIL	ARAUJO, Asolfo Gomes Mello		Arqueologia Cognitiva	Tecnologia Lítica	Tradição Itaparica	Tradição Umbu	Lagoa Santa	Holoceno Inicial					
USP	115	2014	Dissertação	SOUZA, T	CM-P	Pedras e tintas que contam histórias	MT	DEBLASIS, Paulo		Contextos Funerários	informalidade lítica	intencionalidade	arte rupestre	abrigo rochoso						
USP	116	2013	Tese	ALMEIDA, F O	CM-P	A Tradição Polícroma no alto rio Madeira	AMAZÔNIA	NEVES, Eduardo Góes		Arqueologia do Alto Rio Madeira	Tradição Polícroma da Amazônia	Subtradição Tupinambá da Amazônia	Tronco Linguístico Tupi	Família linguística Tupi-Guarani						
USP	117	2013	Tese	BEHELLI, R	CM-P	Os santuários nas apoikias do Ocidente	MEDITERRÂNEO	FLORENZANO, Maria Beatriz Borba		Arqueologia clássica	arqueologia da paisagem	santuários gregos	apoikias do Ocidente	SIG						
USP	118	2013	Tese	CORDEIRO, S	CM-PP	Transversal do tempo	N.I.	HIRATA, Elaine Farias Veloso		Imagem	Audiovisual	Paisagem	Cidade	Arqueologia						
USP	119	2013	Tese	MANZATO, F	CM-PP	Socialização do patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo	SP	FUNARI, Pedro Paulo de Abreu		Arqueologia	Turismo	Arqueotur	Turismo Arqueológico	Memória	Identidade	Socialização do Patrimônio Arqueológico	Partes Interessadas			
USP	120	2013	Tese	MORAES, C	CM-P	Amazônia ano 1000	AM	NEVES, Eduardo Góes		Arqueologia Amazônica	fase Paredão	Tecnologia Cerâmica	Análise Espacial	Conflito e "Determinismo Agrícola"						
USP	121	2013	Tese	SANTOS, I	CM	A Lusitania e a Iberia	PENÍNSULA IBÉRICA	FLEMING, Maria Isabel D'Agostino		Lusitania	urbanização romana	fóruns	Conimbriga	Ammaia						
USP	122	2013	Tese	SOUZA, G N	CM-P	Estudo das lâminas de pedra polidas do Brasil	BRASIL	AFONSO, Marisa Coutinho		Arqueologia Brasileira	Machados de Pedra	Lâminas de Pedra Polida	Arqueologia Experimental	Tupiguarani						
USP	123	2013	Dissertação	ABRAMO, M	CM-PP	Estruturas portuárias nas apoikias da Magna Grécia e Sicília entre os séculos VIII	MEDITERRÂNEO	FLORENZANO, Maria Beatriz Borba		Portos Antigos	Comércio grego	Movimento expansionista grego	Mediterrâneo grego	Sicília e Magna Grécia						
USP	124	2013	Dissertação	AMBIEL, V	CM-P	Estudos de Arqueologia Forense aplicados aos remanescentes humanos dos primeiros	SP	ARAUJO, Asolfo Gomes Mello		Monumento à Independência	Imperadores do Brasil	Monarquia	século XIX	Arqueologia Histórica						
USP	125	2013	Dissertação	COSTA, H	CM-P	Arqueologia do Estado do Espírito Santo	ES	FÁCCIO, Neide Barroca		Arqueologia do Estado do Espírito Santo	Musealização da arqueologia	História da Arqueologia	Gestão do patrimônio arqueológico	formação do registro arqueológico						
USP	126	2013	Dissertação	HORA, J	CM-PP	A expansão urbanística de Siracusa nos séculos VI e V a.C	ITÁLIA	HIRATA, Elaine Farias Veloso		Siracusa	tiranía	pólis	monumentalidade	colonização						
USP	127	2013	Dissertação	SILVA, A R	CM-PP	A arqueologia da África através dos editoriais	BIBLIOGRÁFICO	SALUM, Maria Heloisa Leuba		África Austral	África Central	Comunicação científica: Arqueologia	"Descolonização da Arqueologia Africana"	História da Arqueologia						
USP	128	2013	Dissertação	TAUHYL, A	CM-PP	Alfabetização do olhar	SP	HIRATA, Elaine Farias Veloso		Educação	Patrimônio	Museu	Arqueologia Pública	Arqueologia Mediterrânica						

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C	
USP	1 2 9	2013	Dissertação	TESSARO, P	CM-PP	Pedaços de uma Paulicéia espalhados pela Urbe	SP	BRUNO, Maria Cristina Oliveira		Arqueologia Urbana	Musealização	Arqueologia com a Cidade	Quadra 090	Paulicéia						
USP	1 3 0	2013	Dissertação	TRONCOSO, L	CM-P	Um estudo arqueometalúrgico dos artefatos resgatados do Arraial de São Francisco	MT	SCATAMACHIA, Maria Cristina Mineiro		Arqueologia Histórica	Arqueometalurgia	Mineração Colonial	tecnologia cerâmica	Mato Grosso						
USP	1 3 1	2012	Tese	ALFONSO, L	CM-PP	Arqueologia e Turismo	BRASIL	FUNARI, Pedro Paulo de Abreu		Arqueologia	Turismo Arqueológico	Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático	Inclusão Social	Educação Patrimonial						
USP	1 3 2	2012	Tese	BANDEIRA, A	CM	Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís - MA	MA	ALVES, Márcia Angelina		Paisagem	Cronologia	Cerâmica	Sítios	São Luís						
USP	1 3 3	2012	Tese	CARVALHO, M	CM-PP	Nos caminhos da Serra	SP	UCHOA, Dorath Pinto		Arqueologia Histórica	Serra da Cantareira	patrimônio Histórico	Taipa	Casas Bandeiristas	Cinturão Agrícola					
USP	1 3 4	2012	Tese	CORTELETTI, R	CM-P	Projeto arqueológico Alto Canoas - Paraca	SC	DEBLASIS, Paulo		Taquara-Itararé	Jê Meridional	Análises de Grão de Amido e Fitólitos	Arqueologia da Paisagem e SIG	Santa Catarina						
USP	1 3 5	2012	Tese	FRANCISCO, G	CM-HC	Panatenais	GRÉCIA	SARIAN, Haiganuch		Âforas panatenais	Prêmio	Cerâmica Grega	Tipologia Arqueológica	Arqueologia Clássica						
USP	1 3 6	2012	Tese	GUIMARÃES, A	CM	Aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico do município de Iranduba	AM	NEVES, Eduardo Góes		Arqueologia	Turismo	Interpretação Patrimonial	Gestão do Patrimônio Arqueológico							
USP	1 3 7	2012	Tese	MARQUES, S	CM	Paisagens reveladas	SP	BRUNO, Maria Cristina Oliveira		Quilombos do Vale do Ribeira/SP	Arqueologia da Paisagem	Musealização da Arqueologia	Patrimônio	Caboclos						
USP	1 3 8	2012	Tese	RIBEIRO, D	CM	A musealização da Arqueologia	BRASIL	BRUNO, Maria Cristina Oliveira		Musealização da Arqueologia	Fluxos de Informação	Diagnóstico Museológico	Museu de Arqueologia do Xingó	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville						
USP	1 3 9	2012	Tese	SILVA, A S N	CM-P	Bacanga, Paço do Lumiar e Panaquatira	MA	ALVES, Márcia Angelina		Arqueologia	Pré-história	Lítico	Sambaqui	Maranhão						
USP	1 4 0	2012	Tese	VALLE, R	CM-P	Mentes graníticas e mentes areníticas	AMAZÔNIA	NEVES, Eduardo Góes		baixo rio Negro	gravuras rupestres	variabilidade gráfica	perfis estilísticos	documentação visual	complexo mito-ritual do Jurupari					
USP	1 4 1	2012	Dissertação	ALMEIDA, F G	CM-PP	Terra de Quilombo	SP	SILVA, Fabíola Andréa		Território	Quilombola	Mandira	Etnoarqueologia	Patrimônio cultural						
USP	1 4 2	2012	Dissertação	AMARAL, D	CM-PP	Loiça de barro do Agreste	PE	SILVA, Fabíola Andréa		Arqueologia Histórica	Etnoarqueologia	Cerâmica de Produção Local/Regional	Matriz de Correlatos	Loiça de Barro	Agreste Pernambucano					
USP	1 4 3	2012	Dissertação	BACO, H	CM-P	Arqueologia Guarani e experimental no Baixo Parapanema Paulista	SP	FACCIO, Neide Barroca		Arqueologia Experimental	Cerâmica Guarani	Baixo Parapanema	Sistema de Ocupação Guarani	Variabilidade Cerâmica						
USP	1 4 4	2012	Dissertação	BELEM, F	CM-P	Do seixo ao zoólito. A indústria lítica dos sambaquis do sul catarinense	SC	DEBLASIS, Paulo		Sambaquis	Litoral Sul Brasileiro	Indústria LÍTICA	Sistema de Assentamento							
USP	1 4 5	2012	Dissertação	CARVALHO, P	CM-PP	A travessia atlântica de árvores sagradas	MT	SALUM, Maria Heloisa Leuba		arqueologia	paisagem	etnologia	diáspora africana	cultos afro-brasileiros	Negro brasileiro	remanescentes de quilombo				
USP	1 4 6	2012	Dissertação	COSTA, B	CM-P	Levantamento arqueológico na reserva de desenvolvimento sustentável (RDS)	AM	NEVES, Eduardo Góes		Arqueologia Amazônica	RDS Amanã	Levantamento Arqueológico	Cronologia Cerâmica	Sítio Boa Esperança	Sítio Bom Jesus					
USP	1 4 7	2012	Dissertação	CUSTODIO, C	CM-P	Khóra e Ásty nas pólis gregas do Ocidente	ITÁLIA	HIRATA, Elaine Farias Veloso		Selinonte	espaço	território	pólis	colonização						
USP	1 4 8	2012	Dissertação	FISCHER, P	CM-P	Os moleques do morro e os moleques da praia	SP	FIGUTI, Levy		Bioarqueologia	infância	Hipoplasia Linear de Esmalte Dentário	Mortalidade infantil	Estilo de vida						

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curta)	TENDÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C	
USP	149	2012	Dissertação	GARCIA, L	CM-HC	Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins	AMAZÔNIA	SILVA, Fabíola Andréa		arqueologia amazônica	interflúvios Xingu-Araguaia-Tocantins	história indígena	cerâmica	estilo tecnológico	fases Itacaiunas e Carapanã					
USP	150	2012	Dissertação	KOCH, S	CM	Os santuários de Asclépio	GRÉCIA	FLORENZANO, Maria Beatriz Borba		não apresenta										
USP	151	2012	Dissertação	MAGESTE, L	CM-HC	Entre estilo e função	MG	ARAÚJO, Astolfo Gomes Mello		Arqueologia	Tupiguarani	Zona da Mata mineira	Variabilidade							
USP	152	2012	Dissertação	MARTIRE, A	CM-P	Arqueologia da paisagem mineira romana	PENÍNSULA IBÉRICA	FLEMING, Maria Isabel D'Agostino		Mineração	Metalurgia	Tecnologia	Paisagem	Roma						
USP	153	2012	Dissertação	SOUZA, J G	CM-P	Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro	RS	DEBLASIS, Paulo		arqueologia mortuária	montículos funerários	centros cerimoniais	sociedades complexas	Jê do Sul						
USP	154	2012	Dissertação	TABONE, D	CM-P	Paisagem sagrada e paisagem política	ITÁLIA	HIRATA, Elaine Farias Veloso		Arqueologia da Paisagem	Grécia Antiga	Gela	Espaços sagrados							
USP	155	2012	Dissertação	TAMANHA, E	CM-HC	Ocupação polícroma no baixo e médio rio Solimões, estado do Amazonas	AM	NEVES, Eduardo Góes		Arqueologia Amazônica	Tradição Polícroma da Amazônia	Fase Guarita	Rio Solimões							
USP	156	2012	Dissertação	VILLALVA, D	CM-PP	Emissários do vento	PERU	FLEMING, Maria Isabel D'Agostino		não apresenta										
USP	157	2011	Tese	ARAÚJO, S	CM-P	Conhecer para preservar	SP	MORAIS, José Luiz de		arqueologia brasileira	Parapananema superior	inclusão social do patrimônio arqueológico	cenários de ocupação humana							
USP	158	2011	Tese	BAETA, A	CM-PP	Os grafismos rupestres e suas unidades estilísticas no Carste de Lagoa Santa e Serra	MG	DEBLASIS, Paulo		Arte Rupestre	Carste de Lagoa Santa	Serra do Cipó	unidades Estilísticas	Crono-Estilística						
USP	159	2011	Tese	MACEDO, J	CM-PP	Os nós da arqueologia	RJ	ANDREATA, Margarida Davina		Arqueologia Histórica	Arqueologia Simétrica	Cultura Material	Cristãos-Novos	Marranismo						
USP	160	2011	Tese	PONTIM, R	CM-P	A Tradição Tupiguarani na Bacia do Alto Tocantins	GO	AFONSO, Marisa Coutinho		Tupiguarani	Tocantins	Salvamento	Usina Hidrelétrica	Cultura Material						
USP	161	2011	Tese	WICHERS, C	CM-PP	Patrimônio arqueológico paulista	SP	BRUNO, Maria Cristina Oliveira		São Paulo	Musealização da Arqueologia	Sociomuseologia	Arqueologias Pós-Processuais	Educação Patrimonial						
USP	162	2011	Dissertação	BASTOS, M	CM-PP	Cristianização dos espaços na antiguidade tardia	ISRAEL	FLEMING, Maria Isabel D'Agostino	TAL, Oren	Cristianização dos espaços	lamparinas discus	mutiladas	Apollonia-Arsuf							
USP	163	2011	Dissertação	DINIZ, S	CM-PP	Os santuários de Hera enquanto elementos do espaço políade	GRÉCIA	FLORENZANO, Maria Beatriz Borba		não apresenta										
USP	164	2011	Dissertação	FILHO, A C	CM-PP	Ânfora de Apolo	GRÉCIA, TURQUIA	FLEMING, Maria Isabel D'Agostino		Iconografia	Cerâmica Orientalizante	Cíclades	"Meliana"	Grécia Balcânica	Mesopotâmia	Jônia				
USP	165	2011	Dissertação	LAKY, L	CM-PP	Olímpia e os Olímpieia	GRÉCIA	FLORENZANO, Maria Beatriz Borba		Olímpia	Zeus Olímpio	Olimpiéion	Tiranía	Helenidade						
USP	166	2011	Dissertação	MADEIRA, A	CM-PP	A educação Mexica	MÉXICO	ARCURI, Marcia M		Mesoamérica	Mexica	Educação	Ritual	Político						
USP	167	2011	Dissertação	PEREIRA, D	CM-P	Arqueologia guarani na bacia do rio Santo Anastácio-SP	SP	MORAIS, José Luiz de		Arqueologia Guarani	Análise Cerâmica	Bacia do Rio Santo Anastácio	Manchas Pretas	Bacia do Paranã/Parapananema						
USP	168	2011	Dissertação	SA, L	CM-PP	Arqueologia preventiva e socialmente responsável	PA	BRUNO, Maria Cristina Oliveira		Arqueologia	Educação	Musealização	Licenciamento Ambiental	Baixo Amazonas						

IES	#	ANO	T/D	AUTORIA (curto)	TEN-DÊNCIA	TÍTULO	REGIÃO	ORIENTAÇÃO	CO-ORIENTAÇÃO	1ºP-C	2ºP-C	3ºP-C	4ºP-C	5ºP-C	6ºP-C	7ºP-C	8ºP-C	9ºP-C	10ºP-C
USP	169	2011	Dissertação	SALLUM, M	CM-P	Estudo do gesto em material cerâmico do sítio Gramado - município de Brotas / SP	SP	AFONSO, Marisa Coutinho		cerâmica tupiguarani	experimentação	gesto	arqueologia paulista	brotas	sítio gramado	vale do tietê	cadeia operatória		
USP	170	2011	Dissertação	SANTOS, C	CM-PP	Programa de gestão do patrimônio arqueológico de São Sebastião - SP	SP	SCATAMACHIA, Maria Cristina Mineiro		Gestão do patrimônio arqueológico	Arqueologia Pública	Sistemas de informação	Arqueologia municipal	Arqueologia em São Sebastião, SP					
USP	171	2011	Dissertação	SANTOS, F	CM-P	Sítios líticos no interior paulista	SP	MARANCA, Sílvia		Caçadores-coletores	sistemas de assentamento	mobilidade	variáveis ambientais	centro oeste paulista	pré-história brasileira	cadeia operatória	sítios líticos		
USP	172	2011	Dissertação	SANTOS, V	CM-PP	Os artesãos da pedra	MG	BRUNO, Maria Cristina Oliveira		Arqueologia Simétrica	História de Minas Gerais	Museologia	Patrimônio Arqueológico	Vasilhas de pedra-sabão					
USP	173	2011	Dissertação	TOLEDO, G	CM-PP	A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste	RS	BRUNO, Maria Cristina Oliveira		Fronteira	Estância	Museus	Arqueologia Histórica	Patrimônio					

7.2 APÊNDICE II – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS SOBRE FORMAÇÃO E MOBILIDADE

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILIDADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILIDADE doutorado	MOBILIDADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
001	ABRAMO, M	USP	2013	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Psicologia	PUCSP				
002	ACHA, M	não se aplica	não se aplica	não se aplica	USP	2016	0,25	0,25	Ciências Sociais	UNESP				
003	ACUÑA, C	UFS	2018	1	não se aplica	não se aplica	não se aplica	1	História	UAH	Pedagogia	UAH		
004	AIROZA, M	UFPA	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Museologia	UFPA				
005	ALBERTO, L	USP	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNESP				
006	ALCÂNTARA, T	UFPE	2015	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
007	ALENCAR, R	UFPE	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFPE				
008	ALFONSO, L	~unicamp	2006	não se aplica	USP	2012	0,25	0,25	Turismo	PUC Campinas				
009	ALMEIDA, A S	~usp	2007	não se aplica	USP	2015	0	0	História	UNESP				
010	ALMEIDA, A P	UFPeI	2016	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Ciências Sociais	UFMG				
011	ALMEIDA, A Q	UFMG	2012	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Ciências Sociais	UFMG				
012	ALMEIDA, F G	USP	2012	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Ciências Sociais	USP				
013	ALMEIDA, F O	~usp	2008	não se aplica	USP	2013	0	0	História	USP				
014	ALMEIDA, J	USP	2014	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UFJF				
015	ALMEIDA, T	UFS	2018	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Museologia	UFRR				
016	ALVES, D	UFPA	2012	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFPA				
017	ALVES, L	USP	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Oceanografia	CSJT				
018	ALVES, R	UFPE	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	FUNESO				
019	AMARAL, A	~ufff	2007	não se aplica	UFPE	2015	0,75	0,75	História	UFJF				
020	AMARAL, D	USP	2012	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
021	AMARANTE, C	USP	2014	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNISANTOS	Pedagogia	CSJT		
022	AMATUZZI, L	UFRJ	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFRJ				
023	AMBIEL, V	USP	2013	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNIFAI				
024	ANDRADE, M	UFPI	2012	não se aplica	UFRJ	2018	0,75	0,75	Turismo	UFPA				
025	AQUINO, R	UFPI	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
026	ARAUJO, G	UFS	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UESC				
027	ARAUJO, S	~usp	2006	não se aplica	USP	2011	0	0	Estudos Sociais	FACHI				
028	ARNALDO, E	UFPE	2012	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
029	AZEVEDO, E	~unicamp	2009	não se aplica	UFRJ	2015	0,5	0,5	História	UFF	Artes	UERJ		
030	AZEVEDO, L	UFRJ	2014	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFRGS				
031	AZULAI, L	UFPA	2018	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Museologia	UFPA				
032	BACO, H	USP	2012	0,25	USP	2018	0	0,125	Geografia	UNESP				
033	BAETA, A	~ufmg	1998	não se aplica	USP	2011	0,5	0,5	História	PUC Minas				
034	BANDEIRA, A	~usp	2008	não se aplica	USP	2012	0	0	História	UEMA				
035	BANDEIRA, B	UFRJ	2011	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFPR				
036	BARBOSA, A	UFPA	2014	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Geografia	UFAC				
037	BARBOSA, M	UFPE	2014	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
038	BARBOSA, R J	~ufpe	2007	não se aplica	UFPE	2013	0	0	Secretariado Executivo	ESURP	Formação de Professores do Ensino do 2º Grau	FAFIRE	Ciências Sociais	FAFIRE
039	BARBOSA, R F	UFPE	2012	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UFAL				
040	BARRETO, A	UFPI	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Pedagogia	FAEPI	Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre	UFPI		
041	BARROS, A	USP	2018	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Artes Visuais	FAMEC				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
042	BARTAQUINI, B	USP	2018	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Jornalismo	Mackenzie				
043	BARTHEL, S	~ufpe	2007	0	UFPE	2015	0	0	Arquitetura e Urbanismo	UFPE				
044	BASSI, F	não se aplica	não se aplica	não se aplica	USP	2016	1	1	Letras	UNIBO				
045	BASTOS, M	USP	2011	0,75	USP	2016	0	0,375	História	FURG				
046	BECELLI, R	~usp	2006	não se aplica	USP	2013	0	0	Arquitetura e Urbanismo	Mackenzie	História	USP		
047	BELEM, F	USP	2012	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
048	BELLETTI, J	USP	2015	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFPEl				
049	BÉLO, P	UFPE	2012	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFPE				
050	BERRA, J	~usp	2003	não se aplica	UFPE	2015	0,75	0,75	?	?				
051	BESPALEZ, E	~usp	2009	não se aplica	USP	2014	0	0	História	UFMS				
052	BINA, T	~usp	2009	não se aplica	USP	2015	0	0	História	USP				
053	BITENCOURT, A	UFPI	2015	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UESPI	Gastronomia	IFPI		
054	BITTAR, V	UFRJ	2014	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Ciências Biológicas	UFF				
055	BORGES, D	UFRJ	2015	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UNIR				
056	BRANDÃO, L	USP	2017	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFMA				
057	BRITO, F	UFPE	2011	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UFRN				
058	BRITO, P	UFRJ	2015	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFOP				
059	CABRAL, M	~puhrs	2005	não se aplica	UFPA	2014	0,75	0,75	Comunicação Social	PUCRS	História	UFRGS		
060	CAMPELLO, C	UFPE	2012	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Arquitetura e Urbanismo	FAUPE				
061	CAMPOS, A	USP	2014	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UFF				
062	CAMPOS, C	UFRJ	2014	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Ciências Sociais	NEWTON	Letras	UNIBH		
063	CARBONERA, M	~unisinos	2008	não se aplica	USP	2014	0,75	0,75	História	UNOCHA-PECÓ				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
064	CARDOSO, C	UFS	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFS				
065	CARDOSO, J	USP	2018	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Ciências Biológicas	UNISUL				
066	CARDOSO, R	UFPE	2013	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Filosofia	CESJF	História	CEUCLAR		
067	CARMO, R	UFRJ	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFRJ				
068	CAROMANO, C	~ufrj	2010	não se aplica	USP	2017	0,5	0,5	Ciências Sociais	USP				
069	CARVALHO, D	UFRJ	2012	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Ciências Sociais	UFRJ				
070	CARVALHO, M	~usp	1999	não se aplica	USP	2012	0	0	História	USP				
071	CARVALHO, P	USP	2012	0	USP	2018	0	0	Ciências Sociais	USP				
072	CASALLAS, J	UFRJ	2012	1	não se aplica	não se aplica	não se aplica	1	?	UNAL				
073	CASCAIS, J	UFPEl	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Conservação e Restauro	UFPEl				
074	CASCON, L	~ufrj	2010	não se aplica	USP	2017	0,5	0,5	História	UFC				
075	CATANIO, I	USP	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Ciências Sociais	USP				
076	CAVALLINI, M	USP	2014	1	não se aplica	não se aplica	não se aplica	1	Letras	UNIBO				
077	CHAVES, M	USP	2014	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Educação Artística	FAAM				
078	CHIARINI, J	UFRJ	2014	1	não se aplica	não se aplica	não se aplica	1	Arqueologia	UNIPD				
079	CHIM, E	USP	2018	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Arqueologia	FURG				
080	COELHO, A	UFRJ	2012	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFRJ				
081	CORDEIRO, S	~usp	2007	não se aplica	USP	2013	0	0	Arquitetura e Urbanismo	USP				
082	CORRÊA, A	~usp	2009	não se aplica	USP	2014	0	0	História	UFJF				
083	CORREA, L	USP	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNIMEP				
084	CORREDOR, Y	UFRJ	2015	1	não se aplica	não se aplica	não se aplica	1	Antropologia	UNAL				
085	CORREIA, M	UFPE	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFPE				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
086	CORTELETTI, R	~unisinos	2007	não se aplica	USP	2012	0,75	0,75	História	UFSM				
087	COSTA, A G	UFS	2015	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Ciências Sociais	ULBRA				
088	COSTA, A F	UFRJ	2016	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UNIR				
089	COSTA, B	USP	2012	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Ciências Sociais	UFMG				
090	COSTA, H	USP	2013	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFES				
091	COSTA, M	UFS	2013	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFS				
092	COSTA, R	~ufpe	2010	não se aplica	UFRJ	2016	0,75	0,75	História	UFAL				
093	COSTA, T	UFS	2013	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Arquitetura e Urbanismo	UNIT				
094	COUTINHO, H	UFPI	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFPI				
095	COUTINHO, J	UFS	2015	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Arqueologia	PUCGO				
096	CRISTANTE, M	USP	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
097	CROSSA, A	USP	2018	1	não se aplica	não se aplica	não se aplica	1	Antropologia	UDELAR				
098	CRUZ, C	UFPE	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFPE				
099	CUSTODIO, C	USP	2012	0,25	USP	2017	0	0,125	História	UNESP				
100	D'ALMEIDA, C	UFRJ	2011	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Filosofia	UFRJ				
101	DAMIN, P	USP	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
102	D'ÁVILA, L	UFPEl	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Ciências Sociais	UFRGS				
103	DELFORGE, A	~pucminas	2010	não se aplica	USP	2017	0,5	0,5	Educação Artística	USP				
104	DEMINICIS, R	UFRJ	2011	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UFF				
105	DIAS, J	UFS	2013	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Ciências Sociais	UFBA	Antropologia	UFBA		
106	DINIZ, S	USP	2011	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNESP				
107	DODE, M	UFRJ	2016	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Arqueologia	FURG				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
108	DODE, S	UFPeI	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Ciências Domésticas	UFPeI	Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis	UFPeI		
109	DUARTE, C	~usp	2010	não se aplica	USP	2015	0	0	Arquitetura e Urbanismo	Mackenzie				
110	DUARTE, J	UFPE	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Comunicação Social	UFPE	Arqueologia	UFPE		
111	FACURI, C	UFRJ	2014	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Letras	USP				
112	FARIA, E S	~ufpa	2009	não se aplica	UFPA	2016	0	0	História	UFPA				
113	FARIA, E M	UFRJ	2016	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UNIFAL				
114	FARIA, L	UFRJ	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UFRRJ				
115	FARIAS, A	UFPE	2013	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Ciências Biológicas	UEPB				
116	FELIZARDO, A	USP	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Administração de Empresas	FECAP				
117	FERNANDES, G	UFPA	2014	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UVA				
118	FERREIRA, C	UFS	2018	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UCSal				
119	FERREIRA, D	UFPE	2013	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Turismo e Hotelaria	UnIFACEF				
120	FERREIRA, F	UFPA	2016	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UNIFRAN				
121	FERREIRA, L	UFPA	2012	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Museologia	UFBA				
122	FIGUEIREDO, M	USP	2014	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	PUCSP				
123	FILHO, A C	USP	2011	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Filosofia	USP				
124	FILHO, A P	UFPeI	2016	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Humanidades	UFVJM				
125	FILHO, S	UFS	2013	0,5	UFS	2017	0	0,25	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
126	FISCHER, P	USP	2012	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNICSUL				
127	FLORES, R	USP	2015	?	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	?	?				
128	FONSECA, D	UFPA	2015	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Ciências da Religião	UEPA				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
129	FONTES, M	UFS	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFS				
130	FRANCISCO, G	~usp	2007	não se aplica	USP	2012	0	0	História	USP				
131	FREIRE, L	UFS	2013	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNIT				
132	FREITAS, Y	UFPE	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFPE				
133	FURQUIM, L	USP	2018	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
134	FUZINATO, D	~portugal	2005	não se aplica	USP	2014	1	1	Medicina	CUSABC				
135	GALLO, D	~portugal	2010	não se aplica	USP	2015	1	1	Ciências Sociais	UDISTRITAL	História	UNAL		
136	GARCIA, A	~ufsm	2012	não se aplica	UFRJ	2017	0,75	0,75	Geografia	UFPEl				
137	GARCIA, D	USP	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Ciências Sociais	USP				
138	GARCIA, L	USP	2012	0,75	USP	2017	0	0,375	História	PUCGO				
139	GASPAR, M	USP	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Ciências Sociais	USP				
140	GHIGGI, V	UFS	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UNIPAR	Arqueologia	UFS		
141	GIUSTO, M	USP	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
142	GOMES, R	UFPA	2013	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFPA				
143	GONÇALVES, A	UFPI	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Biologia	UFPI				
144	GOULART, L	UFS	2014	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Comunicação Social	Mackenzie				
145	GREGORI, A	USP	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
146	GUEDES, C	~usp	2009	não se aplica	USP	2014	0	0	História	UFRJ				
147	GUIMARÃES, A	~uesc	2003	não se aplica	USP	2012	0,75	0,75	Turismo	UNIFACS				
148	GUSMÃO, D	UFS	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFF				
149	GUSMÃO, L	UFPI	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
150	HACKBART, P	USP	2015	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UNISINOS				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
151	HATTORI, M	USP	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
152	HAVRE, G	~bélgica	2004	não se aplica	UFPE	2015	1	1	História	FUNDP	História Antiga	ULB		
153	HERING, C	~usp	2010	não se aplica	USP	2014	0	0	Artes Plásticas	UNESP				
154	HERINGER, P	UFRJ	2014	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Museologia	UNIRIO				
155	HISSA, S	UFMG	2012	0	UFRJ	2018	0,5	0,25	Ciências Sociais	UFMG				
156	HORA, J	USP	2013	0	USP	2018	0	0	Letras	USP				
157	IGUATEMY, V	UFPI	2018	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
158	JACOME, C	~ufmg	2011	não se aplica	USP	2017	0,5	0,5	História	UFMG				
159	JACQUES, C	~pucrs	2007	não se aplica	UFPA	2015	0,75	0,75	História	UFRGS				
160	JESUS, L	UFS	2018	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFS				
161	JÚNIOR, A	UFRJ	2016	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	PUCRS				
162	JUNIOR, E F	UFPA	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Museologia	UFPA				
163	JUNIOR, E S	UFPA	2017	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia	UFS				
164	JUNIOR, F	~usp	2008	não se aplica	USP	2018	0	0	História	USP				
165	JÚNIOR, G	UFPE	2012	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arquitetura e Urbanismo	UFPE				
166	JUNIOR, H	UFPE	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFPE				
167	JÚNIOR, J	UFRJ	2015	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Arquitetura e Urbanismo	UFF				
168	JUNIOR, N	UFRJ	2012	?	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	?	?				
169	JÚNIOR, V S	~ufpe	2005	não se aplica	UFPE	2013	0	0	História	UERN				
170	JÚNIOR, V J	UFS	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFS				
171	KATER, T	UFS	2018	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	USP	Letras	USP		
172	KINSKIER, M	UFRJ	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Arqueologia	UNESA				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
173	KOCH, S	USP	2012	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	PUCSP				
174	KOOLE, E	~usp	2007	não se aplica	USP	2014	0	0	Ciências Sociais	UFMG				
175	KOZLOWSKI, H	USP	2018	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Geografia	UFPR				
176	LAKY, L	USP	2011	0,25	USP	2016	0	0,125	História	PUCSP				
177	LEAL, A	UFPeI	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Museologia	UFPeI	Conservação e Restauro	UFPeI		
178	LEAL, S	USP	2017	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Geografia	UEL				
179	LEITE, L S	UFPE	2011	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
180	LEITE, L F	UFPA	2014	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UNIFAP				
181	LEITE, V	UFMG	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Humanidades	UFVJM				
182	LEMONS, G	USP	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
183	LEMONS, R	UFRJ	2015	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UFF				
184	LIMA, A P G	~unisinos	2001	não se aplica	USP	2016	0,75	0,75	Artes Visuais	UFG	Educação Artística	UFG		
185	LIMA, A P	UFPA	2013	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Ciências Sociais	UFMG				
186	LIMA, D	UFPE	2012	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNICAP				
187	LIMA, J	UFRJ	2017	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UNIFAP				
188	LIMA, L	~usp	2009	não se aplica	USP	2014	0	0	História	UEL				
189	LIMA, M	USP	2014	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFAM				
190	LIMA, R C	UFPE	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFPE				
191	LIMA, R A	USP	2018	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Relações Internacionais	FMU				
192	LOPES, M	USP	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
193	LOPES, P	~puhrs	1999	não se aplica	UFRJ	2016	0,75	0,75	História	UFPA				
194	LOPES, R C A	UFS	2018	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	USP				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
195	LOPES, R C S	UFPA	2013	0	UFPA	2017	0	0	História	UFPA				
196	LUCAS, L	UFPE	2014	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UNIMONTES	Arqueologia	UNIVASF		
197	MACEDO, A	UFPE	2016	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Geografia	UESPI	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF		
198	MACEDO, J	~ufrj	2003	não se aplica	USP	2011	0,5	0,5	Arqueologia	UNESA				
199	MACHADO, T	UFPeI	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Museologia	UFPeI				
200	MACIEL, L	UFPeI	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Antropologia	UFPeI				
201	MADEIRA, A	USP	2011	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
202	MAGALHÃES, A	UFRJ	2018	1	não se aplica	não se aplica	não se aplica	1	Arqueologia e História	UC				
203	MAGALHÃES, W	USP	2015	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Agronomia	AJOMESP				
204	MAGESTE, L	USP	2012	0,5	USP	2017	0	0,25	História	UFJF				
205	MANGUEIRA, R	USP	2018	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
206	MANZATO, F	~ucs	2005	não se aplica	USP	2013	0,75	0,75	História	UEL				
207	MARQUES, S	~usp	2001	não se aplica	USP	2012	0	0	História	USP				
208	MARTIN, V	USP	2014	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UFOP				
209	MARTINS, C	UFPA	2012	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Geografia	IFPA				
210	MARTINS, I	UFPA	2015	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFMT				
211	MARTIRE, A	USP	2012	0	USP	2017	0	0	História	USP				
212	MATOS, F	UFPE	2015	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UFPB				
213	MATOS, M	~ufpe	2009	não se aplica	UFPE	2016	0	0	Arquitetura e Urbanismo	UnB				
214	MATTOS, G	UFPeI	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Geografia	UFPeI				
215	MÁXIMO, B	USP	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNICAMP				
216	MEDEIROS, E	~ufpe	2005	não se aplica	UFPE	2016	0	0	Arquitetura e Urbanismo	UFPE				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
217	MELO, I	UFPE	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFPE				
218	MENDES, D	USP	2014	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Arqueologia	PUCGO				
219	MINGATOS, G	UFRJ	2017	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UNINOVE	Ciências Sociais	UNIFESP		
220	MIRANDA, S	UFPEl	2016	1	não se aplica	não se aplica	não se aplica	1	História	UNICV				
221	MONACO, V	não se aplica	não se aplica	não se aplica	USP	2018	1	1	Letras	UNICT				
222	MONGELÓ, G	USP	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
223	MONTEIRO, V	UFPEl	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFPEl				
224	MORAES, C	~usp	2007	não se aplica	USP	2013	0	0	História	PUCGO				
225	MORAES, I	UFPA	2012	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Ciências Sociais	UFPA				
226	MORAIS, J	UFPI	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UESPI				
227	MOTA, D	USP	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Artes Plásticas	USP				
228	MOURA, I	UFPE	2017	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
229	MUNIZ, T	UFRJ	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Ciências Biológicas	UFRRJ				
230	MYASHITA, F	UFMG	2017	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Ciências Sociais	UFPR				
231	NARCISO, P	UFRJ	2016	1	não se aplica	não se aplica	não se aplica	1	História	NOVA				
232	NASCIMENTO, A	~ufpi	2011	não se aplica	UFRJ	2015	0,75	0,75	Turismo	AESPI	Ciências Sociais	UFPI		
233	NASCIMENTO, G	UFS	2016	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Ciências Sociais	UFBA	Antropologia	UFBA		
234	NEGREIROS, R	UFPE	2012	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
235	NETO, C	~usp	2009	não se aplica	USP	2018	0	0	História	UFMS				
236	NETO, F	UFRJ	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Estudos Sociais	CESJF	Teologia	FABAT		
237	NOBRE, J	UFPE	2013	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UECE				
238	NOGUEIRA, M	UFPE	2011	0	UFPE	2017	0	0	História	UFPE				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
239	NOGUEIRA, N	UFPE	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNICAP				
240	NOLASCO, R	UFMG	2018	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Antropologia	UFMG				
241	NOVAES, L	UFS	2013	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UCSal				
242	NUNES, D	UFPEl	2014	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	ULBRA				
243	NUNES, V	~unirio	1993	não se aplica	UFS	2018	0,75	0,75	História	UFS				
244	OLIVEIRA, A	UFPI	2018	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre	UFPI				
245	OLIVEIRA, E	USP	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Artes Visuais	FEBASP				
246	OLIVEIRA, E A	UFMG	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Humanidades	UFVJM	Geografia	UFVJM		
247	OLIVEIRA, J	UFS	2016	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
248	OLIVEIRA, S	UFPE	2013	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UFAL				
249	OPPITZ, G	USP	2015	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFSC				
250	PAGNOSSI, N	UFS	2017	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFU				
251	PAIVA, B	UFPE	2011	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFPE				
252	PEÇANHA, M	UFPEl	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFPEl				
253	PEDROZA, I	UFPE	2011	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UECE				
254	PEIXOTO, R	USP	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNESP				
255	PENNA, T	USP	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Letras	USP				
256	PEREIRA, D	USP	2011	0,25	USP	2018	0	0,125	Geografia	UNESP				
257	PEREIRA, R	UFRJ	2013	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Ciências Sociais	UFES				
258	PEREZ, G	~uem	2010	não se aplica	USP	2018	0,75	0,75	História	UEM				
259	PÉREZ, N	UFS	2017	?	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	?	?				
260	PERISSATO, F	USP	2018	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
261	PERROTTA, R	USP	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
262	PINTO, K	UFS	2013	0,5	UFS	2018	0	0,25	Ciências Sociais	UFAL				
263	PINTO, L	UFRJ	2013	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Ciências Biológicas	UFRJ				
264	PINTO, N	UFRJ	2018	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Ciências Sociais	UFF				
265	PONTIM, R	~usp	2004	não se aplica	USP	2011	0	0	Ciências Sociais	UFG				
266	PORTO, C	UFRJ	2015	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UFJF				
267	PORTO, O	UFS	2013	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFS				
268	PY-DANIEL, A	~usp	2009	não se aplica	USP	2015	0	0	História da Arte e Arqueologia	Paris 1				
269	QUEIRÓS, A	UFPI	2016	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Ciências Sociais	UECE				
270	QUEIROZ, L	UFS	2015	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UCSal				
271	RABELO, L	UFRJ	2018	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UFF				
272	RADICCHI, G	UFMG	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFMG	Conservação e Restauro	UFMG	Scienza dei Beni Culturali Archeologici	UNIROMA
273	RAMALHO, J	UFS	2013	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	PUCGO				
274	RASTEIRO, R	USP	2015	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Ciências Sociais	UNESP				
275	REGO, H	UFPE	2013	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UnP				
276	REIS, A	UFS	2015	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Ciências Biológicas	UNIT	Pedagogia	FERA		
277	REIS, S	~ufrj	2009	não se aplica	UFRJ	2015	0	0	Ciências Sociais	UFF				
278	RIBEIRO, A	UFRJ	2013	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
279	RIBEIRO, D	~ibict	2007	não se aplica	USP	2012	0,5	0,5	Museologia	UNIRIO				
280	RIBEIRO, M	UFRJ	2013	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFRJ				
281	RICCI, O	USP	2018	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Geografia	UNESP				
282	ROCHA, A	UFPE	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arquitetura e Urbanismo	FAUPE	Arqueologia	UFPE		

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
283	ROCHA, D	UFS	2016	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UEMA				
284	ROCHA, L	~ufpi	2013	não se aplica	UFS	2018	0,5	0,5	História	UERN				
285	ROCHA, T	UFPEl	2017	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFJF				
286	RODRIGUES, I	UFMG	2011	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UFV				
287	RODRIGUES, M	UFPEl	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Medicina Veterinária	UFPEl	Antropologia	UFPEl		
288	RODRIGUES, P	UFPI	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Comunicação Social	UNIFSA	Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre	UFPI		
289	ROSA, L	UFMG	2016	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Arqueologia	FURG				
290	ROSA, R	UFS	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UNIT	Arqueologia	UFS		
291	SA, L	USP	2011	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Ciências Sociais	UFMG				
292	SABADINI, F	USP	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNESP				
293	SALADINO, A	UFRJ	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Museologia	UNIRIO				
294	SALDANHA, J	~puocs	2005	não se aplica	USP	2016	0,75	0,75	História	UFRGS				
295	SALDANHA, R	UFPE	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFPE				
296	SALLUM, M	USP	2011	0,25	USP	2018	0	0,125	Educação Artística	FEBASP				
297	SALVIO, V	~ufmg	2008	não se aplica	USP	2014	0,5	0,5	Geografia	NEWTON				
298	SANHUDO, M	UFPEl	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Ciências Sociais	UFRGS				
299	SANTANA, A	UFS	2013	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFS				
300	SANTANA, E	UFS	2013	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFS				
301	SANTOS, A	UFPE	2016	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UFC				
302	SANTOS, C	USP	2011	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Turismo	MÓDULO				
303	SANTOS, F	USP	2011	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	FIJ				
304	SANTOS, G	UFRJ	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Letras	UFRJ				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
305	SANTOS, H	UFS	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Museologia	UFS				
306	SANTOS, I	~usp	2007	não se aplica	USP	2013	0	0	Propaganda	ESPM	História	USP		
307	SANTOS, J G	USP	2015	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Ciências Sociais	UERJ				
308	SANTOS, J	UFPEl	2016	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UNESC				
309	SANTOS, M	UFS	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Letras	FA	Arqueologia	UFS		
310	SANTOS, P	UFPE	2013	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
311	SANTOS, R	UFS	2018	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Museologia	UFBA				
312	SANTOS, S	~ufrj	2011	não se aplica	UFRJ	2015	0	0	Administração de Empresas	PUCRIO	História	UFRJ		
313	SANTOS, T	UFS	2018	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFS				
314	SANTOS, V	USP	2011	0,5	USP	2017	0	0,25	História	UFJF				
315	SCHERER, L	UFRJ	2012	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFSC				
316	SEEHAUSEN, P	UFRJ	2014	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UFRRJ				
317	SENA, V	~ufpe	2007	não se aplica	UFPE	2013	0	0	História	UFPE				
318	SERRA, R	UFPI	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Artes Visuais	UFPI				
319	SILVA, A S N	~usp	2008	não se aplica	USP	2012	0	0	História	UFRN				
320	SILVA, A R	USP	2013	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Pedagogia	FALC				
321	SILVA, A L	UFRJ	2018	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFRJ				
322	SILVA, A B	UFPA	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Ciências Sociais	UFPA				
323	SILVA, A S	UFPA	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Pedagogia	UFPA	História	UFPA		
324	SILVA, B G	UFPEl	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UFSM				
325	SILVA, B L	USP	2018	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFSC				
326	SILVA, B S	UFMG	2011	0,5	USP	2017	0,5	0,5	História	UNICAMP				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
327	SILVA, C	UFPA	2015	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UNIR				
328	SILVA, D	UFPA	2016	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UNIFAP				
329	SILVA, E C	~usp	2003	não se aplica	USP	2016	0	0	História	USP				
330	SILVA, E N	USP	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Educação Artística	UNICSUL				
331	SILVA, F N	UFS	2017	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Ciências Sociais	UFES				
332	SILVA, F M	UFRJ	2012	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UEL				
333	SILVA, H	UFPI	2018	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre	UFPI				
334	SILVA, I	UFPE	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFPE				
335	SILVA, J	UFS	2013	0	UFS	2017	0	0	Arqueologia	UFS				
336	SILVA, J A	USP	2018	?	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	?	?				
337	SILVA, J L	~eua	1992	não se aplica	USP	2018	1	1	Teologia	UNASP	Direito	UNISA		
338	SILVA, J M	UFRJ	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Arqueologia	UNESA				
339	SILVA, K	USP	2018	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Geociências e Educação Ambiental	USP				
340	SILVA, L D	UFRJ	2017	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Ciências Sociais	UFMG				
341	SILVA, L R	USP	2017	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Ciências Sociais	UNESP				
342	SILVA, Li A	UFPEl	2017	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Humanidades	UFVJM	Geografia	UFVJM		
343	SILVA, L B	UFPE	2011	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Turismo e Hotelaria	UFPE				
344	SILVA, Lu A	~puhrs	2012	não se aplica	UFRJ	2018	0,75	0,75	História	PUCRS				
345	SILVA, L S	UFPE	2012	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
346	SILVA, M E	USP	2015	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Oceanografia	UFES				
347	SILVA, M A	USP	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
348	SILVA, M B	USP	2016	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Tecnologia em Gestão Ambiental	FAMA				
349	SILVA, R C	UFS	2014	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UCSal				
350	SILVA, R P	~faje	1996	não se aplica	USP	2015	0,5	0,5	Teologia	FADBA	Filosofia	UNIFAI		
351	SILVA, T	UFMG	2016	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFPA				
352	SILVA, V	USP	2014	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNITAU				
353	SIMÕES, C	~usp	2007	não se aplica	USP	2014	0	0	História	USP				
354	SIMÕES, F	UFS	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFS				
355	SOARES, D	USP	2015	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNESP				
356	SOUSA, L C	UFPI	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Arqueologia	UFPI				
357	SOUSA, L D	UFPE	2011	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UECE				
358	SOUSA, M	UFPI	2017	?	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	?	?				
359	SOUZA, G S	UFPE	2014	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFPA				
360	SOUZA, G N	~usp	2008	não se aplica	USP	2013	0	0	História	UFMG				
361	SOUZA, J C	USP	2014	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Arqueologia	PUCGO				
362	SOUZA, J G	USP	2012	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFRGS				
363	SOUZA, K	UFPA	2013	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UNIFAP				
364	SOUZA, T S	UFPEl	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Conservação e Restauo de Bens Culturais Móveis	UFPEl				
365	SOUZA, T	USP	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
366	SOUZA, T F	UFPE	2016	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UFPB				
367	SOUZA, V	UFS	2013	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNIT				
368	STABILE, R	USP	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
369	SUGIMATSU, I	UFMG	2016	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Relações Internacionais	UNICURI-TIBA	Ciências Sociais	UFPR		

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgraduação	IES 1ºgradação	CURSO 2ºgraduação	IES 2ºgradação	CURSO 3ºgraduação	IES 3ºgradação
370	SUNER, R	não se aplica	não se aplica	não se aplica	USP	2015	0	0	Ciências Sociais	USP				
371	TABONE, D	USP	2012	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNESP				
372	TAMANAHA, E	USP	2012	0,25	USP	2018	0	0,125	História	PUCSP				
373	TAUHYL, A	USP	2013	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
374	TAVARES, R	UFRJ	2012	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	UNIVERSO				
375	TAVARES, V	UFRJ	2017	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	UFRJ				
376	TEIXEIRA, P	UFPEl	2014	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Museologia	UFPEl				
377	TESSARO, P	USP	2013	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	História	UFSM				
378	TOGNOLI, A	USP	2016	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	Ciências Sociais	ISCA				
379	TOLEDO, G	USP	2011	0,75	USP	2017	0	0,375	História	UFSM				
380	TRAMASOLI, F	UFRJ	2015	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Arqueologia	FURG				
381	TRINDADE, T	USP	2015	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	História	USP				
382	TRONCOSO, L	USP	2013	0,25	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,25	História	PUCSP				
383	VALLE, R	~ufpe	2003	não se aplica	USP	2012	0,75	0,75	História	UFPE				
384	VANIN, M	USP	2017	?	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	?	?				
385	VARELA, A	UFMG	2016	1	não se aplica	não se aplica	não se aplica	1	História	UNICV				
386	VASCONCELOS, M	UFS	2014	0,75	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,75	Comunicação Social	PUCRS	Conservação e Restauro de Bens Culturais	UFPEl		
387	VERAS, N	UFS	2014	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre	UFPI				
388	VIANNA, V	~ufpe	2001	não se aplica	UFS	2018	0,5	0,5	História	UECE				
389	VIEIRA, B	UFS	2017	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	Arqueologia e Preservação Patrimonial	UNIVASF				
390	VILLALVA, D	USP	2012	0	USP	2016	0	0	História	USP				

#	PESQUISADOR(A)	IES mes-trado	ANO mes-trado	MOBILI-DADE mes-trado	IES doutorado	ANO doutorado	MOBILI-DADE doutorado	MOBILI-DADE média	CURSO 1ºgradua-ção	IES 1ºgra-duação	CURSO 2ºgradua-ção	IES 2ºgra-duação	CURSO 3ºgradua-ção	IES 3ºgra-duação
391	WANDERLEY, E	UFPA	2013	0,5	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0,5	História	UFAM				
392	WICHERS, C	~usp	2007	não se aplica	USP	2011	0	0	História	USP				
393	WOLFF, L	UFPeI	2016	0	não se aplica	não se aplica	não se aplica	0	Antropologia	UFPeI				
394	ZUSE, S	~usp	2009	não se aplica	USP	2014	0	0	História	UFSM				

7.3 APÊNDICE III – ROTEIRO DO EPISÓDIO *ARQUEOLOGIA É ARQUEOLOGIA É ARQUEOLOGIA – PARTE 1*

1. Excerto

Responder à pergunta “o que é Arqueologia”? é uma tarefa muito mais difícil do que se espera. Algumas concepções errôneas ou, então, ultrapassadas, são tão resilientes, que a gente precisa tentar tirar elas do caminho e, nesse caso, se torna essencial olhar para trás para que a gente possa ter êxito. Como essa é uma tarefa árdua e longa, resolvi dividir ela em duas partes. Nesse primeiro momento, vamos ver as mudanças que ocorreram no pensamento das pessoas para que a gente chegasse, no final do século XIX, àquela fundacional dessa ciência: o estudo do passado através dos seus vestígios.

2. Arqueologia pela indústria cultural

Quando a gente fala em Arqueologia, a primeira coisa que costuma vir à cabeça das pessoas são aquelas referências que a gente tem da indústria cultural. E talvez as duas maiores delas sejam as figuras do Indiana Jones e da Lara Croft e se tu for mais novo, a gente ainda poderia considerar o Nathan Drake, da série Uncharted. Mas, qualquer que seja a referência que a gente tenha, tem umas constantes nessas figuras que parecem ser os principais pontos que vão guiar toda percepção que se tem sobre o que é a Arqueologia, especialmente para quem não é da área.

Uma delas é, seja com um pretexto acadêmico ou não, o que o arqueólogo busca são relíquias, coisas exóticas. E, quando possível, coisas carregadas de potencial místico. Mas não é à toa que a figura do arqueólogo está fortemente vinculada a de um caçador de tesouros. De certa forma, essa percepção tem um fundo de verdade, já que durante os últimos séculos, a espoliação, ou seja, o furto e o roubo, de bens culturais foram práticas muito comuns. E talvez os exemplos mais notáveis que a gente tenha sejam as investidas francesas no Egito e na Itália, no final do século 18.

Mas não vamos nos enganar aqui, não se limita a invasões militares. Muito tempo depois disso, a prática, por estudiosos, entre eles, arqueólogos, de se apropriar de bens culturais considerados ‘exóticos’ com a justificativa principal de levar essas coisas de volta para o tal mundo ‘civilizado’ para ser exposto em um museu continuava sendo amplamente

aceita. E, embora hoje essa atividade seja condenável e objeto de diversas normas jurídicas – tanto nacionais quanto internacionais – a repatriação, quer dizer, a devolução dos bens retirados de seus contextos originais para os seus países de origem ainda é motivo de grande debate.

Então, a gente pode compreender por que a Arqueologia ainda é muito associada aos caçadores de tesouros, não só pelo nosso histórico, mas porque a gente, de uma forma geral, acabou se apropriando dessa espécie de narrativa hoje para promover o interesse na nossa disciplina. Nosso trabalho costumeiro talvez seja monótono demais para a imprensa mas explorar essa perspectiva das coisas exóticas dá até capa de jornal.

Uma outra constante nessas ideias enraizadas sobre o ofício da Arqueologia é aquela da ação, da aventura. E, de novo, ela encontra um pouco de respaldo, principalmente, no modo como a ciência era conduzida em tempos não tão recentes. Como uma das principais qualidades que se buscava nas pesquisas era descobrir o exótico, não é estranho constatar que a maioria absoluta das investidas das pesquisas eram em áreas não urbanizadas. Foi numa dessas, por exemplo, que Machu Picchu foi ‘recontrada’ em 1911 pelo estadunidense Hiram Bingham. Mas se durante muito tempo o objetivo foi o de explorar, para coletar coisas diferentes para expor ou então encontrar lugares lendários, no último século a gente teve uma guinada com o foco nas pesquisas em si, ou seja, com o propósito de elaborar problemáticas. O que não quer dizer que a Arqueologia tenha deixado de investir na exploração de lugares remotos. Pelo contrário, isso continua acontecendo bastante. Mas, agora, não porque se quer encontrar lugares lendários e, sim, especialmente, para buscar evidências de ocupação e de atividades humanas remotas.

Dito isso, a gente pode considerar que, é verdade, a Arqueologia é uma ciência que oferece oportunidade para que as pessoas realizem pesquisas ao ar livre e se aventurem no meio de florestas também. Mas os perigos aos quais a gente se sujeitaria numa situação dessa são mais reais, bem mais plausíveis do que aqueles retratados pela ficção. Trabalhando nessas condições, a gente não passa os dias fugindo de armadilhas, de pedras rolantes enquanto invade um templos antigo, muito menos fica esbarrando por aí em templários centenários que querem travar um duelo. A gente foge é de pernilongo e as vezes dá de cara com uns bichos mais perigosos como capanga de latifundiário com espingarda.

Mas, de qualquer forma, cabe uma ressalva. Nem toda pesquisa arqueológica tem como consequência se deslocar a locais, de certa forma inóspitos, pelo menos para quem está

acostumado a pedir comida pelo celular e a ficar num ambiente com ar-condicionado. Muitas pessoas fazem as suas pesquisas, mesmo as escavações, em locais urbanizados. Ainda, na maioria absoluta do tempo, o arqueólogo não realiza sua pesquisa em campo, ao ar livre, mas numa biblioteca, num arquivo, num laboratório pesquisando, analisando material, redigindo relatórios. Então, se a gente decidisse fazer jus ao nosso trabalho e retratar ele de acordo com aquela atividade mais corriqueira, teria que ser a partir da seguinte imagem – nesse momento, recomendo fechar os olhos para ajudar no processo – fechou? Então, imagina que louco, uma pessoa sentada numa mesa, com um computador e, provavelmente, uma caneca de café do lado.

3. A definição clássica de arqueologia

Certo, Felipe. Entendi. Então quer dizer que a Arqueologia não fica caçando tesouros místicos, nem invadindo templos sagrados cheios de armadilhas, muito menos dá direito à porte de arma. Mas então, como um arqueólogo definiria a Arqueologia para alguém que não é da área?

Bom, se tu andou aí procurando pela internet, ou em livros para o público que não é acadêmico, tentando encontrar uma resposta para essa pergunta, é bem provável que tu tenha esbarrado em algo parecido com o seguinte: **a Arqueologia é a ciência que estuda o passado, ou as civilizações do passado, através dos seus vestígios.**

Quanto a essa definição, a gente precisa esclarecer logo o seguinte, por mais que essa tenha sido a definição da disciplina que nos remete à consolidação dela, como qualquer outra área do conhecimento, a Arqueologia não é imune ao seu próprio processo de maturação. E isso quer dizer o que? Que ao longo do tempo, não só a gente incorporou diversas inovações tecnológicas nas nossas práticas - como imagens de satélites e métodos de datação físico-químicos - mas também novas ideias e entendimentos que afetam profundamente o modo pelo qual a gente enxerga a ciência que a gente pratica.

Tanto que, às vezes, quando a gente pede para alguém da própria área para definir a disciplina, principalmente pra aqueles que gostam de se dedicar a refletir sobre as suas próprias condições de trabalho, ou seja, que pesquisam sobre como a Arqueologia produz conhecimento, não é incomum ouvir que isso é algo espinhoso. E é fácil de compreender essa posição. Afinal, todas as nossas tentativas de definir a Arqueologia, basicamente, tão enraizadas na noção que a gente tem sobre dois aspectos da vida: Primeiro) o que é ser Humano, o que significa ser o que a gente é hoje. E, como a gente sabe, a resposta para

isso varia muito no tempo e no espaço. Segundo) qual o nosso entendimento do tempo? E mais especificamente, qual a nossa relação com o que a gente chama de passado?

Desse modo aquele entendimento clássico de que Arqueologia **é o estudo das civilizações do passado através dos seus vestígios** é resultado de uma conjuntura muito peculiar que veio ganhando corpo desde a renascença e que se cristalizou em meados do século 19 na Europa. E a gente, aqui, no apocalíptico Brasil de 2020, é herdeiro dessa tradição. Por essa razão, é importante que a gente olhe para essa história.

4. O olhar arqueológico

O canadense Bruce Trigger, por exemplo, considera Ciriaco de Pizzicolti, que viveu entre 1391-1452, como o merecedor do título de primeiro arqueólogo. Mas por quê? Bom, a fundamentação dele é a seguinte: por mais que a gente tenha evidências de que toda sociedade humana demonstre uma curiosidade sobre o que a gente chama de passado, a gente não teria, até então, indicações de um estudo, um registro sistemático feito a partir do mundo material, das coisas que a gente via e podia tocar, com o objetivo de entender esse passado. A tendência sempre foi – e, em certa medida, ainda é – de conhecer o passado exclusivamente a partir dos relatos e dos registros escritos. O mundo físico, quando era considerado, era visto só um como testemunho que confirma o que já está escrito, uma ilustração. É como se a gente fosse um detetive que investigasse um crime, mas que só pode considerar os depoimentos dos envolvidos sobre o que aconteceu. Qualquer outra evidência que a gente vai encontrando ao longo da investigação só tem serventia para ilustrar o relato certo sobre o que aconteceu.

Mas, a sacada do Ciriaco ao viajar pela Grécia e pelo Mediterrâneo oriental, de acordo com o nosso amigo canadense, foi sair por aí coletando dados a respeito de monumentos antigos, que seria sinal de uma ênfase nas evidências materiais, e por isso que o Bruce Trigger atribui ao Ciriaco esse título.

Bom, aqui, eu não teria problemas em concordar com isso, se a gente puder extrapolar que essa atitude expressa algo que a gente possa chamar de O olhar arqueológico. Onde o foco da atenção sobre o tema do passado está no mundo material. Onde a documentação desses objetos é um dos passos para que a gente possa analisar essas coisas que nos interessam e pensar o passado a partir delas, não apenas como ilustrações ou provas dos relatos. Então, sim, embora não existisse ainda algo que a gente pudesse chamar propriamente de Arqueologia, a gente poderia considerar que existia uma atitude, mesmo

que embrionária. Mas essa é uma atitude só foi possível surgir por causa das mudanças no pensamento da sociedade da época. E é isso o que gente precisa esclarecer agora.

5. Mudança de paradigma

Vamos para a Idade Média. Como se sabe, durante esse período da história da humanidade, as nossas concepções sobre o mundo eram basicamente fundamentadas na Bíblia e nos ordenamentos da Igreja. E quais as consequências disso? Algumas delas, por exemplo, era pensar que a Terra tinha surgido há mais ou menos 4 mil anos antes de Cristo; que o mundo, desde então, estava se deteriorando – estragando, apodrecendo, decaindo - e a gente também, não só fisicamente, mas a nossa moral também; que a humanidade tinha surgido no atual oriente médio; que as mudanças ocorridas ao longo da história eram provocadas por grandes eventos cósmicos, de ordem divina, sobrando pra gente aqui na terra só viver entre esses períodos e reproduzir as condições que eram impostas. Ou seja, a gente só vive com o que nos é dado, a humanidade não cria nada.

Numa situação dessas, não tem muito o que ser fazer, certo? Já que está tudo definido. As coisas são o que são, e qualquer questionamento sobre as nossas próprias condições é tomado como uma afronta à autoridade da Igreja. Heresia, vai para a fogueira. Ou, se tivesse sorte, só pegava uma prisão domiciliar como aconteceu com Galileu.

No entanto, - aqui é bom comentar, a gente está olhando para essa situação bem de longe, pensando em décadas, séculos - as mudanças vão começar a ocorrer na sociedade europeia, as circunstâncias nas quais as pessoas vivem começam a mudar e algumas pessoas tentam justificar essas transformações alegando uma certa herança a tempos remotos. Ninguém quer ser herege, não era bom para os negócios – principalmente se o negócio era continuar vivo. É nesse contexto, do Renascimento, que o Ciríaco [Tiriaco], aquele primeiro arqueólogo do Bruce Trigger, faz as viagens dele. E, com o passar do tempo, o interesse pelo que a gente chama de Antiguidade Clássica só cresce. Com isso, na mesma medida, aumenta a quantidade de atividades que vão tentar alcançar os remanescentes daquelas civilizações.

6. Desvio: assíria e Egito

Dito isso, não é estranho a gente pensar que esse crescente volume de trabalhos vai acabar gerando uma certa especialização. E aqui, antes de continuar, cabe fazer um parêntese meio longo nessa história toda para a gente falar sobre a questão que envolve a

Arqueologia e os povos com escrita. Mais para o futuro, ao longo do século XIX, a gente já pode falar, que vão existir dois campos muito bem consolidados, uma Assiriologia e uma Egíptologia, tamanho o enfoque que se dava aos estudos dessas duas civilizações, que, ao contrário dos Gregos e dos Romanos da Antiguidade, a gente não tinha praticamente textos escritos como referência praquelas civilizações. É claro, tinha alguma coisa na Bíblia, mas praticamente nada se a gente for considerar a quantidade de documentos que Gregos e Romanos deixaram – e que a gente já tinha acesso. Já para o caso daquelas outras duas civilizações, por exemplo, aquela atividade que vinha ganhando corpo e que ia se consolidar como o que a gente chama hoje de Arqueologia foi fundamental para a gente obter, a partir de escavações nesses locais, mais relatos desses povos.

Talvez o melhor exemplo que a gente possa trazer aqui é a Pedra de Roseta, que leva o nome da cidade onde foi encontrada em 1799 pelos franceses. É um fragmento de uma estela, uma rocha com inscrições, com um texto em três idiomas diferentes que foi fundamental para a gente compreender os registros dos antigos egípcios.

Esse parêntese serve para exemplificar o aspecto do passado na definição de Arqueologia que vinha sendo construído. É bom lembrar, nesse caso, que quando a gente fala em passado, a gente fala em um passado Remoto. Mais especificamente, em um passado onde a gente não tem a escrita. Afinal, como eu já falei, era forte – e até hoje ainda é – a ideia de que o registro escrito representa uma evidência superior ao vestígio material, que existe apenas na condição de fiador do primeiro. Por isso que é razoável a gente supor que os estudos que envolviam a Antiguidade Greco-Romana, por exemplo, acabaram fomentando muito mais o desenvolvimento da História da Arte do que a Arqueologia, já que se tinha documentos escritos sobre aquelas civilizações. Agora, as do oriente próximo, como Assíria e Egito, das quais a gente não tinha praticamente nada escrito, parece que a abordagem da arqueologia era a única forma viável de acesso ao passado desses povos. Bom, pelo menos até que os documentos encontrados fossem traduzidos por filólogos e aquilo que, até então, era uma área cinzenta de um período sem relatos fosse incorporado pela História. Do ponto de vista de um Arqueólogo, eu traduziria essa questão assim: se assume que a Arqueologia perde potencial explicativo, na medida em que os relatos escritos surgem. De qualquer forma, esses campos ainda são extremamente tradicionais e resilientes dentro da academia, e isso se deve muito ao fato de que a gente ainda depende das escavações para acessar essas coisas.

Bom, para a gente continuar a responder o que é Arqueologia? A gente precisava abordar essa questão o quanto antes para tirar ela logo do caminho. Por quê? Talvez a imagem que mais se associe à Arqueologia seja a do Egito, das pirâmides, das múmias. Mas eu diria que, devido ao conflito entre nós e outras áreas, principalmente à História, a nossa dedicação a essas civilizações exerceu um peso menor no processo que desenrolou ao longo dos últimos séculos e que culminou naquela definição clássica de Arqueologia no final do século XIX. A meu ver, são aquelas atividades que se dedicam às evidências da ocupação humana da Europa que não possuía referências escritas para ilustrar as evidências materiais que vinham sendo encontradas que são mais interessantes impactantes, logo, mais interessantes de se observar.

7. Antiquarianismo

Por exemplo, praticamente por toda Europa, era comum se encontrar artefatos que não fossem produtos da metalurgia, como machados de pedra e pontas de flecha que acabavam sendo eram colecionados por aqueles que a gente costuma chamar de antiquários. São daqueles tipo de pessoa que, como eu já disse, existe em toda sociedade: curiosos sobre o passado. Mas esses antiquários europeus não faziam tanta distinção nas coisas que eles encontravam entre aquelas naturais e aquelas de origem humana. Inicialmente, para eles, era uma questão de curiosidades, coisas diferentes. Esses dois objetos mesmo, por exemplo, eram geralmente interpretados como pedras de raio e dardos de elfos respectivamente. E aqui, a gente precisa observar que estamos falando de uma época em que a ideia hegemônica ainda é aquela medieval. A humanidade possui poucos milhares de anos e surgiu no atual oriente médio. Não há qualquer espaço ainda pra abstrações que considerem tempos mais remotos do que aqueles ilustrados na bíblia.

A ideia de que essas coisas pudessem ter sido produto da ação humana só começa a ganhar força aos poucos, com o tempo, especialmente após a invasão europeia das américas, já que, quando esses invasores voltavam das suas viagens, traziam para casa, não só sífilis e batata, mas várias outras coisas, inclusive artefatos que tinham sido produzidos pelos nativos da América a partir do emprego de tecnologias muito semelhantes às que os europeus utilizavam. E quem vai acabar fazendo o trabalho comparativo entre os artefatos europeus e americanos, basicamente, são aqueles mesmas pessoas que vinham dando uma de Acumuladores, já que eram eles que tinham o interesse por essas coisas e, também porque eles tinham grandes coleções de referência, que acabam formando os tais gabinetes

de curiosidades. Foi assim que começou a se substanciar, a ganhar corpo a ideia de que esses acervos representam uma potencial fonte para se conhecer mais sobre o passado humano, especialmente dos europeus, já que começam a ser vistos menos como produtos de entidades míticas e mais produtos antrópicos, feitos por humanos.

Mas isso não quer dizer que a percepção de um origem humana desses objetos de pedra que eram encontrados pela Europa indicasse necessariamente um tempo muito mais remoto da existência desses povos, afinal, eles ainda conviviam com alguns objetos que eram feitos a partir de rochas. Dessa forma, a primeira explicação lógica que parece ter surgido para justificar aqueles artefatos tidos inicialmente como curiosos é a ideia da degeneração, nesse caso, tecnológica. Quem sabe algumas populações poderiam ter perdido a competência de lidar com artefatos de metais? E aí começaram a fazer as coisas de pedra? Quem sabe a gente está falando de uma população que acabou ocupando um território em que não tinha metal e tiveram que fazer seus artefatos de rocha? De qualquer forma, aqui, ainda não tinha amadurecido a ideia de que essas coisas podiam ser evidências de uma ocupação humana muito, mas muito mais antiga, que remonta a tempos anteriores ao desenvolvimento de artefatos de metal. E, por mais que a gente hoje possa ficar frustrado com isso – poxa, como é que esses homens não se ligam? - é compreensível essa dificuldade. Primeiro por que a gente não tinha ainda a capacidade datar estes achados sem o auxílio de registros escritos, especialmente da Bíblia, o que nos deixava preso a ideias como de que a Terra foi criada no dia 23 de outubro de 4004 a.C., às nove horas da manhã na Mesopotâmia.

Segundo, porque as perspectivas da Igreja ainda exerciam um peso muito forte nas concepções das pessoas, não dando espaço para o contraditório. Mesmo. E essas concepções se faziam presente na vida das pessoas. Shakespeare, por exemplo, escreveu em “Do jeito que você gosta” uma fala da Rosalinda, onde ela diz: “Já se passaram quase seis mil anos desde que este pobre mundo surgiu, e durante todo esse tempo nenhum homem morreu de verdade, especificamente, por motivo de amor”. Ouch, doeu aqui.

Então, como a gente pode ver, ao longo do período que se convencionou chamar de Idade Moderna, mais ou menos, do século 15 ao 18, embora uma série de eventos impulsionados pelo Renascimento começam a trazer à tona evidências que potencialmente colocam a visão hegemônica da Igreja sobre aqueles aspectos que eu aponte no início, o que é ser Humano, o que é o passado, em xeque, elas ainda resistem. E só vão acabar sendo realmente ressignificadas com um pouco mais de tempo, pelos intelectuais do Iluminismo.

8. Iluminismo

No século 17, por exemplo, o inglês Francis Bacon já estava contestando a ideia a tese degeneracionista, para ele o passado da Antiguidade não era superior ao presente coisa nenhuma. E esse entendimento foi ficando cada vez mais presente na cabeça das pessoas na medida em que o tempo passava e que as condições materiais da vida cotidiana dos europeus ia se transformando. São essas concepções iluministas que vão fomentar as Revoluções Industrial e Francesa e que, por sua vez, retroalimentaram essas ressignificações.

Então, se antes a história da humanidade se movia de acordo com um enredo místico escrito, mesmo que por linhas tortas, guiado por uma impulsão cósmica, agora, cresce uma perspectiva de mudança antrópica, ou seja, nós humanos que transformamos as nossas condições. E essa transformação cria uma diferença entre o agora, o que é novo, e o passado, aquilo que já não é mais.

Inevitavelmente, a consequência dessa atitude é assumir a sugestão de que os seres humanos são responsáveis pelo seu próprio destino. E é assim vai surgir no horizonte a figura da Humanidade, com H maiúsculo, essa potencialidade que a gente é, que começa a ascender e a substituir aos poucos a centralidade que Deus ocupava – até que finalmente alguém viria perguntar por ele só para que a gente respondesse como, Nietzsche fez, “Nós o matamos – vocês e eu. Somos todos seus assassinos”.

Poxa, as implicações desse raciocínio, especialmente para nós aqui, são gigantescas.

Primeiro, quer dizer então que essa história de que mundo está deteriorando – tanto física, quanto moralmente – não é bem assim. Então ele perde força enquanto obra de Deus, especialmente, enquanto uma criação divina que está apodrecendo. O mundo simplesmente é.

Segundo, a gente deixa de ser visto como uma mera cria de uma entidade mística. Nã-nã-ni-nã-não, a gente é que cria e, a Humanidade se torna o principal agente de transformação do mundo.

Terceiro, aquela história de que a nossa condição presente é inferior, é pior do que à passada é balela. E a gente tem prova disso, a engenhosidade da razão humana tem demonstrado o contrário, as inovações científicas dos últimos séculos – como as de Galileu e de Newton – vão se tornar em testemunhos de que a ação humana pode ser positiva. Uma ideia que vai acabar sendo levada ao extremo pelos positivistas, quando eles assumem que a transformação é necessariamente positiva – é claro, se a razão, aquela faculdade que nos

torna pertencentes ao gênero humano, que nos individualiza de todos os outros seres, especialmente os outros animais, for usada corretamente.

Todas essas ideias que borbulham durante o Iluminismo, assim como não passam despercebidas na esfera econômica e política, também não são ignoradas por aquelas pessoas que vinham até então se dedicando a colecionar e tentar entender aqueles objetos curiosos que eram encontrados por aí ou então os vestígios de grandes civilizações de outras épocas.

Em resumo, o raciocínio que vai então surgir como explicação tem fundamentos bem simples. Um: a humanidade é dotada de uma qualidade única, a razão. Dois: os humanos transformam suas próprias condições. Três: toda transformação guiada devidamente pela razão é positiva, para melhor. Portanto, a tendência da humanidade é progredir. Quatro: nós não apenas transformamos o mundo físico, como também, outros aspectos, como a complexidade das nossas organizações sociais, nossos costumes e, mesmo, nossa religiosidade.

O que se está desenhando aqui é a explicação que vai se tornar hegemônica à época, a noção de evolucionismo cultural. E quanto a isso cabe uma observação. Embora a gente não possa dizer que existisse estritamente um conceito de evolução igual ao proposto por Darwin em 1859, a sugestão de que animais, técnicas e ideias pudessem derivar de um estado qualquer A para um outro estado qualquer B, e que isso pudesse representar um ganho qualitativo, ou seja, melhorava, já circulava há muito tempo, mesmo lá entre os filósofos da antiguidade clássica. É verdade, isso não quer dizer que eles estavam falando sobre a teoria darwiniana, mas que o tema envolvendo a ideia de uma derivação positiva entre dois estados, no nosso caso, tecnológicos, não é novo, não.

E foi essa ideia de evolução cultural que vai dar substância a uma proposta, que também não deixa de ser uma releitura de ideias que vem desde lá a antiguidade, do francês Nicolas Mahudel que em 1734 propõe sistematizar, organizar a derivação desses objetos que vinham sendo encontrados e catalogados por toda Europa em três idades diferentes e sequenciais: uma da Pedra, uma do Bronze e uma do Ferro. Mas essa ideia, embora mais para a frente se torne hegemônica, acaba tendo uma aceitação relativamente lenta, já que a narrativa católica, tendo como referência a Bíblia, ainda resistia enquanto o contexto para a interpretação destes achados.

Por exemplo, quando os europeus encontram artefatos que sugerem uma antiguidade muito grande, eles acabavam encaixando essas evidências de acordo com esse modelo explicativo e, geralmente, traduziam isso como vestígios dos povos mencionados na Bíblia que teriam ocupado o continente antes da conquista romana, como os Celtas, ou, então, se a sugestão fosse uma antiguidade maior ainda, era uma evidência pré-diluviana. Mas, nesse caso, como explicar isso? Como explicar uma continuidade tecnológica que era identificável entre esses artefatos antigos e outros mais recentes se um dia Deus acordou virado e decidiu dizimar a humanidade? A resposta mais plausível parece ter sido a seguinte: essas tecnologias foram reinventadas pela humanidade.

Portanto, a gente pode notar que, até aqui, por mais que as ideias Iluministas estivessem borbulhando, elas encontravam muita resistência na força da Igreja, o que impossibilitava se desvencilhar da narrativa bíblica e da limitação temporal que ela implica. Era preciso, então, buscar alternativas àquela cronologia mítica. E isso só vai acabar sendo possível um tempo depois, com o que a gente pode considerar como, propriamente, o início de uma Arqueologia científica.

Mas, antes da gente continua o assunto, vamos fazer um pequeno intervalo.

9. Intervalo: John

10. Fim do Intervalo

Voltando então para o assunto, a gente estava vendo como os Europeus estavam desenvolvendo ideias que possibilitavam pensar uma profundidade temporal da humanidade mais antiga do que a hegemônica até então. Mas eles encontravam dificuldades em desbancar a Bíblia como grande quadro de referência para explicar todas as questões que envolvem esses artefatos. Era preciso ainda desenvolver alternativas à narrativa católica, o que vai acontecer, especialmente, a partir de dois pontos: da construção de uma datação relativa e dos estudos do paleolítico que focavam nas análises estratigráficas, influenciados pela geologia, pela paleontologia. Vamos para o primeiro caso.

11. Datação relativa

Dinamarca, primeiro quartel do século 19. É criada uma comissão Real que forma uma das maiores coleções europeias de antiguidades. E para fazer o catálogo e a exposição desses bens, resolvem convidar Christian Thomsen, numismático. Ele, por sua vez, decide fazer uma ordenação cronológica entre as três idades que foram propostas anteriormente. Mas

Thomsen se deparou com um problema: artefatos de pedra continuavam a ser produzidos na idade do ferro, por exemplo. Então, se o objetivo dele era colocar esses materiais em ordem cronológica, como saber quais materiais de pedra foram feitos na idade da Pedra propriamente dita?

Para esse problema, ele elaborou a seguinte saída. Ele percebeu que diversos artefatos diferentes foram recuperados no mesmo contexto. Ou seja, se eles foram encontrados no mesmo lugar, então, é lógico presumir que eles foram enterrados, depositados onde estavam, se não ao mesmo tempo, com uma diferença de tempo o suficiente para a gente pensar que são da mesma época. Ainda, ele notou que outras constantes variavam, como os métodos de enterramento de humanos que estavam associados a esses materiais. Eventualmente eles eram cremados, eventualmente eles eram sepultados. Com isso em mente, Thomsen fez um baixo trabalho de classificar os artefatos que ele tinha a disposição em diferentes tipos. Para cada artefato, ele estabelecia uma determinada uma função, determinava qual a matéria-prima, qual a forma, o estilo, a decoração. Enfim. Com isso pronto, ele podia cruzar esses dados, dos artefatos, e ver quais os tipos que foram enterrados ao mesmo tempo, aqueles que são contemporâneos e, assim, determinar quais tipos de artefatos de pedra, por exemplo, são contemporâneos da idade do ferro e quais não são.

Com isso, o que ele acabou desenvolvendo foi, com base na teoria das três idades e da associação entre os diferentes tipos de materiais que eram encontrados, uma metodologia para estabelecer a idade relativa dos artefatos, ou seja, ele consegue estabelecer a antiguidade dos objetos, não em termos absolutos, em datas, mas relativos, uns aos outros. Quais são mais novos, quais são mais velhos, dentro de um determinado conjunto, com uma coerência interna. Esse é um caminho para deixar de ficar à mercê de registros escritos.

O resultado final que ele acabou apresentando foi a catalogação daqueles materiais de acordo com o sistema de Três Idades, mas com algumas subdivisões. Primeiro, uma Idade da Pedra mais remota, onde existiam apenas instrumentos de pedra. Segundo, a Idade da Pedra, mais recente, onde o metal começa a ser usado e os mortos são enterrados. Depois, uma Idade do Bronze, onde as armas e os instrumentos cortantes são feitos de cobre ou bronze e mortos deixam de ser enterrados e passam a ser cremados. Por fim, uma Idade do Ferro, onde os instrumentos e as armas são feitos de ferro temperado, o bronze continua como matéria-prima de ornamentos e de artigos de luxo. Essa última Idade também foi dividida em duas, uma mais antiga e uma mais recente, por Thomsen, mas o critério aqui

foi o estilo decorativo. Na mais antiga, eram recorrentes desenhos de serpentes curvilíneas e, na mais recente, predominam desenhos mais elaborados como dragões e outros animais fantásticos.

Finalmente, em 1819 abre o Museu das Antiguidades Nórdicas, onde essa cronologia foi exposta. E as pessoas podem ir visitar. Eba!

12. Paleolítico

Durante algum tempo, as ideias de Thomsen sobre datar relativamente os materiais que eram encontrados por toda Europa, tiveram dificuldade em atingir o público de alguns países como a França e a Inglaterra. Seja pela razão que for, a verdade é que nesses países a tendência era mais a de buscar indícios da antiguidade da humanidade, quanto mais remoto, melhor. Mas para que isso fosse possível, era preciso quebrar de vez aquele ideário místico que dava conta de explicar a origem do mundo, já que as evidências que eram eventualmente encontradas não tinham correspondência nos registros escritos e as interpretações forçavam estabelecer uma inteligibilidade entre um e outro.

Por exemplo, quando um antiquário, no século 17, encontra um machado de pedra lascada associado a um esqueleto que parecia um elefante – mas que provavelmente era de um mamute – isso foi entendido como um elefante de guerra romano que invadiu a Bretanha e foi morto por um nativo. Mas já no século 18 começam as sugestões de que o mundo teria uma origem natural, e não mística. E, com o tempo, essa ideia começa a força e a ser reforçada pelo desenvolvimento de várias ciências que acabam por oferecer evidências para que a humanidade comece a conceber a ideia de que o mundo era muito mais antigo do que a Bíblia alegava.

Por exemplo, o desenvolvimento da paleontologia – esses é o pessoal dos dinossauros, está? - foi essencial para que a gente começasse a perceber que outras espécies, que já não existem mais, que foram extintas, habitaram a terra. No entanto, num primeiro momento, como a gente ainda não tinha a noção de uma profundidade temporal como a gente tem hoje, evidências desse tipo essas eram interpretadas não como espécies extintas num processo que leva milhares, milhões de anos, mas, principalmente, na extinção devido a eventos catastróficos e que fizeram com que o Deus católico criasse, novamente, outros animais, agora com um pouco mais de complexidade, e que seria destruídos por outro evento catastrófico e, assim por diante. É o que ficou conhecido como Catastrofismo.

Dessa forma, quando na primeira metade do século 19, o francês Jacques Boucher de Perthes coleta artefatos líticos em Abbeville, no noroeste da França, associados a ossos de animais extintos, ele interpreta isso corretamente, como evidências de ocupações humanas muito, muito antigas. Mas ele ainda está preso dentro desse ideário místico e isso transparece já no título livro que ele publica em 1847 – *As Antiguidades Celtas e Antediluvianas*.

Não é surpresa que a sociedade da época não aceitou muito bem essa história. As pessoas tiveram dificuldade aceitar esse estudo por duas razões básicas: aparentemente, de acordo com o estado unidense James Sackett, boa parte do material que Boucher de Perthes trabalhou foi coletado e outra parte ele acabou comprando das pessoas que trabalhavam na pedreira onde estava o sítio em questão. Acho que eu não preciso explicar mais nada. Chega um aristocrata oferecendo dinheiro para as pessoas por uma pedra quebrada numa pedreira, é dinheiro fácil, né. Agora, isso não quer dizer que a totalidade do conjunto fosse ilegítima. Pelo contrário, vários exemplares considerados autênticos faziam parte do conjunto, mas, de qualquer forma, a aceitação deles era bem difícil por outra questão, a antiguidade. Boucher de Perthes atribuía a eles uma idade antediluviana, extremamente remota para o imaginário da época, que ele concluiu com base numa análise estratigráfica, a partir da associação dos artefatos e dos fósseis com os as camadas de sedimentos, que ele mesmo cunhou de ‘geo-arqueologia’. Mas os críticos, quanto a esse ponto, argumentavam instrumentos que ele encontrou tinham se infiltrado junto aos restos dos animais, ou seja, eram de outra época, e o registro todo que foi analisado estava, na verdade, contaminado.

Era preciso, para que essas interpretações com uma maior profundidade temporal fossem devidamente aceitas, estabelecer a ideia de uma maior profundidade temporal para o próprio mundo. Era preciso desbancar de vez a narrativa bíblica como a nossa referência cronológica das coisas. E isso vai se tornar possível, especialmente, com o desenvolvimento da Geologia e com concepção do Uniformitarismo, que se opõe diretamente ao modelo explicativo do Catastrofismo. Antes as transformações que a gente via através das diversas evidências eram interpretadas como uma espécie de reboots da terra por uma divindade. Agora, a proposta vai ser a de que o planeta está, esteve e sempre estará sujeito aos mesmos processos que atuam e que transformam ele. Erosão, intemperismo, tectonismo, enfim.

Com isso, o mundo adquire uma profundidade temporal que é até, de certa forma, amedrontadora e inconcebível. É como diz o escocês James Hutton, quanto ao nosso planeta, “não há nenhum indício de começo e nenhum vestígio de um fim”.

Eventualmente, os achados de Bucher de Phertes seriam validados por diversos outros cientistas, que concordaria tratar se realmente de evidências da ocupação humana muito anterior a 4 mil anos antes de Cristo. E, com isso, a ideia de uma profundidade temporal para a humanidade diferente da Bíblia vinha ganhando força. Mas para ser sepultada de vez, depois da antiguidade do mundo, era preciso estabelecer a possibilidade de uma antiguidade profunda para a origem da humanidade.

Se o Uniformitarismo representa que o mundo é muito mais antigo do que a gente imaginava, a teoria da evolução que Darwin publicou em 1859, é o fundamento que faltava para determinar que a humanidade, da mesma forma, estava sujeita a um processo longo e gradual que nos tornou o que a gente é hoje como espécie. E, com todas essas coisas postas e consolidadas cada vez mais no ideário da sociedade da época, uma ciência dedicada a estudar os períodos mais remotos da presença humana era agora, não só meramente possível, mas extremamente necessária.

13. A clássica definição de arqueologia

Como a gente viu até aqui, ao longo da sua constituição enquanto um campo do conhecimento, a Arqueologia se firmou como aquela ciência que estuda as evidências materiais do passado da humanidade. E é importante a gente notar que isso não aconteceu do nada, numa forma que fizesse a gente sair correndo de dentro da banheira, pelado, gritando “Eureka” por aí. Foi preciso muito tempo para que a gente amadurecesse um pensamento que tornasse possível conceber uma Arqueologia dessa forma. A gente teve que começar a dar atenção para as coisas sensíveis, notar as mudanças que ocorrem ao longo do tempo, entender a influência que o ser humano exerce na transformação das condições materiais do mundo, e, ainda, expandir o tempo numa forma, por que não, em que ele se torna assustador.

Nesse sentido, a Arqueologia tanto é produto quanto produtora dessa nova consciência. E aqui, até onde a gente chegou, no final do século 19, isso se cristaliza e essa ciência se consolida e se define dessa forma. Antes de mais nada, A Arqueologia é a ciência que estuda o passado, ou as civilizações do passado, através dos seus vestígios.

Mas desde então, já se passaram, no mínimo, 120 anos.

Nesse meio tempo, os Bolcheviques invadiram o Palácio de Inverno, a gente teve duas Guerras Mundiais, Subiram um Muro em Berlim; Derrubaram o Muro de Berlim, Einstein propôs a Teoria da Relatividade Geral, Freud, Id Ego e Superego, Iuri Gagarin vai, literalmente, para o espaço; Neil Armstrong pisa na Lua, a emancipação de diversos Estados africanos, Golpes Militares na América do Sul, Maio de 68, 11 de setembro; os Baby Boomers e as Gerações X, Y, Z, Alpha... Enfim.

Será que é pertinente a gente esperar, diante disso tudo, que nada tenha mudado? Alguém realmente acha que a gente ainda pensa do mesmo jeito? É muito difícil de acreditar, né. É claro que as coisas mudaram, mas isso é um assunto que fica para o próximo episódio.

7.4 APÊNDICE IV – ROTEIRO DO EPISÓDIO *ARQUEOLOGIA É ARQUEOLOGIA É ARQUEOLOGIA – PARTE 2*

1. Excerto

No episódio passado, a gente viu de maneira breve como a Arqueologia se consolidou enquanto **a ciência que estuda o passado, ou as civilizações do passado, através dos seus vestígios**. E que quando essas civilizações têm registros escritos, a Arqueologia perde força, ou validade, já que os textos são considerados fontes mais importantes do que as evidências materiais. Assim, aquele passado que a Arqueologia se dedica a estudar por excelência, não é meramente qualquer um, mas preferencialmente aquele que não se tem registros escritos, o que se convencionou chamar de Pré-Histórico. Nessa segunda metade da resposta à pergunta O Que é Arqueologia? A gente vai ver como, a partir disso, e seguindo dois modelos distintos, a Arqueologia acabou encontrando espaço dentro das instituições de pesquisa e, também, quais os impactos do tumultuado século XX, que foi um período extremamente fértil para o pensamento arqueológico, no modo pelo qual a Arqueologia se enxerga, hoje, enquanto ciência.

2. A Arqueologia não é apolítica

Durante muito tempo foi absoluto consenso que as pessoas de dentro da academia, que produzem conhecimento, eram agentes apolíticos. Mas o que isso significa? Simples, que a pessoa que pesquisa, está coberta pelo manto da isenção, que ela não está aqui para o bem nem para o mal, só está fazendo ciência, trazendo à luz a vida como ela é. Bom, hoje em dia, a gente está muito mais consciente do que nossos antepassados. É com isso fica cada vez difícil sustentar falácias que defendam um *isentismo* por parte de quem pesquisa. Pelo menos para quem olha para o mundo para além do próprio umbigo, já se concorda que as coisas não são bem assim, mesmo que ainda alguns ainda façam de conta que não esse papo não é com eles.

Tirando esses últimos, acho que é seguro dizer que todos mundo que está na academia já está mais do que ciente, por exemplo, de que os Estados-nação que começaram a se formar nos últimos séculos utilizaram e ainda hoje utilizam o conhecimento produzido pela academia de forma estratégica. Ou seja, com fins políticos, para atingir os seus objetivos, que podem ser considerados desde louváveis até criminosos. E isso vale para todas as áreas

do conhecimento, vale para a física, para a química, para a história e, claro, não poderia ser diferente, para a Arqueologia também.

Mas por que é importante começar esse episódio mencionando isso? Porque antes da gente seguir para o desencadeamento do pensamento arqueológico ao longo do século XX, a gente precisa entender como se deu a institucionalização da Arqueologia, como ela se encaixou na estrutura acadêmica de ensino e pesquisa, depois aqueles momentos iniciais em que ela ia criando a sua própria identidade. E, para isso, a gente precisa entender melhor essa coisa do Estado-nação, que é um fenômeno recente, de poucos séculos.

3. Estados-nação

A primeira coisa a se observar é que não é à toa que esse conceito é um termo composto. Afinal, Estado e Nação são coisas diferentes.

Por exemplo, o jurista Sahid Maluf define a Nação como uma entidade de “direito natural e histórico”. O que significa dizer que a Nação é uma qualidade que nasce com a gente e que, nesse sentido, ela é universal. Todo ser humano, quando nasce, já pertence a uma. Mas, por outro lado, ela também é restrita, na medida em que tem uma circunstância histórica que delimita ela. Ou seja, um grupo de pessoas que são unidas pela terra que ocupam, pelos hábitos, costumes, valores, língua. No final das contas, a gente pode dizer que todo mundo que Nasce tem uma Nação, mas não necessariamente a mesma. Dependendo de onde se nasce, a gente herda uma Nação X ou Y ou Z.

Já o Estado, como diz o mesmo jurista, embora possa ter diferentes concepções de acordo com a Doutrina, é, necessariamente, uma realidade jurídica. E qual a diferença em relação à Nação, por exemplo? Aqui, o Estado não é assumido como uma condição natural, mas, sim, como um comum acordo que vai definir a organização política de um determinado grupo – como a nação brasileira, por exemplo - a partir do ordenamento jurídico, ou seja, de uma série de regras, leis, que podem ser rearranjadas de acordo com as possibilidades estipuladas.

Então, quando as monarquias absolutistas começam a cair e o Estado deixa de ser uma Pessoa Só, o que a gente acaba presenciando é a transição da figura de um monarca escolhido por Deus para a abstração que uma Nação representa, que é quem, mesmo que indiretamente, vai acabar exercendo o poder.

Mas o povo que forma uma nação, seja aonde for, nunca é homogêneo, aliás, nem é preciso argumentar muito em defesa dessa ideia. Mas, de qualquer forma, a ideia de um

Estado-Nação pressupõe essa homogeneidade. A própria ideia de Estado-Nação entendido na sua forma ideal, pressupõe que o Estado deve ser de uma só Nação, coesa.

E isso faz com que esses estados modernos que fossem surgindo precisassem determinar em que termos a sua Nação deveria ser definida. Ok, tudo bem, somos todos do mesmo grupo, a gente compartilha as mesmas coisas, mas então, o que significa ser francês, por exemplo?, que é um direito natural que uma pessoa nascida na França adquire só por existir. O que é que qualifica essa condição que é herdada? E isso vira uma questão de Estado, em outras palavras, a gente está falando de uma decisão política que constrói uma narrativa, uma história sobre si, escolhendo o que se mostrar, o que quer se esconder ou, simplesmente, inventar.

E a gente pode olhar para o modo como essa Nação é construída a partir de dois prismas, duas miradas que são interdependentes, uma separação que a gente faz aqui por questões didáticas, por que é mais fácil de enxergar, embora, vida cotidiana, seja tudo uma coisa só. A primeira delas é a que dá conta de dizer quais são os nossos valores agora, hoje. O que é que nos faz ser o que a gente é nesse exato momento. Quais são os valores, as crenças e os costumes que o povo de uma mesma nação deve compartilhar para ser da mesma nação? Esse é o parâmetro sincrônico, contemporâneo, do agora.

A segunda, dá conta de explicar qual a nossa origem, de onde a gente veio, onde a gente esteve, de quem que nós somos herdeiros. Esse é o parâmetro diacrônico, que serve pra, basicamente, sinalizar tanto que a nossa Nação existe a um tempo considerável para que ela seja legítima e que tenha uma certa consistência, além de defender a persistência de uma ocupação ao longo do tempo e que justificaria, em tese, um direito natural de uma nação sobre um território.

É nesse segundo ponto especialmente que o desenvolvimento de uma ciência como a Arqueologia foi de grande valia, já que eram esses os pesquisadores que vinham se dedicando a encontrar e a identificar evidências de ocupação humana no passado e que poderiam justamente fornecer indicações de que um determinado território X é ocupado há muito tempo por certo grupo. Basta a gente lembrar, por exemplo, que quando Boucher de Perthes encontrou artefatos líticos que ele entendia como pertencentes a grupos humanos mais antigos, ele atribuiu aos Celtas.

Certo, mas por que é importante a gente saber disso? Porque, como eu disse, a Arqueologia foi – e ainda é útil – como uma das ferramenta estratégica dos Estados

modernos para construir a imagem da sua Nação. E essa é a tônica que vai determinar o que a gente pode considerar como as duas formas pelas quais a Arqueologia se institucionaliza enquanto disciplina acadêmica ao longo do século XX. Aqui, a gente está falando, basicamente, de duas tendências diferentes, dois modelos que acabam se consolidando e que vão influenciar como as instituições de outros países vão se organizar quando incorporam a Arqueologia.

Um deles é o modelo majoritariamente europeu, que assume caráter mais nacionalista. E outro, de caráter mais colonialista, que tem sua referência no contexto dos Estados Unidos. Vamos começar pelo primeiro.

4. Arqueologia e Nacionalismo vira história

O modelo Europeu segue aquela lógica que a gente já viu até aqui. A ideia de Nação se articula em duas dimensões. Uma sincrônica, que trata do presente e outra diacrônica, que trata do passado. E aqui, essa é uma diferença fundamental com o outro modelo, pois se entende que há uma correspondência entre as duas. Ou seja, a Nação atual do Estado moderno é herdeira direta das populações humanas que ocupavam o território antigamente. Portanto, o que se presume é que se trata de uma Nação com uma profundidade temporal muito grande, especialmente, em relação ao território em que ocupa.

E, mesmo em uma época em que os registros escritos ainda são, sem sombra de dúvidas, considerados evidências mais contundentes do que os vestígios materiais, essa profundidade temporal assumida é muito maior do que o período em que há de escrita. Portanto, se na parcela mais recente da história da Nação, a pesquisa arqueológica não tem praticamente serventia alguma, a não ser como uma técnica para recuperar textos perdidos ou, então, para encontrar artefatos que ilustrem o que os textos já diziam, para os períodos em que a gente não tinha registros escritos, a Arqueologia é o único meio de se acessar a profunda História dos povos europeus. Em outras palavras, a Arqueologia é a única maneira possível de se construir uma história para os Europeus antes da escrita. É nesse sentido que na Europa o Arqueólogo é essencialmente, um Pré ou Proto-Historiador. Já que a História, por excelência, é o estudo do passado humano a partir dos textos, nós somos os que ficam com o resto, o que vem antes. Inclusive, é comum a gente ver diversas figuras famosas na Arqueologia que se identificam, justamente, como Pré-Historiadores, antes de Arqueólogos. É nesse sentido que tanto o período escrito quanto o sem escrita é entendido como uma grande história da civilização europeia. Já que a continuidade da Nação aqui é assumida

como verdadeira. E é nesse contexto que a Arqueologia acaba se vinculando à História em boa parte da Europa e que, por isso, também, assume um caráter predominantemente nacionalista.

O que significa dizer que ela incorpora essa ideologia, o nacionalismo, na sua prática, reafirmando a Nação enquanto entidade política, reforçando a uma homogeneidade presumida, inclusive, étnica, um grupo que compartilha os mesmos valores, mesma língua, mesmos costumes e, muito importante aqui para nós, mesmo território ao longo do tempo.

E essa aproximação entre Arqueologia e Nacionalismo não ocorre à toa, afinal, a gente está falando de um período da Europa em que os Estados-Nação seguem surgindo e, conseqüentemente, surgem também disputas pela legitimidade dos novos territórios, mesmo que, de certa forma, tardia, como ocorreu com os processos de unificações Italiana e alemã. E, talvez, pelo menos a título de ilustração, essa relação entre Arqueologia e Nacionalismo tenha seja mais clara na figura do alemão Gustaf Kossina, que, como disse o arqueólogo Bruce Trigger, ele, ao publicar em 1911 *A origem dos Germanos*, declarou que a arqueologia a mais nacional das ciências e os antigos germanos o mais nobre tema de pesquisa. Não à toa que seus trabalhos foram utilizados pelo regime Nazista como uma espécie de propaganda, mesmo após a morte dele em 1931.

Mas, enfim. Em certa medida, ainda hoje, a Arqueologia exerce essa função estratégica em todos Estados modernos. A gente mesmo, aqui, no Brasil, por exemplo, tem a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), em 1937, durante a era Vargas, como um marco desse processo. No entanto, nós, ao menos num primeiro momento, acabamos desenvolvendo um processo de institucionalização da disciplina que assumiu, não o nacionalismo, mas outro aspecto como caráter predominante, que corresponde ao segundo modelo de institucionalização que eu mencionei, o Estado Unidense.

5. Arqueologia e Colonialismo vira Antropologia

Se o modelo Europeu segue a lógica do Estado-nação sem problemas, já que se presume uma harmonia entre as dimensões sincrônica e diacrônica da Nação, aqui, no novo Mundo, isso se perde, e as contradições desse conceito ficam mais evidentes. Por que, vamos lembrar do seguinte, a “Nação” dos Estados Unidos é, basicamente, formada pelos descendentes dos europeus – preferencialmente os não latinos - que começaram a invadir o continente americano a partir de 1492. Portanto, qualquer evidência de ocupação, independentemente

da profundidade temporal, que seja anterior a, vamos considerar aqui, à fundação da primeira colônia britânica em Jamestown, em 1607, não é uma ocupação que diga respeito à Nação dos Estados Unidos, afinal, ela não é herdeira dos povos originários das Américas, ela é a invasora. Na verdade, como já tinha outras pessoas habitando o continente antes da chegada desses invasores, a continuidade dessa gente precisa ser deslegitimada, de uma forma que justifique, que valide a presença dos estado-unidenses e o conseqüente direito que eles teriam a essas terras.

Então, ao contrário da tendência europeia, que via uma continuidade histórica; aqui, nesse caso, ela não existe, e nem rola uma forçação de barra para assumir que ela possa existir. Pelo contrário, a estratégia é que se adota é bem simples: vamos escancarar logo essa diferença. A Arqueologia, aqui nesse caso, não vai se dedicar a acessar o passado remoto sem escrita da Nação, e, sim, se dedicar a estudar um Outro, o Não-Herdeiro-dos-Europeus, O Não-Estado-Unidense, O Nativo Americano. É por essa razão que a gente pode considerar que nos Estados Unidos – e, por extensão, naqueles países influenciados por eles - a Arqueologia acabou se institucionalizando dentro da Antropologia que é, por excelência, a ciência da alteridade. Do diferente. Do Nativo. Aqui, a ruptura entre a sincronia e a diacronia da Nação é assumida.

E se no modelo historicista o fio que mantém a coisa toda unida é o da derivação da ocupação de um território por uma determinada etnia, a construção da história profunda de uma Nação, aqui, o fio que mantém a coesão entre os dois estranhos e que vai servir para reforçar o programa colonialista, é, especialmente, a ideia de cultura.

A primeira definição antropológica de cultura, oferecida pelo britânico Edward Tylor em 1871, nos diz que se trata de "todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade". E esse entendimento é interpretado a partir daquele modelo explicativo que mencionei no episódio anterior, o evolucionismo cultural, a ideia de que existe uma linha evolutiva da cultura, que sempre parte de um ponto mais simples em direção a um mais complexo. A gente está falando, por exemplo, daquela historinha de estágios que as sociedades passam Selvageria, Barbárie, Civilização. Dessa forma, se entende que embora diferentes grupos humanos possuam culturas diferentes, eles compartilham a característica fundamental de serem parte do que a gente chamou de humanidade. E essa qualidade que define a todos nós é objeto de aprimoramento, é possível

que a gente seja melhor, uma humanidade superior. A diferença entre nós é, portanto, não quanto à nossa natureza, mas de grau, em que estágio a gente está? E, adivinha só, quem é que se considera a vanguarda dos seres humanos? Pois é, os europeus e – por extensão – os seus descendentes também. E ainda hoje o reflexo dessas ideias são muito claros né. A gente aqui no Brasil sabe muito bem, afinal, quantos de nós aqui não conhece alguém que se acha italiano, ou alemão só por causa do sobrenome?

Bom, a questão é a seguinte: assumindo essas premissas como verdadeiras, a principal contribuição da Arqueologia aqui foi a de demonstrar, de evidenciar o atraso tecnológico daqueles que habitavam o novo mundo. Reforçando a tese de que os povos nativos são selvagens, ou seja, que eles não são civilizados.

Com isso em mãos, a Nação estado-unidense tira a competência dos nativos e assume para si a responsabilidade e a legitimidade sobre o território. Afinal, como disse o britânico James Frazer, “...um selvagem está para um homem civilizado assim como uma criança está para um adulto”.

6. Qual o impacto da divisão?

Certo, a gente viu então como a Arqueologia acabou se vinculando ora à História, ora à Antropologia, de acordo com o contexto político em que ia se inserindo. Mas qual a relevância disso para a gente chegar à resposta da pergunta que nos guia até aqui?

Não te preocupa, vou me explicar, a sugestão é bem simples. Se no começo do desenvolvimento da Arqueologia ela esteve fortemente atrelada à História, como uma ciência capaz de dar uma maior profundidade à origem da humanidade e das nações europeias, que culminou naquela definição clássica, batida, que acho que já não é mais preciso repetir; com a vinculação dela à Antropologia, por conta de ser praticada em outros contextos, a disciplina acabou sofrendo uma série de influências que não necessariamente vão apagar aquela identidade construída ao longo de séculos, mas, vão sim, redefinir e expandir o entendimento que a gente tem sobre essa ciência hoje.

E essa vai ser a tônica ao longo de todo o século XX: uma maior reflexividade sobre a própria ciência impulsionada pela predominância do pensamento anglo-estado-unidense.

Uma das principais razões pelas quais a gente pode interpretar essa efervescência, essa postura aparentemente mais consciente que essa matriz não europeia-continental assume é a incessante tentativa de se justificar enquanto uma ciência antropológica. Porque, como a gente viu, a Arqueologia surge dentro do espectro da História. E essa Arqueologia que vai

para o novo mundo, encontra berço na Antropologia, pela razão que a gente já viu, mesmo que ainda fosse fortemente influenciada pela sua origem europeia. Mas como o objetivo da Antropologia era o de estudar a Cultura dos nativos – uma coisa se faz na sincronia, no contemporâneo - e isso era feito basicamente por meio do método da etnografia, o trabalho do arqueólogo acaba sendo visto como uma inutilidade. Já que a Cultura são ideias, comportamentos, crenças, enfim, coisas intangíveis ou efêmeras. Ao ponto em que, se presume o seguinte: se eu conheço uma determinada Cultura, qual o propósito de se observar os objetos produzidos por ela? Enquanto isso, o arqueólogo trabalha considerando uma profundidade temporal e ainda faz isso a partir de coisas com volume, mais substanciais, mais perenes, que acabam sendo vistos como meros indícios daquelas ideias às quais os Antropólogos têm acesso direto. Nesse sentido, a Arqueologia só produz ilustrações das coisas que a Antropologia descobre.

Franz Boas, por exemplo, a quem se costuma atribuir a organização da Antropologia em quatro campos distintos – Antropologia Física, Linguística, Etnologia e Arqueologia – ele mesmo relegava um caráter auxiliar para a gente, já que pensava que a cultura era irredutível aos artefatos, “a Coisa cultural era muito intangível para ser encontrada nas coisas”.

Assim, não parece estranho para a gente aqui o fato de que o arqueólogo, diante dos seus colegas Antropólogos, sempre acaba sendo visto com certo desdém. Dentro desse contexto todo, a Arqueologia é uma coisa menor. O estado-unidense Ernest Hooton, em 1938, por exemplo, chegou a dizer que arqueólogos são “playboys senis da ciência, de pés fincados em monturos de antiqualha”. E essas acusações não cessam com o decorrer das décadas, o também estado-unidense James Deetz reporta, em 1977, que era recorrente a afirmação de que a Arqueologia que trata de períodos com escritos, por exemplo, nada mais é do que “uma maneira cara de saber o que já sabíamos”. De qualquer forma, eventualmente, talvez devido ao cansaço de fazerem pouco caso deles, essa Arqueologia antropológica acaba dando o primeiro para se diferenciar daquela que cruzou o oceano.

7. A Nova Arqueologia

Em 1955, o estado-unidense Philip Phillips publica um artigo chamado Arqueologia Americana e Teoria Antropológica Geral, onde ele discute a circunstância de uma Arqueologia de matriz europeia praticada no Novo Mundo. De acordo com ele, essa prática não tem qualquer serventia para a História, num sentido estrito, no caso dos estados unidos,

já que não existia História antes da chegada dos Europeus no Novo Mundo. Dessa forma, ainda de acordo com ele, A Arqueologia do Novo Mundo tem que ser antropologia senão corre o risco de não ser nada. E esse acabou sendo o tom para a mudança de paradigma que eu venho antecipando. Em 1962, outro estado-unidense, Lewis Binford, publica um outro artigo onde ele defende justamente essa ideia do Phillips, a ideia de uma Arqueologia como Antropologia e aproveita ainda para determinar em que termos isso tem que ser feito, que a gente vai ver aqui em linhas gerais:

Para ele, a Antropologia estuda a totalidade das semelhanças e das diferenças, tanto faz se físicas ou culturais, características de toda extensão da existência da humanidade no tempo e no espaço.

Também de acordo com ele, a Arqueologia até, então, por conta dessa raiz europeia, só vem evidenciando questões bem particularidades dessa existência, que no final das contas, só cumpre a função de ilustrar uma história. *Ma pera lá*, diz o Binford, não com essas palavras, né, a gente precisa deixar de enxergar as nossas evidências dessa forma e a gente tem que começar a dar atenção aos processos culturais que afetam toda a humanidade, a gente tem que observar as essas transformações e, também, explicar elas.

Bom, mas como fazer isso? A resposta para esse pessoal, parece ser bem evidente. Como uma ciência Antropológica a Arqueologia tem que se dedicar a estudar a cultura, e essa cultura aqui, para a gente, tem que ser entendida como um meio extrassomático, ou seja, de fora do nosso corpo, que a humanidade tem de se adaptar a um determinado ambiente. Além disso, se assume uma postura positivista, enfatizando que a única possibilidade de se interpretar as evidências é objetivamente, que no final das contas vai resultar num viés altamente cientificista.

Esse movimento de descontentes com a Arqueologia de matriz europeia acabou sendo chamado de Processualismo – por conta da essa ênfase que eles davam aos tais processos culturais – e representa uma forte ruptura com aquele paradigma que era hegemônico até então. Não só isso, como a gente pode ver, com essa máxima de que a Arqueologia do Novo Mundo é Antropologia ou não é nada, ele representa, não só uma quebra de pensamento, mas a negação das explicações que o Binford, por exemplo, acusava de serem particulares demais. Uma ideia que ficava meio escondida era de a gente precisava começar tudo do zero. Não à toa, esse movimento ficou conhecido como A Nova Arqueologia. E a gente sabe qual o peso semântico desse substantivo, né. Se tem uma coisa qualquer que é

nova, ela tende a ser percebida como melhor, e a velha, que fica obsoleta, não serve para mais nada.

Mas, por que isso agora? Bom, aqui é interessante a gente ressaltar mesmo que rápido o contexto dos Estados Unidos: a gente está falando do período pós-guerra, quando Eles se firmam de vez como a grande potência econômica do mundo, além disso, a taxa de natalidade explode – por isso a geração nascida por volta de 45 e 60 é conhecida como Baby Boomer, que é a explosão de natalidade. Outra coisa, a vida cotidiana começa a se transformar com uma série de tecnologias que se herda da guerra, que acabam representando, de certa forma, os benefícios do conhecimento científico. Por isso não é estranho considerar que tenha uma aura de fé no progresso da humanidade – mesmo que aqui por humanidade, a gente tem que levar em conta que eles tão pensando é neles, né – um otimismo que é renovada após a guerra e, mais do que nunca, o conhecimento objetivo é quem rende esses frutos.

Então, a gente está em meados da década de 1960, e aquela definição tradicional da Arqueologia já parece não fazer mais sentido. A Arqueologia não é o estudo das civilizações do passado através dos seus vestígios. A gente não busca artefatos para construir uma narrativa sobre um grupo, uma etnia. A gente, sim, explica as transformações que vão ocorrer no processo cultural ao longo do tempo a partir das evidências materiais da ação da humanidade para se adaptar a um determinado ambiente. A gente estuda a cultura. A gente estuda a Humanidade. E a gente deve fazer isso objetivamente, com muitos dados e com muitas tabelas, definindo leis gerais, como nossos colegas da física, por exemplo.

Só que, como canta o Belchior, É você que ama o passado e que não vê que o novo sempre vem.

8. O Pós-Processualismo

Pois é, um dos problemas dessa narrativa toda em cima do que é novidade, é que O Novo de hoje é o velho de amanhã. E, eventualmente, o Processualismo, ou melhor, a Nova Arqueologia, acabou ficando velha.

E isso começa, basicamente, a partir da década de 1980, quando começam a surgir uma série de perspectivas diferentes dentro da disciplina, mas que tem em comum uma crítica, especialmente, ao objetivismo da Nova Arqueologia e à consequente agenda positivista que ela promove. E aqui, a gente não está falando de um modelo explicativo, mas diferentes modelos, que por compartilharem essa oposição às principais bandeiras do Processualismo,

a gente acaba agrupando sob a forma de um só movimento que se convencionou chamar Pós-Processualismo.

Em poucas palavras, a gente pode estipular que, se, antes, a gente precisa entender, as mudanças que ocorrem no processo cultural, a partir das formas extrassomáticas pelas quais a humanidade se adapta ao ambiente em que ela tá inserida; agora, a gente tem que reconhecer que toda sociedade humana vive carregada de tensão e de disputas e que, de certa forma, tanto as nossas ações enquanto indivíduos, quanto o mundo físico que nos cerca acaba exercendo uma forma de negociação nessas circunstâncias. Ou seja, a preocupação central aqui, não é mais o processo, a transformação da cultura como ferramenta de adaptação ao longo de séculos, milênios; a preocupação é o uso da cultura enquanto ferramenta de mediação entre indivíduos e/ou grupos humanos em uma circunstância qualquer.

É nesse sentido que estas Arqueologias – e aqui acho que a gente pode tomar liberdade para afirmar isso - tem uma agenda em comum: Interpretar os sentidos e os usos sociais das evidências materiais no seu contexto pertinente. Que é uma pauta muito ampla – é verdade – mas não tem problema algum, é para ser assim mesmo, já que serve para representar uma série de abordagens diferentes. Aliás, justamente esse tipo de entendimento que possibilita que a gente tenha uma certa inteligibilidade desse momento.

Com isso, o que a gente vai ver, é o surgimento de várias formas de se pensar a arqueologia que adotam diferentes tendências que já estavam presentes no pensamento social há um tempo. A gente tem uma Arqueologia estruturalista, simbólica, fenomenológica, decolonial, indígena, de gênero, enfim. Que, para resumir, acabam se estabelecendo enquanto um contraponto aos Processualistas, especialmente, nos seguintes termos: O processo não é mais o centro da questão, mas sim a ênfase em uma abordagem histórica, situada no tempo e no espaço, que leva em conta o peso dos indivíduos; a questão não é evidenciar leis gerais, mas interpretar interações sociais. É nesse sentido que o positivismo precisa ser combatido, expondo assim a natureza subjetiva da interpretação arqueológica. Ainda, o cientificismo se restringe a prover uma falsa sensação de utilidade para a Arqueologia em uma sociedade tecnocrata. A gente precisa, então, contestar isso e chamar a atenção para nossa própria condição de produção do conhecimento, afinal, o arqueólogo também é um agente político.

De novo, aqui, a gente pode pensar numa correlação entre a consolidação dessas arqueologias e o contexto social da época. A gente está falando de uma época influenciada por uma série de movimentos sociais identitários e políticos, descontentes com os governos e com o tal do establishment, especialmente, no Norte, que explodiram nas décadas de 60 e 70. Movimentos como o que se convencionou chamar de contracultura, a segunda onda feminista, os movimentos anti-consumismo, antiguerra do vietna, o movimento dos direitos civis dos afro-americanos nos Estados Unidos, o movimento Libertação Gay e, claro, o maio de 68 em Paris. Não à toa, os pós-processualistas são fortemente influenciados pela Antropologia francesa da década de 60, pelas denúncias da Antropologia Cultural de que a evolução cultural é etnocêntrica e insustentável e pelas premissas dos pós-modernistas.

E, ainda, embora o Pós-Processualismo seja um conglomerado de proposições, geralmente a gente atribui o início dele ao lançamento dum livro chamado Arqueologia Simbólica e Estrutural, publicado em 1982, e editado pelo britânico Ian Hodder, que reunia uma série de ideias que foram apresentadas alguns anos antes em uma conferência na Universidade de Cambridge, na Inglaterra.

9. E a Europa com isso?

Mas o que será que aconteceu com aquela matriz europeia enquanto isso? Bom, aparentemente, essas ideias exteriores não acabaram exercendo grande influência na Arqueologia do continente europeu. E, aqui, é bom a gente reforçar que o Reino Unido assume uma proximidade intelectual muito maior com os Estados Unidos, formando uma grande comunidade anglófona. O que não é algo muito estranho, não. Afinal, é comum a impressão de que o pessoal das ilhas britânicas são meio afastados da comunidade europeia em geral. Está aí o Brexit, né.

Agora, voltando à questão do continente, acho ilustrativo, por exemplo, quando o francês Laurent Olivier nos diz que, pelo menos no país dele, parece não existir tanto essa necessidade de se pensar a Arqueologia, como acontece nos Estado-Unidenses e ou como os Britânicos vinham fazendo, já que os “fatos arqueológicos” acabam vindo antes da interpretação teórica. O que diante do contexto que foi exposto até aqui, sinaliza que essa arqueologia atrelada à História é uma atividade indutiva fundamentada na construção de evidências que corroborem premissas externas, como os textos escritos.

Dito isso, acredito que a gente tenha abordado até aqui boa parte do que a gente precisa saber para responder àquela pergunta. Falta ainda, no entanto, falar sobre um ponto que eu

venho tentando ao máximo evitar mencionar, num aspecto que é fundamental para a gente concluir a jornada. E fiz isso por duas razões: primeiro porque, de certa forma, representa a grande convergência que eu vejo, no século XX, entre os dois modelos de institucionalização da Arqueologia. Segundo, por que é, talvez, das questões que envolvem essa identidade da disciplina, a mais presente hoje em dia: qual o limite temporal do nosso objeto de pesquisa? Aliás, existe um?

10. A Arqueologia e o tempo

Bom, por mais que eu tenha dado ênfase até aqui a uma Arqueologia que vem sendo pensada num contexto diferente do europeu-continental de qualquer forma, essa arqueologia segue acontecendo ao longo do século XX. E ela se consolida cada vez mais como uma espécie de ciência auxiliar nesse sentido, que, num primeiro momento, como a gente já viu, permite o aprofundamento temporal da existência desses povos e, num segundo, que acaba sendo mais desenvolvido nessas últimas décadas, que permite acessar a história que não é coberta pelos registros escritos. Mas não porque a gente está falando de um período em que não há escrita, mas porque a gente está falando de momentos não tão antigos assim e em circunstâncias em que não se tem relatos escritos, oferecendo a oportunidade de, assim, complementar a História desses povos a partir da perspectiva que a Arqueologia oferece. É nesse sentido que a gente pode considerar o desenvolvimento de campos de atuação da Arqueologia como a Medieval e a Pós-Medieval, e, mais recentemente, de uma Arqueologia Industrial, essa última que acaba surgindo na Inglaterra, com características muito semelhantes ao esforço do tal primeiro arqueólogo do Bruce Trigger, o italiano Ciriaco, de identificar e registrar um patrimônio industrial que vinha se perdendo, especialmente após a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial.

Aquela definição primordial dava conta de se referir a um passado remoto, especialmente aquele passado sem escrita, já que a disciplina da História estava aí para ocupar esse espaço. No entanto, como a gente recém viu, ao longo do século XX, a primazia da Arqueologia em estudar a vida material fez com que essa profundidade temporal diminuísse, mesmo que para preencher as lacunas deixadas pela ausência de referências escritas. Ao ponto em que, em meados dos anos 1950, mesmo que talvez ainda não fosse muito aceita, já se falava em uma Arqueologia que tratava do período industrial.

Em contrapartida, com o desenvolvimento da Nova Arqueologia, mais ou menos nessa mesma época, criou-se a consciência de que o objeto que a Arqueologia trabalha, o registro

arqueológico, não é o passado estático, cristalizado que é arrastado através dos tempos até o momento em que nos encontra. Como Lewis Binford chegou a afirmar, pelo contrário, o registro arqueológico “está conosco, aqui, no presente... ele é parte do nosso mundo contemporâneo e as observações que a gente faz sobre ele são feitas aqui e agora, contemporaneamente a nós mesmos”. Também por volta dessa época, em 1973, William Rathje, outro estado-unidense, desenvolveu o Projeto de Lixo de Tucson, que ficou conhecido pela alcunha de Lixologia, que tinha como premissa de que é possível observar regras gerais de comportamento e de que não existe razão lógica para essas observações só possam ser feitas sobre o espectro de um passado distante. Essas ideias e atitudes, semelhantemente à expansão do campo de atuação da Arqueologia na Europa, representam uma fissura naquele entendimento engessado de que a Arqueologia trabalha com o antigo, especialmente o remoto. E parece que esse racha acaba se aprofundando de vez com a chegada dos Pós-Processualistas ao enfatizarem a pertinência de se preocupar com as conjunturas históricas, a princípio, em qualquer tempo e em qualquer espaço e com o papel da Arqueologia enquanto uma ferramenta interpretativa, para além da mera formuladora de comportamentos gerais. Michael Shanks e Christopher Tilley que, em 1987, fizeram um trabalho de análise do design de vasilhames de cervejas britânicas e suecas contemporâneas, nos dizem nessa mesma oportunidade que “a maioria dos estudos que tem sido conduzidos não conseguem perceber o potencial do estudo da cultura material moderna enquanto uma intervenção crítica na sociedade contemporânea, uma intervenção com um intuito de transformação”. Ou seja, mais do que a gente ficar ciente de que a Arqueologia se faz no contemporâneo, por circunstâncias características da nossa própria existência, é preciso fazer uma Arqueologia cujas problemáticas também tratem DO contemporâneo.

E eu diria que, embora a gente ainda venha refletindo sobre diversos aspectos do pensamento da Arqueologia, talvez esse seja o grande ponto em discussão nos últimos vinte anos. E, nesse meio tempo, já parece consolidada a ideia plantada lá atrás de que, não é só possível, mas viável uma Arqueologia sem uma imposição temporal sobre as suas problemáticas. E qualquer objeção a isso, parece ser muito mais na ordem da autoridade, amparada no poder institucional, do que epistemologicamente fundamentadas.

11. O que é Arqueologia?

Agora que a gente já viu tudo, cabe então, finalmente, responder à pergunta.

Mas como eu gosto de complicar as coisas, minha resposta começa pelas alternativas que não são viáveis.

Primeiro: se a gente tentar definir o que é Arqueologia, hoje, exclusivamente a partir de uma das tendências que a gente viu nesses dois episódios, a gente vai falhar miseravelmente. Mas por quê? Bom, dizer que uma coisa exerce pouca influência sobre a outra não significa dizer que não exerce influência. Muito menos que em determinado espaço geográfico, a prevalência de um ou outro modelo significa que ele é o único. E isso é especialmente importante se a gente considerar o nosso próprio contexto aqui, falando de uma perspectiva daqueles que são tidos como na borda do *continuum* centro-periferia da geopolítica acadêmica. Aliás, acho que a nossa situação exacerba ainda mais essa convivência possível, afinal, a gente aqui no Brasil sofre muita influência de ambos até hoje.

E a gente tem que observar ainda que aquele modelo historicista originalmente Europeu, além do Processualismo e do Pós-Processualismo, ainda existem entre nós. Em maior ou menor grau, dependendo do tempo, do espaço ou mesmo da problemática da pesquisa, um assume uma maior predominância que outro. Inclusive, já foi dito algumas vezes e eu aproveito para repetir aqui que, embora eles possuam algum antagonismo entre si, elas não são perspectivas necessariamente excludentes, pelo contrário. Todas essas formas pelas quais a Arqueologia pensa seu objeto de estudo estão estruturadas sobre a preocupação do mundo moderno com as mudanças na sociedade, na cultura e no mundo em geral que estão distribuídas pelo tempo, onde esse último é o pano de fundo que nos permite arranjar essas mudanças. A única coisa que acaba mudando efetivamente entre uma ou outra abordagem, é o enfoque, que por sua vez, exige um determinado modelo explicativo.

Segunda alternativa inviável: aquela definição clássica de Arqueologia como o estudo do passado que, se a gente der uma forçada de barra e ignorar o que nos for conveniente, abarca todo o desenrolar do pensamento arqueológico no último século. Mas por que não?

Bom, embora a Arqueologia tenha surgido como uma preocupação com o passado remoto, uma limitação temporal que foi reforçada pelo antagonismo criado pela sua institucionalização, as últimas décadas foram fundamentais para demonstrar que a manutenção dessa imposição, dessa barreira temporal, atende exclusivamente às expectativas das ciências que nos acolheram de que não haja qualquer espécie de sobreposição entre as áreas. Pra História, a Arqueologia deve estudar apenas os períodos sem escrita, e como os mais recentes possuem relatos, então ela estuda o passado remoto.

Para a Antropologia, a Arqueologia não tem serventia na sincronia, já que é o Antropólogo, por excelência, que tem a capacidade de acessar a cultura a partir do trabalho etnográfico.

Mas, na verdade, quando a gente percebeu que o nosso objeto de estudo é contemporâneo a nós mesmos, inevitavelmente, isso nos fez entender que, essa condição se aplica também às nossas circunstâncias de trabalho, o que inclui as problemáticas que a gente desenvolve. Ou seja, toda a nossa atividade está e sempre teve condicionada ao aqui e agora, e se a gente elabora problemáticas que acabam adquirindo uma certa profundidade temporal, isso é mais resultado de um esforço nosso de extrapolar uma condição inicial do que uma característica intrínseca do nosso objeto de estudo. É como a estado-unidense Shannon Lee Dawdy nos diz, “a periodização temporal é mais uma questão de heurística do que de realidade. A separação entre passado e presente é, se não arbitrária, culturalmente relativa”. Também é por essa razão que a australiana Lynn Meskell, nos diz que, “idealmente, a nossa especialidade enquanto arqueólogos é tratar da memória material”. Afinal de contas, a nossa relação com o mundo é mnemônica, é memorial, antes de ser histórica.

Certo, então, em que termos a gente pode definir a Arqueologia?

Há uma grande constante na história de toda Arqueologia. Enquanto, tradicionalmente, historiadores focam nas fontes textuais e antropólogos, na figura de um Nativo, Nós, arqueólogos, e nossos antepassados sempre nos dedicamos a estudar a relação dos seres humanos com o mundo tangível. Seja para criarmos uma narrativa sobre a derivação da nossa espécie ao longo do tempo, como o povoamento do continente americano, ou para problematizar uma circunstância específica, como padrões de comportamento a partir dos resíduos de uma grande cidade ou o impacto do design de bebidas alcoólicas. O mundo sensível, material é o nosso foco de atenção nos últimos séculos e tem permanecido assim, independentemente dos modelos explicativos que a gente acaba adotando. E levando em conta esse último aspecto, é importante que a gente defina a Arqueologia pelo que ela é, e não pela corrente teórica que mais nos agrada enquanto indivíduos.

Agora sim, chegou o momento de finalmente responder à pergunta: O que é Arqueologia?

Arqueologia é uma ciência social que estuda as relações entre os humanos e o que a gente chama de mundo sensível: como as paisagens e os artefatos.

E aproveitando uma certa onda de frases de efeito que tomaram conta da disciplina, como aquelas afirmações de que a Arqueologia é Antropologia ou nada, eu quero finalizar dizendo simplesmente que a Arqueologia, nas palavras do britânico David Clarke, é Arqueologia é Arqueologia é Arqueologia.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br